

ÁSKESIS

Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia



V. 10 | N. 2 | julho - Dezembro | 2021

A Áskesis é uma publicação online de acesso livre (Open Access Politic) e tem por missão a divulgação e a reflexão sobre temáticas que lidam com a sociologia e afins. A revista consiste em uma produção semestral dedicada a discutir e divulgar trabalhos acadêmicos, fomentando a prática do exercício crítico de pesquisadores, bem como o diálogo entre as linhas de pesquisa do programa e as temáticas da Sociologia Contemporânea e áreas afins. Pretendemos ser um espaço de publicação de artigos, ensaios, resenhas, traduções, entrevistas e relatos de pesquisas. A revista trabalha com fluxo contínuo de submissão e com chamadas temáticas de dossiê semestralmente.

www.revistaaskesis.ufscar.br



Áskesis: Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Universidade Federal de São Carlos

Reitora: Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira
Vice-reitor: Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra
dos Reis

Centro de Educação e Ciências Humanas

Diretora: Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da
Cruz

Vice-Diretora: Prof. Dr. Adalcio Camilo
Machado

**Programa de Pós-Graduação em
Sociologia**

Coordenador: Profa. Dra. Priscila Martins
Medeiros

Vice-Coordenadora: Profa. Dr. André
Ricardo de Souza

Apoio

Programa de Pós Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de São Carlos e
Pró-Reitoria de Pós-Graduação da
Universidade Federal de São Carlos
(ProPG-UFSCar)

Endereço

Áskesis. Rod. Whashington Luís, 235 -
Monjolinho. 13565-905 - São Carlos, SP -
Brasil - Caixa-postal: 676.

Volume 10 | Número 2

Julho/ Dezembro de 2021

ISSN 2238-3069

Dados da imagem da capa:

Autoria: Laura Mendes Grosso

Contato:

mgrosso.laura@gmail.com

Editora

Beatriz de Melo Silva

Diagramação

Bruna Padilha de Oliveira

João Otávio Galbieri

Luiz Gustavo Simão Pereira

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.



Comitê Editorial

Adson Ney dos Santos Amorim

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Beatriz de Melo Silva

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Bruna Cinquini Ribeiro

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Bruno César Pereira

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Bruna Padilha de Oliveira

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Cairo Henrique dos Santos Lima

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

João Otávio Galbieri

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

João Pedro Ferreira Perin

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Luiz Gustavo Simão

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Mariana Cardozo Batista de Oliveira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Mayra Silva dos Santos

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar

Trissia Maria Fortunato Paes de Barros

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar



Conselho Científico

Afrânio Garcia Júnior (L'École des Hautes Études en Sciences Sociales/Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain/Centre de Sociologie Européenne – França)

Alice Anabuki Plancherel (Universidade Federal de Alagoas – Brasil)

Anibal Quijano (Binghamton University – USA)

Aristoteles Barcelos Neto (University of East Anglia – Reino Unido)

Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil)

Bernard Lahire (École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines – França)

Daniel Cefaï (L'École des Hautes Études en Sciences Sociales/Centre D'Étude des Mouvements Sociaux – França)

Ethel Volfzon Kosminsky (Queens College/CUNY – USA)

Gisele Rocha Côrtes (Universidade Federal da Paraíba – Brasil)

Jacob Carlos Lima (Universidade Federal de São Carlos – Brasil)

John Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional – Brasil)

José Lindomar Coelho Albuquerque (Universidade Federal de São Paulo – Brasil)

Jose Maria Valcuende del Rio (Universidad Pablo de Olavide de Sevilla – Espanha)

Lucas Cid Gigante (Universidade Federal de Alfenas – Brasil)

Lucila Scavone (Universidade Estadual Paulista – Brasil)

Lucio Oliver (Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM – México)

Márcia Ochoa (University of California – USA)

Maria da Gloria Bonelli (Universidade Federal de São Carlos – Brasil)

Michel Misse (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil)

Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná – Brasil)

Miriam Cristina Marcilio Ribeiro (Universidade Federal da Bahia – Brasil)

Odaci Luiz Coradini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil) **Paulo**

Sergio Peres (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil)

Paulo Tavares (Goldsmiths College – Inglaterra)

Simone Bateman (Centre National de la Recherche Scientifique/CNRS – França)

Ricardo Mayer (Universidade Federal de Santa Maria – Brasil)

Sílvia Portugal (Universidade de Coimbra – Portugal)

Vera Telles (Universidade de São Paulo – Brasil)

Veronica Gimenez Bêliveau (Universidad de Buenos Aires – Argentina)



EDITORIAL

Às leitoras e aos leitores,

É com grande satisfação que apresentamos o novo volume da **Revista Áskesis, v.10, n.2**. Esta edição é fruto de um intenso trabalho de pesquisa e colaboração entre diversos especialistas e acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento.

Com o objetivo de fomentar o debate e o avanço do conhecimento em diversas áreas, esta edição traz uma variedade de artigos, ensaios, resenhas e relatos de pesquisa sobre temas atuais e relevantes como tecnologia, educação e arte. Também é possível contemplar a contribuição da artista Laura Grosso para a capa da edição, com a arte que busca conectar a temática dos artigos.

Esperamos que esta edição da Revista Áskesis possa contribuir para o avanço do conhecimento em diversas áreas e para o enriquecimento do debate público. Agradecemos a todos os autores, colaboradores e leitores que tornaram possível a realização deste trabalho e convidamos todos a desfrutarem desta nova edição.

Boa leitura!

Comitê Editorial
Maio de 2022



SUMÁRIO

3 Expediente

ENSAIO

11. O tempo do(s) trabalho(s) das mulheres-mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia Covid-19

Bárbara Ferreira de Freitas e Júlia Garcia de Souza da Silva

29. Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

Rodrigo Silva

48. O ornitorrinco diante da morte

Pedro Henrique Santos Queiroz

RESENHA

61. Resenha do livro “Um feminismo decolonial”

Maciana de Freitas e Souza

65. Resenha crítica sobre o filme: Privacidade Hackeada e a questão do uso de dados como pauta política de direitos humanos

Bruna Pinheiro dos Santos, Carla Cristina Rodrigues Santos e Raquel Martins Fernandes

RELATO DE PESQUISA

71. Quem descobre quem?: Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

João Otávio Galbieri

92. Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

Alessandra Barbosa Adão e Edivanda Jesus da Silva

ARTIGOS

111. Diversidade e Diferença: caminhos que se entrelaçam e se repelem

Ana Cristina Fournier



130. A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

Angeli Casagrande

150. Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

Mariana Gomes

173. Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

Ana Paula Pinheiro da Silva e Damião Michael Rodrigues de Lima

192. O meu maior prazer é escrever para este blog: a textualização de si em mídias digitais enquanto um dispositivo de autoajuda para mulheres praticantes de dominação feminina

Bruno Henrique Benichio Alves Barbosa

210. Ciberativismo de feministas negras na rede social Instagram

Nadine Matias Bovet, Renato Victor Lira Brito e Karine Danielle da Costa Lira



SUMMARY

3. Expedient

ESSAY

11. The time of the Women-mothers work time: thoughts on reproductives works and whiteness in the COVID-19 pandemic

Bárbara Ferreira de Freitas e Júlia Garcia de Souza da Silva

29. Inova Educação Program in the state of São Paulo (2020): transformation today, inspiration tomorrow?

Rodrigo Silva

48. The platypus in the face of death

Pedro Henrique Santos Queiroz

REVIEW

61. Review of The Book “A Decolonial Feminism”

Maciana de Freitas e Souza

65. Critical review of the film: Hacked Privacy and the issue of data use as a human rights policy agenda

Bruna Pinheiro dos Santos, Carla Cristina Rodrigues Santos e Raquel Martins Fernandes

RELATO DE PESQUISA

71. Who finds whom? Meanings of gender, class, race and youth at LGBTQ+ university parties

João Otávio Galbieri

92. Use of Information and Communication Technologies (ICT) in the classroom of Poções (BA) History teachers: brief research report

Alessandra Barbosa Adão e Edivanda Jesus da Silva



ARTICLES

111. Diversity and difference – Paths that intertwine and repel

Ana Cristina Fournier

130. Charge as a Cultural Artifact Producer of Social Criticism and the Role of School in Times of Pandemic

Angéli do Prado Casagrande

150. Sexual harassment at the university: means of resistance and mobilization

Mariana Gomes

173. University quota system in Brazil: advances?

Ana Paula Pinheiro da Silva e Damião Michael Rodrigues de Lima

192. My greatest pleasure is writing for this blog: the textualization of the self in digital media as a self-help tool for practitioners women of Female Domination

Bruno Henrique Benichio Alves Barbosa

210. Cyberactivism of Black Feminists on social network Instagram

Nadine Matias Bovet, Renato Victor Lira Brito e Karine Danielle da Costa Lira

O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

The time of the Women-mothers work time: thoughts on reproductives works and whiteness in the COVID-19 pandemic

Bárbara Ferreira de Freitas¹
Júlia Garcia de Souza da Silva²

Resumo: O tempo das mulheres é sumariamente preenchido com trabalhos de cuidados feminizados, invisibilizados e desvalorizados, seja no espaço produtivo ou reprodutivo, o que se intensificou com a pandemia. Este ensaio tem como objetivo discutir desigualdades dos tempos de trabalho das mulheres-mães, no campo dos trabalhos produtivos e reprodutivos; e as complexidades que envolvem distanciamento social compulsório, teletrabalho e maternidade no contexto da pandemia de COVID-19. Para isso, utilizamos os conceitos de divisão sexual do trabalho, branquitude e racismo estrutural. Nosso argumento é que o exercício do distanciamento social, dentro das configurações sociais e de trabalho no Brasil, caracterizou-se enquanto um privilégio forjado das e nas relações sociais de raça, gênero e classe.

Palavras-Chave: Pandemia COVID-19; Tempo das mulheres; Distanciamento social; Privilégio social.

Abstract: The women's time is summarily filled with feminized, invisibilized and undervalued care work, whether in the productive or reproductive space, which intensified with the pandemic. This essay aims to discuss inequalities in the working time of women mothers, in the field of productive and reproductive work; and the complexities involving compulsory social distancing, "home office" and maternity in the context of the COVID-19 pandemic. For this purpose, we use the concepts of sexual division of labor, whiteness and structural racism. In argument we bring that the

¹ Mestra em Estudos Interdisciplinares em Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestranda em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). João Pessoa - Paraíba - Brasil, ORCID: 0000-0003-3122-5387, E-mail barbaraferreiradefreitas@gmail.com.

² Doutoranda em Estudos Interdisciplinares em Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutoranda em Geografia Urbana pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora Visitante da Universidade Autônoma de Barcelona. Barcelona - Espanha. ORCID: 0000-0002-0032-2654, e-mail: julia.garciassa@usp.br.



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

exercise of social distancing, within the social and work configurations in Brazil, was characterized as a privilege forged in the social relations of race, gender and class.

Keywords: Pandemic COVID-19; Women's Time; Social Distancing; And Social Privilege.



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

O primeiro caso de Coronavírus no Brasil, chegou em um período de: neoliberalismo exacerbado; crise política-institucional; cortes nos direitos da classe trabalhadora após a reforma trabalhista³; sob um governo de vieses antidemocráticos que flerta com o fascismo; políticas econômicas de austeridade; desmonte do sistema de Assistência Social⁴; 40 milhões de trabalhadores na informalidade, quase 13 milhões desempregados e 5 milhões em desalento (IBGE, 2020).

No cenário pandêmico, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a experiência da Europa Ocidental, China e Estados Unidos indicaram a necessidade de políticas nas áreas: da saúde, com a ampliação da estrutura e a determinação do distanciamento social para evitar o colapso dos sistemas públicos e privados; da assistência social, para garantir a continuidade da renda e a sobrevivência da população; e da economia, para reduzir os impactos nos empregos e nas empresas. Todavia, no Brasil, não houve uma ação de enfrentamento coordenada nacionalmente, o que dificultou o acesso uniforme à população e acirrou as desigualdades de gênero, raça e classe.

Nesse contexto, as mulheres tiveram aumento da carga social de trabalho, as principais responsáveis pelos trabalhos realizados no campo reprodutivo, em atividades domésticas ou de cuidados. Essa sobrecarga é devido à suspensão do funcionamento das creches e escolas e à inexistência de políticas institucionais de cuidados. Isso porque, na ausência do Estado, elas são convocadas a suprir tais demandas, o que evidencia o aumento do trabalho para as mulheres e os impactos desiguais da pandemia na conjuntura do distanciamento e do isolamento social.

A ausência do Estado não é uma circunstância decorrente da pandemia, a questão tem sido discutida enquanto “crise do cuidado” (HOCHSCHILD, 1995; FRASER, 2016), pois, no final do século XX houve aumento da demanda e diminuição da atuação das

³ A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT teve alterações substanciais nas relações trabalhistas com a Lei 13.467/2017 que implementou a Reforma Trabalhista.

⁴ A Emenda à Constituição Federal nº 95 instituiu um novo Regime Fiscal, congelando os gastos públicos por até 20 anos.



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

mulheres neste espaço reprodutivo, sendo necessária a institucionalização do cuidado (HOCHSCHILD, 1995) ou uma transformação da ordem social (FRASER, 2016), pois a crise não seria apenas do cuidado, mas de todo o sistema reprodutivo.

A pandemia estabeleceu novas dinâmicas nos tempos de trabalho produtivo, reprodutivo e na maternidade das mulheres, vivências diretamente relacionadas à possibilidade ou não de estarem em confinamento, protegidas do vírus. Todavia, o grupo social mulheres é segmentado por experiências e condições desiguais de vida, usos do tempo, maternidade e trabalho, que recaem sumariamente nas mulheres-negras. Torna-se imprescindível a compreensão das clivagens para evitar o apagamento de múltiplas vivências e especificidades delas decorrentes. O posicionamento do debate fala sobre e a partir de quais mulheres estamos discutindo e seus lugares sociais (RIBEIRO, 2017), pois a maternidade é uma categoria heterogênea, construída socialmente e experiência da de acordo com os marcadores sociais de desigualdade.

Nesse sentido, pretendemos expor as desigualdades que conformam privilégios e opressões dos tempos experienciados. São questões transversais que ora unificam ora distanciam. Para critério de análise dos tempos de trabalho das mulheres-mães, dividimos a categoria mulheres em três conjuntos com base no trabalho, sem exaurir todas as possibilidades. O primeiro abarca as mulheres que estão em teletrabalho⁵, composto por: mulheres sob regime estatutário; celetistas, que tiveram continuidade do contrato de trabalho, com ou sem redução salarial⁶; e profissionais liberais cuja atividade típica não foi suspensa. O segundo conjunto é o das mulheres que são obrigadas a se deslocar para o local de trabalho, dentre as quais estão: as empregadas domésticas, as

⁵ A Medida Provisória 927, de 20 de março de 2020, estabeleceu o teletrabalho ou trabalho a distância durante o período de calamidade pública, independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos, dispensado o registro prévio da alteração no contrato individual de trabalho.

⁶ A Medida Provisória 936, de 01 de abril de 2020, estabeleceu a possibilidade de redução proporcional de jornada de trabalho e de salários; e a suspensão temporária do contrato de trabalho.



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

informais do setor de cuidados⁷ e as profissionais dos serviços essenciais⁸ como da área de saúde. E, por último, temos o terceiro conjunto, as mulheres que perderam o emprego e/ou a renda. São elas: celetistas; profissionais liberais impossibilitadas de manter as atividades; as que estavam na informalidade ou em outras formas de trabalho.

O primeiro grupo de mulheres, que está na execução do trabalho à distância, depara-se com as dinâmicas do trabalho em casa, uma das facetas do capitalismo flexível que, apesar de naturalizado como nova condição universal do mundo do trabalho, é permeado de desigualdades no acesso, na execução e na permanência. O uso dos novos sistemas tecnológicos garante a otimização do tempo de trabalho pela maximização dos horários à disposição da empresa, ao mesmo tempo que intensifica a produção, ao excluir o tempo de deslocamento e a terceirização de parte dos custos do trabalho para o(a) próprio trabalhador(a). Além disso, há a ampliação e a multiplicação das habilidades da trabalhadora a serviço do sistema produtivo, que necessita adquirir capital intelectual e material para instantaneamente se atualizar, dominar a multiplicidade dos *softwares* e aplicativos que atendam às demandas comunicacionais da distância e os aparelhos tecnológicos. Um exemplo são as professoras que necessitam no mínimo adquirir aparelhos de mídias digitais, gravação e edição de vídeos.

No teletrabalho há o rompimento das fronteiras do tempo, com jornadas ininterruptas a partir da requisição do empregador ou gestor de atividades sem limites de horários. Isso resulta em mais tempo disponível para o trabalho, um lapso temporal invisível e imperceptivelmente apropriado pelo mercado, à medida que a trabalhadora não possui autonomia integral do seu uso. É possível afirmar que a pandemia gerou um cotidiano de trabalho sem intermitência.

As atividades da empresa não diminuíram, mas permaneceram ou aumentaram com a diminuição do quadro de funcionários, devido às medidas de contenção de gastos

⁷ O Decreto nº 10.344, de 08 de maio de 2020, modificou o 10.282 e incluiu, dentre outras, salões de beleza, barbearias e academias de esporte.

⁸ O Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, estabeleceu os serviços públicos e as atividades essenciais.



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

e desaceleração da economia. Além do trabalho produtivo, no ambiente da casa para as mulheres, houve aumento dos trabalhos considerados reprodutivos. O trabalho que era exercido na jornada de 8 horas, fisicamente, agora é exercido em casa no tempo que resta após ou durante o cumprimento das tarefas de cuidado com os filhos, a família e a casa. O cumprimento das atividades da empresa é realizado em menos da metade do tempo de antes e de forma não contínua. Ocorrem interrupções próprias do ambiente familiar, sem os objetos e a estrutura física que a empresa disponibiliza. Há revezamento de equipamentos e os cômodos com os outros habitantes da casa, na mesa da cozinha, no sofá da sala, no chão junto com às crianças, na cama colocando o(a) filho(a) para dormir e na madrugada, quando todos dormem.

No ambiente doméstico há uma correlação desproporcional de forças para o desempenho dos trabalhos de cuidados. Segundo IBGE (2018), as mulheres dedicam semanalmente 10,4 horas a mais nos afazeres domésticos e de cuidados. Além da execução física das tarefas domésticas, que já era quase o dobro em relação a dos homens, há o trabalho imaterial decorrente das preocupações com as responsabilidades naturalizadas e compulsoriamente impostas às mulheres: a chamada carga mental que se traduz no trabalho emocional com as pessoas da casa e a previsão, o planejamento, gerenciamento e tomada de decisões quanto às necessidades do ambiente familiar. O contexto de pandemia trouxe alguma visibilidade às demandas físicas de limpeza e cuidados, mas não necessariamente à carga mental ou ao trabalho emocional das mulheres.

Nesse contexto, há os(as) filhos(as). As redes de apoio – sejam familiares, comunitárias e institucionais – foram suspensas com as exigências do isolamento social, o que significa a suspensão da terceirização do cuidado como estratégia para dedicação à carreira, qualificação, formação ou tempo para si das mulheres. Elas agora necessitam administrar, gerenciar e operacionalizar a educação formal dos filhos com a educação à distância – o chamado *homeschooling* – pois são responsáveis por parte das funções antes desempenhadas pela escola, creche e outras instituições de atividades de



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

formação, como teatro, música e artes. Além da educação, há as demandas emocionais dos filhos, também afetados pelas novas vivências do confinamento durante a pandemia. Nesse quadro, há mais de 11,6 milhões de mães solo (IPEA, 2017), que são sobrecarregadas pela ausência de qualquer estratégia de compartilhamento de cuidados durante o distanciamento social.

Ponderamos que, dentro do contexto das mulheres que foram direcionadas ao teletrabalho, o elemento financeiro – mesmo para as que tiveram diminuição da renda – é estruturante na realização, distribuição e gerenciamento dos trabalhos de cuidados. Isso porque, mesmo que em descumprimento aos decretos de distanciamento social, parte dessas mulheres – sejam celetistas, estatutárias ou autônomas – tem a opção de terceirizar os trabalhos de cuidados, com a continuidade dos serviços das diaristas e empregadas domésticas, que muitas vezes também têm filhos.

Nesse ponto ascendem os primeiros elementos das dimensões do privilégio social branco, sejam simbólicos ou materiais. São relações sociais que garantem uma posição vantajosa das pessoas brancas em relação às negras, que, em um contexto de calamidade pública, um grupo de trabalhadoras é colocada à serviço de outro. A naturalização do usufruto dessas benesses, como a permanência do trabalho da empregada doméstica, cuidadora ou diarista, em sua maioria negra, como veremos a seguir, é um exemplo da falta de reflexão sobre os legados dos brancos e seus papéis na manutenção e promoção das desigualdades sociais (BENTO, 2014).

Percebemos as relações de gênero, da raça e da classe como fatores explicativos da construção dos polos de quem provê o cuidado e do que se beneficia dele (HIRATA, 2014). Há uma permanência secular de diferenciação e distribuição desigual dos afazeres domésticos entre homens e mulheres e, dentro do conjunto de mulheres, a divisão das que realizam múltiplas jornadas para executar tais serviços, as que terceirizam o cuidado e as que prestam serviço de cuidados, que estão na posição de precarização total da vida e trabalho



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

Em observância a essas dinâmicas e em conjunto com as jornadas ininterruptas de trabalhos de cuidados, para o fortalecimento das respostas de recuperação ao COVID-19, a ONU recomendou priorizar políticas de cuidado no continente (BANGO, 2020), pois desde o início da pandemia, as mulheres dedicaram três vezes mais tempo ao trabalho de cuidado não remunerado do que os homens. Segundo o relatório, esses trabalhos são imprescindíveis para a manutenção da vida e têm relação direta com a recuperação econômica à medida que fornecem as condições para que outros setores funcionem, sendo um gerador direto e indireto de empregos.

Portanto, nesse recorte os elementos que compõem às relações de classe, raça e de gênero, sobressaltam-se à medida que as mulheres, que durante a pandemia tiveram que transformar suas casas em escritórios, convivem com a acumulação das tarefas reprodutivas e produtivas; onde os tempos se aglutinaram de forma que não há espaço para si além do outro; onde os cuidados dominam todas as formas de vida, um trabalho operativo, não criativo e automático. Talvez o sono, enquanto última fronteira do capital, já tenha sido usurpado à medida que para essas mulheres não resta tempo de não-trabalho na superexploração do capitalismo neoliberal, que transforma em mercadoria todos os meios de vida. Entretanto, suas condições de classe permitem a elas proteção do vírus ao poder estar em casa.

O segundo grupo é o de mulheres que continuaram se deslocando para trabalhar, em que os serviços dito essenciais são justamente aqueles ocupados, em sua maioria, por mulheres, especialmente negras. Elas estão na linha de frente do combate ao vírus, com o setor de enfermagem composto por 84,7% de mulheres (ONU, 2019); e na retaguarda, com a responsabilidade das tarefas de cuidados com crianças, idosos e a casa. Há um impacto desproporcional para as mulheres quando a maioria dos empregos que lhes são reservados estão nas áreas de continuidade do âmbito doméstico: os cuidados. Neste ponto, percebe-se a influência da inserção e permanência das mulheres no espaço público através do trabalho feminino. São carreiras desvalorizadas, ligadas à reprodução social, muitas vezes uma extensão do espaço doméstico. Essas não são



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

atividades que têm a possibilidade de teletrabalho devido à natureza da atividade desempenhada.

A trabalhadora doméstica foi massivamente atingida pela pandemia. Esta categoria é composta por 97% de mulheres, das quais 82% são negras (FENATRAD, 2020). Ainda, 39% continuaram trabalhando durante a quarentena (DATA FAVELA, 2020), seja pelo medo de perder o emprego, o que tem relação direta com a submissão às condições precárias impostas, seja por causa dos decretos estaduais que colocaram o trabalho doméstico remunerado como serviço essencial⁹. Esta que é a porta de entrada da mulher negra no mercado de trabalho e a que tem menor remuneração de todas as ocupações (IPEA, 2017), mas para quem é essencial e qual a classe social que se beneficia do serviço das empregadas domésticas?

Para trabalhar neste período, essas mulheres deixam seus filhos na comunidade aos cuidados de outras mulheres, como as avós; levam diariamente para o trabalho; ou passam a viver a quarentena confinadas na casa dos empregadores, longe de seus filhos, para evitar a contaminação da família. Esta é uma prática colonial em que a empregada sacrifica sua própria família e suas relações à serviço e ao benefício de outra família, em sua maioria branca e de classe média ou alta. E, nesse contexto, passa a dedicar o tempo inteiramente ao cuidado dos membros daquela casa, que também foram intensificados com a chegada da pandemia.

No contexto da família que contrata serviço de cuidado, uma das facetas do trabalho invisível é o trabalho emocional. Envolve compreensão, a avaliação e a gestão das emoções da cuidadora e das pessoas cuidadas para a execução do trabalho contratado (EHRENREICH; HOCHSCHILD, 2003). E, segundo Bonelli (2004, p. 358) “a forma consciente como os seres humanos atuam para suprimir a distância entre o que estão sentindo e o ideal que têm do que deveriam sentir é o trabalho emocional, que em muitas situações assume a característica de uma jornada de trabalho extra”. Observamos

⁹ Os estados de Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul e Maranhão incluíram as empregadas domésticas como serviço essencial. Pará e Pernambuco retiraram após pressão popular.



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

que na pandemia as trabalhadoras domésticas, diaristas e do cuidado são obrigadas a lidar emocionalmente com os medos e riscos da contaminação.

A empregada doméstica não tem o teletrabalho ao seu dispor, mas deveria ser dispensada com continuidade de remuneração. Ao invés disso, ela continua trabalhando na casa da patroa que está no trabalho à distância. O dinheiro pago para que a vizinha fique com seu filho ainda terá que ser repostado ao orçamento, com atividade para renda extra, como a produção de alimentos para fora. O fechamento das escolas e creches estaduais e municipais compromete tanto a educação das crianças quanto a alimentação. Nessa rotina, o medo da perda do emprego é uma constante. Mesmo a lei permitindo faltas por conta do coronavírus sem desconto, as mulheres preferem não correr riscos.

Desde o início da pandemia, as diferenças nas relações sociais de raça, gênero e classe se evidenciaram. O primeiro caso de contaminação foi em São Paulo, um senhor que se tratou no hospital mais caro do país, o Albert Einstein; já a primeira morte foi uma empregada doméstica que se contaminou no convívio com a patroa que havia viajado para Itália e testou positivo. Outro caso foi o do menino Miguel Otávio Silva¹⁰ que morreu no trabalho da mãe, empregada doméstica.

O caso do Miguel é derivado de relações de poder, representações e símbolos. O caso suscita diversos porquês elucidados pelas relações sociológicas, históricas, políticas e econômicas, construídas a partir de situações de extrema desigualdade social, intensificadas nas contradições do capitalismo do século XXI e na sua racionalidade neoliberal. O local do ocorrido foi um prédio de luxo, as conhecidas torres gêmeas, cujo apartamento é avaliado em 2 milhões de reais, que já foram palco de diversas disputas sociais no Recife e simbolizam o processo da especulação imobiliária na região. A família do Miguel mora no bairro do Barro em Recife, cujo rendimento médio dos habitantes é

¹⁰ Em 04 de junho de 2020, o menino de 5 anos, Miguel Otávio Santana da Silva, morreu no trabalho da mãe, Mirtes Renata Santana de Souza, que era empregada doméstica. Ela recebeu a tarefa de passear com o cachorro da família e deixou a criança no apartamento com a empregadora, que o colocou no elevador do prédio para ir sozinho atrás da mãe, ele se perdeu e caiu do nono andar. A patroa Sari Corte Real foi presa em flagrante, autuada em homicídio culposo, despendeu 20 mil reais em fiança e foi liberada.



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

de R \$1.353,95 (IBGE, 2010). A mãe do Miguel é uma mulher negra. Ela e sua mãe trabalhavam como empregadas domésticas e ambas continuaram exercendo as funções durante a pandemia, numa atividade não essencial, em contraposição às autoridades¹¹. Avó e mãe do Miguel contraíram COVID-19 e o empregador, Sérgio Hacker Corte Real, prefeito da cidade de Tamandaré-PE, em abril, anunciou que estava com a doença. Enquanto a Mirtes passeava com o animal de estimação da família, a Sari estava com uma manicure no seu apartamento, realizando procedimento estético, serviço não essencial.

A história da Mirtes não é individual, mas coletiva de mulheres negras no Brasil, onde geração após geração meninas negras começam a trabalhar como babás entre 5 e 10 anos, depois empregadas domésticas, por ausência de oportunidades de empregos (RARA, 2019). Conforme Preta Rara (2019) relata, a realidade da maternidade das trabalhadoras domésticas na casa da empregadora é a proibição de levar as crianças, que são maltratadas ou miticamente tratadas como da família, mas humilhadas. Dizem-lhes que são da família, todavia não desfrutam nem da casa nem das relações em igualdade. São tratadas como propriedades e desumanizadas. Isso porque a licença para explorar um grupo social pressupõe sua inferiorização, sendo a diferenciação feita pelo espectro da criação da raça e a manutenção das diferenciações e (re)produção de desigualdades, pelo racismo.

Segundo Silvio Almeida (2018), todo racismo é estrutural, pois não é uma ação isolada, é um processo no qual a organização da sociedade reproduz a subalternidade de minorias racialmente diferenciadas. Nesse processo, constitui-se não apenas as pessoas negras – no caso deste ensaio, mulheres: as mulheres brancas também são socializadas em dinâmicas de diferenciações em relação às mulheres negras.

¹¹ O Decreto nº 48835/2020 do Governo de Pernambuco não abarcava o trabalho doméstico como atividade essencial e o Ministério Público do Trabalho - MPT declarou que é obrigatória a dispensa com remuneração das trabalhadoras domésticas, salvo cuidadores de idosos e de pessoas com deficiência. Nota técnica Conjunta 04/2020 (PGT/COORDIGUALDADE/CODEMAT/CONAETE/CONAFRET/CONAP).



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

É possível identificar as quatro dimensões (ALMEIDA, 2018) dessa estrutura que racializam e produzem indivíduos racialmente diferenciados: na economia, a condição material e de subsistência da empregada doméstica; na política organização do poder, os decretos estaduais que classificam o trabalho doméstico como essencial durante a pandemia; no imaginário, o sentido subjetivo dado às ocorrências como a naturalização e normalização da morte de Miguel, corpo não coincidentemente negro; no território, desde que o lugar de habitação e circulação da família de Miguel é segmentado (que inclusive morre após acessar o elevador de serviço); e jurídico, com o controle via decreto da condição de vida e trabalho da mulher trabalhadora doméstica realizada pelo ato legislativo do chefe do poder executivo estadual, que exemplifica e materializa o papel do Direito na criação de aparatos que conformam as desigualdades sociais de raça e gênero.

A perpetuação do racismo necessita de um conjunto de processos estruturais que movimentam a engrenagem de sua reprodução e continuidade, tanto das condições materiais quanto das subjetividades. Tais instituições dão condição para perpetuar a inferioridade desses grupos, mesmo após o fim da escravidão, garantindo a manutenção de privilégios e aprofundamento das desigualdades. Na pandemia não seria diferente. Não é uma questão patológica ou natural, mas produzida socialmente e, além de evidenciar clivagens, produz diferenças, pois está relacionada, como elabora Silvio Almeida (2018), ao jurídico, à política, à economia e à construção ideológica, na produção de novos sentidos.

Além de influenciar na configuração da raça, essas engrenagens funcionam como elementos de naturalização da morte, pois, caso a pessoa esteja contaminada, são impostas restrições sanitárias e possibilitando sua morte. A empregada doméstica, majoritariamente mulher negra, está sujeita ao risco de morte na contaminação, já as mulheres que podem cumprir isolamento social não. Essas últimas são privilegiadas no desfrute do tempo, tanto para si quanto para o trabalho. Qual tempo é disponível à



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

trabalhadora doméstica? A carência do tempo é uma das dimensões da pobreza, pois o tempo é o da sobrevivência, nos limites da vida.

Assim sendo, nas circunstâncias que envolvem as mulheres que continuaram nos trabalhos fora de casa se evidencia outra faceta da divisão sexual e racial do trabalho com a diferenciação e hierarquização das mulheres entre as que podem se proteger e as que arriscam suas vidas e de seus entes para sobreviver nos trabalhos femininos, nas áreas da saúde ou nos estabelecimentos de serviços essenciais. Ou seja, uma grande parte das mulheres brasileiras estão lidando indiretamente e diariamente com a exposição ao vírus, seja pelo fato de atuarem massivamente na área da saúde, seja pela exposição compulsória à circulação, por conta do trabalho no circuito inferior da economia ou devido à massiva ocupação com o trabalho doméstico remunerado ou não, o qual envolve o cuidado com os doentes.

Sobre isso, Milton Santos (2004[1979]) afirma que a diferença fundamental entre as atividades do circuito superior e do circuito inferior são: a tecnologia empregada e o modo de organização do trabalho. O circuito superior está relacionado à modernização tecnológica e aos grandes monopólios, detentores das novas tecnologias e de poder no mercado financeiro. Já o circuito inferior é formado pelas atividades de pequena escala, como dos pequenos comerciantes e vendedores ambulantes, majoritariamente de consumo local, e realizado e circulado pela população de menor renda e mobilidade. (SANTOS, 2004[1979]).

O terceiro grupo é composto por mulheres que perderam o emprego e/ou a renda e aqui encontramos as situações de precariedade da vida, em que mulheres e crianças necessitam elaborar modos de sobrevivência sem apoio universal do Estado.

Em pesquisa realizada no início da pandemia pelo Data Favela (2020)¹² e pelo IBGE (2020), estima-se que as favelas brasileiras tenham 5,2 milhões de mães, das quais 72% afirmaram que a ausência da renda prejudicaria a alimentação; 92% disseram que,

¹² O Data Favela é um instituto de pesquisa e estratégias de negócios a partir da realidade das favelas brasileiras que analisa o comportamento e o consumo dos(a) moradores(a) desses territórios e os nichos de mercado.



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

com um mês de privação de renda, teriam dificuldades para adquirir comida; 73% que não teriam reserva que permitisse manter os gastos sem trabalhar por nenhum dia; e 76% informaram que os gastos em casa com alimentação aumentaram devido ao fechamento das creches e escolas, o que mostra a importância da estrutura pública de cuidados além da função educacional.

Esses dados nos permitem afirmar que o coronavírus adentrou a periferia de modo devastador, de forma que a impossibilidade de trabalho e renda junto à falta de assistência universal do Estado trouxeram para as comunidades a fome antes do vírus, em uma classe trabalhadora empobrecida sem água potável e itens de limpeza para higiene. A desigualdade no acesso ao auxílio emergencial no valor de 600,00 reais e o lapso temporal entre o início da pandemia e a implementação do benefício impactou na manutenção da moradia e alimentação da população, deixando para a classe trabalhadora a escolha entre padecer de fome ou da COVID-19 e ainda entre beber água ou lavar as mãos.

A taxa de mulheres desempregadas ou em condições de subemprego estava em crescimento no Brasil antes da pandemia. A situação da falta de trabalho remunerado impacta nas condições de empobrecimento e tem se apresentado instável. Entretanto é possível apontar tendências a partir do fechamento dos diversos postos de trabalho. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD contínua) do IBGE (2020) realizada no trimestre de abril a junho mostram a maior taxa de desocupação de 13,3% de brasileiros em Idade Economicamente Ativa dos últimos 8 anos.

Neste quadro, a reinserção das mulheres no mercado de trabalho parece distante da realidade, pois, comparativamente aos homens, apresentam maior risco de desemprego. Isso se deve a vários fatores: a impossibilidade de conciliação do trabalho doméstico e de cuidados para se reinserir no mercado, em um momento em que os espaços de terceirização desses trabalhos de cuidados seguem fechados; a ocupação de postos de trabalho no setor sob maior impacto do coronavírus, comércio e serviços; o adoecimento de familiares, que sobrecarrega as mulheres, historicamente responsáveis



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

pelo cuidado dos idosos e doentes; restrição do acesso a processos de capacitação profissional exigidos pelas novas configurações do trabalho; e dificuldade de produzir no ambiente doméstico.

Laís Abramo e Valenzuela (2016) relacionam a concentração das mulheres em trabalho precário com a necessidade de estratégias para conciliação das responsabilidades familiares, o que impacta em menor remuneração e desproteção social trabalhista quando comparada aos homens. Por isso, as mulheres que têm condição de terceirizar as atividades de reprodução social conseguem melhores inserções e rendimentos no mercado de trabalho.

Portanto, dentre as mulheres que perderam o emprego e/ou a renda como consequência da pandemia ou já estavam neste contexto, a presença do Estado traduzido na rede de cuidados e assistência social se faz elemento fundamental para a sobrevivência das mulheres e seus filhos e a reinserção delas no mercado de trabalho formal ou informal.

Considerações Finais

Apesar do entrecruzamento e da transversalidade das situações descritas sobre os três grupos, os fatos sociais considerados nesta análise são experienciados a partir do lugar social que as mulheres-mães pertencem. Eles expõem a indissociabilidade do gênero, da raça e da classe. E nas três situações abordadas entre tendências, continuidades e novas dinâmicas, percebe-se: a exploração do trabalho feminino e a centralidade do trabalho de cuidados na vida das mulheres.

A possibilidade de se proteger do COVID-19, em distanciamento social, exigiu condições econômicas e sociais de manutenção da vida, que tornaram o cumprimento de uma medida sanitária e de saúde pública um privilégio social, restrito àquelas que estavam em teletrabalho ou as que desenvolveram formas de manutenção da renda. Todavia, a ampliação permanente do trabalho remoto, do *homeschooling* e da



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

massificação do ensino à distância colocam-se como sobrecarga do trabalho e da vida-trabalho das mulheres.

A identificação do tempo de vida das mulheres ocupado por trabalhos de cuidados aponta para contradições a serem exploradas, por exemplo, sobre qual o tempo de não-trabalho das mulheres. Isso porque o contexto atual evidenciou que, frente aos tempos de trabalho das mulheres, o tempo para si é o que sobra e/ou apenas mediante à terceirização dos trabalhos de cuidado. Essa terceirização é uma possibilidade restrita às mulheres brancas pertencentes à classe média, que têm condições de pagar o serviço de cuidado de outra mulher, frequentemente negra, para executar as tarefas naturalizadas e compulsoriamente impostas às mulheres. Outro ponto a ser explorado são as formas de revisão dessas benesses do modo de produção capitalista e dos privilégios enquanto um compromisso político e antirracista, pois o domínio do tempo para si constitui-se como um privilégio branco.

Referências

ABRAMO, Lais; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p.113-124.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6ª Ed. - Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BANGO, Julio. Cuidados en América Latina Y El Caribe En Tiempos de Covid-19. **ONU MULHERES & CEPAL Brief**. v. 1.1, 2020. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/document/files/cuidados_covid_esp.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

BONELLI, Maria da Glória. Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 357-372, 2004.



**O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e
branquitude no contexto da pandemia COVID-19**

DATA FAVELA, **Pandemia na Favela**: a realidade de 14 milhões de favelado no combate ao novo coronavírus. São Paulo: Instituto Locomotiva, 2020.

EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie. Russel (Ed.). **Global woman**: nannies, maids, and sex workers in the new economy. New York: Henry Holt and Co., 2003.

FRASER, Nancy. Contradictions of capital and care. **New Left Review**, 100, july-aug, 2016.

Confira o artigo de Luiza Batista e Liana Cirne Lins, 'Guia para patroa feminista'. **Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD**, Brasília, 26 mai. 2020. Notícias Gerais. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2020/05/26/confira-o-artigo-de-luiza-batista-e-liana-cirne-lins-guia-para-patroa-feminista/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HOCHSCHILD, Arlie R. The Culture of Politics: Traditional, Postmodern, Coldmodern, and Warmmodern Ideals of Care. **Social Politics**, v. 2, n.3, p. 331-346, 1995.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: outras formas de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/05/relatorio-ibge-outras-formas-de-trabalho-2018.pdf> Acesso em: 15 jun. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: outras formas de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=séries-históricas>. Acesso em: 25 jul. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_trabalho_domestico_remunerado.html. Acesso em: 11 jun. 2020.



O Tempo do(s) trabalho(s) das Mulheres-Mães: reflexões sobre os trabalhos reprodutivos e branquitude no contexto da pandemia COVID-19

ONU. **Gender equity in the health Workforce:** Analysis of 104 countries. 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/311314/WHO-HIS-HWF-Gender-WP1-2019.1-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jun. 2020.

RARA, Preta. **Eu empregada doméstica:** a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala.** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T.R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004 [1979].

Texto recebido em 25/06/2020 e aprovado em 01/03/2021

DOI: 10.46269/10221.525

O ornitorrinco diante da morte

The platypus in the face of death

Pedro Henrique Santos Queiroz¹

Resumo: O ensaio retoma livremente a metáfora do ornitorrinco elaborada por Francisco de Oliveira, tomando-a como representação do animal político (*zoon politikon*) brasileiro. A partir do diálogo com a literatura internacional, questiona-se a forma singular com que a questão da mortalidade se coloca para o ornitorrinco diante de duas crises simultâneas representadas pela pandemia de covid-19 (ameaça de morte do corpo biológico - fim da vida como *zoé*) e de recessão democrática (ameaça de morte do corpo político democrático - fim da vida como *biospolitikos*).

Palavras-chave: Covid-19. Crise Política. Brasil.

Abstract: The essay freely returns to the platypus metaphor elaborated by Francisco de Oliveira, taking it as a representation of the Brazilian political animal (*zoon politikon*). Based on the dialogue with the international literature, the unique way in which the question of mortality arises for the platypus is questioned in the face of two simultaneous crises represented by the covid-19 pandemic (threat of death of the biological body - end of life *zoé*) and democratic recession (death threat to the democratic political body - end of life as *biospolitikos*).

Keywords: Covid-19, Political Crisis, Brazil.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Sociologia geral do Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Campus Crateús. Crateús, Ceará, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5219-6047>. E-mail: pedro.queiroz@ifce.edu.br



O ornitorrinco diante da morte

Apesar da natureza global de duas das crises mais importantes da atualidade - a crise sanitária (pandemia de covid-19) e política (a assim chamada recessão democrática) - suas repercussões têm sido vividas no Brasil de uma forma que talvez seja única no mundo. Ambas as crises são *de per se* muito graves porque nos colocam diretamente diante do problema da morte. De um lado, temos a ameaça de morte do corpo biológico contaminado por um agente patogênico viral para o qual não dispomos, no atual estado de desenvolvimento do aparato biomédico, de mecanismos adequados de tratamento ou cura. Por outro lado, o risco de morte do corpo político democrático afetado por um agente patogênico autoritário para com o qual tampouco encontramos meios satisfatórios de lidar no atual estado de desenvolvimento institucional e cultural das formas de organização da vida em sociedade.

A simultaneidade dessas duas crises coloca de forma radical a questão da morte para o homem que - se quisermos resgatar os termos que nos foram legados pela antiguidade clássica ocidental - se percebe e se pensa em sua humanidade como animal político (*zoonpolitikon*). A coincidência temporal da pandemia de covid-19 com a crise das instituições democráticas nos atinge de forma especialmente grave porque traz consigo a possibilidade de interrupção da vida do *zoonpolitikon* em um duplo sentido, qual seja: interrupção da vida (*zoé*) como simples fato de viver - que é comum a todos os viventes, sejam eles humanos ou não-humanos (por exemplo, animais, vegetais, deuses etc.) - e interrupção da vida política (*biospolitikos*), que é uma forma exclusivamente humana de convívio (ARENDR, 2007; AGAMBEN, 2007).

A seriedade do que está em jogo no momento atual (esse duplo sentido em que a questão da morte se põe para o animal político) ganha contornos ainda mais dramáticos quando o caso brasileiro é comparado ao cenário internacional.

O Brasil é atualmente um dos países mais afetados pela pandemia de covid-19. De acordo com o levantamento mais recente (às 8 horas da manhã do dia de hoje, 19 de junho) organizado pelo consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de saúde, o país acumula 47.897 mortes e 984.315 casos



O ornitorrinco diante da morte

confirmados, sendo 1.232 dessas mortes registradas nas últimas 48 horas. Em termos comparativos, estamos atrás apenas dos Estados Unidos em número de mortes (118.435) e casos confirmados (2. 191.200), segundo o painel de acompanhamento mantido pela *Johns Hopkins University*.

O Brasil é também hoje um dos casos mais preocupantes do fenômeno mundial de recessão democrática, termo cunhado por Larry Diamond em artigo de 2015 para se referir ao fim do ciclo iniciado em 1974 de aumento do número de países que podem ser considerados democracias (a assim chamada “terceira onda de Huntington”) e a formação de uma nova tendência, discernível sobretudo a partir de 2006, de aumento de casos de países que deixaram de ser democracias (por exemplo: Venezuela, Filipinas e Turquia) e de perda de qualidade das instituições de países que se mantêm como democracias (por exemplo: África do Sul e Coréia do Sul) (DIAMOND, 2015).

O livro *Como as democracias morrem*, publicado por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em 2018, atualiza e aprofunda o diagnóstico de Diamond e chama a atenção para a forma de morrer das democracias que vem se tornando mais comum nos dias de hoje. No passado, as democracias morriam por golpes clássicos, com tanques de guerra na rua e fechamento do Congresso, tornando relativamente fácil a tarefa de identificar o ponto exato de ruptura em que a democracia deixava de existir. Nos dias atuais, a *causa mortis* mais comum das democracias tem sido o desgaste contínuo das instituições desde o seu interior por líderes eleitos que atuam para desfigurar os processos democráticos pelos quais eles próprios conseguiram chegar ao poder.

Nesse sentido, a eleição em 2018 de Jair Bolsonaro para a presidência da República do Brasil acendeu um sinal de alerta que, desde então, não parou de se intensificar. Como vem insistindo nesse ponto Celso Rocha de Barros, o presidente Bolsonaro é provavelmente o político com discurso mais extremista e abertamente antidemocrático dentre todos os que atualmente exercem mandato de chefe de Estado em países democráticos (BARROS, 2019).

A negligência com que o governo de Jair Bolsonaro vem lidando com a pandemia de covid-19 é espantosa. As ações do governo têm sido inadequadas em vários sentidos:



O ornitorrinco diante da morte

a falta de medidas de cuidado e antecipação no momento em que a gravidade da pandemia já se revelava nos países que foram atingidos por ela antes do Brasil (por exemplo, China, Itália e Espanha); a minimização do problema em seu estágio inicial no Brasil; a incapacidade de coordenar esforços dos diferentes níveis de governo; a orientação estratégica errática das ações de intervenção sanitária e administração dos sistemas de saúde; a comunicação pública confusa com emissão de mensagens contraditórias para a população; a incapacidade de fazer testagens em massa; o vácuo de liderança e a disposição do presidente em seguir criando crises políticas dentre as quais cabe destacar a demissão de dois ministros da saúde no período de menos de um mês. Em síntese, a atitude do governo brasileiro em relação à pandemia de covid-19 tem sua representação mais emblemática na frase dita por Bolsonaro a repórteres que faziam a cobertura do Palácio do Alvorada no dia 28 de abril, quando o Brasil ultrapassou a marca de 5 mil mortos: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”.

O que se segue é a elaboração de algumas hipóteses de interpretação sobre as peculiaridades da resposta que a sociedade brasileira - entendida coletivamente como animal político (*zoon politikon*) - tem dado ao problema da morte, tal como ele se coloca nos efeitos combinados das crises causadas pela pandemia de covid-19 e pelas ameaças de morte do experimento democrático vigente no país no período da Nova República (do fim da ditadura civil militar de 1964 até o presente).

Para sondar a viabilidade dessa linha de interpretação, serão revisadas, a seguir, algumas elaborações produzidas por pensadores de vários países ainda nos primeiros meses da pandemia mundial de covid-19 que foram reunidas na coletânea *Sopa de Wuhan*, organizada pelo coletivo de mídia ativismo *Medionegro*. Num segundo momento, a experiência brasileira é retomada e posta em contraste com as contribuições desses autores estrangeiros.

*

Desde os primeiros estágios da pandemia de covid-19 no mundo, vários pensadores têm interrogado seu possível impacto nas relações entre Estado, sociedade civil e processo de acumulação capitalista a partir de configurações nacionais diversas.



O ornitorrinco diante da morte

Nesse sentido, é possível encontrar avaliações muito díspares quanto ao sentido de novidade das transformações em curso.

Escrevendo no final de fevereiro, Giorgio Agamben identificava na adoção de medidas pelo governo italiano, ao seu ver, desproporcionais e injustificadas, de restrição de liberdades individuais sob o pretexto de combate ao avanço da pandemia uma ilustração da “(...) tendência crescente a empregar o estado de exceção como paradigma normal de governo” (AGAMBEN, 2020, p. 18). Slavoj Žižek, por sua vez, em texto publicado poucos dias depois, vai em sentido oposto ao de Agamben ao reconhecer a necessidade médica fundamentada da quarentena e identificar nos efeitos disruptivos da pandemia a possibilidade de um golpe fatal ao estilo *Kill Bill* no governo comunista chinês, que, de alguma forma, se assemelha ao que o episódio do acidente nuclear de Chernobyl teria representado para o fim do comunismo soviético.

Ainda segundo Žižek, dada a importância relativa da China na atual divisão internacional do trabalho, os efeitos desse golpe fatal, muito provavelmente se estenderiam para o capitalismo global, tornando vãs todas as previsões de breve retorno à normalidade e trazendo para a ordem do dia a necessidade de regulação financeira, redefinição dos poderes dos Estados-nação e estabelecimento de uma rede global de assistência médica (ŽIZEK, 2020).

Passando do campo da Teoria Política para o registro da investigação estética e existencial, Francisco “Bifo” Berardi elabora um diário de quarentena com o título *Crônica da Psicodetração* no qual explora algumas implicações da ideia do coronavírus como “um vírus linguístico gerado por um biovírus” (BERARDI, 2020, p. 37) que, ao escapar dos saberes da medicina e de nossos sistemas imunológicos, compromete a previsibilidade e a calculabilidade requeridas pelo processo de valorização do capital. Com o termo “psicodetração”, Berardi busca se referir, portanto, a esse fenômeno de interrupção abrupta e inesperada dos ritmos de superexcitação, ansiedade e prostração que a máquina capitalista nos impõe.

Ainda de acordo com Berardi, a desaceleração dos corpos (físico-individual e social-coletivo) assinalada pelo termo “psicodetração” representa também uma



O ornitorrinco diante da morte

ampliação inesperada do horizonte de possibilidades de transformação social para além do permitido pela depressão profunda a que a imaginação política esteve submetida durante o longo período de hegemonia ideológica neoliberal.

Na entrada de 3 de março de seu diário de quarentena, Berardi registra o trecho a seguir com um desdobramento surpreendente do argumento de caracterização do estado de psicodelfação, que agora passa a ser identificado com a morte, única saída possível do edifício lógico sem saídas que constitui o sistema capitalista:

O capitalismo é uma axiomática, ou seja, funciona baseado em uma premissa não comprovada (a necessidade de crescimento ilimitado que torna possível a acumulação de capital). Todas as concatenações lógicas e econômicas são coerentes com esse axioma, e nada pode ser concebido ou tentado para fora desse axioma. Não existe uma saída política da axiomática do capital, não existe uma linguagem capaz de enunciar o exterior da linguagem, não há nenhuma possibilidade de destruir o sistema, porque todo processo linguístico tem lugar dentro dessa axiomática que não permite a possibilidade de enunciados eficazes extrassistêmicos. A única saída é a morte, como nos ensina Baudrillard. Só depois da morte poderemos começar a viver. Depois da morte do sistema, os organismos extrassistêmicos poderão começar a viver. Isto é, se sobreviverem, naturalmente, e sobre isso não há nenhuma certeza (BERARDI, 2020, p. 40).

De volta ao campo da Teoria Política, a partir de um enfoque analítico marxista mais tradicional Alain Badiou revela em texto de meados de março seu desconforto com a proliferação de análises e discursos muitas vezes sem fundamento e beirando o misticismo que, a seu ver, passariam por cima da “(...) aterradora simplicidade e ausência de novidade da situação epidêmica atual” (BADIOU, 2020, p. 69-70), qual seja a de que em situações extraordinárias como guerras, desastres naturais e epidemias, em que a continuidade e normalidade do processo de acumulação capitalista se vê ameaçada pela ação de um “inimigo externo”, o Estado burguês é convocado a assumir um protagonismo maior do que o que seria “típico” numa economia de mercado. Esse maior protagonismo do Estado na atividade econômica pode se dar por vias mais diretas ou indiretas por coordenação e planejamento do setor privado. Tanto em um como em outro caso, o Estado capitalista pode eventualmente “passar por cima” dos interesses imediatos dessa ou daquela fração da classe proprietária dos meios de produção.



O ornitorrinco diante da morte

Seja como for, essa situação não altera em nada a natureza da dominação burguesa de que o Estado é a expressão política e cuja preservação no longo prazo constitui o propósito mesmo do emprego dessas medidas excepcionais. Em suma, a previsão de Badiou é que a pandemia de covid-19 não terá como legado “(...) nenhuma consequência política significativa em um país como a França” (BADIOU, 2020, p. 77).

Também escrevendo em meados de março, mas a partir de outro contexto, Byung Chul-Han observa como os países asiáticos (China, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan) já estavam àquela altura se saindo significativamente melhor, com menor número de mortes e contaminações do que os países europeus, que assumiam então o posto de epicentro mundial da pandemia. Chul-Han identifica como principal fator explicativo para tal a maior capacidade demonstrada por esses países em dispor de grandes volumes de informação para fins de monitoramento e controle epidemiológico. Essa vantagem comparativa dos países orientais, por sua vez, se explica por diversos fatores, quais sejam: a) econômicos, por razões de avanço tecnológico desses países nas áreas de tecnologia da informação (sobretudo de *big data*) e de capacidade industrial instalada (para a provisão de testagens em massa, por exemplo); b) políticos, pela presença de melhores condições de vigilância e disciplina da população (a China, como se sabe, é uma ditadura de partido único) e c) culturais, como um maior coletivismo e a constituição de um senso de privacidade diverso do que o encontrado nos países ocidentais.

Dessa maneira, para Chul-Han uma das mudanças mais significativas que podemos esperar para o mundo pós-coronavírus seria a redefinição do próprio conceito de soberania, de forma tal que daqui em diante o poder soberano tenderia a se definir não tanto por sua capacidade de determinar o abrir e o fechar de fronteiras de um país ou decretar estado de sítio e passaria a se identificar cada vez mais como o controle da maior quantidade de dados. Nesse sentido, Chul-Han se contrapõe diretamente às previsões de Žižek e coloca suas fichas na previsão de que o capitalismo global seguirá “ainda mais pujante” no pós-pandemia, com a tendência de cópia do modelo chinês de



O ornitorrinco diante da morte

“(...) modelo de Estado policial digital” pelos demais países (CHUL-HAN, 2020, p. 109-110).

Paul Beatriz Preciado, por sua vez, desenvolve um diagnóstico em sentido próximo ao de Chul-Han ao identificar no momento atual a aceleração de processos já em curso que envolvem a passagem a um novo modo de gestão biopolítica. Em suas palavras:

Estamos passando de uma sociedade escrita para uma sociedade *cyber*, de uma sociedade orgânica a uma sociedade digital, de uma economia industrial a uma economia imaterial, de uma forma de controle disciplinar e arquitetônica a formas de controle microprotéticas e midiaticocibernéticas (PRECIADO, 2020, p. 172)

Nesse novo modelo, que encontra no cenário da pandemia seu “(...) grande laboratório de inovação social” (PRECIADO, 2020, p. 179) o *locus* preferencial de formatação de corpos politicamente dóceis e economicamente úteis se desloca das típicas instituições disciplinares de confinamento e normalização (prisões, escolas, fábricas, hospitais, quartéis etc.) para o interior de nossos domicílios pessoais, agora incorporados aos circuitos de teletrabalho, teleconsumo e vigilância. Nesse sentido, Preciado nos convoca a identificar nossos corpos, subjetividades e locais de moradia como campos de disputa política para que tenhamos condições de passar de uma “(...) mutação forçada a uma mutação deliberada” (PRECIADO, 2020, p. 184).

*

Diante do atual cenário de crise, a imagem do ornitorrinco, evocada por Francisco de Oliveira no título de seu célebre ensaio de 2003, parece se mostrar mais uma vez adequada para indicar a singularidade evolutiva da vida social brasileira quando comparada às “soluções adaptativas” encontradas por outras “espécies” em outras partes do mundo. A metáfora do ornitorrinco, esse “bicho enigmático e disforme”, “que não é isso nem aquilo” (SCHWARZ, 2003, p. 7 e 15) foi empregada originalmente por Oliveira para descrever o retrato peculiar de uma formação socioeconômica que é moderna, urbana, industrial e sem qualquer resquício “pré-capitalista”, mas que tem se mostrado incapaz de dar o “salto” tecnológico característico da passagem da segunda



O ornitorrinco diante da morte

para a terceira revolução industrial (digital-molecular), além de concentrar parte crescente de sua força de trabalho no setor de serviços, sobretudo no mercado informal. Em suma, “o ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão” (OLIVEIRA, 2003, p. 141).

Hoje, dezessete anos após a publicação do ensaio de Oliveira, quando o mundo vislumbra a entrada no que alguns já identificam como uma quarta revolução industrial (automação, inteligência artificial e *big data*), a imagem do ornitorrinco volta a nos assombrar em sua capacidade de ilustrar a peculiaridade evolutiva da vida social brasileira. Vejamos então como o ornitorrinco - aqui tomado livremente como metáfora do animal político brasileiro - se comporta em seu *habitat* natural quando tentamos capturá-lo com as redes analíticas que nos foram dadas pela contribuição de pensadores de outros países.

*

O receio expresso por Agamben quanto à possível usurpação autoritária de garantias individuais sob pretexto de combate à pandemia simplesmente não se aplica ao caso brasileiro. O desprezo que o governo federal demonstra pela orientação de políticas públicas com base em evidências científicas e seus ataques reiterados às tentativas de governadores e prefeitos de promover políticas de isolamento são fatores que contribuem para descartar como infundada para o caso brasileiro a via de destruição da democracia vislumbrada por Agamben.

Essa conclusão, no entanto, não serve como atestado de boas condições de saúde das instituições democráticas no Brasil. Afinal, não há como ignorar a gravidade de fatos como a participação pessoal do presidente Jair Bolsonaro em manifestações pedindo o fechamento do Congresso Nacional e do STF; ameaças de militares da ativa e da reserva contra instituições da República e a ocupação crescente de postos administrativos do poder executivo federal por militares. Para dizer de forma clara: as ameaças de morte do bolsonarismo à democracia brasileira estão apoiadas em reivindicações de legitimidade que não são as da racionalidade tecnocrática, quais sejam: do mero corporativismo e do obscurantismo anticientífico.



O ornitorrinco diante da morte

Também os argumentos trazidos por Badiou a partir de sua apreciação do caso francês parecem não aderir muito bem à realidade brasileira. Com efeito, o governo Bolsonaro parece ávido em se alinhar aos interesses econômicos mais predatórios e de curto prazo (expansão do desmatamento da Amazônia, liberação irrestrita de agrotóxicos, insistência em boicotar as medidas de isolamento social em favor da reabertura das atividades econômicas o quanto antes e a qualquer custo), sendo mesmo difícil discernir em suas ações qualquer racionalidade estratégica além da garantia de sobrevivência política do governo.

Quanto aos processos de redefinição da própria noção de soberania e dos padrões biopolíticos referidos tanto por Chul-Han quanto por Preciado, ao que parece mais uma vez o ornitorrinco ficará pelo meio do caminho da “evolução natural das espécies”. Nesse sentido, a baixa quantidade de testes diagnósticos aplicados é um dos principais indicadores do modo “voo às cegas” seguido pelo governo brasileiro na forma como vem lidando com a pandemia de covid-19. A alienação de poder soberano do Estado brasileiro em termos de capacidade de disposição e controle de informações pode ser medida pela decisão tomada pelo governo federal de não mais divulgar os dados epidemiológicos, que só voltaram a ser disponibilizados ao público por decisão expedida pelo ministro Alexandre de Moraes do STF no dia 8 de junho. É, nesse sentido, revelador que diante da persistência de problemas de limitação dos dados e de sua forma de apresentação pelo governo federal, alguns dos principais órgãos da imprensa brasileira formaram um consórcio inédito para levantamento próprio de informações a partir de dados colhidos diretamente junto às secretarias estaduais de saúde.

Por fim, o processo de deflação psíquica indicado por Berardi - que traz em si a possibilidade de abertura de horizontes de alternativas inesperadas à imaginação política - parece esbarrar, no caso brasileiro, em uma contratendência que poderíamos chamar de inflação psíquica bolsonarista. Nesse sentido, a manutenção de um estado permanente de agitação e ansiedade pelo ruído incessante do noticiário político de Brasília se apresenta como contraponto à desaceleração corporal característica da deflação psíquica identificada por Berardi.



O ornitorrinco diante da morte

Quanto ao desafio lançado por Preciado para que assumamos nossas formas de ser no mundo como campo de batalha e tenhamos condições de disputar ativamente o sentido do processo de mutação por que estamos passando, torna-se imperativo resistir ao assédio constante da inflação psíquica bolsonarista e lutar pelo controle de nossas capacidades de atenção consciente e percepção sensível.

*

No exercício aqui seguido foi tentada uma interpretação do cruzamento entre duas crises que levam o animal político brasileiro (aqui representado pela metáfora do ornitorrinco) a confrontar o problema de sua morte. A principal constatação obtida nesse esforço foi da insuficiência das respostas obtidas no contato com a inteligência crítica de outros contextos nacionais. Diante das ameaças de interrupção de sua vida em sentido biológico (*zoé*) e político (*biospolitikos*), o ornitorrinco precisará, portanto, encontrar dentro de si mesmo a maior parte das respostas e energias necessárias para fazer o que precisa ser feito no momento: lutar pela sobrevivência, afastar pulsões suicidas, encaminhar seu luto de forma digna e encarar a finitude da existência como condição que dá sentido à vida.

Referências

AGAMBEN. Giorgio. Homo Sacer. **O poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

AGAMBEN. Giorgio. La invención de una epidemia. *In*: Agamben G., Zizek S., Nancy JL., Berardi F., Petit SL., Butler J., et al. **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BADIOU, Alain. Sobre la situación epidémica. *In*: Agamben G., Zizek S., Nancy JL., Berardi F., Petit SL., Butler J., et al. **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

BARROS, Celso Rocha de. A Queda. Hipóteses sobre o governo Bolsonaro. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, ed. 150, março de 2019.



O ornitorrinco diante da morte

BERARDI, Franco “Bifo”. Crónica de lapsicodeflación. In: Agamben G., Zizek S., Nancy JL., Berardi F., Petit SL., Butler J., et al. **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

CHUL-HAN, Byung. La emergencia viral y el mundo de mañana. In: Agamben G., Zizek S., Nancy JL., Berardi F., Petit SL., Butler J., et al. **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

DIAMOND, Larry. **What is Democracy?** Stanford, 24 jan. 2004. Disponível em: <https://diamond-democracy.stanford.edu/speaking/lectures/what-democracy>. Acesso em: 04 de mar. 2021

DIAMOND, Larry. Facing up to the democratic recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n.1, p. 141-155, 2015.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PÊSSOA, Samuel e LISBOA, Marcos. **O Valor das ideias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PRECIADO, Paul Beatriz. Apreendiendo del virus. In: Agamben G., Zizek S., Nancy JL., Berardi F., Petit SL., Butler J., et al. **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio com perguntas. In: **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ZIZEK, Slavoj. El coronavirus es un golpe al capitalismo al loKill Bill. In: Agamben G., Zizek S., Nancy JL., Berardi F., Petit SL., Butler J., et al. **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

Notícias

BRASIL tem 47897 mortes por coronavírus, mostra consórcio de veículos de imprensa (atualização das 8h). **G1**, 19/06/2020, Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/19/brasil-tem-47897-mortes-por-coronavirus-mostra-consorcio-de-veiculos-de-imprensaatualizacao-das-8h.g.html>>. Acesso em: 04 de mar. 2021.



O ornitorrinco diante da morte

CORONAVIRUS RESOURCE CENTER. **Johns Hopkins University Medicine**. Acesso: Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em: 04 de mar. 2021.

E DAÍ? Lamento. Quer que eu faça o quê? diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; sou Messias mas não faço milagre. **G1**, 28/04/2020, Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eufaca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 04 de mar. 2021.

Texto recebido em 27/06/2020 e aprovado em 04/02/2021

DOI: 10.46269/10221.523



Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

*Inova Educação Program in the state of São Paulo (2020): transformation today,
inspiration tomorrow?*

Rodrigo Pereira da Silva¹

Resumo: Este ensaio envolve a mudança na educação paulista a partir do Programa Inova, refletindo a respeito do impacto das ações administrativas na prática docente. O desenvolvimento do texto foi feito através da análise documental, bibliográfica e contribuições pessoais permitidas por minha atuação enquanto docente na educação pública paulista. O programa resultou em alterações na rotina, novas matérias e imputou mais responsabilidade para alunos e professores. Logo, a escola está incorporando metodologias de controle de gestão e fazendo com que as ações de professores e alunos busquem metas estabelecidas que são representadas na nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB).

Palavras-chave: Educação. Inova. Professor. Trabalho docente. Reforma.

Abstract: This essay involves the change in São Paulo's education from the Inova Program, reflecting on the impact of administrative actions on teaching practice. The development of the text was made through documentary analysis added to personal contributions as a teacher in public education in São Paulo state. The program resulted in changes in routine, new subjects and placed more responsibility on students and teachers. Therefore, the school is incorporating management control methodologies and making the actions of teachers and students seek established goals that are represented in the note in the Brazilian Education Development Index (IDEB).

Keywords: Education. Innovate education. Teacher. Teaching work. Reform.

¹Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) campus de Araraquara. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UNESP - Araraquara). Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional - GREPPE (UNESP - Rio Claro), Araras, São Paulo, Brasil. Professor de Sociologia contratado junto à Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. E-mail: rodrigounesp@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1653-179X>.



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

1. Introdução

O presente ensaio tem como objeto o Programa Inova Educação: transformação hoje, inspiração amanhã, um projeto que está sendo colocado em prática pelo governo estadual paulista nas unidades de ensino da rede pública e que conta com a parceria do Instituto Ayrton Senna (IAS). Para a confecção deste texto, foi feita investigação nos sites do Programa Inova e do IAS, e interpretados à luz das contribuições de trabalhos do campo da Ciências Sociais.

Laval (2019) e Freitas (2018) mostram a ação neoliberal na educação implantando formação ligada à prevalência do mercado e compartilhado por órgãos internacionais como Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Depieri (2019) contribui com sua pesquisa para uma compreensão da capilaridade do IAS, seu local de atuação frente ao contexto nacional e internacional, linha de pensamento ligada ao Movimento Todos pela Educação e sua forte participação na formulação de políticas públicas. Dagnino (2004) apresenta o contexto social a partir da redemocratização do país com a disputa entre grupos antagônicos que possibilitou a vitória do grupo neoliberal e imposição de sua pauta concomitante com reformas neoliberais no Estado brasileiro.

A pesquisa ainda possui contribuição pessoal proporcionada por minha atuação em salas de aulas como professor da rede pública paulista. Desta maneira, a pesquisa é qualitativa, conforme “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2002, p. 21-22).

2. Contexto e origem



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

A educação passa por forte mudança. A compreensão do que ocorre é possível através de olhar investigativo para o passado a fim de encontrar as origens das ideias e concepções que norteiam as atuais ações. Fernandes (2020, p. 347) já alertava que “os fenômenos de alteração de padrão estrutural da sociedade costumam a se tornar visíveis: quando se percebe o que está acontecendo, a sociedade já não é mais a mesma”.

Hoje o neoliberalismo coloca em prática seu projeto econômico, político e social. Através da educação os preceitos neoliberais são introjetados e incorporados pela população. O crescimento de movimentos ligados à educação, com atores ligados à burguesia capitalista industrial e financeira, ocorre no país paulatinamente desde a redemocratização. De acordo com Dagnino (2004) a reconstrução democrática brasileira ocorrida na década de 1980 possibilitou conjuntura favorável e visibilidade para projeto neoliberal que foi instaurado no país nas décadas seguintes, e teve como oposição nessa querela o projeto democratizante participativo, o qual emergiu a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático. A disputa entre os projetos antagônicos assumiu caráter de disputa de significados² para referências comuns como participação, sociedade civil, cidadania e democracia.

O projeto neoliberal foi exitoso. A disputa da sociedade civil foi favorecida pela atuação do campo político que modificou a administração pública, e que de maneira crescente se ausentou da elaboração e execução de políticas públicas abrindo espaço para o chamado terceiro setor. A implementação neoliberal a partir do Presidente Collor (1989) fez surgir a feição do Estado ausente de seu papel garantidor de direitos - através da redução de tamanho e transferência de responsabilidade para a sociedade civil -, constituindo o núcleo do processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal (DAGNINO, 2004).

O movimento empresarial atua cada vez mais na educação em parceria com o Estado, e participa das reformas. A educação é sequestrada “pelo empresariado para

² Sobre a incorporação de palavras ao grupo neoliberal, ver Gentili e Silva (2015).



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

atender a seus objetivos de disputa ideológica [...] vista como ‘serviço’ que se adquire, e não como um direito” (FREITAS, 2018, p. 2018). Os setores privados, através das novas instituições, são “novas vozes que não são eleitas, nem supervisionadas pela população, têm tido participação significativa na determinação de políticas educacionais” (AVELAR, 2019, p. 74). O neoliberalismo enxerga a escola a partir de sua ideia de sociedade calcada no livre mercado como força motriz produtora do avanço social com qualidade, refinando a ineficiência por meio da concorrência (FREITAS, 2018).

Desde 2007, o movimento empresarial vem definindo as ações do governo Federal para a educação básica, como o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Plano Nacional de Educação (2014-2024) que dispõe sobre toda educação brasileira; apesar das resistências. Os empresários difundem sua agenda e pedagogia principalmente por meio de coalizões como o Todos pela Educação reunindo banqueiros, grandes empresários dos meios de comunicação e o chamado “Terceiro Setor” empresarial. (LEHER; VITTORIA; MOTTA, 2017 apud DEPIERI, 2019, p. 4).

Os reformadores empresariais³, através das mudanças, moldam a formação para finalidade desejada imaginando o futuro da sociedade neoliberal inserida no capitalismo global. A intenção é alcançar o aumento produtivo e o indivíduo passa a ser visto como capital que pode ser transformado e moldado através da educação. A Teoria do Capital Humano (TCH) é que irá nortear o pensamento dos grupos privados que atuam na educação. A TCH está no cerne da doutrina dominante na educação, exprimindo a intenção “de mobilizar saberes em número cada vez maior, sob o duplo aspecto de fator de produção e mercadoria” (LAVAL, 2019, p. 51).

³O termo tem origem no conceito reforma empresarial que Freitas (2018) faz uso e que foi proposto por Ravitch (2013) que define seu significado: “‘Reforma’ realmente não é um bom nome, porque os defensores dessa causa não procuram reformar a educação pública, mas transformá-la em um setor empreendedor da economia... as raízes desse movimento de reforma podem ser atribuídas a uma ideologia radical que tem uma desconfiança fundamental em relação à educação pública e uma hostilidade ao setor público em geral. O movimento de ‘reforma’ é na verdade um movimento de ‘reforma empresarial’, financiado em grande parte por fundações, gerentes de fundo hedge de Wall Street, empreendedores e o Departamento de Educação dos EUA. O movimento está determinado a cortar os custos e maximizar a concorrência entre escolas e entre professores”. (RAVITCH, 2013 apud FREITAS, 2018, p. 39).



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

A chamada teoria do capital humano (TCH) atribui à educação um lugar estratégico capaz de produzir ganhos adicionais para o capital, desde que a socialização (em sentido durkheimiano) seja bem orientada e o adiestramento profissional seja congruente com as demandas do capital. (LEHER, 2014 apud DEPIERI, 2019 p. 16).

Neste contexto político é que o IAS⁴ está inserido e atua. As premissas comungam com as descritas por Laval (2019) e Freitas (2018), e como veremos a seguir o programa educacional Inova segue a lógica neoliberal e que tem em seu cerne a TCH.

3. Inova Educação e observações

O ano de 2020 iniciou com uma expectativa alta no setor educacional, principalmente no estado de São Paulo. O motivo era a implementação do programa “Inova Educação: transformação hoje, inspiração amanhã”. Os preparativos se iniciaram no ano anterior. A Secretaria da Educação de São Paulo formou parceria junto ao Instituto Ayrton Senna (IAS) e, seguindo seus dizeres, “baseados em experiências exitosas”⁵, lançaram o programa Inova Educação. Assim que o programa foi anunciado, as mudanças que provocava foram logo alardeadas para todos, mas pouco entendidas pelos alunos. O Inova apresenta-se com efeito de correção de rumos da educação, mas dá a impressão de estar alinhado com o que Freitas (2018) e Laval (2019)⁶ argumentam como sendo alinhamento.

⁴Sobre o IAS, ver Depieri (2019) e Silva (2021).

⁵Aspas atribuídas à fala da Viviane Senna, presidente do IAS, durante sua apresentação no lançamento do Programa Inova Educação.

⁶Sobre o tema, Laval (2019, p. 19) diz que “a concepção de educação que inspira as reformas [...] não é fruto de uma espécie de complô, mas de uma construção muito eficaz, na medida em que não é possível identificar facilmente uma ou várias instâncias responsáveis por ela, o processo é difuso, tem múltiplas plataformas nacionais e internacionais cuja ligação não é clara à primeira vista, utiliza em geral vias técnicas e se apresenta com frequência com as melhores intenções ‘éticas’. As organizações internacionais (Organização Mundial do Comércio – MOC, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI, Comissão Europeia) contribuem para essa construção, transformando ‘constatações’, ‘avaliações’ e ‘comparações’ em oportunidades para produzir um discurso global que tira sua força justamente da dimensão planetária”.



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

[...] a reforma permite o alinhamento da escola à necessidade dos novos processos produtivos, coordenado pela OCDE e agências internacionais, visando a inserção das cadeias produtivas nacionais na lógica das cadeias internacionais, o que exige um alinhamento com as necessidades da Revolução Industrial 4.0 e as reformas que ela demanda. (FREITAS, 2018, p. 29).

As mudanças propostas caminham no sentido de adequação da formação pública ofertada. Segundo Fernandes (2020), quando a burguesia não consegue realizar seus planos no âmbito privado, ela faz uso do Estado e de sua força coercitiva para exercer sua vontade pessoal.

O objetivo, segundo as diretrizes do programa, é tornar a escola mais conectada com os anseios dos estudantes e formá-los para as competências do século 21. Essas competências contemplam um variado conjunto de habilidades, conhecimento e atitudes e, de acordo com o comunicado à imprensa postado no site do programa, “[...] estão relacionadas ao sucesso na vida e a uma inserção mais qualificada em um mercado de trabalho, o qual está em constante mudança em função das transformações tecnológicas” (SÃO PAULO, 2019a, texto eletrônico). Além disso, o Inova objetiva realocar o discente em posição centralizada no processo de aprendizagem, possibilitando protagonismo e engajamento. O objetivo está alinhado com o desejo dos reformadores empresariais.

Do ponto de vista das finalidades da educação, embora nem sempre explícitas, os reformadores visam a implementação de reformas educacionais para, por um lado, garantir o domínio de competências e habilidades básicas necessárias para a atividade econômica revolucionada pelas novas tecnologias e processos de trabalho (Revolução 4.0) e, por outro, garantir que tal iniciativa se contenha dentro da sua visão de mundo que se traduz em um status quo modernizado. O objetivo final deste movimento é a retirada da educação do âmbito do ‘direito social’ e sua inserção como ‘serviço’ no interior do livre mercado, coerentemente com sua concepção de sociedade e de Estado. (FREITAS, 2018, p. 41-42).

O programa coloca na posição de protagonismo a escola e as famílias no processo de desenvolvimento de habilidades socioemocionais. As habilidades, de acordo com o Inova, ajudam na melhoria da aprendizagem dos estudantes e são de grande importância para “estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade e, portanto, têm menos



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

oportunidades” (SÃO PAULO, 2020, texto eletrônico). A resultante do processo demonstrado no documento é a melhora do aprendizado e facilitação da aprendizagem das habilidades cognitivas. O desenvolvimento socioemocional gerará impacto em futuras realizações da vida do estudante e assim será multiplicador benéfico para a sociedade.

As alterações apresentadas implicaram uma mudança na carga horária; a duração das aulas, que era de 50 minutos, passou para 45 minutos, e o número de aulas passou de seis para sete por dia. Além disso, houve a criação de três novas matérias: Projeto de Vida (PV), Eletivas e Tecnologias. A consequência direta e que mais chamou a atenção dos alunos foi que a saída da escola ocorreria 15 minutos mais tarde do que era habitual.

A mudança que se apresentou devido ao programa também mostrou, logo de início, vários desafios. Quem seriam os docentes responsáveis pelas novas disciplinas? Como a escola se adaptaria à nova organização escolar?

A educação estadual deveria se adequar às mudanças feitas na instância federal. Assim, a primeira alteração diz respeito à organização escolar de nossa nação. O Ministério da Educação, ainda na gestão Michel Temer, havia aprovado a Medida Provisória 746 de 22 de setembro de 2016 da Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2016), além de homologar a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018a)⁷. Assim, todos os estados deveriam adequar seus currículos educacionais e o Inova faz parte desse processo, assim como o NOVOTEC⁸ que, anterior ao primeiro, também surge nesse contexto.

O sistema educacional paulista é denso e conta com mais de 3,6 milhões⁹ de estudantes, de acordo com o Censo Escolar de 2013 (BRASIL, 2013a). O número representa 36% do total de estudantes matriculados no país. O quadro de professores é composto por cerca de 250 mil docentes, porém o número é insuficiente e a falta de

⁷ Sobre os reformadores empresariais e a BNCC, ver Costola e Borghi (2018).

⁸ O programa Novotec oferece cursos técnicos e profissionalizantes gratuitos aos estudantes do ensino médio das escolas estaduais paulistas.

⁹ O número atual de estudantes é de mais de 4 milhões (SÃO PAULO, 2023).



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

professores é uma realidade enfrentada diariamente pela rede. Ainda há a questão das salas de Ensino Fundamental II, que chegam a ter em média 35 alunos, e o Ensino Médio com número ainda superior a esse.

A preparação para o ano de 2020 exigiu que os docentes fossem qualificados para as novas disciplinas. A capacitação foi então ofertada através da Escola de Formação dos Profissionais de Educação na modalidade EAD por meio de três cursos iniciais e, posteriormente, mais três cursos de aprofundamento com carga horária de 30 horas cada um, totalizando 180 horas. Entretanto, isso não representou a totalidade do corpo docente ou nem mesmo um número mínimo de professores prontos para ocupar as novas matérias na grade curricular.

As inscrições tiveram início no mês de junho e as aulas iniciaram no formato EAD a partir de 16 de junho, com data limite para 30 de agosto, prorrogada até 05 de setembro. Para professores contratados, a necessidade de realizar o curso era ainda maior porque ele ampliava o leque de opções de aulas que poderiam ser atribuídas.

As Diretorias Regionais de ensino, junto às escolas, vão tentando zerar o saldo de aulas, ou seja, fazer com que todas as aulas sejam atribuídas. O sistema de escolha tem como critério a pontuação de cada professor, que tem por base dias trabalhados, cursos de mestrado e doutorado e outros critérios profissionais. Assim, os professores são classificados a partir de seu enquadramento profissional com os números de pontos que possuem. A classificação é utilizada para observar a vez de cada um participar do processo de escolha de aulas.

O ano escolar iniciou após mais um turbulento processo de atribuição¹⁰ de aulas feito nas Diretorias de Ensino, uma vez que nelas são agregados candidatos à contratação de toda a região abrangida. Logo, o número de professores é alto. Diversos professores sofreram com um processo altamente desrespeitoso, que causou 12 horas de espera em muitos casos; em outros, o tempo foi ainda maior.

¹⁰ Vale destacar que a partir de 2021 o processo de atribuição passou a ser online motivado principalmente pela pandemia de COVID-19, assim os docentes contratados puderam manifestar o interesse pelas aulas através da Secretaria de Educação Digital (SED).



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

Eram chamados professores por bancas divididas em Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, Português e Línguas, Educação Física e Arte. As matérias do Inova dentro desse processo ficaram em segundo plano e seriam atribuídas posteriormente. Esse cenário, tensionado pela incerteza e pela turbulência da atribuição, fez com que as escolhas levassem ainda mais tempo. A motivação para passar por todo esse processo era o medo de iniciar o ano letivo sem aulas atribuídas, logo, sem salário.

A ausência de perspectivas de melhora na função docente é que tortura e entra como mais um ingrediente nesse caldeirão composto por alunos, pais, governo e obrigações. O docente está sufocado por conta dessas demandas e ainda deve manter seu foco no processo de ensino e aprendizagem. De forma metafórica, o docente tem sido tratado como um trabalhador na esteira de produção, cujas tarefas e responsabilidades são aumentadas ao longo do tempo, mas sem que novas ferramentas sejam de fato incrementadas. Além disso, as condições de trabalho também se deterioraram nesse percurso.

4. Motivos para a mudança: a situação da Educação

No início da legislação (2019-2022), os governos estaduais receberam diagnóstico a respeito da educação elaborado pelo IAS e, a partir dele, novas políticas públicas no campo educacional passaram a ser implantadas (DEPIERI, 2019). O diagnóstico do Instituto, que se confunde com o apresentado pela Gestão Dória, prega a necessidade de melhoria de resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB), uma vez que São Paulo apresenta resultado inferior à meta estabelecida, como mostra o gráfico do IDEB do Ensino Fundamental Anos Finais (SÃO PAULO, 2022).

O IDEB paulista, de acordo com o INEP, no Ensino Fundamental Anos finais foi superior à meta até 2011, quando o resultado foi de 4,3 e estava 0,1 acima da meta estabelecida. Porém, a partir de 2013, os resultados obtidos ficaram abaixo da meta e a



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

diferença foi sendo acentuada a cada biênio. O declínio paulista apresentou 4,8 como resultado, sendo que a meta estabelecida era de 5,3 pontos no IDEB. Embora o gráfico demonstre avanço dos resultados obtidos, ele ocorreu em uma velocidade inferior ao aumento da meta, fazendo com que os números de São Paulo ficassem abaixo e a diferença aumentasse ano a ano (BRASIL, 2013b).

A situação dos resultados no Ensino Médio mostra similaridade com o ocorrido no Ensino Fundamental. De 2007 até 2011, o IDEB paulista esteve acima da meta e teve ligeira melhora de 0,3 no período, saindo de 3,4 no ano de 2007 e chegando a 3,9 no ano de 2011. Contudo, no ano de 2013 houve um declínio de 0,2 no IDEB de São Paulo enquanto a meta continuou sua trajetória ascendente, sendo que, naquele ano, o número imposto era de 3,9. A diferença que iniciou em 0,2 no ano de 2013, com o resultado paulista observado de 3,7 em relação à meta, alcançou o patamar de 0,8 no ano de 2017 com a meta estabelecida em 4,6 e o resultado observado da rede de 3,8 (BRASIL, 2018b).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia responsável pelas avaliações e pela compilação de dados. A meta do IDEB surgiu como condutora de políticas públicas ligadas à melhoria da educação nacional. A meta é de que, em 2022, o IDEB seja igual a 6. As metas intermediárias foram balizadas pelo INEP no âmbito do programa de metas fixadas pelo Compromisso Todos pela Educação do Ministério da Educação (BRASIL, 2007), que trata da educação básica. Traçadas as metas intermediárias, cada sistema deveria acompanhá-la para que a desigualdade educacional fosse superada e a meta estabelecida para o ano do bicentenário da independência fosse atingida. O índice leva em consideração a média de avaliações como Prova Brasil (escolas e municípios), Sistema de Avaliação da Educação Básica, SAEB, além de outros dados obtidos a partir do censo escolar. As avaliações em larga escala medem a proficiência dos alunos em português e matemática.



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

Junto aos anseios governamentais¹¹, ainda há os pais que julgam saber o que seria o melhor para seus filhos. Já os professores e alunos estão juntos nesse processo em que a responsabilidade da vida escolar é delegada ao docente, que deve cumprir currículo, cuidar da turma toda e de diversas outras obrigações, sendo que cada um têm suas próprias responsabilidades. Elas, que já são muitas, aumentaram com o Inova. A redução de 5 minutos na duração das aulas exigiu um processo de adaptação, pois os turnos de trabalho passam de forma extremamente veloz e desgastante. Essa redução de tempo das aulas resultou na maior realização de atividades por parte do docente na escola, especialmente porque foi aumentado o número máximo de aulas lecionadas diariamente de 9 para 11 aulas.

A docência é algo que exige reflexão, leitura corporal em sala de aula para compreender a comunicação não verbal dos alunos, já que é dentro da sala de aula o local de verdadeiro domínio de professores. É nela que a “mágica” deve ocorrer nesse processo em que o docente oportuniza o conhecimento científico para o aluno e, na maioria das vezes, propõe transformar a linguagem para que o aluno aprenda. O professor é um alquimista que transforma o conhecimento científico em produto acessível para seu público. O sucesso do docente nessa tarefa tende a representar aprendizagem satisfatória pelos discentes. Nesse processo, nos aproximamos da qualidade social da educação, pois consideramos as condições de vida dos discentes e os aspectos valorativos da educação, vendo-a como um direito e não um privilégio, tendo capacidade emancipatória (BERTAGNA; MELLO, 2020).

A realidade da sala de aula está ao alcance de personagens de fora dela. A aula tende a sofrer pressões externas e o trabalho docente é medido sempre ao seu final quando os alunos fazem as provas e avaliações externas de desempenho. São testes e pesquisas que mostram o resultado educacional. Para o governo, é necessária a mudança

¹¹As intenções governamentais da busca por melhores resultados “consiste em introduzir, *em algum grau*, os parâmetros de funcionamento de uma empresa no interior do serviço público, criar ferramentas de aferição e certificação de qualidade (externamente à escola), dar visibilidade das avaliações na mídia e condicionar os recursos hoje disponíveis e metas de aumento da qualidade das redes e das escolas”. (FREITAS, 2018, p. 34).



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

na educação pelo imperativo da Reforma do Ensino Médio e pelo resultado (não) alcançado em provas como Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Além dos testes, o governo estadual realizou pesquisas para justificar mudanças.

A Secretaria de Educação, através de pesquisa realizada com os alunos, descobriu que 87% dos estudantes desejam receber orientações e ajuda para descobrir suas vocações, sonhos e fazer escolhas da vida. Para 91% dos estudantes que participaram da pesquisa, é importante ou muito importante aprender a usar novas tecnologias. O diagnóstico junto aos professores é de que 94% acham importante ter projeto de vida na escola e 93% acham importante a escola ampliar a capacidade dos estudantes de utilizar tecnologias (PORVIR, 2019).

A tempestade perfeita para alterações no campo da educação estava formada com a projeção do cenário: estudantes querendo mudanças; professores (aqueles que participaram das pesquisas) dando sentido às alterações; baixo desempenho por parte dos discentes em exames de avaliação. O foco na melhora dos índices é algo que vem sendo buscado anteriormente ao programa Inova Educação. Primeiro, foi lançado o programa Gestão em Foco, implantado em 1082 unidades escolares através da utilização do Método de Melhoramento de Resultados (MMR)¹², a fim de que essas unidades conquistassem avanços educacionais, pedagógicos e de gestão (SÃO PAULO, 2017).

As mudanças em processo têm como foco central a melhoria dos resultados, que deve ser expressa nos números obtidos nos exames de avaliação. As ações do governo estadual estão consonantes com a organização federal. Além do compasso alinhado, há a busca por resultados, colocando na educação uma visão empresarial. O Ministério da Educação, que já havia aprovado a Reforma do Ensino Médio, posteriormente aprovou a

¹² A intenção do programa é melhorar o aprendizado de 1 milhão de estudantes do Ensino Fundamental e Médio com a formulação de planos de trabalho personalizados e monitorados pela própria comunidade escolar. De acordo com informações da Secretaria, o MMR é utilizado desde o planejamento estratégico para o ano letivo e passa por etapas como identificar os desafios, planejar formas de superá-los e implantar soluções elaboradas (SÃO PAULO, 2017).



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

BNCC. As novas disciplinas estão de acordo com as competências elencadas pela base nacional. São 10 competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo de todos os anos da educação básica. As competências estão divididas em 1 - conhecimento; 2 - pensamento científico, crítico e criativo; 3 - repertório cultural; 4 - comunicação; 5 - cultura digital; 6 - trabalho e projeto de vida; 7 - argumentação; 8 - autoconhecimento e autocuidado; 9 - empatia e cooperação; 10 - responsabilidade e cidadania (BRASIL, 2018a).

As disciplinas, do ponto de vista ideal ou teórico, depositam o protagonismo, mais uma vez, no aluno, e a responsabilidade do processo é calcada no docente. Os jovens possuem uma educação voltada para o empreendedorismo, tornando-os senhores de suas escolhas e concorrendo com os demais companheiros discentes em uma espécie de “darwinismo social” (FREITAS, 2018) demonstrando o pensamento de que

[...] se o mundo é pautado pela concorrência, há que se preparar as crianças para ‘competir’ nele, tal como ele é. Nenhuma perspectiva de humanização ou transformação social é agregada aos processos educativos, daí seu caráter reacionário e conservador. (FREITAS, 2018, p. 28).

A promessa anunciada foi de que as aulas de Projeto de Vida, a primeira disciplina nova, seriam feitas com atividades que apoiam os alunos no planejamento de sua vida na escola e do seu futuro; auxiliam os estudantes a desenvolverem a gestão do próprio tempo, a organização pessoal e o compromisso com a comunidade. No limite, as três matérias têm como finalidade teórica o sentimento de pertencimento do aluno, além de trabalhar com sua perspectiva de futuro e habilidades socioemocionais. São pensadas para que se trabalhe hoje projetando onde quer se chegar, qual é o objetivo. Ela é ministrada por um docente e ocorre duas vezes na semana (SÃO PAULO, 2019b).

A segunda disciplina criada foi a Eletiva (SÃO PAULO, 2019b), na qual os estudantes têm a possibilidade de escolher, a cada semestre, as aulas que irão cursar a partir do ofertado pela escola. Desta maneira, as Eletivas são criadas a partir de feedbacks dos alunos, que são transformados em conteúdos disciplinares. A terceira



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

disciplina foi Tecnologia e Inovação (SÃO PAULO, 2019b), que traz aulas focadas no aprendizado do uso de tecnologias do século XXI a fim de criar seus próprios projetos. Durante o treinamento para lecionar a disciplina, foi veiculada a informação nos vídeos transmitidos na plataforma da EFAPE que as escolas receberiam kits de robótica e outros suportes para que a disciplina pudesse ser efetivada, mas, até a parada provocada pela pandemia, a situação permanecia em espera.

A função do docente nessas três novas matérias é praticamente a mesma: observar o estudante enquanto ele realiza atividades; analisar os produtos parciais criados em atividades individuais ou em grupo; promover a autoanálise e autoavaliação do estudante; discutir com outros professores sobre comportamentos e produções do estudante. A avaliação dos discentes ocorre a partir do engajamento do aluno, não havendo parâmetro de nota de zero a dez (SÃO PAULO, 2019b).

O fato é que as alterações em curso no estado de São Paulo estão em consonância com mudanças ocorridas na organização federal. Elas introduzem uma lógica empresarial que cria exigências para as escolas públicas. Os programas INOVA e Gestão em Foco fazem parte dessa perspectiva empresarial.

O contexto macro da educação está desenhado com a definição da BNCC (BRASIL, 2018a), assim, uma definição do que se deve ensinar para o aluno já está montada para todo o território nacional, havendo espaço para que cada região incorpore traços regionais no cardápio escolar. Uma vez estabelecido o que deve ter como base a educação, torna-se mais fácil medir a eficácia dos envolvidos no processo educacional. O foco é a obtenção de resultados. Logo, a lógica administrativa é posta em prática dentro do ambiente escolar e seu sucesso depende do trabalho desempenhado em sala de aula. O que está por trás é o pensamento de que se a prática dá certo no setor privado, ela terá eficácia no setor público (FREITAS, 2019).

O sucesso e o fracasso serão medidos com base nos resultados das avaliações de larga escala, que analisam a proficiência em Português e Matemática. Neste processo, ocorre uma homogeneização dos discentes. Embora a propaganda seja de maior atenção



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

à formação do aluno que não possui mais interesse na escola, o olhar destas novas diretrizes educacionais está voltado para a obtenção de resultados. Basicamente, o docente não se preocupa com a aprendizagem ou com a formação de um aluno humanista; a preocupação está somente no alcance de resultados em provas e preparação para que os alunos se saiam bem na avaliação.

A tentativa de alcançar o resultado é feita pelo cumprimento do currículo, que se torna a maior meta do docente dentro do atual processo de ensino, não havendo tempo para que as habilidades sejam de fato trabalhadas. O ritmo é único e o professor luta para que o aluno acompanhe a velocidade imposta verticalmente. O aluno tenta se encaixar nesse processo, mas, na busca por resultados, os envolvidos no interior da sala de aula estão alienados e renegados cada um à sua responsabilidade individual imputada pelo poder público.

Considerações Finais

A investigação motivada a partir da experiência dentro da sala de aula permite nova compreensão do que está ocorrendo dentro da educação. É um processo que faz com que ocorra o despertar da consciência diante da alienação imposta atualmente. Ao mesmo tempo em que o campo de atuação segue restrito, é extremamente necessário compreender a produção bibliográfica que já existe sobre o tema e poder contribuir também para o estado da arte com este ensaio. Assim como escreveu Freitas (2018), é necessário um movimento de resistência frente às mudanças e luta para que a educação seja de fato ponto de mudança social, e não de conformação de ordem imposta ao longo de nossa história, descrita por Florestan Fernandes (2020) em *A Revolução Burguesa no Brasil*. A superação das contradições deve ser buscada e não a sua conformação. A formação do discente deve contemplar a sua vida enquanto trabalhador sem deixar a cidadania que vai muito além do mercado. Educação não pode ser projeto de classe social, ela é projeto de nação e deve ser tratada como tal.



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

Referências

AVELAR, Marina. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BERTAGNA, Regiane H.; MELLO, Liliane R. Qualidade e avaliação: influências e significados na educação brasileira. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 9, n. 2, p. 287-304, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3bDiMYw>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Censo Escolar de 2013**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013a.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007.

BRASIL. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb 2005-2013**. Brasília, DF: Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013b.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL. **Nenhum estado atinge a meta do Ideb 2017 no ensino médio**. Ministério da Educação, 3 set. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/68371-nenhum-estado-atinge-a-meta-do-ideb-2017-no-ensino-medio-indice-avancou- apenas-0-1>. Acesso em: 10 mar. 2021.



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

COSTOLA, Andresa; BORGHI, Raquel. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do movimento todos pela base nacional comum. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp3, p. 1313–1324, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br>. Acesso em: 19 mar. 2021.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em: 22 de nov. 2020.

DEPIERI, Adriana A. **Instituto Ayrton Senna: proximidades e contradições da atuação empresarial na educação pública no Brasil**. 2019. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FREITAS, Luiz C. **A Reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz (orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis- RJ: Ed. Vozes, 2015.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PORVIR. **A escola que os jovens querem: #NossaEscolaEmReconstrução**. Porvir.org, 2019. Disponível em: <https://porvir.org/nossaescola/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SÃO PAULO. **Dados Educacionais**. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/dados-educacionais>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SÃO PAULO. **IDEB 2021: São Paulo melhora desempenho no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental**. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 16 set. 2022. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/ideb-2021-sao-paulo-melhora-desempenho-no-ensino-medio-e-nos-anos-finais-ensino-fundamental/#:~:text=S%C3%A3o%20Paulo%20alcan%C3%A7ou%20em%202021,ao%20resultado%20registrado%20em%202019>. Acesso em: 10 fev. 2023.



Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã?

SÃO PAULO. **FAQ: #Aluno e #Professor, saibam tudo sobre o Inova Educação.** Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 8 maio 2019a. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/1552665/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SÃO PAULO. **Inova Educação – Formação e Atribuição.** Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 2019b. Disponível em: https://inova.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/2/2019/05/Formac%CC%A7a%CC%83o-e-atribuicao_vf.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

SÃO PAULO. **Método de Melhoria de Resultados busca soluções para dificuldade de aprendizado.** Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/gestaoemfoco>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SÃO PAULO. **Tire suas dúvidas sobre o Inova Educação.** Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/tire-suas-duvidas-sobre-o-inova-educacao/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA, Rodrigo P. Programa educacional público paulista Inova Educação: transformação hoje, inspiração amanhã. **Conjecturas**, v. 22, n. 1, p. 458–474, 2022. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/505>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA, Rodrigo P. Programa Paulista Inova Educação (2020): O mercado adentrando a escola. **Brazilian Journal Development**, Curitiba, v.7, n.3, p.23348-23367, mar. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Texto recebido em 26/06/2020 e aprovado em 01/03/2021

DOI: 10.46269/10221.506



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Resenha do Livro “Um Feminismo Decolonial”

Review of The Book “A Decolonial Feminism”

Maciana de Freitas e Souza¹

O livro *Um Feminismo Decolonial*, escrito por Françoise Vergès e publicado pela Ubu editora em 2020 no Brasil, traz uma análise crítica sobre os impactos do colonialismo na realidade francesa e de países do Sul global, na qual as expressões do racismo estrutural e do capitalismo têm promovido rebatimentos nas experiências e lutas das mulheres racializadas. Vergès é cientista política, historiadora, ativista e especialista em estudos pós-coloniais. O Prefácio escrito por Flávia Rios aponta quais caminhos a ação política do movimento feminista decolonial tem percorrido em prol do âmbito da dignidade humana e da justiça social. Ademais, busca pensar os pontos de afastamento do feminismo branco europeu, chamado de civilizatório por Vergès.

Nesse sentido, em duas partes intituladas “Definir um campo: o feminismo decolonial” e “Evolução para um feminismo civilizatório do século XXI”, Françoise Vergès afirma que para enfrentar as desigualdades sociais com base no gênero, o feminismo antirracista e decolonial se faz necessário. Para além de um processo de outros saberes e práticas, a autora destaca em sua análise que as opressões sistêmicas são sustentadas pela heteronormatividade, o racismo e o capitalismo. Isso posto, menciona que a expansão de serviços e programas de base territorial pautados pelos governos desenvolvimentistas não estão comprometidos com a transformação da realidade em sua totalidade, propondo um “feminismo radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista”. (VERGÈS, 2020, p. 20).

A partir desses entendimentos, Vergès (2020) afirma que é preciso compreender o fato de que as mulheres negras são as mais vulneráveis pelas opressões sistêmicas do

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – (UERN). Pós-graduada em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família pela instituição Faculdade Vale do Jaguaribe. E-mail: macianafreitas@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2291-0411>.



Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

sistema capitalista e que por isso o feminismo decolonial visa enfrentar a colonização do poder e o racismo estrutural que se apresentam no tecido social. Para a autora, esse processo contínuo de desigualdades se intensifica no período atual da pandemia de Covid-19 por meio da “indústria da limpeza”.

Adotando uma perspectiva crítica, Vergès enfatiza que tais atividades são realizadas sobretudo por mulheres negras jovens, de baixa renda ou imigrantes. “[...] O confinamento imposto pelos governos de países europeus para frear a pandemia do vírus torna ainda mais visível a divisão profunda entre vidas tornadas vulneráveis e vidas protegidas”. (VERGÈS, 2020, p. 21-22). Entre os aspectos de vulnerabilidade, destaca os impactos sobre a saúde e a precarização das relações trabalhistas com difícil acesso aos direitos sociais.

Tendo como referência o feminismo do sul global, Vergès traz reflexões sobre o feminismo liberal ou burguês. “O que é o feminismo quando ele se torna uma empresa de pacificação?” (VERGÈS, 2020, p. 30). Para a autora, as pautas políticas promovidas pelo mesmo têm demonstrado no campo do real pouca efetividade na redução das desigualdades. Pode-se argumentar que este resulta “em ideologia de assimilação e de integração à ordem neoliberal, reduz aspirações revolucionárias das mulheres à demanda por divisão igualitária dos privilégios concedidos aos homens brancos [...]”. (VERGÈS, 2020, p. 37). Um dos aspectos centrais no texto de Vergès é a crítica à colonialidade e os desafios na vida cotidiana das mulheres racializadas.

Com base nessas considerações, a teórica traz uma importante análise de caráter estrutural, evidenciando que o colonialismo se constitui na modernidade enquanto elemento central nas desigualdades e violências diversas vividas pelas mulheres racializadas. Nesse processo, o Estado patriarcal, através das instituições, tem reforçado a violação de direitos em curso. Nesse sentido, o feminismo civilizatório, para a autora, coopera com a manutenção do racismo bem como dificulta a organização coletiva para lidar com as questões sociais pois não “questiona a organização social, econômica e cultural”. (VERGÈS, 2020, p. 51).



Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Neste processo, o Estado, por meio de suas políticas, tem contribuído para a ampliação do sistema de dominação masculina e a manutenção das desigualdades sistêmicas. Segundo Vergès (2020), questões estruturais importantes para mudanças substanciais são deixadas em segundo plano pelo feminismo civilizatório, com mediações voltadas à ordem posta. No cenário francês, indica que as recentes alterações normativas e ações desenvolvidas pelos organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional têm sido convenientes com os interesses da sociedade burguesa.

A autora argumenta que esse contexto de desigualdades, resultado do modelo patriarcal, tem produzido poucas ações efetivas para as mulheres negras e muçulmanas que residem na França. Desse modo, a autora apresenta a importância de uma visão crítica sobre o papel do Estado e do feminismo civilizatório ou *mainstream*. Por isso ressalta, a respeito da luta feminista, que a “[...] participação das mulheres nos movimentos de libertação nacional ocasiona uma mobilização de instituições internacionais, fundações e ideólogos que forjam discursos, desenvolvem práticas e chegam a recorrer a repressão”. (VÈRGES, 2020, p. 68).

Desse modo, a leitura de *Um Feminismo Decolonial* contribui para compreendermos as desigualdades de raça e gênero sob uma abordagem crítica, ao abordar as práticas orientadas pelo modelo eurocêntrico e patriarcal levadas a cabo pelos governos neoliberais. Trata-se de uma importante referência para analisar as contradições do real tendo como horizonte a construção de uma sociabilidade mais justa por meio da práxis social. “Queremos pôr em prática um pensamento utópico, entendido como energia e força de insurreição, como presença e como convite para sonhos emancipatórios, como gesto de ruptura: ousar pensar para além do que se apresenta como ‘natural’ (VERGÈS, 2020, p. 136).”

Referências



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

Texto recebido em 06/09/2020 e aprovado em 19/10/2021

DOI: 10.46269/10221.575

Resenha crítica sobre o Filme: Privacidade *Hackeada* e a questão do uso de dados como pauta da política de direitos humanos

Critical review of the film: Hacked Privacy and the issue of data use as a human rights policy agenda

Bruna Pinheiro dos Santos¹

Carla Cristina Rodrigues Santos²

Raquel Martins Fernandes³

Resumo: A presente resenha tem como objetivo propor uma reflexão acerca do documentário *Privacidade Hackeada*, o mesmo permite a compreensão de conceitos sobre tecnologia e privacidade. Apresentamos autores que corroboram com o tema, com o intuito de conceituar tecnologia e privacidade. Ressaltando a importância e consequências que um clique pode ocasionar.

Palavras -Chave: Resenha; Privacidade; Direitos Humanos

Abstract: This review aims to propose a reflection on the documentary “Hacked Privacy”, which allows the understanding of concepts about technology and privacy. We present authors that corroborate with the theme, in order to conceptualize technology and privacy. Emphasizing the importance and consequences that a click can cause you.

Keywords: Review; Privacy; Human rights.

¹ Mestra em Ensino pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0982-0411>. E-mail: brunadosantos9313@hotmail.com

² Mestra em Ensino pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5608-523X>; carlarsantos2019@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora Titular de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT). Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0317-5389>. E-mail: raquel.fernandes@blv.ifmt.edu.br



Resenha crítica sobre o Filme: Privacidade Hackeada e a questão do uso de dados como pauta da política de direitos humanos

Quem nunca ouviu a famosa frase: “O que os olhos não veem, o coração não sente”? Ou então a afirmação, de ter tido a sensação de falar algo próximo ao celular/computador, e logo depois receber anúncios relacionados ao assunto que estava sendo falado? Esses questionamentos embasam o documentário *Privacidade Hackeada* da plataforma de *streaming Netflix*, que coloca em discussão a segurança e vulnerabilidade dos nossos dados nas redes, e o quanto pode existir uma manipulação. Muitas vezes, sem nem percebermos, nossos feeds de notícias estão girando em torno de um assunto ou linha de pensamento específico, isso se deve ao uso de algoritmos, que criam perfis de comportamentos e preferências, e é exatamente o uso de informações pessoais por gigantes das redes, que são colocadas em debate no referido documentário.

Algoritmo é uma linguagem de programação, sua origem se antecede ao computador e com os avanços tecnológicos em incidência a linguagem de programação tem permitido a criação de diversas ferramentas, por meio de sequências lógicas é possível realizar diversas atividades, estão presente em todos os lugares, desde uma simples pesquisa no *Google* ao controle de um carro automático. As funções que os algoritmos exercem são inúmeras, em uma pesquisa no *Facebook* os algoritmos detectam e traçam perfis dos usuários permitindo que os *feeds* que apareçam nas páginas sejam informações em comum com o usuário (PIERRO, 2018).

Uma afirmação que corrobora para a temática em questão é a seguinte: “Se você não está pagando para usar, é porque você é o produto” (SILVA, 2019, p. 02). Quando aceitamos termos de uso durante cadastros de redes sociais e afins, na verdade o que estamos permitindo é um termo que dá autonomia para a rede, de não apenas coletar nossos dados pessoais, mas também todas as informações que perpassam a plataforma.

O mercado comercial e financeiro por trás de grandes empresas da tecnologia da informação e comunicação é um dos influenciadores para a realização do uso de dados, “(...) eles conseguem acumular imensa quantidade de dados sobre nós, o que vale mais do que qualquer receita de publicidade. Nós não somos seus clientes – somos seu produto” (HARARI, 2018, p. 107) .

Os computadores da rede vasculham todas as nossas curtidas, postagens, compartilhamentos e até conversas particulares, criando assim um “perfil” de gostos e



Resenha crítica sobre o Filme: Privacidade Hackeada e a questão do uso de dados como pauta da política de direitos humanos

preferências pessoais de cada usuário, além disso, eles vendem esses dados aos anunciantes, que é o ponto chave do enredo documental.

Em 2018, uma empresa de informações chamada *Cambridge Analytica*, foi protagonista de um escândalo envolvendo também o *Facebook*, em supostas manipulações de informações e disseminações de *fake news*, corroborando para eleger Donald Trump (20 de janeiro de 2017 a 20 de janeiro de 2021).

A referida empresa foi acusada de utilizar informações privadas do *Facebook*, de mais de oitenta milhões de cidadãos norte-americanos, para criar perfis eleitorais, e partindo desses dados, enviarem uma verdadeira “enchente” de anúncios e notícias, favorecendo Donald Trump e lesando seus opositores, pois parte das notícias divulgadas eram *Fake News*.

O documentário tem como intuito principal, mostrar por meio de testemunhas deladoras o escândalo das eleições de 2016 nos EUA, o uso de dados pessoais de cidadãos estadunidenses para induzir em uma eleição presidencial. David Carroll, professor associado da *Parsons School Of Design* de Nova York, narra as descobertas que teve após começar a investigar para onde vai suas informações sociais ao serem inseridas em redes de dados, entrou com um processo contra a empresa *Cambridge Analytic* requerendo seus dados e exigindo saber como esses foram coletados pela empresa, David Carroll tenta requerer sua privacidade enquanto cidadão, e luta pelo direito de privacidade. Aceitar os termos de uso não dá direito aos gerenciadores de redes sociais/*softwares*/aplicativos, de utilizar os dados pessoais de nenhum indivíduo é neste momento que os direitos humanos garantem a privacidade da pessoa, no documentário este é o ponto chave, infringir os direitos de uma pessoa de não permitir o compartilhamento e o uso de informações pessoais.

Com o encabeçamento de uma empresa chamada *Cambridge Analytica*, o documentário conta com fatos expostos por ex-funcionários como Brittany Kaiser e Christopher Wylie, estes prestaram serviços para a empresa e afirmam que houve o uso de dados para manipular os eleitores nas eleições. Dentre os relatos apresentados, o programador que trabalhou para a empresa conseguiu coletar os dados pessoais dos



Resenha crítica sobre o Filme: Privacidade Hackeada e a questão do uso de dados como pauta da política de direitos humanos

usuários do *Facebook*, realizando assim um perfil para estes usuários através de um quiz e também coletavam dados através de *Stories*, publicações, *likes* etc.

A rede de amigos destes usuários também era explorada para assim alcançar um número maior de pessoas. Após a coleta, acontecia um refinamento destes dados, traçando assim, as suas personalidades. Ações como estas são os primeiros passos para objetivos de longo prazo, certamente entre a busca por um controle ainda maior poderá vir a acontecer com o tempo digamos que estamos em fase de testes iniciais para que haja uma adaptação do domínio de algoritmos “(...) no longo prazo, ao reunir informações e força computacional em quantidade suficiente, os gigantes dos dados poderão penetrar nos mais profundos segredos da vida” (HARARI, 2018, p. 108).

Neste caso em específico, eles estavam em busca de eleitores, na sequência, após obter as informações, iniciava-se o processo de manipulação destas pessoas, e de forma inconsciente, os usuários das redes sociais são manipulados a tomar decisões. A busca era centrada, por personalidades tidas como persuasivas, pessoas essas, que incansavelmente tentavam alcançar para fazer mudar de ideia ou opinião.

O filme traz uma reflexão acerca da conscientização nos termos de aceites, que geralmente são solicitados quando baixados alguns aplicativos, ou ao acessar páginas na *Web*, por mais tempo que leve, é importante fazer a leitura destes e ter consciência de onde e como serão usados os dados fornecidos naquele espaço. Um dos protagonistas do documentário alerta a estes termos de privacidade “enquanto cidadãos, precisamos ter esses cuidados, mas isso não dá o direito às empresas de manipularem o armazenamento de dados e disponibilizá-los para quem pagar mais, isso é uma afronta aos direitos humanos e ao processo de democratização”.

A pauta deste documentário, é apontar como os direitos humanos estão escancaradamente sendo impactados por empresas milionárias, que fazem uso dos dados da forma que lhes beneficiam.

O mesmo instrumento que é a internet que dentre suas funcionalidades permite uma conectividade está tendo um uso na contramão deste objetivo, pois grandes organizações têm gerado na sociedade polarização política, divergências entre extremos



Resenha crítica sobre o Filme: Privacidade Hackeada e a questão do uso de dados como pauta da política de direitos humanos

ideológico e isso tem levado a um problema que envolve trilhões de dólares ao acesso a desinformação (FERNANDES, 2020).

Considerando as informações e discussões acima é necessário que haja uma reflexão por parte da sociedade e compreender que esta transmissão de vontades humanas sob o domínio de algoritmos de grandes organizações dos gigantes dos dados poderá trazer consequências em médio e longo prazo, devemos considerar que ações como as que estão tomando agora de compreender gostos e opiniões políticas são fases iniciais para que possam interferir diretamente em nossas ações e decisões políticas, a tecnologia possui seus vieses que nos permitem uma maior comodidade e otimização de tempo, contudo a necessidade de uma reflexão sobre pra onde isso levará em um futuro não tão longo assim faz se preciso. Manter os nossos dados sob nosso domínio é um direito garantido e não podemos perdê-lo.

Referências

PIERRO, Bruno. **O mundo mediado por algoritmos**. Revista Pesquisa, ed. 266, 2018. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/o-mundo-mediado-por-algoritmos/>>. Acesso em: 29 de mai. 2021.

FERNANDES, Raquel Martins. **Mídias digitais e políticas**. Canal Dra. Raquel Martins, YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=okI2vCkCZF8>>. Acesso em: 10 de dez. 2020.

HARARI, Yuval Noah. **21 Lições para o século 21**. São Paulo :1º ed. Companhia Das Letras. 2018.

PRIVACIDADE hackeada. Produção e direção de Karim Amer; Jehane Noujaim; Geralyn White Dreyfous; Judy Korin; Pedro Kos. Estados Unidos: Os Othrs – Distribuído por Netflix, 2019 – 113 minutos.

SILVA, Rafael Rodrigues. **Crítica-privacidade hackeada põe em dúvida qualquer esperança sobre o futuro**. CanalTech – Cinema, 2019. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/cinema/critica-privacidade-hackeada-145375/>>. Acesso em: 06, out. 2020.

Texto recebido em 05/06/2021 e aprovado em 01/02/2022



Resenha crítica sobre o Filme: Privacidade *Hackeada* e a questão do uso de dados como pauta da política de direitos humanos

DOI: 10.46269/10221.736

Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

Who finds whom? Meanings of gender, class, race and youth at LGBTQ+ university parties

João Otávio Galbieri¹

Resumo: O presente relato de pesquisa tem o intuito de apresentar como os sentidos relacionados às categorias da diferença de gênero, raça, classe e juventude permeiam a sociabilidade em festas universitárias LGBTQ+. Dessa forma, a partir da perspectiva teórica de autores e autoras que dialogam e se relacionam entre debates pós-estruturalistas, *queer* e interseccionais, busco questionar e desnaturalizar definições de pertencas e exclusões apresentadas pelos dados empíricos. Em suma, diferenças percebidas como essencializantes são, na verdade, socialmente construídas. É através dos desenvolvimentos de uma incursão etnográfica a campo, acompanhamento dos eventos online e entrevistas com alguns interlocutores que busco acessar essas tensões.

Palavras-chave: Festas LGBTQ+; heteronormatividade; mercado; gênero; classificação

Abstract: The present research report aims to present how the meanings related to the categories of difference of gender, race, class and youth permeate sociability at LGBTQ + university parties. Thus, from the theoretical perspective of authors who dialogue and relate between post-structuralist, queer and intersectionality debates, I seek to question and denaturalize definitions of belongings and exclusions presented by the empirical data. In short, differences perceived as essentializing are, in fact, socially constructed. It is through the development of an ethnographic foray into the field, monitoring of online events and interviews with some interlocutors, that I seek to access these tensions.

Keywords: LGBTQ + parties; heteronormativity; market; gender; classification.

¹ Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). São Carlos, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4551-836X>. E-mail: joaogalbieri@estudante.ufscar.br.



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

1. Introdução

O presente relato é fruto da pesquisa de Iniciação Científica realizada entre 2019 e 2020². Através dos desenvolvimentos de uma incursão etnográfica a campo, acompanhamento dos eventos online e entrevistas com alguns interlocutores, tem o intuito de apresentar como os sentidos relacionados a gênero, raça, classe e juventude permeiam a sociabilidade em festas universitárias LGBTQ+³.

A Festas IeS, produtora dos eventos pesquisados, composta por estudantes do curso de Imagem e Som da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), segue um modelo de realização associado à cena universitária são-carlense, baseado no aluguel de repúblicas (habitação compartilhada por estudantes universitários) ou de casas noturnas. Quando as festas ocorrem em repúblicas, bairros como Cidade Jardim, Jardim Luftalla, Vila Costa do Sol, ou seja, próximos das universidades, costumam ser os principais a sediar os eventos, pela concentração de estudantes universitários morando nestes bairros. Desde o começo do projeto se teve em vista a centralidade das relações sociais travadas nos espaços físicos dos eventos e seu acompanhamento através da observação participante, processo metodológico que privilegia um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo entre pesquisador e grupo pesquisado (MAY, 2001). Contudo, a atenção aos eventos online, demonstrou ser essencial para acessar um conjunto de informações relativas à venda de ingressos, mas também aos debates que se seguiram posteriormente às festas.

² Agradeço ao CNPq pelo financiamento à pesquisa, sem o qual as discussões aqui empreendidas não seriam possíveis. Também agradeço ao Prof. Dr. Jorge Leite Jr pela orientação durante todo processo de pesquisa e a todos os pesquisadores do Grupo de Pesquisa SexEnt (Sexualidade e Entretenimento) pelos preciosos diálogos.

³ A sigla representa “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Queer”. O uso do acrônimo varia e pode aparecer também como LGBTQIA+, incluindo assim também Intersexuais, Assexuais e outros grupos tidos como minoritários. Neste texto, farei uso de LGBTQ+, por ter sido o uso mais encontrado em campo durante a pesquisa.



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

Imagem 1: Descrição do evento no Facebook



★ Gigabyte Hits ★ Vol. 02

Como assim a gente já tá quase trocando de década? Quer dizer que não foi ontem que a gente tava vestindo calça de cintura baixa e mandando sms no nosso V3 cheio de strass? Não foi ontem que as mais tocadas na MTV e no nosso walkman eram Lady Gaga - Just Dance.mp3 e Katy Perry - I Kissed a Girl.mp3?

O fervinho mais nostálgico e hit da leS está de volta, e nesse Vol. 02 a gente te leva no nosso ogromóvel pra mais um open irado, com altas rodadas de "suco" (de cevada ou corotinho?), passando pela jornada sonora que foram os anos 2000. Prepara pra borrar o lápis de olho preto chorando ao som de Evanescense, Simple Plan e tudo que te fez um EmuxinhoOoO na adolescência; solta seu lado promiscuous girl e faz a sensuelen dançando Pussycat Dolls, Lady Gaga e Britney Spears; rebola esse popô no ritmo do créu ao som do inesquecível Furacão 2000, e por fim, prepara pra pular muito com os hinos mais icônicos do Summer Eletrohits!

🍷 SUQUINHOS!

- ★ Cerveja Império
- ★ Corote Sabores
- ★ Vodka
- ★ Energético
- ★ Refrigerante
- ★ Água

🎧 NO NOSSO MP3!

O melhor do POP, EMO, Furacão 2000, Summer Eletrohits e R&B com:

- ★ pétala
- ★ rollercoaster
- ★ Black Phillip

💰 NOTINHAS DE 1 REAL!

- ★ Primeiro Lote: R\$25 [ESGOTADO]
- ★ Segundo Lote: R\$30 [ESGOTADO]

(Estudantes UFSCar e CAASO com bolsa moradia têm direito a R\$5 de desconto na compra antecipada.)



- ★ FESTA LGBTQIA+! Nenhum tipo de opressão, preconceito, LGBTfobia, assédio ou desrespeito será tolerado; sujeito a expulsão permanente das Festas leS.
- ★ TRAGA A SUA CANECA! ♻ Ajude a preservar o meio ambiente.
- ★ Proibida a entrada de menores de 18 anos.
- ★ O lucro da festa será destinado às produções do curso de Imagem e Som da UFSCar.

🎵 PRODUÇÃO 🎵

Fonte: Captura de tela obtida pelo pesquisador.

Marcadas pela apresentação de informações em estilo direto e descontraído (Imagem 1), além destas, na descrição da página no Facebook consta que as festas são



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

um ambiente *LGBTQ+ friendly*⁴. O evento em questão é *open bar*⁵, o que significa que o consumo das bebidas servidas no evento, como cerveja, corote de sabores⁶, vodka, energético, refrigerante e água, estão incluídas sob o valor pago no ingresso. Quando acontecem em repúblicas, podem comportar de duzentas a quatrocentas pessoas, o que pode variar de acordo com a disponibilidade do lugar. Os ingressos giram em torno do valor de vinte e cinco reais no primeiro lote e aumentam cinco reais a cada lote. Quando acontecem em casas noturnas da cidade, por outro lado, comportam e são pensados para um público maior. Suas estratégias de divulgação, que podem começar um ou até dois meses antes do evento, demonstram isso. Geralmente custam trinta e cinco ou quarenta reais no primeiro lote e aumentam cinco reais a cada lote.

As entrevistas realizadas durante a pesquisa também foram de grande relevância aos propósitos do projeto, pois a estruturação do roteiro foi feita com o intuito de realizar um mapeamento dos interlocutores, traçando assim um perfil e identificá-los a partir de suas autodefinições no que se refere às categorias de sexo, gênero, orientação sexual, cor/ “raça”. A identificação de classe é pensada a partir do ensino público ou privado e do recebimento de algum auxílio de permanência estudantil por parte das instituições universitárias.

O fato de as entrevistas serem realizadas através de plataformas online marcaram a inventividade imposta pelo contexto de quarentena durante o período de pandemia de COVID-19. Todas elas foram gravadas e transcritas com o consentimento dos participantes. Ir às festas e produzir os diários de campo proporcionou um rico conjunto de dados com relação a descrição dos espaços, dinâmicas de sociabilidade e classificações agenciadas pelos interlocutores e, por isso, também influenciaram a formulação das questões sobre as dinâmicas estabelecidas no espaço.

⁴ Em tradução literal “amigável a LGBTQ+” parece ser uma reformulação do antigo GLS, disseminado na década de 1990 para definir espaços de consumo para homossexuais. Para uma discussão sobre espaços GLS ver: FRANÇA, 2012.

⁵ Termo êmico. Demais termos êmicos serão grafados em itálico para facilitar a leitura.

⁶ Coquetel vendido em uma garrafa de plástico com 500 ml e elaborado com 13,5% de vodka tridestilada. É vendido em diversos sabores, entre eles maracujá, limão, morango, blueberry etc.



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

Os eventos são divulgados no Facebook e, acima, é possível ler a descrição da festa *GigaByte Hits*. O *fervinho*, havia ocorrido em 2018, também no formato *open bar de república*. As vendas dos ingressos começaram duas semanas antes do evento. Pude acompanhá-lo no dia 1 de junho de 2019. A seguir narro, a partir de dados dos diários de campo, alguns elementos e circunstâncias que ocorreram, bem como uma descrição dos espaços.

2. “Os héteros descobriram o rolê”

São quatro horas da tarde quando estou pronto e saio de casa para o *rolê*. Chegando em frente à república, pequenos grupos de três ou quatro pessoas se encontram formados na calçada. Alguns vão à conveniência do posto, que fica ao lado da casa, para comprar cigarros ou outros itens antes de entrar no evento. Pergunto aos que estão na frente do portão se estão na fila de entrada, e logo respondem que não. Passo, então, pelos dois seguranças, um homem de cabelos raspados e uma mulher loira, ambos vestindo um uniforme preto e aparentando ter uns trinta e cinco anos. Digo “boa tarde” e sigo para dentro da garagem até a fila do caixa. Quatro pessoas estão na minha frente da fila. Dentro da garagem está um pouco mais escuro, devido ao tecido de TNT preto que, improvisadamente, tampa os espaços vazados do portão. O caixa é composto por quatro mesas de plástico, com quatro alunos da Imagem e Som atrás de cada uma e de costas para o portão, conferindo os nomes na lista impressa em algumas folhas de sulfite.

Enquanto estou na fila, vejo que na minha frente há um rapaz que vi na fila da *Cervejada da IeS*, evento que ocorre no começo do primeiro semestre letivo de cada ano. Seu cabelo está cortado baixo, um bigode volumoso no buço e veste a mesma saia amarela da época estampando o escrito *CAASO* na altura do traseiro. Saias, assim como sambas-canções que estampam os nomes das Atléticas Acadêmicas de cada universidade, são comuns em festas e até no cotidiano de aulas. Tensões que se referem



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

a noções de masculinidade/feminilidade são apresentadas nas opções de modelos disponibilizados pelas Atléticas⁷.

Quando me dou conta, já é minha vez de entregar o RG ao caixa para que confira meu nome. Digo boa tarde ao Bruno⁸, aluno da Imagem e Som que me atende, e devolve meu documento, enquanto recebo um carimbo preto com as iniciais do curso no pulso: “IeS”.

São dois ambientes na festa. Um no final deste primeiro corredor, em que há um andar elevado e aberto, com um banheiro fechado e unissex à esquerda, um espaço para passagem no meio e o bar de bebidas com corotes de sabores e refrigerantes. O bar é composto por dois freezers dispostos na horizontal e por duas pessoas por detrás servindo. Seguindo pelo segundo corredor, virando à esquerda, fica a área principal do quintal, um lugar espaçoso que serve como pista de dança. Não está tão lotada por enquanto. Fico próximo à porta que serve de entrada para o interior da casa.

Pedro, estudante de Engenharia da USP, passa por mim tirando algumas fotos com sua câmera, que serão publicadas depois nos eventos online. Conversamos um pouco, até que permanecemos um tempo encarando os grupos dispersos de pessoas que já entraram na festa. Após analisarmos, ele diz: – *Os héteros descobriram a IeS*. Assenti com um sorriso no rosto. Conversamos mais um pouco e ele me fala:

- Tinha gente querendo comprar por 100 reais os ingressos.
- Sério? Oloco, esse povo tá doido. - digo, rindo.
- Sério. - ele responde.
- Onde isso? Aí na porta? - pergunto.
- No evento mesmo, tavam postando lá. - diz ele se referindo ao evento no Facebook.
- E eles venderam? - pergunto, referindo-me às pessoas da organização.
- Não.
- Mas vai lotar aqui? Porque eu vi que teve só dois lotes.
- Nossa, vai. Tem muito mais gente pra entrar.

⁷ As Atléticas Acadêmicas são grupos organizados de estudantes que promovem eventos esportivos. Para uma discussão mais aprofundada sobre a relação rivalidade e construção de masculinidades entre as Atléticas Acadêmicas, ver: FLOETER, 2012.

⁸ Todos os nomes aqui utilizados são fictícios.



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

E ele segue tirando mais fotos.

Como elementos da descrição permitem inferir, a cidade de São Carlos⁹, sede de duas importantes universidades públicas do Brasil, Universidade de São Paulo (USP¹⁰) e UFSCar¹¹, além do Centro Universitário Central Paulista (UNICEP), ofereceu um contexto propício para o desenvolvimento de um mercado de consumo voltado para o público universitário. Instituídos os *campis*, chegaram os alunos que, muitas vezes saindo pela primeira vez da casa dos pais, deslocando-se de algum outro ponto do país, acrescentaram à cidade a característica de um pulsante mercado de festas universitárias¹².

Em 2012, que pode ser considerado o ano de início de suas atividades explicitamente voltadas ao público LGBTQ+, era composta mais estritamente pelos alunos do curso de Imagem e Som da UFSCar. Atualmente, com o aumento na dimensão de sua atuação, envolve alguns alunos de outros cursos na equipe de trabalho, como Pedro. Abaixo, é possível ler a descrição da equipe organizadora em rede social *online*.

Por vezes, o esgotamento dos ingressos acrescido da realização de poucas festas em um mesmo final de semana faz a procura aumentar momentos antes do evento, como

⁹ Além das universidades, a presença da Embrapa (Empresa brasileira de pesquisa agropecuária) e da Fundação ParqTec (1984) ajudam a auferir a cidade o status de polo de tecnologia. Com uma população de 238.950 habitantes (IBGE, 2014) e uma população flutuante de 20.000 habitantes, em muito devido aos habitantes sazonais ligados aos centros de pesquisas e universidades. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/conheca-sao-carlos/115268-a-cidade-de-sao-carlos.html>; <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/conheca-sao-carlos/115442-dados-da-cidade-geografico-e-demografico.html>. Acesso em: 08 de outubro de 2020.

¹⁰ O campus da USP São Carlos foi implantado em 1948, mas as atividades apenas começaram em 1953. Em 1956 a sede foi transferida para onde se localiza atualmente. Conhecida pela excelência nos cursos de exatas, apenas em 2010 inaugurou o Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <http://www.saocarlos.usp.br/historia-e-numeros/>. Acesso em: 08 de outubro de 2020.

¹¹ O campus da UFSCar São Carlos iniciou suas atividades no dia 13 de maio de 1970 e hoje possui aproximadamente 10.000 alunos distribuídos entre os Centro de Ciências Exatas e Tecnologias (CCET), Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS). Disponível em: <https://www2.ufscar.br/a-ufscar/campus-sao-carlos>. Acesso em: 08 de outubro de 2020.

¹² Entre elas, vale destacar o evento Taça Universitária de São Carlos (TUSCA), que é um torneio universitário, mas ficou conhecido por suas festas, que atraem jovens do interior paulista e do Brasil todo. Chegaram a movimentar a cifra de 20 milhões de reais com a realização da 40ª Edição do evento. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/11/11/com-jogos-e-shows-40o-tusca-deve-atrair-30-mil-pessoas-por-dia-e-movimentar-r-20-milhoes.ghtml>. Acesso em 09 de outubro de 2020.



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

pôde ser notado pela procura de pessoas se dispondo a pagar um valor exorbitante momentos antes da festa. Mesmo não tendo sido vendidos oficialmente pela organização, demarcam sentidos relacionados à classe de quem realizava a procura.

3. O mercado e a *heteronormatividade*

LGBTQ+, a categoria classificatória agenciada de forma politicamente orientada para identificar os espaços das festas, possui caráter ambíguo e está em constante tensão. Pode ser utilizada tanto para definir um movimento social, de conotação mais política, quanto espaços que proporcionem práticas de lazer voltadas ao público que assim se define, na posição de consumidor em um contexto de mercado segmentado. Em ambos os casos, os agentes e os espaços por ela caracterizados, são assim definidos por uma identidade de gênero e/ou orientação sexual. Por isto, evidenciam-se significados que remetem a noções que dizem respeito às categorias de sexo e gênero.

Constatou-se nas pesquisas bibliográficas diversas produções clássicas que lidaram com a construção social da sexualidade, do gênero, do corpo, sob os quais recaem tecnologias e políticas de normalização e a relação destes com a identidade (BUTLER, 1990; FOUCAULT, 1999; RUBIN, 1993, 2003; PRECIADO, 2018). Foucault (1999) descreveu um processo que seguiu uma linha contrária à hipótese da construção repressiva da sexualidade. O autor aponta para um processo de compreensão do sexo como constitutivo de relações de poder, de “técnicas polimorfos de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 17). Sendo assim, não se trata de discutir a repressão do sexo, mas da produção e positivação de determinados modelos em detrimento da negação de outros.

Neste sentido, quebra com a hipótese repressiva da construção discursiva do sexo por demonstrar como, a partir do século XVII, a despeito da ideia de repressão do sexo, na verdade, o que se percebeu foi a proliferação de discursos socialmente aceitos específicos sobre o assunto (FOUCAULT, 2018, p. 37). Produz-se, então, uma verdade sobre a sexualidade conjuntamente com a necessidade desta se reproduzir



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

discursivamente no plano individual e social de acordo com uma forma hegemonicamente legítima de compreensão.

Mesmo lidando com o tema da sexualidade, o autor ainda não se apropria do conceito de gênero. Este, surgiu no contexto das teorias sociais da “diferença sexual” (PISCITELLI, 2002), sendo cunhado pelo pedopsiquiatra norte-americano John Money, em 1957, para denominar a pertença cultural de um indivíduo ao reconhecido como “feminino” ou “masculino”, diferenciando-o assim de “sexo” (PRECIADO, 2018). Mesmo com as problemáticas de origem, o termo adquiriu força como conceito analítico dentro da perspectiva feminista, através, por exemplo, do sistema sexo/gênero (RUBIN, 1993).

Contudo, uma crítica realizada a esta perspectiva é a de que reside nesta formulação um substrato biológico sustentando sua construção (PISCITELLI, 2002). Dessa forma, McClintock (2010), representante do que se convencionou denominar terceira onda do feminismo ou feminismo interseccional, parte do ponto que o regime de poder sobre gênero tem grande relevância na relação específica das nações colonizadas com o império. Articula, assim, parte relevante de sua análise ao que considera a relação entre essas distintas categorias, gênero, raça e classe, que, no entanto, apenas fazem sentido em sua relação (MCCLINTOCK, 2010).

Também é possível destacar a forma pela qual uma população antes estigmatizada, que vivenciava uma sexualidade dissidente, começa a ser incluída em discursos relacionados ao mercado e, então, desenvolver a partir dos anos 1990 o que se denominou “mercado gay” (PARKER, 2002). Este, que não era voltado apenas para os homens homossexuais, mas tinha estes como parte majoritária do público, fez valer a ligação, em meados da mesma década, de bares homossexuais ao termo GLS, sendo “S” de simpatizantes. Isto, segundo França (2007), caracterizou a produção de espaços ambíguos. Com a mudança na classificação dos espaços, constatou-se o aumento do mercado consumidor destes espaços por um público mais “moderno”, atento às novidades em termos de estilo. Este grupo, definido, assim, por um termo ambíguo, que não os caracteriza por efetivar cotidianamente práticas homossexuais ou sequer



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

realizá-las, torna-se habilitado a frequentar e consumir estes e nestes lugares (FRANÇA, 2012).

Durante o processo de pesquisa, uma questão genérica foi ganhando recortes mais voltados aos estudos de gênero e sexualidade, através da análise e discussão da *heteronormatividade*. Este regime de poder caracteriza-se pelo incentivo social de práticas heterossexuais, sejam reprodutivas ou não-reprodutivas. Sendo assim, esta pesquisa objetivou compreender fenômenos relativos a um grupo que foi posto historicamente em segundo plano num regime de visibilidade sexual (MISKOLCI, 2015). Por isto, tornou-se imperativo questionar o regime heteronormativo¹³ naturalizado no discurso social que veio a se enraizar, inclusive, na teoria social. Nisto reside a relevância dos *estudos queer*¹⁴ e seus focos analíticos para os propósitos da pesquisa. O regime heteronormativo é caracterizado por reproduzir socialmente padrões de comportamentos, em que há o incentivo e aprovação de relações heterossexuais com possibilidade de reprodução (biológica, econômica etc.) e a estigmatização de formas não-heterossexuais de expressão.

4. Primeiros contatos

Comecei a frequentar as Festas IeS em 2017, pouco tempo depois de ter chegado à cidade de São Carlos para estudar Ciências Sociais na UFSCar. Fui a dois dos eventos na semana da calourada, um deles teve como tema a série *Orange is The New Black*¹⁵. Lembro de ter sido uma noite de terça-feira e ter encontrado dois dos alunos com os quais havia conversado em 2016, além de conhecer alguns outros. Também me chamou a atenção que a república em que a festa aconteceu tinha panos de TNT cobrindo as

¹³ Heteronormatividade é um termo cunhado por Michael Warner (1999).

¹⁴ “O foco queer na heteronormatividade não equivale a uma defesa de sujeitos não heterossexuais, pois ele é, antes de mais nada, definidor do empreendimento desconstrutivista dessa corrente teórica com relação à ordem social e os pressupostos que embasam toda uma visão de mundo, práticas e até mesmo uma epistemologia” (MISKOLCI, 2009, p. 157). Para mais informações, ver: MISKOLCI, 2009.

¹⁵ Série televisiva que estreou em 2013 e foi produzida pela Netflix. A narrativa gira em torno da experiência de uma mulher branca, cumprindo pena de catorze meses no sistema prisional norte-americano, por um crime cometido tempos antes da prisão.



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

paredes do interior da sala, que servia como pista de dança naquele dia. Conforme a festa foi chegando ao fim, o tecido se despreendeu das pontas da parede e capas de revistas da *Playboy*¹⁶ ficaram expostas.

Desde os primeiros contatos foi perceptível a ressignificação dos espaços da casa: a sala se tornou pista de dança; na cozinha dois freezers estabeleciam os limites do bar e continham as bebidas servidas no evento, os quartos fechados, pessoas pela garagem fumando e conversando. O aluguel das repúblicas tem um caráter prático: os moradores da casa não pagam para entrar, ela geralmente é arrumada depois por quem alugou e o valor cobrado tende a ser baixo em relação aos lucros, se comparado ao aluguel de casas noturnas da cidade. O caso evocado pelas revistas na parede é revelador das porosidades e possibilidades de interação entre pessoas de sexualidades e gêneros distintos, constitutivas das próprias características da ocupação do lugar. Neste sentido, quando as festas acontecem nestes espaços, evocam uma experiência similar a cena de festas independentes, opostas pelo antropólogo Gibran Teixeira Braga (2018) à cena de festas de rua, em São Paulo, que

(...) é composta por eventos fechados, realizados em espaços alternativos aos clubes convencionais, como bares, clubes de sexo, inferninhos, saunas, galpões e fábricas desativadas. A opção por tais espaços está relacionada às práticas realizadas nas festas, tais como nudez e seminudez, tolerância ao uso de drogas ilícitas, uso mais livre dos espaços por parte dos participantes, bem como a longa duração dos eventos; estes fatores inviabilizam que clubes regulares abriguem as festas (BRAGA, 2018, p. 14).

Flor, que se define como uma mulher cisgênero bissexual, também havia chegado à cidade em 2017 para estudar na UFSCar. Foi com dois outros amigos no evento e relembrou o seguinte em entrevista.

É, e a gente foi numa festa da imagem e som, numa república lá onde Judas perdeu as botas, que a gente teve que tipo cortar a USP pra ir lá. Era tipo numa casa super pequenininha, perto de onde a gente vai agora, né. E, nessa festa, foi uma experiência super incrível assim de momento catártico, de pensar: 'Nossa,

¹⁶ Revista de nudez feminina voltada ao público masculino que surgiu nos Estados Unidos e teve sua versão brasileira publicada pela Editora Abril.



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

estou aqui. Estou na faculdade. Sou jovem. Tenho liberdade, tudo mais, porque antes era tudo uma coisa limitada em Santos com os meus pais. Ainda com aquela mentalidade de ensino médio etc. E aí eu fiquei doidíssima na festa, doida. Foi tipo, pior PT da minha vida e foi tipo meu primeiro dia de faculdade (25 abril de 2020).

Através deste relato é possível compreender a relação das *festas leS* com as universidades. Estas aparecem no discurso de Flor tanto como referência geográfica, a USP, seus arredores, e as repúblicas estudantis que por ali se desenvolveram, transformando a paisagem e a ocupação de uma parte da cidade. Mas também como marca de uma mudança em sua vida: o acesso ao ensino superior, deslocamento da cidade natal e o conseqüente projeto de autonomização frente aos controles familiares.

A valorização desta etapa da vida caracterizada pelo dinamismo, criatividade e rebeldia é vista como um fenômeno recente, peculiar ao pós-guerra (DEBERT, 2010). Inclusive, com a transformação desta etapa como um valor que pode ser alcançado em qualquer outra com a adoção de formas de consumo específicas (DEBERT, 2010). Neste sentido, reside uma semelhança entre juventude, gênero e sexualidade como categorias que, vistas sob um viés mercadológico, tornam-se passíveis de serem adquiridas através do consumo de determinados produtos.

Ainda é possível apontar como diferentes percepções da cidade podem se formar a partir destas sensações e percepções situacionais. Como demonstra o sociólogo Keith Diego Kurashige (2018), ao empreender uma reconstrução dos desejos homossexuais na história de São Carlos, aponta a convivência entre percepções contraditórias da cidade, como “conservadora”, “sem nada pra fazer” e, até “libertadora”.

5. *É tudo gay?*

O celular marcava 16h29. Continuo encostado na parede, no mesmo lugar que estava antes de pegar cerveja, observando o local e as pessoas. Olho para o lado e vejo Francine saindo de dentro da casa, uma amiga da minha cidade natal que veio estudar Letras na UFSCar. Ela havia me avisado no dia anterior que conseguiria vir a festa de



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

graça, já que é amiga dos moradores da república. Quando os moradores alugam a república para uma festa, eles não pagam pela festa e, neste dia, as hóspedes também não pagaram. De dentro da casa, ainda sai Marina, que mora com ela. Nos abraçamos. Olhando pra minha roupa, Marina diz: “– Tá fita, hein.”

Diferente de mim, elas duas estão de shorts e coletes que estampam o nome da república onde moram, Francine jeans e Marina uma samba-canção vermelha com o símbolo da Química. Raquel e Isabela, que também moram junto com elas, saem de dentro da casa um pouco depois. Também vestem coletes, só que são azuis e ostentam o nome da república em que está ocorrendo a festa hoje. Logo depois saem os meninos que moram na república de fato. São seis meninos e a namorada de um deles. Estão vestindo uma camiseta azul da república, com a mesma estampa do colete da Marina. Um deles, Rogério, avisa as meninas que no corredor do outro lado há uma mesa com doces de dadinhos e vamos todos pegar.

Chegando lá, todos, menos Francine, enchem as mãos de doces e guardam nos bolsos. Isabela, então diz, em tom de reprovação: “– Tinha que ser os héteros do rolê.” Voltamos para onde estávamos. Quando passamos próximos das escadas que levam para a parte superior, Francine me pergunta: “– Têm muito cara bonito aqui. É tudo gay?”

Respondo que provavelmente não, já que, ao que tudo indica, os *heteros descobriram o rolê*. Isabela repara no corredor que está sendo utilizado como banheiro unissex aberto. O desenho de duas figuras representando duas pessoas de gêneros distintos apertadas para fazer xixi numa folha sulfite marca o lugar. Então diz: “– Agora entendi, eles não dividem por gênero masculino e feminino”.

Este aspecto das festas parece remontar a elementos surgidos na cena de *underground* de São Paulo. Mais especificamente traçados a partir do clube Sra. Kravitz, então sob o comando de Renato Lopes e Mau Mau. Clube no qual, além de se difundir o uso do ecstasy, o *techno* no som e apresentação de Selma Self-Service, tida como a primeira DJ *Drag Queen* do Brasil,

(...) também os banheiros ganharam o status que têm hoje em qualquer espaço que se pretenda *underground* na cidade: são muitas vezes utilizados como mais



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

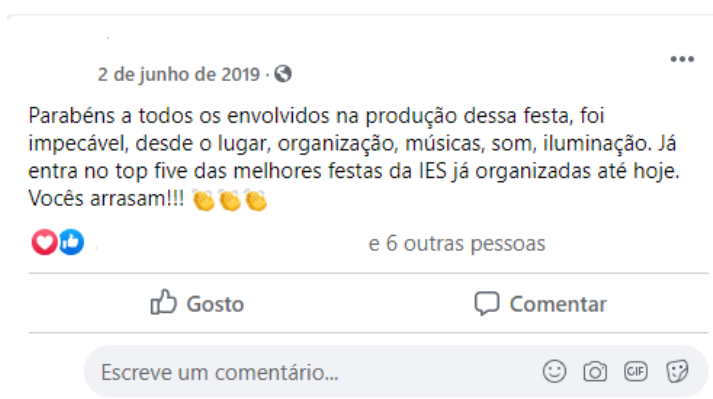
uma área de convivência da festa a separação entre feminino e masculino deixa de importar e os reservados são usados livremente para consumo de substâncias ilícitas e sexo (BRAGA, 2018, p. 92).

Algum tempo depois, os meninos da república voltam com copos de cerveja e entregam um para Rogério. Com o copo na mão, estufa mais o peito e enrijece a postura. Marina traz à tona sua “*posição de hétero*”, correspondente ao peito estufado ao receber o copo de cerveja em mãos, segundo o próprio Rogério. Vejo o horário e são 17h06. Não demora e começam a propor um desafio: passam um chapéu de plástico com chifres de boi e cada um de nós do círculo coloca um pouco da bebida que tem no copo. Colocam cerveja, Marina coloca um pouco do corote que estava em seu copo e quando o capacete passa por mim, coloco um pouco da minha cerveja também. Os meninos bebem a mistura que se formou no capacete, que aos poucos vazam do chapéu por furos não vistos antes.

Após a primeira rodada de bebidas, Rogério pega um chinelo branco, um pouco encardido do uso. Derrama a bebida pela parte superior do chinelo, que escorre por toda a superfície até cair no capacete. Um dos meninos da roda, vestido com uma roupa natalina e um chapéu de Papai Noel bebe. Francine me diz que toda essa movimentação dos seus amigos *héteros vai ser perfeita para a minha pesquisa*.

No dia seguinte, foi possível notar um burburinho no evento no Facebook relacionado a algumas pessoas que jogaram bebidas para o alto em determinados momentos da festa. Abaixo reproduzo a imagem de três postagens.

Imagem 2: Postagem no evento do Facebook.

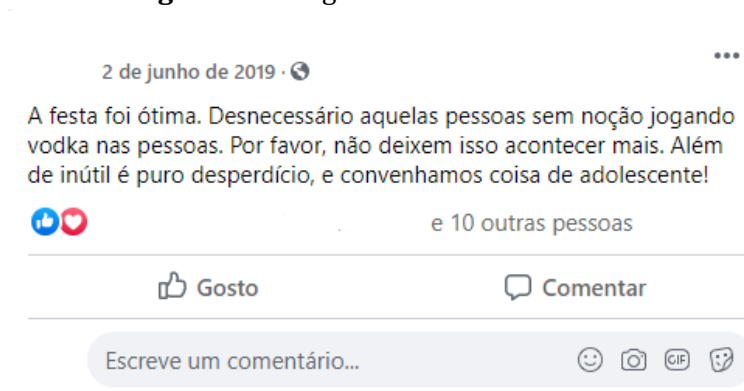




Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

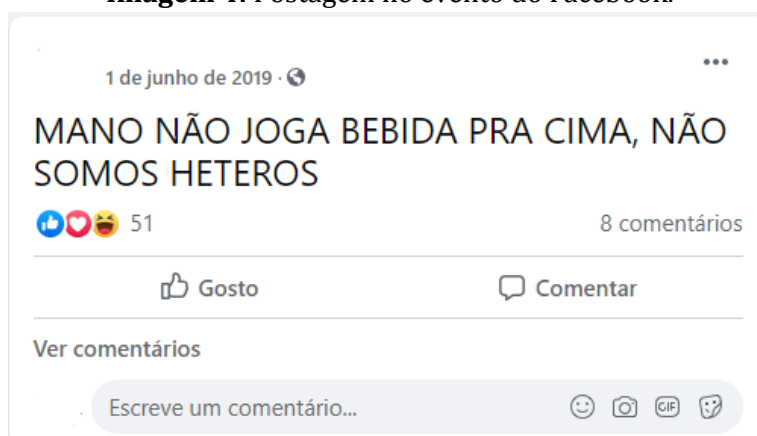
Fonte: Captura de tela obtida do evento no Facebook.

Imagem 3: Postagem no evento do Facebook.



Fonte: Captura de tela obtida do evento no Facebook.

Imagem 4: Postagem no evento do Facebook.



Fonte: Captura de tela obtida do evento no Facebook.

Na primeira imagem é possível ver que o incidente não incomodou a todo mundo da mesma maneira. A festa, inclusive, adentrou a lista de melhores festas da *IeS* já organizadas até hoje. Nas duas seguintes, por outro lado, é possível notar descontentamento. O interlocutor classifica o ato de jogar bebidas ao alto como *desperdício*, *coisa de adolescente*, remetendo significados que relacionam a falta de maturidade e consciência do desperdício de bebida que a ação acabava por promover. O segundo propõe conexões entre o ato de jogar bebida para cima com a orientação sexual



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

dos seus realizadores. Enunciações como essas, apreendidas pelos dados empíricos, demonstram relações específicas entre sexualidade, gênero, classe e, por vezes, raça, como será visto abaixo.

6. *Senão vai ter bafão, entende?*

Antônio, 21 anos, um amigo que conheci ainda nas primeiras festas universitárias que frequentei em São Carlos, respondeu-me que definia sua orientação sexual como *viadinho*. Quando o perguntei sobre sua identidade de gênero, disse-me: “*sexo, no caso? Masculino. Cor/raça? Negona!*”. Devido nossa relação de proximidade, a entrevista foi mais informal e proporcionou respostas mais irônicas e com uma análise acurada sobre o espaço. Ele costumava apenas frequentar como consumidor, mas começou a trabalhar nos bares das festas e constatou o seguinte com relação aos flertes e possibilidades no que se refere às relações afetivo-sexuais.

Então, olha. É uma coisa que eu sinto desde que eu vim no bar. É, eu acho que no rolê da IeS normal, por mais que tenha esse público LGBT e tal, eu sentia que não era muito meu negócio, sabe? Talvez eu não tinha tanta vez ali, com aquele tanto de viado e tal. Se é uma coisa de que é uma festa LGBT só que dá mais LGBT padrão... Sabe, esses negócio assim? Tipo, eu sentia que realmente na IeS eu não tinha muita chance não. Antes do bar, sabe. (...) Eu ficava até com medo. Eu não conseguia chegar em qualquer pessoa que eu queria não. Mas depois que eu fui pro bar, eu percebi que, querendo ou não, eu teria uma certa visibilidade ali (19 de abril de 2020).

Carmen Dora Guimarães (2004), em sua etnografia, já destacava que os empregados das boates em que realizou sua pesquisa exerciam outras atividades para além de servir bebidas. A partir de sua posição como trabalhador no bar, Antônio teve mais *visibilidade* e, conseqüentemente, mais possibilidades na efetivação de contatos afetivos.

Antônio acredita que as Festas IeS ainda são um pouco caras e tem um público mais seletivo dentro do espectro LGBT, “(...) *a questão da roupa, do setlist, já é mais voltado para esse público.*”. Relatou que desde que começou a trabalhar no bar, sentiu um



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

aumento considerável de flertes e ficadas. Rafaela tem vinte e quatro anos, *raça negra*, *travesti bixa*, como diria Linn da Quebrada¹⁷. Sempre frequentou escola pública e trabalhou em uma rede de *fast food* antes de entrar na universidade. Durante seu período como estudante universitária participou de diversos projetos de extensão universitária.

Tô pensando aqui como, assim, a primeira festa que eu fui assim, que era algo mais profundo... Foi bem, uma festa qualquer... Entende? É uma festa legal, porque eles chamam umas pessoas diferente, mas o público é uó, né? Um monte de viado branco chato, né. O que mais tem nessa cidade é viado branco chato e misógino. E, enfim né. Não é o tipo de festa que eu costume ir sempre. Eu gosto de ir mais... Por mais que não seja festas LGBT's, eu prefiro ir em festa que têm mais gente preta, sabe? Que tenha mais gente do povo. Gosto de um barzinho também, eu tenho uma coisa mais trasheira (20 de abril de 2020).

Quando perguntei a ela sobre sua relação com as Festas IeS, se já havia tido alguma experiência trabalhando nas festas, ela me disse:

Não! Jamais. Jamais eu vou servir viado branco. Assim, quando é em restaurante essas coisas faço porque a gente não tem opção né, mas em festa não. Eu trabalhei uma vez no tusca e fiquei horrorizada, horrorizada, por assédio e por ter que tar sóbria. É que viado é muito visceral, né? Eu trabalhei logo que eu cheguei aqui, um dos meus primeiros anos assim e eu precisava manter uma ética profissional né, então não podia rolar nada assim, então não gostei. E também porque eu acho que as pessoas, elas esperam que a gente teja em certos lugares sabe, fazendo certas funções, ainda mais quando é o corpo preto né? E as festas ies tem esse negócio né, eles chamam os viado pretinho lá pra trabalhar pra eles e dão a entrada. Eu não faço isso, jamais, entendeu? Eu prefiro ficar sem ir. Entendeu? Porque o meu trabalho não vale isso, sabe. Eles esperam que a gente se submeta a isso, a gente ficar servindo playboy chato, mal educado. Não. Eu tô lá como uma igual, como uma pessoa que tá fazendo igual, que vai consumir igual e que vai ser respeitada porque senão vai ter bafão, entende? E eu acho que quando cê estabelece de certa forma essa relação de... Quando alguém tá servindo, porque o Brasil é isso né. O Brasil é o lugar que cê tem quarto de empregada, então eles querem que teja pessoa servindo né, a todo momento e tal. E se estabelece uma relação de hierarquia, dentro de um lugar que, teoricamente, né, é pra gente esquecer, se misturar e se sentir como igual. Não, né. Em tudo isso, isso é com o cara que tá ali, mas tá servindo, isso é em relação ao cara que pagou, que tá servindo, em relação a bicha que é afeminada e a que não é. Tem essas coisas assim que eu não gosto. A mamãe não gosta (20 de abril de 2020).

¹⁷ Atriz, cantora e travesti brasileira, conhecida pelo tom crítico e combativo adotado em suas letras e performances às violências contra pessoas trans.



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

Este trecho da entrevista é interessante por suscitar uma crítica às Festas IeS. Partindo de sua trajetória, representante da letra T de LGBT, Rafaela não se sente representada nos espaços, mesmo que os frequentando esporadicamente. Apesar de suas escolhas pessoais sobre trabalhar ou não nas festas, ela apresenta que é por meio do consumo que nos tornamos um “igual”. Dessa forma, corroborando que tanto a identidade LGBTQ+, quanto a ideia de juventude como estilos de vida passíveis de serem adquiridos através do consumo. Mas nem todos têm o mesmo acesso a este. A partir de entrevistas com pessoas que trabalharam nos bares, pude constatar que é um trabalho caracterizado como “tranquilo” para eles. Contudo, como os dados coletados também permitem auferir, a maioria do público parece ser composta pelo *viado branco*. Segundo seus valores, um espaço predominantemente branco com pessoas negras servindo bebidas remete às características históricas do Brasil, enquanto nação colonizada e marcada pela escravidão. O quarto da empregada, referência utilizada, representa as hierarquias relacionadas a raça e classe.

7. Considerações finais

Após a apresentação dos dados coletados, através dos desenvolvimentos de uma incursão etnográfica a campo, acompanhamento dos eventos online e entrevistas com alguns interlocutores, é possível afirmar que os termos e categorias classificatórias são diversos e agenciados pelos interlocutores situacional e relacionalmente.

Assim, as formas de autodefinição dos interlocutores quanto à orientação sexual, identidade de gênero, posições de classe, possibilitadas pela realização de entrevistas, são diversas e se configuram como elementos de grande relevância em relação a cada trajetória específica, na percepção e experimentação social do espaço. Estes espaços de lazer e consumo, eles próprios caracterizados pela categoria classificatória do movimento político, por políticas sociais e sexuais inclusivas reproduzem uma determinada estética e estilo, não excluindo a reprodução de desigualdades e hierarquias no que se refere ao acesso a bens culturais.



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

Na pesquisa, o intuito não foi o de essencializá-las, pelo contrário. Por isso, uma análise que leve em consideração as categorias classificatórias aqui discutidas permite visualizar uma distribuição dos interlocutores no espaço que evidencia a interação entre as categorias da diferença de gênero, classe, raça e juventude, embasando diferenciações e distinções.

Referências

BRAGA, Gibran Teixeira. **'O fervo e a luta':** políticas do corpo e do prazer em festas de São Paulo e Berlim. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2018.

BUTLER, Judith. **Gender trouble:** feminism and the subversion of identity. Londres/Nova York, Routledge, 1990.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes antropológicos**, ano 16, n. 34, p. 49-70, 2010.

FLOETER, Guilherme Saade. **"XUPA, CAASO!": Masculinidades e relações de gênero na Associação Atlética Acadêmica da UFSCar**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13ª Ed. - Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais:** Curso no Collège de France. Tradução de Eduardo Brandão. 5ª Ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FRANÇA, Isadora Lins. Sobre "guetos" e "rótulos": tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. **Cadernos Pagu**, n. 28, 2007, p. 227-255.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes:** o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), São Paulo: Universidade de São Paulo, USP, 2006.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares:** Homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.



Quem descobre quem? Sentidos de gênero, classe, raça e juventude em festas universitárias LGBTQ+

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

KURASHIGE, Keith Diego. **Desejos à margem**: fragmentos de memórias homossexuais em São Carlos. Tese (Doutorado em Sociologia), São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2018.

MAY, T. **Pesquisa social**. Questões, métodos e processos. 2001. Porto Alegre, Artemed.

McCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp. 2010 [1995].

MISKOLCI, Richard. "Discreto e fora do meio": Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. **Cadernos Pagu**, n. 44, 2015, p. 61-90.

PARKER, Richard. **Abaixo do equador**: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Tradução de: Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. p. 7-42.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Traduzido por Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 edições, 2018.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade". **Cadernos Pagu**, n. 21, 2003, p. 1-88.

WARNER, Michael. **Fear of a queer planet**: Queer politics and social theory. Social Text Collective. Publisher: Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

Texto recebido em 21/12/2020 e aprovado em 04/08/2021

DOI: 10.46269/10221.656

Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa¹

Use of Information and Communication Technologies (ICT) in the classroom of Poções (BA) History teachers: brief research report

Alessandra Barbosa Adão²
Edivanda Jesus da Silva³

Resumo: Este relato de pesquisa objetiva discutir a relação entre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e as salas de aulas, com foco nos professores de História da cidade de Poções (BA). A partir de dados levantados com diretores das Escolas Municipais e os respectivos docentes, questionamos: os professores têm habilidade para usar essas Tecnologias? Utilizam com frequência? Como utilizam as TICs no ensino de História? A partir disso e de pesquisa qualitativa, do contato com as políticas públicas de âmbito Federal e de autores como Pierre Lévy (2008), Pedro Demo (2008) e outros, emergem possíveis respostas. Por fim, o relato permitiu perceber o distanciamento entre as políticas públicas e a sala de aula, afetando alunos e professores no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Tecnologia de Informação e Comunicação. Professores. História. Poções (BA).

Abstract: This research report aims to discuss the relationship between Information and Communication Technologies (ICTs) and classrooms, with a focus on History teachers from the city of Poções (BA). Based on data collected from the principals of the Municipal Schools and the respective teachers, we ask: do teachers have the ability to use these Technologies? Do they use it often? How do they use ICT in history teaching? From these and qualitative research, from contact with public policies at the Federal level and from authors such as Pierre Lévy (2008), Pedro Demo (2008) and others, the possible answers emerge. Finally, the report made it possible to perceive the gap

¹ Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no *X Encontro Estadual de História – Combates pela História*, organizado pela ANPUH/BA (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Campus Vitória da Conquista), entre os dias 20 e 23 de outubro de 2020, de forma remota.

² Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) - Campus Jorge Amado. Itabuna, Bahia, Brasil. ORCID: 0000-0002-4975-5143. E-mail: aleadao@outlook.com.

³ Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) - Campus Jorge Amado. Itabuna, Bahia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1317-9970>. E-mail: vandinhahist@hotmail.com.



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

between public policies and the classroom, affecting students and teachers in the teaching-learning process.

Keywords: Information and Communication Technology. Teachers. History. Poções (BA).



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

1. Introdução

A cada dia que passa estamos mais envolvidos em novas maneiras de nos relacionar e de nos comunicar com outras pessoas e com o mundo, principalmente com o uso constante de dispositivos eletrônicos. No entanto, essas mudanças trazem consigo alguns desafios e um desses desafios está relacionado ao âmbito educacional - no modo de aprender, de ensinar, na adequação das escolas e o papel do professor a esses novos tempos -, onde o aluno está mais conectado às novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Nesse sentido, pensar a efetivação e as dicotomias que o uso das TICs podem ocasionar no espaço escolar, como, por exemplo, a preocupação entre o ensino de algum conteúdo versus o desenvolvimento de competências e/ou habilidades e, ainda, a relação mestre e aprendiz (professor e aluno) em que se possa utilizar as TICs como local de experimentação do conteúdo programático (WIVES *et al.*, 2016), faz-se necessário frente aos desafios políticos e administrativos, de formação docente e do discente que se apresentam para esses atores. É diante desses que o presente relato de pesquisa pretende discutir a relação entre as Tecnologias e a sala de aula, com foco nos professores de História do Ensino Fundamental II da cidade de Poções⁴ (BA).

Para além disso, a partir de revisão bibliográfica e pesquisa de campo com abordagem qualitativa de cunho descritivo – em que aplicamos um questionário a 13 professores de História do Ensino Fundamental II e a 12 diretores das Escolas Municipais da cidade – foi possível conhecer o cenário local e a relação das TICs com a sala de aula, além de alguns meandros da administração pública. O intuito foi discutir: se professores têm habilidade para usar essas Tecnologias? Se a utilizam com frequência? Como utilizam as TICs no ensino de História?

⁴ Poções é uma cidade da região sudoeste da Bahia, com extensão de 937.269 km², situada a 444 km de distância da capital, em uma zona de transição de Caatinga e Mata Atlântica, com população estimada de 48.000 habitantes (IBGE). Tem como principais atividades econômicas a agricultura de hortifrutigranjeiros e a geração de empregos diretos e indiretos no comércio. Possui atividade cultural bastante desenvolvida, tendo atores, grupos de teatro, grupos de dança, produções cinematográficas e cantores premiados em diversos festivais brasileiros (IBGE, 2010)



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

Desse modo, dividimos esse relato em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, intitulada *Fundamentação Teórica: As chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e os docentes*, trazemos teóricos da área de Educação e das TICs para entender como se dá o uso das TICs pelos docentes e os desafios, medos e possibilidades diante destas.

Já na segunda seção, intitulada *Metodologia: Uso das TICs nas escolas de Poções (BA)*, trazemos alguns Programas ofertados pelo Governo Federal que versam sobre o acesso à internet nas escolas brasileiras. E, também traçamos algumas discussões e apresentamos o cenário das TICs na cidade, a partir dos dados obtidos no questionário aplicado aos diretores das Escolas Municipais de Ensino Fundamental II e aos professores de História da cidade. Na terceira e última seção, denominada *Resultados Preliminares: relato das possibilidades com uso das TICs e a realidade de Poções (BA)* expomos nosso relato e de outros colegas de profissão, para dimensionarmos como as TICs podem auxiliar em uma outra perspectiva de ensino e como isso reverbera em nossas *práxis*.

1.1. Fundamentação Teórica: As chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e os docentes

As novas tecnologias estão presentes em vários segmentos da sociedade, e na escola não diferiria, por isso, é necessário pensar a utilização e aplicação destas neste espaço. Já que estamos cada vez mais conectados, conforme dados da PNAD⁵ de 2019, buscando por conhecimento, informações, resolução de problemas burocráticos, entretenimento etc. Mas, antes disso, é importante saber o que está envolto nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Para Claudio de Oliveira *et al.*,

⁵ Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2019, mostram que 82,7% dos brasileiros possuem internet em suas residências. Quando se foca a região Nordeste a internet está em 74,3% dos lares. Sendo que 81,3% desse uso está na zona urbana e 51,9% na rural. Ainda assim, os dados gerais do PNAD indicam que o maior uso de internet/conectividade é para enviar e receber mensagens de textos/áudio (95,7%), conversar por chamada de vídeo/voz (91,2%), assistir vídeos (88,4%) e enviar ou receber e-mails (61,5%) (IBGE,2019).



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

O termo TIC é a junção da tecnologia ou Informática com a tecnologia da comunicação, a Internet é um ensinamento claro disso. As TICs quando são utilizadas, melhoraram o processo de ensino, pois criam ambientes virtuais de aprendizagem, colaborando com o aluno na assimilação dos conteúdos. O computador e a Internet atraí a atenção dos alunos desenvolvendo neles, habilidades para captar a informação (OLIVEIRA *et al.*, 2015, p.78-79).

Além disso, essas novas plataformas envolvem uma série de recursos tecnológicos, como, por exemplo, equipamentos de multimídia, *hardwares*, *softwares*, que se utilizados de forma integrada podem promover melhorias no processo educativo. Estes auxiliam na comunicação rápida e eficiente, como o e-mail, os fóruns *online*, a *webcam* entre outras, que fazem parte de uma transformação digital e, do cotidiano das pessoas e das escolas.

Há muito tempo que os métodos de ensino não se resumem apenas a uma sala de aula, anotações no quadro e materiais didáticos impressos. Desse modo, a escola torna-se ambiente propício para a utilização das tecnologias, como ferramentas capazes de promover a inserção dos educandos na sociedade da informação, dirimindo as diferenças sociais.

Na batalha digital pelo conhecimento, a escola não esteve omissa, pelo contrário, buscou se adaptar aos avanços tecnológicos e a realidade do entorno. E, quando pensamos a dinâmica da sala, e em particular o ensino de História, esse aparato tecnológico pode ser fundamental, como nos diz Ferreira para,

- Desenvolver habilidades como criatividade, coordenação motora, percepção visual e auditiva;
- Motivar a pesquisa;
- Pôr os alunos em contato com a realidade através do programa (*software*) escolhido;
- Organizar as informações;
- Classificar dados;
- Traçar croquis, esboços e desenhos (fazer mapas, plantas da realidade estudada e outros);
- Organizar a vida escolar;
- Produzir trabalhos escolares, através de *softwares* de planilhas, banco de dados e processadores de texto;
- Elaborar gráficos estatísticos;
- Fazer apresentações mais dinâmicas (FERREIRA, 1999, p.135).



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

Além disso, o professor pode proporcionar ao aluno visitas *onlines* a museus e acervos históricos, e, até mesmo conhecer as transformações decorridas em mapas, através das navegações, guerras etc.; a fim de tornar a aula de História mais atrativa e contextualizada. Nesse sentido, o professor é o mediador entre a tecnologia e o processo de ensino aprendizagem. Ele ainda tem a missão de repassar, compartilhar e construir conjuntamente conteúdos e conhecimentos. Mas, também adquire a tarefa, nem sempre fácil ou prazerosa, de lidar com essas novas maneiras de agir e pensar, de construir conhecimento no espaço da sala de aula em que “escrita, leitura, visão, audição, criação, aprendizagem são capturadas por uma informática cada vez mais avançada”, conforme nos diz Lévy (2008, p. 7).

Diante disso, o professor enfrenta alguns desafios, tais quais: compreender que alguns alunos já chegam na aula com entendimento das TICs; que a utilização dos recursos tecnológicos auxilia na ampliação do repertório do aluno e a construir conceitos coletivamente (FIGUEIREDO, 1997); e que cabe ao professor refletir criticamente sobre as possibilidades e empregos das Tecnologias no processo ensino-aprendizagem (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2006).

Mas, para que isso ocorra de forma fluída e que gere benefícios para ambos é preciso, antes de mais nada, entender que a formação continuada pode permitir “condições para o professor construir conhecimento sobre as novas tecnologias, entender por que e como integrar estas na sua prática pedagógica e ser capaz de superar entraves administrativos e pedagógicos” (MERCADO, 2001, p. 5). O uso destas na sala de aula demanda planejamento e organização no conteúdo, para que este meio não seja apenas um recurso de exposição diferente, sem ordenação pedagógica (SANTIAGO, 2006).

Mesmo diante de um cenário que exige cada vez mais dos professores, principalmente no aperfeiçoamento para usá-las, nos parece que isso ainda não é a realidade de boa parte das escolas brasileiras, em particular nas aulas de História, em



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

Poções (BA). O relato das professoras A e B⁶ mostram um cenário preocupante, quando perguntadas se “Os órgãos de gestão educacional oferecem curso de capacitação para utilização de TICs em sala de aula?” e “A participação dos professores em cursos e oficinas que auxiliam e orientam quanto à utilização dos recursos computacionais seria importante?”, respectivamente, “Nunca chegou ao meu conhecimento” (PROFESSORA A) e “Sim, ainda existe uma carência muito grande no que se refere à temática. Não é oferecido” (PROFESSORA B).

Outro ponto crítico na atualidade, pensando o contexto da Covid-19, no que tange a formação continuada essas mesmas professoras alertam para essa falha do poder público, quando questionadas sobre “Como observa a utilização de ferramentas tecnológicas, neste contexto pandêmico ocasionado pela Covid-19?”, respectivamente, “Aprendo a mexer com as novas tecnologias a cada dia e percebo que não estava preparada para esta nova realidade” (PROFESSORA A). e “Por falta de formação e pouco conhecimento das ferramentas tecnológicas, a dificuldade é muito” (PROFESSORA B).

Não há dúvidas de que as novas tecnologias vieram para incrementar o espaço escolar e o cotidiano do professor, principalmente neste novo cenário. Nesse sentido, o professor precisa, mesmo que tardiamente, romper a mística de único detentor de conhecimento na sala de aula, ainda que pareça desafiador, como afirma Moran *et al*:

Para nós, professores, essa mudança de atitude não é fácil. Estamos acostumados e sentimo-nos seguros com o nosso papel de comunicar e transmitir algo que conhecemos muito bem. Sair dessa posição, entrar em diálogo direto com os alunos, correr risco de ouvir uma pergunta para a qual no momento talvez não tenhamos resposta, e propor aos alunos que pesquisemos juntos para buscarmos resposta – tudo isso gera um grande desconforto e uma grande insegurança (MORAN *et al.*, 2000, p.142).

Esses recursos possibilitam outras formas de enxergar a sala de aula, a relação professor e educando, repensar o ensino e a forma de troca e transmissão de

⁶ Optamos por nomear os professores com as letras do alfabeto e os diretores/coordenador técnico com algarismos arábicos na intenção de preservar suas identidades.



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

conhecimento etc. Para além destes, pensar outras possibilidades requer um esforço também do poder público, em suas diferentes esferas, como veremos na seção seguinte.

2. Metodologia: Uso das TICs nas escolas de Poções (BA)

Sabendo da crescente exigência pela conectividade, conforme dados da PNAD, refletir sobre o uso das TICs na sala de aula é uma demanda necessária e urgente quando pensamos na possibilidade de diminuição das diferenças sociais, o acesso e a democratização da informação e da tecnologia. Ainda que a escola tenha como premissa a formação crítica e ativa dos indivíduos, a transmissão de conhecimento e cultura, quando se atina para o uso das tecnologias na sala de aula parece haver uma lacuna. Mesmo que tal prática, seja preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) quando diz os objetivos do Ensino Fundamental, dentre eles no inciso II do Art.32 “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, **da tecnologia**, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (BRASIL,1996, *grifo nosso*), que mesmo estando neste ambiente, há uma insuficiência em sua aplicação.

Na tentativa de atender a demanda, inicialmente regulada pela LDB, o Governo Federal, em diferentes períodos, idealizou programas de acesso e uso das TICs no ambiente escolar. O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) é um exemplo disso. Criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 1997, o ProInfo é um programa voltado para professores e educandos da rede pública de ensino que tem por objetivo proporcionar o uso de tecnologia. Para aderir ao Programa, os Estados ou Municípios devem expressar o interesse no Plano de Ações Articuladas (PAR) e, caso seja aprovado, o *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação* (FNDE) libera o recurso para a compra de equipamentos e adequação de salas de informática. É preciso salientar que, no entanto, esse Programa não prevê a manutenção, a construção de salas e a capacitação de profissionais. Por muitas vezes, as esferas responsáveis por essas



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

questões não a cumprem ou a fazem de maneira inadequada, como veremos adiante no relato do Diretor 1.

Outros dois programas que merecem destaque são: o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) criado em 2000, e o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) criado em 2010, ambos diretamente ligados ao acesso à internet por escolas da zona rural e urbana e que tem/tinham por objetivo diminuir as desigualdades socioeconômicas e regionais no campo da tecnologia. Sobre o primeiro, vale dizer que na sua assinatura 30% dos recursos deveriam atender áreas abrangidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (todos os Estados do Nordeste mais Minas Gerais e o Espírito Santo).

A respeito do PNBL, este foi encerrado em 2016 devido às trocas políticas no país e, também, a irregularidades por parte das operadoras. Ao direcionarmos o olhar para o Estado da Bahia e a cidade de Poções (BA), foco deste estudo, o cenário parece diferente. A internet chega na Bahia na década de 1990, através da Universidade Federal da Bahia (UFBA), restringindo-se apenas nesta instituição. Logo depois, em 1996, há um esforço dessa e de outras instituições públicas para a expansão da internet e uso de tecnologias no Estado, mas ainda se restringindo ao espaço do trabalho ou grandes empresas e, em sua maioria, usado por homens com idade média de 29 anos.

No caso de Poções (BA), o relato do Diretor 1 nos revela como se deu a chegada da internet na cidade e nas escolas,

A chegada da Internet em Poções se dá efetivamente na década de 2000, após a privatização da telecomunicação que veio se concretizar através da TELEMAR [empresa privada de telefonia fixa, móvel e de rede de Internet na Bahia e Norte de Minas Gerais]. As regiões de Zona rural no geral, começam a ter as primeiras torres provedoras de internet por volta de 2013, em domicílios particulares e só chegam às escolas em 2016, ainda assim, de maneira bastante precária (DIRETOR 1).

Este relato é muito significativo, principalmente quando olhamos para os propósitos dos Programas destacados aqui, visto que a realidade na cidade estudada parece bem dispare. O que pode ser constatado é que muitas vezes essas políticas



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

públicas, assim como ocorre com tantas outras, não chegam até a ponta, a quem de fato se destinam.

Além disso, constatamos que há um esforço por parte dos diretores em levantar recursos, para efetivar a política pública, muitas vezes do próprio bolso e dos professores, e/ou fechar parcerias, como no relato do Coordenador Técnico 1, quando questionado “As verbas dos Programas Federais de expansão de banda larga e criação de salas de informática tem chegado às Escolas Municipais?”,

Eu acredito que sim. Nós temos aí um dinheiro do programa Escola Conectada. Todas as escolas da zona rural, com exceção da Escola Evando, já recebeu esse dinheiro. Então esse dinheiro é pra investir na melhoria da internet nessas escolas. Como a gente já tem essa parceira de investir na internet da zona rural, nós vamos juntar o dinheiro da escola com esse programa Escola Conectada para colocar Internet lá [na escola que atua] (Coordenador Técnico 1).

O Programa de Inovação Educação Conectada, mencionado pelo Coordenador Técnico 1, implementado pelo Ministério da Educação, em 2017, tem por objetivo fomentar a conexão à internet, a formação dos professores e propiciar ao aluno contato com esses recursos. Vale mencionar que mesmo com a chegada da verba para as escolas da cidade, muitos gestores não sabiam como usar a verba e/ou o que podia ser feito efetivamente, conforme relato do Coordenador Técnico 1.

Apesar da contextualização dos limites e problemas, bem como dos importantes avanços educacionais possíveis por meio da conectividade, o avanço no uso das inovações tecnológicas ainda nos parece o desafio fulcral apresentado a professores, educandos e gestores da cidade de Poções (BA). Nesse sentido, trazemos os dados das escolas e o quantitativo de Tecnologias que dispõem.

Vale dizer que para a obtenção dos dados, foi aplicado questionário via *WhatsApp* com perguntas abertas para os 12 diretores escolares e 13 professores de História do município. Além disso, é importante salientar que o diálogo com esses diretores ocorreu de forma facilitada, pois na época do estudo ocupava (a segunda autora desta



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

comunicação) o cargo de Coordenadora de Ensino e Relações Étnicas, na Secretaria Municipal de Educação, desde 2018.

Poções (BA) possui 36 Escolas Municipais - entre Creches, Escolas de Ensino Fundamental I e de Fundamental II - e, 3 Escolas Estaduais de Ensino Médio. A partir dos dados das 12 Escolas de Ensino Fundamental II, apresentamos a seguir a relação de ferramentas disponíveis, conforme tabela abaixo.

Quadro 1: Relação de ferramentas nas Escolas de Poções (BA)

Escola	Equipamentos	Forma de uso	Observações
Escola 1	Datashow, telão, som, microfone, computador e internet (apenas para professores), TV, DVD, Microsystem.	Aparelhagem utilizada pelos professores com agendamento prévio.	
Escola 2	Datashow, TV, computador e internet	Uso dos professores	
Escola 3	Datashow, computador e internet	Uso dos professores	
Escola 4	Datashow, TV, computador e internet	Uso dos professores	Aula à distância para alunos do 2º Grau em um projeto do governo
Escola 5	3 computadores, internet, Datashow, notebook, caixa amplificadora, impressora	Uso dos professores e do administrativo	
Escola 6	Datashow, 4 TVs, 2 DVDs, 2 computadores internet.	Uso dos professores	A internet é paga pelos professores e a direção.
Escola 7	Notebook, projetor, computador, internet sem qualidade	Uso dos professores	
Escola 8	Datashow, TV, computador, notebook, caixa de som, internet, Sala de informática.	Uso dos professores	A sala de informática não está sendo usada, por falta de manutenção nos aparelhos e por falta de Internet
Escola 9	Computador, Datashow, notebook, máquina digital, TV, internet.		
Escola 10	3 computadores, internet, Datashow, notebook, caixa amplificadora, impressora		
Escola 11	Computadores, internet, Datashow, notebook, caixa amplificadora, impressora		



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

Escola 12 Computadores, internet, Datashow, notebook, caixa amplificadora, impressora

Fonte: Elaborado pelas autoras desta pesquisa (2020).

A partir do questionário aplicado aos diretores, constatou-se que, são poucas as unidades escolares que chegaram a ter uma sala de informática. E, as que possuíam (Escolas de Fundamental II e Ensino Médio) não tinham acesso à internet, sequer computadores em número suficiente para que uma turma pudesse utilizar de maneira satisfatória. Quando referimos que são poucas unidades, frisamos esse dado, pois na atualidade as Escolas de Ensino Fundamental II não possuem mais este recurso, ocasionada pela: obsolescência programada dos equipamentos, falta de conhecimento adequado para o uso ou mal uso, falta de manutenção e pela ação criminosa de vândalos que saquearam os equipamentos.

Outra questão preocupante, relatada pelo Coordenador Técnico 1, diz respeito sobre o que os gestores fizeram quando receberam os recursos federais, no caso, os computadores para as salas de informática,

Eu tenho observado o seguinte, eu não sei te dizer quando chegaram esses computadores a essas escolas. Mas, algumas escolas com mais computadores e outras com quantidade mais reduzida. Mas eu percebi, que hoje, todas as escolas de Poções (BA) tem alguns computadores que segundo alguns diretores me relataram eram para uma salinha de informática pra esses alunos. [...] Nós recebemos esse material, mas a gente não tinha esses espaços físicos pra poder montar essa sala. Então esse material que chegou, que era pra ser montado uma sala de informática, acabou sendo distribuído dentro da própria escola. Por exemplo: um computador pra Secretaria, outro computador pra diretora na sala dela, o outro pro digitador. Então, por falta de espaço físico esses computadores acabaram sendo distribuídos dentro do próprio espaço escolar (COORDENADOR TÉCNICO 1).

A partir deste relato, percebemos na cidade uma “falha” política dos agentes governamentais. Isso nos leva a questionar se de fato as políticas públicas em sua maioria, nas diferentes esferas, são realmente eficientes e se conseguem atender àquilo que se propõem. Ainda conforme os relatos, quando se têm os computadores, os



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

professores precisam revezar no uso (exclusivamente para eles), nos aparelhos de Multimídia e nos espaços onde é possível utilizá-los.

Os equipamentos utilizados pelos professores nas aulas de História, numa média de três vezes por quadrimestre, demandam agendamento prévio. Estes normalmente são utilizados para a exibição de filmes, documentários e músicas que em tese tenham relação com o objeto de estudo. Além disso, alguns professores da Zona Rural relataram que em determinados momentos pagam o pacote de dados de internet para a escola, com o intuito de utilizar os equipamentos com os educandos nas dinâmicas em sala de aula. Mas a velocidade de processamento é lenta, o que dificulta o uso de celulares como ferramenta de pesquisa, por exemplo.

Deste modo, pelos dados colhidos na cidade de Poções (BA), podemos constatar que a educação apoiada pelas novas tecnologias não ocorre de maneira satisfatória na maioria das escolas do município, sobretudo as da Zona Rural. Ainda segundo o levantamento foi possível observar que as Escolas dispõem de poucos recursos tecnológicos e, quando possuem, não são de livre acesso aos educandos e professores, por serem em pequena quantidade.

3. Resultados preliminares: relato das possibilidades com uso das TICs e a realidade de Poções (BA)

Chamamos a atenção, no início desta seção, que o relato a seguir refere-se à experiência da segunda autora desta comunicação – Edivanda Jesus da Silva, e também de parte dos relatos obtidos com os professores de História consultados. Durante minha vida profissional, estive em sala de aula por 17 anos, dos quais 14 como professora de História. Ingressei quando os nossos meios mais tecnológicos de auxílio à aprendizagem ainda eram basicamente o mimeógrafo e o projetor de transparências⁷.

⁷ Esses dois equipamentos, mimeógrafo e projetor de transparências, tornou-se muito usual pelos professores nas décadas de 1970 em diante. O primeiro era usado para reproduzir cópias de provas e documentos educacionais, recados internos etc. Já o segundo serve para projetar imagens e textos, a partir de transparências ou lâminas, de forma ampliada em uma superfície, normalmente a parede.



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

Os poucos computadores que existiam na escola eram de uso administrativo e nem sequer se mencionava o uso de internet. Sendo que esta chega ao Brasil em 1995, de forma comercial, e expande-se para outras esferas, inclusive a educação, no início dos anos 2000 (MISKOLCI; BALIEIRO,2018). Isso parece estar vinculado há décadas, mas devo afirmar que essa era a realidade de uma escola de Ensino Fundamental II, que atendia cerca de 1.500 educandos, numa área central da cidade de Poções (BA), na primeira década do século XXI. De fato, pela minha experiência, posso afirmar, que como professora e como estudante, só tive acesso a computador quando ingressei no ensino superior, em 2004. Até então, nem se quer imaginava o que vinha a ser um disquete, uma mensagem de e-mail, *software* ou internet. Pela minha vivência, consigo afirmar que essa era a realidade de boa parte dos professores da Rede Pública de Ensino de Poções (BA).

Pude acompanhar o aparecimento dos primeiros aparelhos tecnológicos que viriam a ser uma promessa de evolução do modo de aprendizagem. No entanto, a escola e os professores não estavam familiarizados ou capacitados para o uso. Em minhas vivências percebi que as escolas de Poções (BA), em sua maioria, não acompanham a velocidade com que as inovações tecnológicas surgem ou são popularizadas. Além disso, não conseguem se adaptar, seja por falta de equipamentos e espaços adequados, seja por falta de interesse governamental em equipá-las ou de recursos para tal.

Na minha experiência como professora de História pude vivenciar essa realidade. Das escolas que lecionei apenas uma possuía um laboratório de informática, obsoleto, com poucos computadores que funcionavam e sem acesso à internet. Um espaço não prazeroso ou inovador, um ambiente nada acolhedor ou instigante. Mesmo assim, foi nesse cenário que desenvolvi, no ano de 2013⁸, um projeto com educandos do 9º ano do Ensino Fundamental II em uma das escolas do Município de Poções, retratada na coleta de dados anteriormente apresentada.

⁸ Neste ano, pude constatar que a internet e os computadores ainda eram uma realidade muito distante dos alunos, sobretudo os da zona rural, pois como já foi salientado, muitas regiões ainda não contavam com acesso à provedores de internet, destoando da realidade de outras regiões do país.



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

Ao tratar sobre o conteúdo programático da Segunda Guerra Mundial, observei que os educandos se interessaram pelas chamadas tecnologias de guerra e, após explorarmos o assunto utilizando filmes e pesquisas de *sites* (realizadas fora da escola, pelos motivos anteriormente destacados), sugeri que fizéssemos uma apresentação em *Power Point* sobre o tema. Para minha surpresa, me deparei com quatro salas, com uma média de 40 educandos cada, que não tinham conhecimento de tal recurso, ou que conheciam, mas não sabiam utilizar.

Diante disso, dividi os educandos de cada turma em 8 grupos, cada qual com um tema relacionado ao assunto estudado. E, durante 4 semanas, utilizamos a sala de informática em horários opostos aos das aulas, nos horários de AC (Aulas Complementares) e, por vezes, em dias de folga. Com o reforço dos aparelhos de celular, os educandos puderam pesquisar e montar as apresentações de *slides* que, posteriormente, foram apresentados às outras turmas da escola e do corpo docente.

Nos anos seguintes, repeti o trabalho com as turmas de 9º ano com as temáticas da Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria e a Ditadura Militar no Brasil. E com os educandos do 8º trabalhei os temas Cangaço, das Revoluções e das Revoltas Brasileiras no Período Colonial e Império, da Abolição da Escravidão e do Brasil República. Dentre as dificuldades que encontrei, posso ressaltar a pouca ou nenhuma familiaridade da maioria dos educandos com o computador, a dificuldade de acesso à internet e de horários para os encontros, por conta de alguns educandos serem oriundos da zona rural. Por vezes sacrificamos nossos horários livres, de almoço, de planejamento de atividades e dias de folga. Apesar de tudo isso, o projeto foi bem-sucedido, os grupos tiveram oportunidade de ter contato com uma ferramenta nova de conhecimento e, realizamos algo que proporcionou aprendizado aos educandos, tanto de conteúdo, quanto da utilização de tecnologia.

Isso se deve, acredito, ao fato dos educandos se sentirem desafiados com a possibilidade de construção de conhecimento histórico e crítico, a partir de novas tecnologias e plataformas. Além disso, é preciso lembrar que o simples acesso às



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

ferramentas novas e conteúdo alargado (internet), algo que pode parecer pífio do ponto de vista de inovação educacional, foi uma ação transformadora.

Cada *slide*, cada informação coletada e disposta em formato de apresentação retrata não apenas o uso de uma nova ferramenta, mas uma forma nova de produzir conhecimento histórico: interativa, colaborativa, crítica, abrangente. Fatores que contribuem na aprendizagem, na formação cidadã e, por fim, na formação de sujeitos históricos que vivenciam, analisam e constroem a própria história.

Os relatos dos professores, corroboram meu posicionamento, de que é importante a utilização de TICs nas aulas de História, por proporcionarem novas fontes de pesquisa, ampliarem os conhecimentos. E, de ainda tornarem as aulas atrativas e possibilitarem uma nova visão da História, mais integrada ao cotidiano dos cidadãos e sujeitos históricos, além de ser uma forma de democratizar o acesso a essas tecnologias e de trazer mais qualidade ao processo de aprendizagem.

O que constatamos através da pesquisa realizada com os professores e da experiência aqui relatada é que a ausência ou deficiência de TICs nas escolas se deve a falta de “Efetividade das Políticas Públicas, fiscalização dos recursos, implementação e manutenção, criação de espaços de qualidade e climatizado para o laboratório, interesse da gestão pública” (Professor C). O que constata a afirmação de que as políticas públicas não são tão efetivas o quanto se propõe. Quando perguntados sobre a necessidade de capacitação dos professores para a utilização das TICs, os 13 professores apontaram a importância de uma formação continuada e a disponibilidade para participar, caso haja.

4. Considerações Finais

O cenário exposto neste relato nos possibilitou conhecer o contexto das TICs nas salas de aula de Poções (BA), mas também compreender os distanciamentos entre a efetividade das políticas públicas e como isso afeta os atores envolvidos no espaço educacional – gestores, professores e alunos – principalmente os primeiros. Ainda que as



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

novas tecnologias estejam presente no cotidiano das pessoas, através do celular, e no uso constante de redes sociais e novas mídias, a escola, no que tange o *corpus* estudado, acompanha lentamente esse desenvolvimento, visto que a internet apenas chega na cidade a partir de 2013.

Apesar disso, percebemos como os professores de História tentam de diversas maneiras proporcionar uma aula mais atrativa e contextualizada a realidade do aluno e ao tempo atual, muitas vezes, com recursos próprios, sacrificando tempo de folga etc. Isso nos faz lembrar das palavras de Vera Candau quando diz “É tempo de inovar, atrever-se a realizar experiências pedagógicas a partir de paradigmas educacionais “outros”, mobilizar as comunidades educativas na construção de projetos político-pedagógicos relevantes para cada contexto” (CANDAU, 2016, p.807).

Por fim, a presente pesquisa, que contempla os relatos e a experiência das docentes, pesquisadoras e ativistas dos Direitos Humanos e Ações Afirmativas que escrevem essas linhas, finaliza lembrando o longo caminho a ser trilhado, em tempos de pós-verdade, Covid-19, ataques aos direitos e corrupção que vive o Brasil. Atentamos para a necessidade de refletir e pressionar as instâncias governamentais por políticas públicas mais efetivas, que possibilitem a formação cidadã e de sujeitos históricos aptos à análise, aos dispositivos e suas falácias. Enfim, um caminho que possibilite a transformação do pensamento da História, por meio da prática tecnológica, também em sala de aula.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

_____. Ministério da Educação (MEC). **Programa Nacional de Informática na Educação: Proinfo.** Brasília, DF. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfo/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-proinfo>. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. Ministério das Comunicações (MC). **Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST.** Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/arrecadacao/fust>. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. Ministério das Comunicações (MC). **Plano Nacional de Banda Larga.** Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/universalizacao/plano-nacional-de-banda-larga>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRITO, Glaucia da Silva.; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e novas tecnologias: um repensar.** Curitiba: IBPEX, 2006.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cotidiano escola e práticas interculturais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46 n. 161 p.802-820, jul./set. 2016.

DEMO, Pedro. **TICs e Educação.** 2008. Disponível em: <http://pedrodemo.sites.uol.com.br/textos/tics.html>. Acesso: 10 mar. 2020.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. A importância das novas tecnologias no ensino de História. **Universa**, Brasília, n. 1, p. 125-137, fevereiro de 1999.

FIGUEIREDO, Luciano. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 419-441.

IBGE. Censo 2010. **Poções, Bahia.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/?1>. Acesso em: 10 mar. 2020.

IBGE. Censo. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019.** PNAD, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101794>. Acesso em: 10 mar. 2020.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** São Paulo: Editora 34, 2008.



Uso de tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na sala de aula dos professores de História de Poções (BA): breve relato de pesquisa

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. Didática e ensino de informática. **Informática Educativa**, Maceió, Alagoas, 2001. Disponível em: <http://www.c5.cl/ieinvestiga/actas/ribie96/COLOMB.html>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Sociologia Digital: balanço provisório e desafios. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 06, n. 12, p.133-156, 2018.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 4ª ed. São Paulo: Papirus, 2000.

OLIVEIRA, Cláudio de; MOURA, Samuel Pedrosa; SOUSA, Edinaldo Ribeiro de. TIC'S na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. *Pedagogia em Ação*, v. 7, n. 1, 2015.

SANTIAGO, Dalva Gonçalves. **Novas Tecnologias e o Ensino Superior: repensando a formação docente**. 108f. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC - Campinas, São Paulo, 2006.

WIVES, Willian Washington; KUBOTA, Luis Claudio; AMIEL, Tel. Análise do Uso das TICs em Escolas Públicas e Privadas a partir da Teoria da Atividade. **Ipea**, Brasília, 2016. (Texto para Discussão, n. 2218).

Texto recebido em 04/10/2020 e aprovado em 19/05/2021

DOI: 10.46269/10221.581



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Diversidade e Diferença: caminhos que se entrelaçam e se repelem

Diversity and difference: paths that intertwine and repel

Ana Cristina Fournier¹

Resumo: O texto aborda um dos capítulos de uma pesquisa realizada com egressos trans de um pré-vestibular. O eixo que será compartilhado é uma reflexão teórica sobre a *diferença* e suas relações com a *diversidade*, pensando nesse diálogo para os espaços educacionais e demonstrando que é possível o exercício de práticas mais éticas. O objetivo dessa reflexão tem a intenção de colaborar com os profissionais de educação na valorização das diferenças, para que as escolas não reproduzam preconceitos e, desta forma, caminhem em consonância com preceitos dos direitos humanos. Universalizar a diferença é uma maneira de tentar tornar o outro igual, porém a tentativa sempre será dada num contexto de padrões dominantes que evidenciará uma adequação até então esperada.

Palavras-Chave: Trans. Diferença. Diversidade.

Abstract: The text addresses one of the chapters of a research carried out with trans graduates from a pre-university entrance course. The axis that will be shared here is a theoretical reflection on difference and its relationship with diversity. To think about this dialogue for educational spaces and demonstrate that it is possible to exercise more ethical practices. The purpose of this reflection is intended to collaborate with education professionals in valuing differences, so that schools do not reproduce prejudices and, thus, walk in line with human rights precepts. Universalizing the difference is a way of trying to make the other equal, however the attempt will always be given in a context of dominant patterns that will show an adequacy expected until now.

Keywords: Trans. Difference. Diversity.

¹ Mestra em Educação, Cultura e Comunicação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF. Especialista em Controle e Gestão Ambiental pela Universidade Gama Filho – UGF. Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista – UNIP. Graduada em História pela Universidade Augusto Mota. Tutora a distância pelo consórcio CEDERJ/CECERJ. ana.fournier@hotmail.com. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7674-1978>.



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

1. Introdução

Os egressos fizeram parte de um pré-vestibular que trabalha com o público que não se adequa ao recorte de gênero e sexualidade imposto por um binarismo e que esteja ou não em condição de vulnerabilidade social. Os entrevistados se declararam como mulheres trans ou homens trans. Nesse sentido, torna-se necessário a compreensão de que as pessoas transexuais rompem com condições sociais hegemônicas referentes às funções estabelecidas de gênero e de sexo.

A sociedade aponta o que é feminino e o que é masculino a partir de posições contrárias e fixas, posições que são remexidas pelas pessoas trans. Bento (2006) argumenta que a transexualidade é um aspecto da sexualidade que fomenta o avanço do entendimento da própria sexualidade para além dos modelos binários, tanto para o sexo como para o gênero.

A autora fomenta a importância de desestabilizar tudo aquilo que parece natural e a conformação de como cada pessoa manifesta seu gênero e afirma que ser transexual transcende a questão da aparência ou da aceitação genital.

Uma forma de sexualidade acaba sendo naturalizada e vai se estabelecendo como referência para as pessoas. A heterossexualidade é concebida como universal e normal. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais (LOURO, 2000, p. 10).

Esse grupo trava uma luta pelo reconhecimento, para serem legitimamente vistos/as a partir de suas próprias percepções. Para Bruns e Pinto (2003), as pessoas trans demonstram que o gênero é uma construção sócio-histórica em que os conceitos de feminino e masculino são plurais e não pré-concebidos ou fixos.

A partir das experiências escolares compartilhadas pelos entrevistados na pesquisa citada, pode-se aferir que a cultura escolar, na maioria das vezes, trabalha com a perspectiva da homogeneidade na educação formal. Existe a intenção de facilitar a prática e não a de fomentar questões que podem expor as diferenças dos estudantes,



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

como se a diferença só existisse em alguns estudantes ou em alguns grupos e não em cada um de nós.

Gómez (2000) contribui com tal entendimento quando afirma que as práticas escolares não podem abranger uma homogeneidade de ritmos ou experiências educativas. O sujeito que adentra no percurso escolar trará a diversidade e a diferença, visto que se diferencia emocionalmente e socialmente de outros sujeitos que iniciarão o mesmo processo. “O tratamento uniforme não pode supor mais do que a consagração da desigualdade e injustiça de sua origem social” (GÓMEZ, 2000, p. 23).

O presente artigo tem como objetivo apresentar diálogos possíveis entre a diferença e a diversidade, e sobretudo, focar na emergência do entendimento acerca da diferença para que educadores e educadoras possam contar com essas informações, inclusive relacionando-as com as questões de gênero e sexualidade em suas experiências educacionais. Para tanto, é necessária uma compreensão sobre os aspectos que se relacionam e os que não se relacionam entre os dois temas, já que a diversidade pode se mostrar como um grande “guarda-chuva” que pode unir as diferenças. Entretanto, esse caminho pode projetar as diferenças para a invisibilidade.

O fomento pelo trabalho com a diversidade nas escolas demonstra uma reflexão social necessária que pode revelar um percurso de possíveis respostas às demandas dos mais diversos grupos sociais e culturais. Ainda se acolhem os discursos de coletividades e comunidades, como: “os movimentos sociais – negro, feminista, indígena, homossexual, entre outros – que reivindicam, há décadas, o reconhecimento e inserção social e política dos particularismos étnico-raciais e culturais” (ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ, 2011, p. 86). Por outro lado, utilizar a diversidade em quaisquer contextos pode potencializar uma estratégia de esvaziamento das diferenças.

A Declaração da UNESCO acerca da diversidade cultural aponta para a elaboração de políticas que é evidenciada no 2º artigo:

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais, a um só tempo, plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os

Áskesis, v. 10, nº. 02, p. 111-130, Jul-Dez, 2021

ISSN: 2238-3069 / DOI: 10.46269/10221.576



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural (Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, 2002, p. 02).

A diversidade é abraçada nas instituições e nas escolas, porém tal feito não basta para que as diferenças sejam respeitadas e mesmo os trabalhos com a diversidade podem não incluir os diferentes nas diversas ocasiões.

Face ao exposto, iniciam-se algumas problematizações para o fomento das estratégias de diálogos nos espaços escolares e educativos. A diversidade tem muitas versões e não implica especificamente na negação da diferença individual. Os dois não são necessariamente incompatíveis, por isso não devem ser colocados em oposição.

2. Diferença e diversidade

O fomento à diversidade reivindica espaços de reconhecimento e não deixa de ser uma estratégia que responde ao arranjo social pertinente em nossa sociedade, mesmo em um modelo hegemônico estruturado. As discussões a respeito da diferença vêm, em geral, apoiando-se em “um vago e benevolente apelo à tolerância e respeito para com a diversidade e a diferença” (SILVA, 2015, p. 73).

O termo “diferença” pode dialogar com os impasses educacionais e trazer possíveis percursos para se pensar a escola. Bento (2006) afirma que a riqueza de uma nação está na compreensão de uma sociedade diversa e plural que entenda a diferença como uma condição do próprio ser humano, e não como uma anormalidade.

Burbules (2003) salienta que os diálogos referentes à diferença e à diversidade ampliam as possibilidades de se pensar as novas existências humanas, as escolhas diferentes das que existem hegemonicamente, e, dessa forma, aprendizagens serão adquiridas ao se conhecer modelos de vida alternativos. Tais experiências já fazem parte de nossa sociedade e não deixarão de existir, independente de se querer conhecê-las ou não.



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011) apresentam noções sobre tais conceitos. A primeira noção é aquela que trata a diversidade e/ou as diferenças como contradições que podem ser harmonizadas, utilizando-se, por exemplo, a tolerância para tal harmonização. O dever de tolerar o que é diferente quer dizer ter de suportar, aturar, permitir, ou seja, demonstrar superioridade sobre o outro e as diferenças que se manifestam não são para serem toleradas. A diversidade pode ser promovida e, ao mesmo tempo, pode debruçar-se para as diferenças.

A segunda noção é a utilização da palavra “diversidade” ou “diferença” como uma maneira de aumentar as demarcações do capital, através da comercialização dos territórios de existência e das formas de vida; e, por fim, a dimensão que enfatiza as diferenças como produtoras de diferenças que não se apaziguam, visto que elas não se apresentam como contradições ou contrárias.

A temática da diversidade, a partir da década de 90, tornou-se um tema transversal no que tange ao currículo:

O documento sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) é apresentado como um currículo mínimo de conteúdos a serem ofertados no sistema educacional. Cabe destacar as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais como uma política educacional dirigida para uma educação na perspectiva da diversidade. Logo de início o documento afirma que a educação deve ser voltada para a cidadania, os vários termos como Ética, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural são tratados como temas a serem incorporados, seguindo uma conexão entre a realidade social dos estudantes e saberes teóricos, aos campos gerais do currículo (ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ, 2011, p. 90).

A relação entre a vida social dos estudantes e os conteúdos trabalhados nos espaços escolares pode demonstrar um aspecto central que auxilia os temas sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

No debate nacional, algumas ações são incluídas sobre a égide da diversidade e não da diferença. O movimento negro, por exemplo, segundo Abramowicz Rodrigues e Cruz (2011), articula a questão da raça como uma categoria analítica e de luta política, dimensão também incorporada pelo movimento como uma tática da luta.



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

O diálogo entre os diferentes grupos é possível, e nessa perspectiva,

[...] é possível identificar nestas matrizes que a diversidade tem um caráter universal, pois é uma síntese que totaliza as diferenças, ou seja, as diferenças e as diversidades se configuram como cultura que, por esta via, podem então ser trocadas. Uma das problemáticas decorrentes é que a cultura acaba perdendo sua matriz singular e torna-se um conceito universal, como o biológico. Propostas como a criação de currículos comuns, buscando o que é comum entre as culturas, são correntes no campo educacional. Ao fazer isso, há um processo de tornar estas culturas componentes de uma universalidade, supondo-se possível retirar a estratificação que o poder opera, ou supor que não há relações de poder (ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ, 2011, p. 92).

A perspectiva pós-estruturalista aponta para a impossibilidade de um processo totalizante, de um processo que abranja outros processos mais específicos. Para essa vertente, a diferença não se atenua, visto que a função da diferença não é apaziguar, e sim, diferir: “a cada repetição extrai uma diferença, ou seja, diferenças geram diferenças. A diferença vai de encontro às identidades, já que tem por função borrá-las” (ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ, 2011, p. 92-93).

O tópico da “diferença” tem se situado no primeiro plano da reflexão nos estudos de educação e nos estudos culturais. Em parte, uma ênfase na diferença, e principalmente nas interpretações pós-estruturalistas da diferença, é expressão da desconfiança pós-moderna em relação à “metanarrativas” e discursos unificadores em geral. Ao mesmo tempo, é também a expressão de uma tendência política, um quadro de referências com base no qual os grupos podem discutir sua singularidade e traços distintivos em contraposição à concepção de comunidade, solidariedade ou consenso Liberal, que tendem a enfatizar necessidades e interesses comuns (BURBULES, 2003, p. 159).

Problematizar a diferença, segundo Burbules (2003), sugere um desafio, já que a reflexão pode ser apresentada a partir de entendimentos errôneos. As compreensões equivocadas relacionadas aos objetivos educacionais fazem crescer a defesa por ambientes educacionais organizados em torno de grupos mais homogêneos. Dessa maneira, manifesta-se a tensão entre homogeneidade e diversidade na prática educacional contemporânea:



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

Por um lado, o desejo de usar a educação para tornar as pessoas mais parecidas [...] e por outro lado, o desejo de atender diferentes necessidades e formas de aprender as diferentes orientações culturais e as diferentes aspirações a respeito de trabalho e modo de vida, representadas pela diversificada população de alunos das escolas públicas (BURBULES, 2003, p. 161).

Desse modo, as tensões entre homogeneidade e diversidade vêm aparecendo constantemente nas teorias e práticas da educação moderna. Por um lado, o desejo por uma educação que possa oferecer iguais possibilidades e que atinja um número maior de pessoas ganha peso, e por outro, busca-se atender às particularidades de um grupo cada vez mais heterogêneo.

Brah (2006) afirma que um caminho possível para a desejada prática educacional, no que tange às diferenças, é a valorização dos grupos que se encontram eliminados de um currículo que se baseia no eurocentrismo e na heterossexualidade. O trabalho com a diversidade nas escolas acaba valorizando os grupos marcados pelas diversas diferenças que se apresentam, mas não torna notáveis as diferenças entre os sujeitos que se encontram no interior desses grupos.

Citando um caso parecido, Burbules (2003) exemplifica:

Quando os professores exercem uma curiosidade ou um deslumbramento pela linguagem vivenciada nas comunidades, mas eles mesmos fazem parte de uma linguagem hegemônica que pode excluir ao invés de incluir, tencionam um “saber legítimo” que é imposto aos grupos dominados. Diante dessa questão, acabam atuando com tolerância em relação a uma série de diferenças para adentrarem no grande bordão do “somos todos basicamente iguais” (BURBULES, 2003, p. 162).

Notoriamente, existe uma multiplicidade de formas de como a diferença pode ser construída, “o conceito de diferença se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados” (BRAH, 2006, p. 374).

Com o propósito de iniciar algumas reflexões, Burbules (2003) afirma, em um primeiro contexto, que existem duas formas principais para se pensar a diferença: uma é através da classificação/categorização, o que para o autor é uma visão problemática, já



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

que favorece as desigualdades sociais e as classes dominantes; e a outra forma é pensar dentro do pressuposto da semelhança e depois tentar classificar as diferenças como desvio de modelo. Nesse caso, contra-argumenta que é preciso assumir a diferença como uma condição geral.

Ao manter as diferenças entre as categorias e normas que são coerentes com os interesses dos grupos dominantes, e às vezes defendidas por eles, os discursos da diversidade são uma forma de domesticar a diferença, permitindo-lhe “livre expressão”, mas em um âmbito extremamente limitado, além disso um âmbito que é implícito, e que não se abre facilmente à renegociação ou à contestação (BURBULES, 2003, p. 173).

Demonstrar abertura pode ser um aspecto de esperança para algumas populações que se inserem em uma sociedade, da qual todos fazemos parte. Uma escolha que proporcionará para muitos sujeitos uma melhoria da qualidade de vida, além de mais esperança para seguirem a vida sendo quem são.

É sabido que existem relações de poder em todas as direções e relações que advêm da sociedade, e na perspectiva dos interesses hegemônicos é importante que se percebam os predomínios dos que se encontram na invisibilidade no contexto escolar e que acabam dependendo dos olhares daqueles que olham e decidem (pensando hegemonicamente). Conforme Brah (2006), os marcadores da diferença são produções que constroem tanto a posição de opressão como a de privilégio.

Burbules (2003) segue explicando que a diferença é uma noção fluida e transitória e ressalta o perigo de quando se define diferença como diversidade, já que as diferenças no interior dessa diversidade acabam não sendo pronunciadas. O autor salienta que a diferença e a diversidade não possuem significados iguais, no entanto, por muitas vezes são palavras utilizadas como se fossem sinônimos, mesmo existindo diferentes entendimentos sobre o que seriam “diversidade” e “diferença”. Em geral, essa “igualdade” entre esses conceitos esconde desequilíbrios coletivos e, especialmente, as diferenças.



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

O autor ainda ressalta que existe uma série de pressupostos em relação à diversidade: o jargão “somos todos iguais” apresenta-se como sinônimo de “você são como nós” (ou deveriam ser); a posição da tolerância à diversidade, de forma geral, acomoda as características que são vistas como hegemônicas, inibindo outras diferenças possíveis. Tudo isso pode causar danos e sofrimentos, uma diferença que é julgada como num quadro de referências, sempre a partir de um ponto, sendo esse ponto sempre o mais “apropriado”.

Procurando ser mais específico e dando ritmo pedagógico para um maior entendimento sobre essas questões, Burbules (2003) aponta cinco formas para se entender a diferença associada à diversidade. São elas:

- *A diferença como variedade*, de abordagem categorial, referindo-se a diferentes tipos no interior de uma categoria particular, como diferentes tipos de árvores;
- *A diferença em grau*, pontos diferentes de um ponto contínuo e coerente, de mesma qualidade, mas em distintos graus, como os testes de QIs;
- *Diferença de variação*, uma combinação diferente de certos elementos, mas mantendo os elementos básicos, como as variações musicais;
- *A diferença de versão*, como uma variação, não altera o conceito chave, mas difere as interpretações, deixam inalterados os elementos chaves de um modelo, dando sentidos diferentes, como diferentes versões de uma peça de teatro; e
- *Diferença de analogia*, mesmo quando a diferença é única, atende a um quadro de referência semelhante a um outro contexto, diferenças relativas não a modelos comuns, mas a modelos paralelos comparáveis, como, por exemplo, A está para B como C está para D.

Essas cinco formas representam a diferença como diversidade, “como pontos ternos de comparação e contraste, mais do que como elementos de uma identidade vivida, representada. Também dão uma atenção insuficiente ao caráter da diferença (BURBULES, 2003, p. 172).” Entretanto, as diferenças apontadas auxiliam o entendimento sobre as formas de diferenciações na dimensão de um discurso da



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

diversidade, apesar de todos os discursos da diversidade estruturarem a diferença de uma forma limitada.

A noção da diversidade usada no discurso liberal para dar uma ilusão de harmonia pluralista. Essa harmonia reprimida só é conquistada com base em termos tácitos de normas sociais construídas e administradas pelo grupo dominante para criar uma ilusão de consenso. É uma noção ideológica que obscurece o exercício do poder. As normas sociais no interior do quadro de referências em que a diversidade é valorizada só servem para conter expressões de diferença cultural (BURBULES, 2003, p. 172-173).

O conceito da diferença não assegura uma perspectiva consensual; as diferenças são vividas, mudam nos percursos, mostram-se de outras formas, não fomentam semelhanças, e, por isso, qualquer tentativa de classificação será desapontada, salienta Burbules (2003).

O autor, assegurando um maior aprofundamento, sugere o entendimento de mais três formas da diferença além das já citadas: *a diferença além*, *a diferença no interior* e *a diferença contra*. *A diferença além* caracteriza-se não apenas como um indicador da diversidade, mas uma qualidade pertencente às convivências societárias, um questionamento aos quadros de referências. Como exemplo, o autor cita a construção de uma família: todos conhecem os possíveis contextos, porém existem culturas que não realizam nenhuma prática desse tipo e não sabem como nominar as “relações de família” como a nossa sociedade entende e conhece. Nesse sentido, essas diferenças causam perplexidade e estranheza.

A diferença no interior indica que as categorias não são totalmente estáveis, trazendo que a “coerência” da identidade (uma coisa é o que é) deve ser compreendida na relação de diálogo e julgada contra um padrão de normalidade. Como exemplo, o autor aponta o estereótipo masculino, que apresenta características físicas que vão ao encontro de uma normalidade esperada, porém várias vivências dos estereótipos masculinos não condizem com o que se espera, como no caso da homossexualidade. Aqueles que não se enquadram vivem essa diferença, expressando-se, brincando e transgredindo as normas estabelecidas. E por que não fomentar que todas as pessoas



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

possam viver demonstrando quem são em seu interior e nem por isso serem vistas como “os diferentes”?

Por último, Burbules (2003) sugere a *diferença contra*, apontada como uma forma de questionamento aos discursos dominantes, incorporada mais amplamente à dinâmica social e política de nossa sociedade. Como exemplo, explica a expectativa da sociedade que o indivíduo trabalhe, case e tenha filhos, mas que muitos desejam seguir outros percursos e buscam outras coisas, não só casar e ter filhos.

Essas três versões apontadas por Burbules (2003) sobre a diferença representam uma crítica teórica às visões categoriais e às visões de tolerância,

[...] quanto uma crise política da versão liberal do pluralismo que enfatiza a compreensão e a tolerância (sim, e “diálogo”) entre as diferenças – mas as diferenças que são dadas, definidas dentro dos limites que não prestam atenção suficiente às dimensões contestadas, instáveis e cambiantes da diferença à medida que as pessoas as vivem e representam. Esses discursos, de formas diferentes, embora relacionadas entre si, discutem formas de diferenças não assimiladas – diferenças que resistem à categorização ou comparação em termos do semelhante (BURBULES, 2003, p. 178).

A escola se apresenta como um espaço de normatização que reflete e reproduz os comportamentos sociais. Não diferentemente acontece com a questão de gênero e sexualidade. O ambiente escolar possui como modelo central a vivência das práticas afetivas e sexuais nos moldes da heterossexualidade. Assim, tudo que diverge desse contexto se apresenta como diferente e de difícil aceitação, reforçando práticas muitas vezes preconceituosas e discriminatórias para com as outras formas de sexualidade.

Estudiosos que se alinham às compreensões emanadas do pensamento pós (aqueles estudos que tentam superar a perspectiva anterior, apresentando novas formas de olhar e refletir o mundo) procuram estabelecer uma clara distinção entre diferença e diversidade:

[...] o termo diversidade é ligado à ideia de tolerância ou de convivência, e o termo “diferença” é mais ligado à ideia de reconhecimento como transformação social, transformação nas relações de poder, do lugar que o Outro ocupa nelas. Quando você lida com o diferente, você também se transforma, se coloca em

Áskesis, v. 10, nº. 02, p. 111-130, Jul-Dez, 2021

ISSN: 2238-3069 / DOI: 10.46269/10221.576



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

questão. Diversidade é “cada um no seu quadrado”, uma perspectiva que compreende o Outro como incomensuravelmente distinto de nós e com o qual podemos conviver, mas sem nos misturarmos a ele. Na perspectiva da diferença, estamos todos implicados(as) na criação desse Outro, e quanto mais nos relacionamos com ele, mais o reconhecemos como parte de nós mesmos, não apenas o toleramos, mas dialogamos com ele sabendo que essa relação nos transformará (MISKOLCI, 2012, p. 15-16).

3. Compondo a diferença com o gênero e a escola

Retomando o contexto relacional com os trans da pesquisa que resultou nesse artigo, o trabalho com a diversidade, no recorte de gênero e da sexualidade, não acontece de forma com que todos os diferentes se sintam representados. É fundamental entender que os jogos de oposição (homem/mulher, macho/fêmea, menino/menina) não auxiliam as pessoas trans. Tratar o masculino/feminino como contrários reafirma uma questão de poder, onde um deles sempre exercerá uma influência sobre o outro, e isso acontece com todos os dualismos. É como se estivessem sempre em oposição e que nunca pudessem se complementar.

O gênero é social e vai além do sexo biológico. Entretanto, o que é fundamental é a autopercepção e a forma como o indivíduo se expressa socialmente.

Na tradição dualista, natureza e cultura estão separadas, e o corpo, localizado no âmbito da natureza, é negado na instância da cultura. Argumento contra esse pensamento dicotômico. Centralizando a análise nas dimensões de gênero e sexualidade, passo em revista teorizações que vão do determinismo biológico ao construcionismo social, buscando problematizar o uso genérico e banalizado da expressão "construção social". Assumo que, tal como o gênero, a raça ou a classe, a sexualidade também precisa ser compreendida no âmbito da história e da cultura. Em consequência, algumas identidades gozam de privilégios, legitimidade, autoridade; outras são representadas como desviantes, ilegítimas, alternativas (LOURO, 2000, p. 59).

É preciso problematizar estratégias que normalizam, é preciso dificultar os caminhos daqueles que tencionam enquadrar os diversos modos de viver. Continuamente, é necessário se empenhar em combater os que elaboram e protegem as categorias e as delimitações com o foco na manutenção dos poderes no dia a dia.



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

Louro (1997) salienta que o masculino é a norma, é a regra, e que, por isso, os estudos de gênero são importantes. A autora aponta o gênero como uma das dimensões da vida e afirma que as mulheres e os homossexuais, historicamente, têm sofrido mais. De certa maneira, o universal é pensar o masculino, mas é importante se dar conta de que a masculinidade é produzida na vida. O homem vai se fazendo homem ao longo da vida, como a mulher vai sendo produzida também.

Como garantir o direito à diferença nas escolas que ainda entendem que as diferenças estão apenas em alguns alunos, naqueles que são negativamente compreendidos e diagnosticados como os problemáticos, os doentes?

O discurso sobre a “sociedade diversa” gera materiais didáticos no campo da educação. É bastante confusa a decisão sobre quais os conceitos que precisam ser trabalhados nas salas de aula. O emprego impreciso das palavras diversidade e diferença serve para esvaziar o social e o político do que significam tais palavras. Esvazia a diferença, já que o objetivo é a retirada da diferença da diversidade, ou seja, quando se fala de diferença é para que ela não faça, de fato, nenhuma diferença (ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ, 2011).

Com padrões únicos de análise e julgamento, classificam-se o “outro” como inferior ou fracassado e, nesse modo de compreensão da diferença, “propõe-se a tolerância a alguns coletivos: as classes populares, os negros, os homossexuais, mas ainda os vemos como aqueles que não sabem, inferiores.” (ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ, 2011, p. 94).

As pessoas trans não desejam tolerância, pois não são inferiores a ninguém. O racismo, a discriminação, a violência e o preconceito excluem a diferença, colocando-a no lugar do desvio, e nossa sociedade atua ativamente em favor dessa lógica.

Bento (2011) salienta que, quando uma criança nasce, encontra uma complexa rede de desejos e expectativas para o seu futuro, levando-a em consideração para projetá-la ao fato de ser um/uma menino/menina, ou seja, ser um corpo que tem um/uma pênis/vagina.



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

Ainda conforme a autora, existe uma estrutura arquitetada e presunções sobre gostos, vivências e modos de se relacionar que acabam antecipando resultados ou influências que se julgariam antes dos porquês. Esse caminho inicia um processo de comprometimento desse sujeito de várias maneiras. É sobre atribuir um aspecto de gênero, propostas já evidentes no nascimento.

Meninos e meninas aprendem, também desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem. A declaração "É uma menina!" ou "É um menino!" também começa uma espécie de "viagem", uma viagem é defendida, no dicionário, como um deslocamento entre lugares relativamente distantes e, em geral, se supõe que tal distância se refira ao espaço, eventualmente ao tempo. Mas talvez se possa pensar também, numa distância cultural, naquela que se representa como diferença, naquele ou naquilo que é estranho, no "outro" distanciado e longínquo (LOURO, 2004, p. 15).

Pensar nesse "outro" distanciado e estranho às nossas percepções estimula uma violência cometida contra as pessoas trans, tratando a diferença como aquilo ou aquele que é estranho, o que vem do outro e nunca de nós mesmos. Por esse ângulo, a crença de se viver na busca pela homogeneidade seria mais apropriada do que intensificar ou demarcar as diferenças?

O caminho ainda apresenta mais desafios quando se pensa na instituição: escola. A mesma, que se apresenta como instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como instituição guardiã das normas de gênero e produtora da heterossexualidade (BENTO, 2011).

Essas questões não podem ser respondidas exclusivamente nos limites da escola. Há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil da disseminação (BENTO, 2011).

Nesse sentido, não há como culpar só a escola sobre tais experiências escolares, visto que a sociedade fomenta e dita que a normalidade está na heterossexualidade, como se ela não fosse produzida.



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

A evasão escolar por parte dos sujeitos trans é real e perpassa pelas experiências dessas pessoas:

É limitador falarmos em evasão, no entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sobre o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não evasão (BENTO, 2011, p. 555).

Nesse sentido, a “evasão” dos sujeitos é mostrada através de uma “capa” pensada e estruturada para acontecer da forma como acontece e ainda é fomentada através de preconceitos e discriminações.

É comum que se pense a diferença a partir da diferença que existe no outro e tal fato discorre em uma identificação ou não daquela “tal” diferença como se fosse algo acabado e não maleável. Igualmente, na questão de gênero, não se pode lembrar da diferença apenas pelas vias biológicas, como um dado da natureza, nem tampouco presumir que o biológico define qualquer sujeito. Outros aspectos fazem parte da construção da identidade de cada um de nós.

Quando nada se faz em relação às premissas absolutas que determinam os “comportamentos aceitáveis”, ensina-se o que está dentro da normalidade esperada. As escolas podem escapar dessa normalidade compulsória, praticando a pedagogia do intolerável:

Temos assistido passivamente um processo de aniquilamento sutil e despótico das diferenças: seja sexual, racial, étnico, estético, entre outras, ao mesmo tempo em que há uma resistência cotidiana a esta processualidade de submetimento realizada por pessoas ou coletivos sociais excluídos, a pedagogia do intolerável não é a monumentalização da tragédia, do miserabilismo ou da vitimização. Nada tem a ver com isto. É a afirmação absoluta da vida, resistência do poder da vida contra o poder sobre a vida, resistência inabalável ao aniquilamento e a uma vida não fascista que se faz a toda hora e todo dia e por cada um (ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ, 2011).

Não se deve vitimar protagonistas que são vistos como “os diferentes” dentro da perspectiva do gênero e da sexualidade. Pensar através dessa perspectiva torna-se uma



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

atitude essencial para que não se caia nos dogmas impostos pela sociedade. Linhas de pensamento no contexto da subversão às normas e da coragem podem ser caminhos bem mais éticos para se pensar na vida cotidiana de cada uma dessas pessoas.

Mais uma vez, não se pretende considerar que a escola seja a responsável pelas questões aqui abordadas, o importante é contextualizar possíveis estratégias para convivências mais éticas nos espaços educacionais.

É possível construir as experiências nas escolas através das referências aqui citadas. Simples questionamentos aos dogmas já se apresentam como um possível caminho, visto que são repetidos e propagados há muito tempo na dinâmica escolar.

Sobre os questionamentos entre as dimensões da diferença e da diversidade que poderiam ser trabalhadas nas escolas, propõe-se desestabilizar os pensamentos já reiterados e tradicionais nos espaços formativos. Para além dos parâmetros propostos para atuação nas escolas, teve-se a intenção de abranger os discursos dos movimentos sociais que lutam por inserção social e política, atentando-se para que o exercício com a diversidade não escamoteasse as diferenças.

Necessário e contínuo há de ser esse movimento de estimular educadores para o exercício de uma educação antissexista e antirracista, caso contrário, a experiência pode se manifestar de maneira sutil, mas sempre de forma dolorosa para quem a recebe.

4. Conclusão

A reflexão apresentada sobre as possíveis afinidades e as possíveis discordâncias entre a diferença e a diversidade se deu com a intenção de cuidar dos perigos que acompanham os debates sobre as diferenças, como também dos dilemas de se negar tais diálogos nos espaços educacionais. Dessa forma, acredita-se que as experiências escolares daqueles que não se adequam ao binário masculino-feminino podem ser mais felizes e vividas inteiramente.

Essa conversa fomenta um acesso para os “fora da norma”, para os que não se “encaixam”. Discussão cada vez mais urgente quando se deseja uma sociedade



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

democrática. Nessa perspectiva, salienta-se o entendimento da diferença como algo que não se encerra.

É possível adentrar em um caminho de novas descobertas, um caminho de justiça social. Tais entendimentos se aplicariam de forma maleável, sem a utilização das distinções para julgar, já que quando se propaga uma ideia de que o “outro” é diferente, essa ideia já faz parte de um julgamento, mesmo que prévio.

Ajustar entendimentos sobre a diferença e a diversidade pode fomentar qualidade de vida aos indivíduos inseridos em grupos discriminados. A tentativa de invisibilidade imposta a esses sujeitos também é uma estratégia para que não se pense em maneiras de escamotear as estruturas hegemônicas de um grupo que decide: a sociedade heterossexual. Apesar dos muitos protagonistas existentes e da autonomia que a maioria desses sujeitos tomou em suas mãos, ainda é dolorosa a vivência para eles, sobretudo nas escolas.

Sensibilizar as pessoas para a dinâmica sobre tais questões, permitirá a composição de possíveis percursos, maneiras para que a sociedade se desenvolva e escute, e não seja pautada somente nas certezas que já se mostram frágeis diante de tantas possibilidades.

A afirmação do “somos todos iguais” sentencia a manutenção de uma estrutura que se apresenta como falida. Faria mais sentido a perspectiva do: “Eu sou diferente.” Uma maneira de se relacionar agregando e aprendendo é mais que aceitar, é trazer para si a diferença, como agregador do próprio eu.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2. p. 85-97

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro, RJ: Editora Garamond; 2006.



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 2011, n. 2, p. 549-559, maio-agosto. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**. Campinas, ano 2006, n. 26. p. 329-376, janeiro-junho de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-83332006000100014&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BRUNS, Maria Alves de Toledo; PINTO, Maria Jaqueline Coelho. **Vivência Transexual: o corpo desvela seu drama**. Campinas, SP: Editora Átomo; 2003.

BURBULES, Nicholas C. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. (orgs.) **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2003. p.159-188.

“Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural”. UNESCO. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

GÓMEZ, Ángel I. Pérez. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Ángel I. Pérez (Org.). **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 13-26.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer I**, Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 96p. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/56198879/livro-um-corpo-estranho>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: Um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SILVA, Robson Amaral da. Para além dos discursos pós-estruturalista e pós-moderno sobre a diferença: educação escolar e pedagogia marxista. **Revista Histedbr**. Campinas,



Diversidade e Diferença - Caminhos que se entrelaçam e se repelem

n.65, 2015. Disponível em:
<<https://www.researchgate.net/publication/312657609> Para além dos discursos pos-estruturalista e pos-moderno sobre a diferença educação escolar e pedagogia marxista>. Acesso em: 4 de janeiro de 2019.

Texto recebido em 16/09/2020 e aprovado em 28/05/2021

DOI: 10.46269/10221.576

A charge como artefato cultural produtor de crítica social e o papel da escola em tempos de pandemia

Charge as a Cultural Artifact Producer of Social Criticism and the Role of School in Times of Pandemic

Angéli do Prado Casagrande¹

Resumo: O presente artigo propõe uma discussão acerca do papel da escola enquanto instituição e organizadora dos saberes ditos formais. Ao lado disso, estabelecemos um diálogo entre a crise ocasionada pela suspensão das aulas presenciais devido à pandemia de COVID-19 e o papel da escola no gerenciamento das atividades. A partir da análise crítica do cenário atual, através das charges enquanto artefatos culturais produtores de críticas sociais, buscou-se sublinhar os desafios enfrentados pela instituição escolar, bem como por estudantes e educadores com enfoque nos novos ajustes e expectativas sobre o futuro da organização e da educação como um todo.

Palavras-Chave: Educação. Ensino remoto. Charge.

Abstract: This article proposes a discussion about the role of the school, as an institution, organizer of the so-called formal knowledge. Alongside this, we established a dialogue between the crisis caused by the suspension of face-to-face classes due to the COVID-19 pandemic and the role of the school in the management of activities. From the critical analysis of the current scenario, through cartoons as cultural artifacts that produce social criticism, we sought to highlight the challenges faced by the school institution, as well as by students and educators with a focus on new adjustments and expectations about the future of the organization and education as a whole.

Keywords: Education. Remote teaching. Cartoon.

¹ Mestranda em Educação – Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora, servidora municipal de Fontoura Xavier e estadual do Rio Grande do Sul. Membro do Conselho Federal de Biologia. Fontoura Xavier - RS, Brasil. E-mail: angel-casagrande@hotmail.com. ORCID: 0000-000237215975.



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

1. Introdução

A sociedade do século XXI, também domiciliada sob o jargão de sociedade pós-moderna, traz como principal característica a rapidez das transformações científicas, tecnológicas, econômicas, políticas e sociais. O ritmo vertiginoso imposto por tais mudanças confere à escola uma grande responsabilidade, colocando em xeque seu papel social, questionando suas formas de atuação para que esta não incorra no risco de tornar-se uma instituição obsoleta diante da instabilidade dos saberes. Ante aos avanços tecnológicos que permeiam as discussões sobre a necessidade da permanência da escola, enquanto modelo de educação formal, veem-se caracterizadas as potencialidades e mudanças da mesma perante os hábitos e valores inspirados nos novos moldes sociais. Esses modos de vida são marcados pela flexibilidade e liquidez dos signos, que tomaram o lugar do conhecimento estático e tranquilizador de outrora.

A atual crise ocasionada pela suspensão das aulas presenciais devido à pandemia de COVID-19² fez com que escolas de todos os níveis de ensino improvisassem seus cursos à distância, deparando-se com atuais e significativas considerações. Buscaremos, por meio desse estudo, vislumbrar as implicações para os sistemas de ensino, diante de um panorama peculiar e desconhecido. Com a necessidade de introdução de elementos do Ensino Remoto, as organizações devem dar suporte técnico a docentes e educandos e, ao mesmo tempo, respeitar as pluralidades do modo de vida dos sujeitos do processo.

Tomamos como propósito analisar a utilização de um artefato cultural, a charge. Tal escolha justifica-se pelo caráter satírico do gênero, que busca criticar, por meio de caricaturas, acontecimentos atuais. Os artefatos culturais nos fornecem informações sobre a cultura contemporânea, agindo sobre nossos modos de ser, de estar no mundo. Essa pedagogia cultural se relaciona à diversas áreas do conhecimento, entre elas, a educação (FABRIS, 2008).

² A COVID-19 é uma doença causada pelo vírus SARS-COV-2, da família dos Coronavírus. Os primeiros casos da doença surgiram no final do ano de 2019, na China. No primeiro semestre de 2020, a doença já havia atingindo todos os continentes, sendo classificada como uma pandemia.



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

2. Sociedade contemporânea e sistemas de ensino

José António Costa (1999) reúne algumas características da sociedade contemporânea que nos servem para imprimir uma reflexão ético-filosófica sobre os efeitos das contingências emergenciais da pandemia de COVID-19. Compreender, atribuir significados e criticar enunciados lançados sobre a conjuntura educacional no Brasil, diante de tais eventos, nos ajudará a mapear as implicações na forma como essa sociedade enxerga a instituição escolar.

“A sociedade pós-moderna carrega consigo uma evidente tensão entre saberes consolidados pela ciência, aqueles chamados conhecimentos especializados e uma cultura geral básica” (COSTA, 1999, p. 14). Essa tensão se deve, em parte, à midiatização massiva dessa sociedade. Se antes haviam verdades pré-estabelecidas, o acesso desenfreado à informação inaugurou a descrença sobre as antigas certezas e, por consequência, sobre as instituições.

A escola, como era de se esperar, não ficou imune a esse processo. Contudo, no que concerne a era tecnológica, a sobrevivência e consolidação desta instituição, como espaço de organização dessas informações, perpassa pela apropriação, no domínio educativo, das ferramentas básicas fundamentais. As linguagens tecnológicas da comunicação, tornaram a chamada sociedade da informação, em uma sociedade de pensamento e de interpretação. No entanto, o excesso de informações vem desencadeando um novo processo chamado de infodemia (GARCIA; DUARTE, 2020), no qual torna-se difícil encontrar aquelas informações que são realmente úteis. A circulação de notícias falsas no ambiente virtual confere uma nova potência às *fake news*.

Para Teixeira (2018), as manifestações dessas notícias falsas desembarcaram no Brasil nas eleições presidenciais de 2018, atingindo níveis sem precedentes no país. Em meio a esse turbilhão de enunciações, os processos educacionais são imbricados em importantes disputas pela instauração dos chamados regimes de verdade e em lutas pela



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

organização de novas racionalidades perpassadas pela imposição do distanciamento físico, que interpõe dificuldades ao processo.

Num segundo ponto, trataremos da recombinação de duas culturas: a humanista e a científico-tecnológica. “Sem se ter uma cultura científica e técnica, fica-se hoje analfabeto, defasado, incapaz de acompanhar o evoluir da sociedade” (COSTA, 1999, p. 15). As implicações das ciências estão presentes no cotidiano, quanto maior é a difusão da informação pelos meios de comunicação social. Tais enunciações não interessam mais somente aos especialistas, mas a uma gama cada vez maior de sujeitos.

No campo educacional, essa cultura tecnológica exige uma ressignificação das práticas com a inserção das novas tecnologias com o advento do chamado Ensino Híbrido. Esse modelo pode ser considerado um programa de educação formal no qual o aluno aprende por meio do ensino *online* a partir do controle sobre o tempo, lugar, ritmo e modo de estudo e por meio do ensino presencial.

Especialmente em decorrência da pandemia de COVID-19, os sistemas de ensino se viram forçados a implementar ações de ensino remoto, em tempo recorde, sem preparação prévia de tais iniciativas. Tendo em vista que no Brasil o Ensino à Distância ficava mais restrita aos Cursos de Ensino Superior, o vírus se apresentou como agente complicador para a utilização efetiva dos recursos tecnológicos, descortinando as dificuldades, especialmente no âmbito das escolas públicas brasileiras, que não dispõem de tecnologias para fornecer um atendimento de qualidade à toda a comunidade escolar. Com o distanciamento físico, os docentes passaram a trabalhar em suas casas a partir da instituição do chamado Ensino Remoto Emergencial (ERE), modalidade de ensino possível para este contexto. É importante salientar que o ERE expôs os profissionais, por estar entranhada no cotidiano, embaralhada aos cenários de cada vida.

Nesse período surgiram inúmeras barreiras à implementação do ensino à distância, a dificuldade de conexão, por não contarem com uma rede de internet adequada e/ou não possuírem aparelhos tecnológicos que suportassem a demanda, além do desconhecimento em relação ao manejo das plataformas de comunicação, uma



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

vez que os sistemas de ensino não contam, originalmente, com treinamento e suporte técnico para apoiar a atuação dos docentes. Esses fatores foram adicionados a cada contexto: intercalados aos cuidados com a casa, com as crianças (e suas demandas escolares e emocionais), com os idosos (grupo de risco para o COVID) e suas necessidades de cuidado; além das atividades profissionais, questões burocráticas da vida cotidiana. Este contexto, muitas vezes causou exaustão, sobretudo para as mulheres, que é quem geralmente dá conta do cuidado

Ao mesmo tempo que o ERE expôs as dificuldades e desigualdades presentes em uma turma de sala de aula, também foi o que permitiu às escolas manterem ao menos um pequeno vínculo com os discentes. A pandemia trouxe à tona essa discussão sobre o Ensino à Distância (EAD), seus tensionamentos na educação e nos interesses de mercado. Embora haja pressões políticas para o retorno das atividades presenciais com a implantação do Ensino Híbrido, que consiste em mesclar atividades presenciais com o Ensino Remoto, há resistência de escolas e universidades devido à iminência do colapso sanitário que um retorno poderia ocasionar.

O receio dos profissionais de serem substituídos pelas plataformas de ensino não presenciais ou semipresenciais é um outro ponto que se constitui como objeto de polêmica, pois não há um direcionamento claro nas políticas educacionais para a implantação do Ensino Híbrido nas escolas. Como seriam essas aulas? Sem sala? Sem horário? Sem professor? Quem produziria os conteúdos para tais plataformas? As diferenças no atendimento fornecido por um professor numa disciplina *online* causam perplexidade e suscitam discussões sobre as formas como se dará essa inserção nos sistemas de ensino. Para quais modalidades essas metodologias se destinam? Quais competências serão desenvolvidas a partir dessa forma didática?

Diante de tantos questionamentos, o que nos interessa, então, é problematizar acerca das acusações enfrentadas pela instituição escolar, dentre elas, a de que estaria se tornando obsoleta diante de um mundo hiperconectado, resumindo-se à tentativa de transmissão de conhecimentos a partir de quadro e giz. No entanto, Masschelein (2017)



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

corroborar a ideia de que a escola pode ser reinventada, encontrando maneiras para fornecer “tempo livre”, reunindo os jovens em torno de um interesse comum.

[...] A sociedade contemporânea conta com algumas novas tecnologias e as está disseminando de tal maneira que, talvez, a pedagogia disciplinar preconizada pelo Iluminismo – e tão bem formalizada por Kant – não seja mais tão importante ou necessária como o foi até há poucas décadas. No fundo de tudo isso, o que está em jogo é a questão da própria sobrevivência da escola como a principal instituição capaz, em termos gerais, de promover a socialização e, em termos específicos, de contribuir para uma maior justiça social. (VEIGA-NETO, 2000, p. 2).

Ainda segundo o que teoriza Masschelein (2017), a escola confere um selo de qualidade, apresentando-se como uma instituição de reconhecimento e validação dos resultados de aprendizagem e das competências adquiridas. O papel da escola na contemporaneidade diz respeito às estruturas de qualificação, a partir dos inúmeros caminhos de aprendizagem formal e informal, e ambiente a organização da educação em uma época de novos e diversos paradigmas.

Em síntese, os tensionamentos vivenciados pelas famílias e pela escola quanto a educação das crianças nos convidam a levantar alguns questionamentos: quais registros estão presentes nos meios eletrônicos e plataformas digitais sobre as implicações do Ensino Remoto na vida escolar dos educandos? Quais os seus impactos no papel social da escola enquanto espaço de organização de saberes e de promoção do acesso igualitário à escolarização? A própria história desta instituição secular configura-se como uma trajetória árdua e dilacerante. Com o advento da Educação Remota nesses tempos de crise, é como se a escola que um dia conhecemos, com seus espaços, tempos, rotinas, relações, disciplinas, métodos, recursos, estivesse desaparecendo para que outra coisa surja em seu lugar.

Compreender a escola sob a ótica da cultura exige um olhar mais denso, que leve em conta o dinamismo do fazer cotidiano. Para Juarez Tarcisio Dayrell (1996, p. 2), “falar da escola como espaço sociocultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição”.



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

Desde seu surgimento a escola era pensada nos marcos das teorias funcionalistas e “de reprodução” partindo das análises de Durkheim, Dreeben, Bourdieu e Passeron entre outros, que analisavam os efeitos produzidos na organização, pelas relações sociais que compunham a sociedade capitalista, exercendo influências sobre o comportamento dos sujeitos sociais inseridos nela.

[...] estudos têm sido unânimes em mostrar que a escola foi a instituição moderna mais poderosa, ampla, disseminada e minuciosa a proceder uma íntima articulação entre o poder e o saber, de modo a fazer dos saberes a correia (ao mesmo tempo) transmissora e legitimadora dos poderes que estão ativos nas sociedades modernas e que instituíram e continuam instituindo o sujeito. (VEIGA-NETO, 2019, p. 115).

As escolas se reafirmam como ferramentas para a garantia de direitos no século XXI. Nesse espaço podem ser construídas as condições para uma educação crítica e emancipatória, onde o contexto social apareça como discussão central. A instituição é percebida como o lugar de reunião e de contato com as políticas públicas tornando-se, também, um lócus de promoção social, fato que reafirma sua importância no seio das comunidades.

A escola, como espaço sociocultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos. Um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar. Fruto da ação recíproca entre o sujeito e a instituição, esse processo, como tal, é heterogêneo. (DAYRELL, 1996, p. 02).

A escola se constitui num espaço onde ocorre a materialização do tempo livre e sua distribuição igualitária, a partir da separação ou retirada dos alunos para fora das responsabilidades e desigualdades de seu contexto social.

3. Artefatos culturais e crítica social

Áskesis, v. 10, nº. 2, p. 130-149, Jul-Dez, 2021
ISSN: 2238-3069 / DOI: 10.46269/10221.588



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

Pensando no atual contexto de distanciamento físico aluno-espço escolar, nos perguntamos: como estão sendo enfrentados esses deslocamentos? Quais espaços e momentos os educandos dispõem para a organização do aprendizado? O contexto social contribui para a desigualdade de acesso à educação? As famílias têm condições de oferecer suporte e responder às demandas da escola? Quais são as condições dos educadores para responder às exigências dos sistemas educacionais?

São questões que frequentemente vemos discutidas e expostas nas mídias sob a utilização de diversas linguagens. A internet atua como ferramenta difusora de informações e produtora de saberes, como podemos ver nas charges que circulam na rede e são utilizadas como artefatos culturais para crítica social.

Publicada pela primeira vez no Brasil no ano de 1837, esse gênero textual se configura como uma ilustração humorística que satiriza acontecimentos da atualidade (FLÔRES, 2002). O Ensino Remoto, as desigualdades sociais e as dificuldades de acesso igualitário às tecnologias, para os estudantes da rede pública, surgem como objetos dessas sátiras, pois expõem elementos desencadeantes de inquietações e questionamentos. Essas críticas estão conectadas aos problemas sociais que ocorrem em determinado lugar. A pobreza, a miséria e as questões culturais são os alvos desse tipo de expressão, que vem acompanhada de um tom de denúncia em relação aos acontecimentos contemporâneos.

Como discorrem Ângela Cristina Salgueiro Marques e Luciana de Oliveira (2012), para essa abordagem crítica, o poder do humor estaria relacionado à sua capacidade de revelar contradições, absurdos e, conseqüentemente, as ambigüidades. Ainda segundo as mesmas autoras, podem ser percebidas articulações entre os atores envolvidos no processo e a prática de resistência utilizando-se da estratégia discursiva chargística.

As charges ilustram enunciados através de linguagem verbal e não verbal. Geralmente publicadas em jornais e revistas, hoje elas ganharam destaque nos meios eletrônicos, nas páginas virtuais e também nas redes sociais. Chamando atenção pela



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

variedade de elementos apresentados elas exigem do leitor um movimento interpretativo e análogo para que o exagero caricato componha um sentido.

[...] vemos uma sociedade que se entende e se forma, crescentemente, pelo uso das imagens. Nesse sentido, as imagens são necessárias no mundo contemporâneo para dele falarmos do seu presente, tanto como o é para lembrar como foi 'construído' em seu passado, quanto se queremos pensar suas mudanças no futuro. (ALVES, 2005, p. 2).

A diversidade dos discursos veiculados através da *internet* e a utilização de determinados artefatos culturais que servem a um fim específico vem chamando atenção para o que podemos chamar de investidas de poder. Esses mecanismos atuam no sentido de produzir um efeito regulador sobre os sujeitos, constituindo seus pontos de vista a partir dos aspectos da realidade que lhes são apresentados.

As charges são um exemplo de artefato relacionado a um tempo específico, exercendo com suas linguagens e imagens a comunicação de uma crítica datada, levando em conta o contexto sociopolítico em que ela está inserida. Elas produzem subjetividades a partir de uma opinião constituída, o que configura uma construção cultural de sentido.

4. Análise do artefato cultural

Do ponto de vista da metodologia, optou-se pela análise qualitativa, que segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2011, p. 6) “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Explorando a base linguístico-semiótica do gênero textual e do método escolhido, buscou-se compreender as mensagens expressas através de duas charges veiculadas na *internet* durante o primeiro semestre de 2020. A primeira de autoria do cartunista Walter Salomon Arévalo, exibida na edição do jornal La Prensa



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

Gráfica de 22/04/2020 em El Salvador, denuncia as desigualdades de acesso à informação e às atividades à distância enfrentadas naquele país, a exemplo do Brasil, onde as desigualdades sociais acentuam tais disparidades. A segunda circulou na rede social *Instagram* durante a primeira quinzena de junho de 2020, expondo as dificuldades vivenciadas por professores no desenvolvimento das atividades a partir de suas casas.

A inserção da semiótica como metodologia de análise nos agrega uma vasta gama de possibilidades no que se refere ao campo da significação. Para Joseph Courtés e Algirdas Julien Greimas (2008, p. 426) “[...] o sincretismo como o procedimento (ou seu resultado) [...] consiste em estabelecer, por superposição, uma relação entre dois (ou vários) termos em categorias heterogêneas, cobrindo-os com o auxílio de uma grandeza semiótica (ou linguística) que os reúne”.

Para a teoria semiótica, texto é tudo aquilo que possui significação. Um texto é produto de uma situação comunicativa, é uma unidade de sentido produzida por uma ou mais linguagens. Ele deve ser tomado em seus aspectos internos (conteúdo e enunciação) em primeiro lugar e depois, os aspectos externos (contexto sócio-histórico). (MOUCO; GREGÓRIO, 2007, p. 7).

No caso deste artigo, o discurso sincrético está ancorado na relação semiótica entre texto, imagem e crítica social presente no artefato cultural analisado.

Figura 1. Charge La Educación en Tiempos de Pandemia.



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia



Fonte: ARÉVALO (2020).

A primeira charge ilustra uma criança, aparentemente de classe social baixa, copiando os conteúdos das aulas *online* através da janela de uma residência, onde o colega tem computador conectado à rede. A desigualdade no acesso à internet dentre os alunos da rede pública pode levar a situações negativas, de aprofundamento das desigualdades sociais.

Levantamentos recentes da Qualcomm (2020) e Hawey (2018), duas especialistas em conectividade, apontam nosso país na 44^a posição no ranking de conectividade. Segundo os dados levantados, 38% das residências brasileiras não têm acesso à internet, 58% das residências não têm computador, 59% das pessoas da classe D e E não acessam a rede, ao mesmo passo que 66% das residências da zona rural estão desconectadas do sistema global. Essas disparidades nos alertam para o fato de que estudantes de redes ou escolas menos estruturadas, particularmente em regiões carentes e escolas de campo, acabarão perdendo motivação em estudar e, futuramente, em retomar as aulas presenciais. Tal acontecimento pode ressuscitar um antigo fantasma: a evasão escolar,



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

revelando as falhas do modelo neoliberal que se estabelece através das plataformas *online*, pensadas para quem utiliza as tecnologias.

O Ensino Remoto salienta tais discrepâncias que figuram como a principal fragilidade do direito à educação, presente no artigo 6º da Constituição Federal. A ausência de sinal de telefonia, como é o caso de algumas comunidades rurais, indígenas e quilombolas e a falta de condições para comprar aparelhos digitais, faz com que boa parte dos estudantes fiquem sem poder realizar atividades escolares. Esse ponto demonstra a falta de conhecimento e o desinteresse, por parte dos governantes, dos contextos de exclusão, pois não houve um diagnóstico prévio da acessibilidade às ferramentas propostas, por parte de alunos e professores das redes públicas.

O procedimento das aulas à distância foi autorizado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) através do PARECER CNE/CP Nº 5/2020 (BRASIL, 2020), em caráter substitutivo às aulas presenciais durante o período de distanciamento físico. As medidas abrangem o Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, seguindo vedadas apenas para a Educação Infantil. De acordo com um levantamento realizado pela UNESCO (2022), 165 países fecharam suas escolas por causa da pandemia de COVID-19, fazendo com que 1,5 bilhões de estudantes tivessem as aulas presenciais interrompidas, o que modificou a rotina de 63 milhões de professores da educação básica.

A escola foi pega de surpresa pela pandemia e teve pouco tempo para se adequar a essa nova forma de ensino e aprendizagem. Percebemos uma série de fragilidades e desafios enfrentados tanto pelos sistemas de ensino e profissionais de educação, quanto pelos estudantes.

Figura 2. Charge Home Office



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia



Fonte: CALEFFI (2016).

Na segunda charge podemos ver uma professora envolvida com as tarefas domésticas ao mesmo tempo em que ministra suas aulas *online*. No Brasil, onde segundo o Censo Escolar de 2018 (BRASIL, 2018), 81,8% dos 2,2 milhões de educadores são do sexo feminino, esse peso recai especialmente sobre as mulheres, que já acumulavam jornadas de trabalho e se viram ainda mais sobrecarregadas na obrigação de equacionar o tempo em confinamento com atividades de *home office* e tarefas domésticas cotidianas.

O dilema vivido pela classe de trabalhadores docentes advém, ainda, dos questionamentos postos sobre as formas de organização de sua prática diante desse novo panorama das aulas à distância. Quando se pensava na implantação do Ensino Híbrido, a partir do Decreto Nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017) que regulamentou a oferta de cursos à distância para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, tinha-se em mente uma série de medidas que seriam implementadas para sua inserção nos sistemas de ensino, como investimentos na formação de professores,



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

infraestrutura adequada nas escolas e suporte técnico para garantir o funcionamento de tais didáticas. Deparamo-nos, repentinamente, com questões voltadas para as condições laborais e emocionais de nossos professores. O espaço e o tempo de casa são os mesmos da escola? O que propor e em que condições? Com que intervenções? Diante das rotinas de casa e das famílias se misturando com as demandas da escola, como fazer funcionar as técnicas de ensino? Que condições de trabalho e de recursos nossos professores realmente têm para atender a essa demanda?

O Parecer CEED/RS nº 01/2020, lançado na rede estadual do Rio Grande do Sul em 18/03/2020 (RIO GRANDE DO SUL, 2020), orienta a continuidade das aulas, no entanto, há que se considerar os diversos aspectos envolvidos nesse contexto, por exemplo, com quais recursos e disposições contamos para atender a um público tão diverso em faixas etárias e em condições sociais distintas? Quais deverão ser as metodologias de medição para garantir que as crianças que ainda não possuem autonomia de uso de recursos e nem disciplina para os estudos atinjam os objetivos do ensino?

Tais questionamentos surgem como inquietações e pistas a serem investigadas, buscando apontar possíveis análises sobre os efeitos produzidos por esse contexto histórico inusitado sobre alunos e professores no Ensino Remoto. Não buscamos, com isso, elucidar o dilema educacional que estamos vivendo, mas refletir sobre o que estas mudanças narram sobre a escola e sobre nossos alunos, nesses tempos e espaços que não são mais da escola, mas de suas casas, suscitando os debates sobre os princípios fundantes e organizativos da escola e sua permanência na contemporaneidade.

O Brasil não possui uma tradição no Ensino Remoto. Na rede pública de ensino, recentemente, iniciou-se uma discussão junto aos profissionais acerca dos moldes para implementação do Ensino Híbrido, salientando que esse modelo foi desenvolvido para o ambiente escolar com a utilização das tecnologias aliadas às aulas presenciais. Com isso, podemos vislumbrar uma posição desconfortável por parte das instituições de ensino no



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

que diz respeito ao enfrentamento dessa drástica e repentina mudança nos modos de educar ocasionada pela imediata suspensão das atividades presenciais.

Observam-se, na concretude da educação brasileira, resistências ao uso das novas tecnologias. Podemos elencar aqui a existência de alguns fatores que contribuem para estas resistências: o tempo requerido para o desenvolvimento de material e para a interação com estudantes, a falta de habilidades técnicas no uso de tecnologias e limitações impostas por tais tecnologias. A isso, une-se a falta de ferramentas específicas para a área tecnológica. O contato com novas metodologias educacionais requer um maior investimento em programas de formação voltados para aquisição de habilidades no uso de tecnologias que venham subsidiar a transição dos educadores para essa nova postura. Deve-se somar a necessidade de um suporte efetivo da instituição aos professores interessados no uso das novas tecnologias em sala de aula. Esse aspecto ficou defasado pela imposição imediata causada pela decorrente crise de saúde.

Como já citado anteriormente, existem ainda resistências baseadas nas incertezas acerca do processo de inserção das novas modalidades tais como Ensino Híbrido e mesmo do ERE, no âmbito da Educação Básica. Como alerta Maria Helena Souza Patto (2013), a aplicação de tecnologias de comunicação e de informação no processo educativo sem que sejam investigadas as consequências de tais procedimento sobre a formação do educando ou ainda, sem uma análise das reais condições de conectividade dos sujeitos envolvidos, pode levar ao já previsto desmonte da educação pública e à pseudoformação dos discentes, pela ausência de uma relação professor-aluno que possa construir uma formação ético-política do cidadão.

5. Considerações Finais

Conforme exposto ao longo do texto e tomando por base as charges analisadas, o atual cenário revela o despreparo dos sistemas de ensino para enfrentar as mudanças impostas. As tensões geradas entre os poderes que operam na sociedade contemporânea



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

mostram, de um lado, os governos estabelecendo moldes para a implementação do Ensino Remoto Emergencial num modelo dependente das tecnologias. De outro, a sociedade, representada por alunos, pais e educadores tentando se moldar às exigências, ao mesmo tempo que exercem resistência, expressa através das manifestações reproduzidas no âmago da cultura e difundidas através das mídias.

O movimento educacional centrado na utilização das tecnologias de informação causa um estranhamento, na medida em reproduzem as assimetrias existentes no contexto social brasileiro, chamando atenção para a exclusão digital como determinante de novas formas de exclusão social. Há um consenso de que a educação sofreu transformações ao longo das últimas décadas. As transformações tecnológicas tiveram um papel decisivo nessa mudança, contudo a crítica apresentada por meio do artefato cultural das charges se direciona para as políticas de inserção dessas ferramentas no âmbito dos sistemas de ensino. Para que uma tecnologia seja utilizada de forma a cumprir seu papel social deve-se levar em conta sua acessibilidade, ou seja, a possibilidade e condição de alcance para utilização por distintas parcelas da população.

A suspensão das aulas presenciais durante a pandemia escancarou as dificuldades enfrentadas pelos estudantes de instituições públicas – acesso limitado à internet e ausência de computadores e mesmo de espaço apropriado para o estudo em casa, se somaram a falta de merenda e acentuaram problemas sociais ocasionando uma série de consequências negativas como evasão escolar e maior exposição à violência (sexual, física ou psicológica). Ao lado disso, sobrecarga de trabalho docente, dificuldade de professores entrarem em contato com os pais dos alunos, baixa escolaridade dos familiares e esgotamento emocional dos docentes, que ficam disponíveis 24h para tentar ajudar. Por não se tratar de uma situação estruturada, professores enfrentam ainda dificuldades em adaptar conteúdos para o ERE.

Vale lembrar que O Ensino Remoto difere de Educação à Distância por seu caráter emergencial diante da pandemia, quando a grande maioria dos sujeitos desse processo não detinha conhecimento prévio das plataformas de ensino. A EAD como modelo



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

consolidado no Ensino Superior traz uma organização pré-estabelecida, utilizando-se de plataformas como *WhatsApp*, e-mail e AVAs (Ambientes Virtuais de Aprendizagem) com os quais os alunos estão familiarizados, dispendo de maturidade para organizar sua rotina de estudos, o que não se observa nas demais modalidades de ensino.

A crise vivenciada nesse início de 2020 evidencia o papel sistematizador da escola, sendo que esse aspecto se apresenta como um marco da cientificidade. Na contramão de afirmações que dizem que a aprendizagem ligada ao tempo e ao espaço não é mais necessária na era digital, as contribuições apresentadas corroboram a ideia de que no ambiente escolar encontramos o tempo e o lugar onde há um cuidado especial pela organização das informações e pelo despertar do interesse com foco específico, justificando sua tutela sobre a aprendizagem ao longo das gerações.

Referências

ALVES, Nilda. O 'Espaço-Tempo' Escolar como Artefato Cultural nas Histórias dos Fatos e das Idéias. **Acervo**, v. 18, n. 1/2, p. 15-34, 2005. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/183/18>. Acesso em: 14 ago. 2020.

ARÉVALO, Walter Salomón. La Educación en Tiempos de Pandemia. **Jornal La Prensa Gráfica**. El Salvador. 22 abr. 2020.

BRASIL. **Censo Escolar de 2018**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL ocupa 44ª posição em ranking de conectividade e preparo para economia digital. jul. 2018. Disponível em: <https://e.huawei.com/br/news/br/2018/201807040800>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não

Áskesis, v. 10, nº. 2, p. 130-149, Jul-Dez, 2021
ISSN: 2238-3069 / DOI: 10.46269/10221.588



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, DF: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE, 2020.

CALEFFI, Samia. **Home office?** 06 nov 2016. Instagram: @samiacaleffi. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BMfRTZgjo81/>. Acesso em: 28 set. 2020.

COSTA, José António. O papel da escola na sociedade actual: implicações no ensino das ciências. **Millenium** (Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu), vol. 15, p. 56-62, 1999.

COURTÉS, Joseph; GREIMAS, Algirdas Julien. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, v. 194, p. 136-162, 1996.

FABRIS, Eli Henn. Cinema e educação: um caminho metodológico. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 117-134, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6690/4003>. Acesso em: 14 mai. 2020.

FLÔRES, Onici Claro. **A leitura da charge**. Canoas: Editora da ULBRA, 2002.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, e2020186, 2020.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; DE OLIVEIRA, Luciana. Poder e Resistência: breve reflexão teórica sobre o papel do humor nos conflitos público-privado em contextos organizacionais. **C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, n. 26, p. 99-110, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36903/21478>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.



A Charge como Artefato Cultural Produtor de Crítica Social e o Papel da Escola em Tempos de Pandemia

MOUCO, Maria Aparecida Tavares; GREGÓRIO, Maria Regina. **Leitura, análise e interpretação de charges com fundamentos na teoria semiótica**. Londrina: Dia a dia Educação, 2007.

PATTO, Maria Helena Souza. O ensino a distância e a falência da educação. **Educação e pesquisa**, v. 39, n. 2, p. 303-318, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/dddbR9B35pCZYM3nxJB47Pz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2020.

QUALCOMM divulga dados de sua primeira pesquisa sobre conectividade no Brasil. mar. 2014. Disponível em: <https://canaltech.com.br/hardware/Qualcomm-divulga-dados-de-sua-primeira-pesquisa-sobre-conectividade-no-Brasil/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Parecer Nº 0001/2020**. Orienta as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades escolares, excepcionalmente, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao novo Coronavírus – COVID-19. Porto Alegre: Conselho Estadual de Educação, 2020.

TEIXEIRA, Adriana. **Fake news contra a vida**: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela. PUCSP, 2018.97f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

UNESCO. **Educação: do fechamento das escolas à recuperação**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), 26 jun. 2022.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola? In: ALVES-MAZZOTTI, Alda et all. **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP/A, 2000. p. 9-20.

Texto recebido em 15/10/2020 e aprovado em 03/10/2021

DOI: 10.46269/10221.588

Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

Sexual harassment at the university: means of resistance and mobilization

Mariana Gomes ¹

Resumo: A pesquisa apresenta uma análise do assédio sexual no meio universitário, interpretando os possíveis tipos existentes e a relação do fenômeno com o entendimento de gênero, a partir de Scott (1995), sobre a diferenciação social entre mulheres e homens. O estudo se motivou pelo levantamento realizado em 2018 na pesquisa *Entre salas, corredores e laboratórios: percepções das/dos estudantes sobre violência contra as mulheres no ambiente universitário*, demonstrando que alunas e alunos de graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora percebem tal violência de maneira distinta. O objetivo é entender como o problema é tratado pela administração superior, analisando dados, notícias dos casos, e as motivações das manifestações dos coletivos feministas no movimento estudantil.

Palavras -Chave: Assédio sexual. Violência de gênero. Universidades públicas. Coletivos feministas.

Abstract: The research presents an analysis of sexual harassment in the university environment, interpreting the possible existing types and the relation of the phenomenon with the understanding of gender, based on Scott (1995), about the social differentiation between women and men. The study was motivated by the survey conducted in 2018 in the research *Between rooms, hallways, and labs: student's perceptions of violence against women in the university environment*, demonstrating that female and male undergraduate students at the Universidade Federal de Juiz de Fora perceive such violence differently. The goal is to understand how the problem is treated by the higher administration, analyzing data, news of the cases, and the motivations of the manifestations of the feminist collectives in the student movement.

Keywords: Sexual harassment. Gender violence. Public universities. Feminist collectives.

¹ Mariana Gomes. Bacharela em Ciências Humanas, graduanda em Ciências Sociais – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2331-6222>. E-mail: mariana.gomes@outlook.com.br. O presente artigo deriva de trabalho apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel.



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

1. Introdução

No campo de estudos sobre gênero, mais especificamente, sobre violência contra a mulher, o assédio sexual tem sido cada vez mais abordado no ambiente acadêmico em caráter multidisciplinar. A temática atingiu recentemente mobilizações na política, nas mídias, em organizações não-governamentais e instituições transnacionais. Na área das Ciências Sociais, os estudos de gênero têm apresentado avanços importantes na produção de conhecimento sobre as diferentes culturas e sociedades, transpondo a problemática das mulheres em uma exposição de formas estruturais de injustiça e violência que as atingem. A presente pesquisa pretende contribuir para esses estudos focando na pontuação de diferentes formas de violência de gênero no meio universitário, que embora já tenha despertado a atenção de acadêmicos e gestores públicos, ainda não foi objeto de muitas pesquisas empíricas.

Para analisar essa questão, teremos como recorte a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Situada num contexto de recente expansão devido ao programa do governo federal de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras, o REUNI, a UFJF conta atualmente com 35 cursos de graduação, possuindo cerca de 18 mil estudantes, sendo mais da metade (10.822) matriculados nos cursos de graduação (UFJF, 2023). Como importante polo educacional na Zona da Mata mineira, a instituição conta com uma extensa e plural comunidade acadêmica e por isso, ela se torna *locus* privilegiado, já que esse contexto pode reproduzir variados tipos de violências praticadas contra as mulheres. O objetivo principal é entender como esse problema vem sendo tratado pela administração superior da universidade em questão, bem como as razões das crescentes manifestações dos coletivos feministas no movimento estudantil.

2. O Assédio Sexual



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

Entender o que se trata assédio sexual exige uma análise extensa de fatores, aparentemente, desconexos. Social, econômico, cultural, tudo o que participa da construção das sociedades são análises possíveis para se estudar a respeito. Contudo, a ausência de pesquisas e informações sobre a violência de conotação sexual na universidade dificulta todo o processo de assimilação, denúncia, punição e conscientização desta problemática cada vez mais presente nas mídias brasileiras.

Segundo a Lei 10.224, de 2001 (BRASIL, 2001), a justiça brasileira tipificou o assédio sexual como crime, prevendo, no artigo 216-A do Código Penal, que:

[...] constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, pode ser punido com detenção de um a dois anos.

Observa-se na legislação a tendência que reflete a interpretação mais comum acerca do assédio sexual, como se estivesse restrito aos ambientes trabalhistas, negligenciando o cenário real da violência. O assédio não se restringe ao cenário “o chefe e a secretária”, muito menos acontece somente nas relações de trabalho. A tipificação do assédio na lei não engloba, portanto, outras formas de ocorrência, assim como não necessariamente culmina em uma resolução penal dos casos. Explicitar o que é o assédio sexual e quais suas possíveis formas de ocorrência é um dos primeiros passos para combatê-lo. Além disso, partindo do entendimento de que as relações entre homens e mulheres são desiguais, havendo uma construção social que valoriza atributos distintos entre ambos, é necessário recorrermos a um referencial teórico sobre o conceito de gênero e as implicações desta relação desigual com a complexidade de se reconhecer outros atos que também são formas de assédio sexual.

Propomos então, inicialmente, pensar o assédio sexual, em sua “condição de superior hierárquico”, sob uma perspectiva antropológica e de gênero pela percepção do impacto do entendimento de gênero enquanto categoria de análise da construção social dos indivíduos e das relações de poder (SCOTT, 1995). Para Joan Scott (1995), o gênero é



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos.

Dessa forma, compreender que as condutas sociais de homens e mulheres são pautadas em uma construção cultural repleta de significados atribuídos ao que é “ser homem” e o que é “ser mulher”, onde a ideia de masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos (SCOTT, 1995), é um passo inicial para se entender o porquê de o assédio acometer, em grande maioria, as mulheres, bem como a dificuldade de se perceber certos tipos de violência.

É a partir de estudos de feministas americanas que o assédio sexual passa a se referir a condutas masculinas de discriminação contra mulheres, ganhando reconhecimento jurídico nos anos 80 (ALEMANY, 2009). Desde então, reconhece-se que o assédio sexual se relaciona muito mais às questões de gênero e acomete, em sua inegável maioria, as mulheres, justamente pela organização social da diferença sexual (SCOTT, 1995), responsável pela reafirmação da desigualdade entre homens e mulheres e, até mesmo, uma tentativa de se justificar biologicamente comportamentos violentos. Delimitar a associação do assédio sexual aos papéis de gênero é fundamental para o entendimento da complexidade do fenômeno.

No ambiente de trabalho, as hierarquias funcionais; nas ruas, a “fragilidade” ou “provocação” feminina; o assédio sexual pode ser entendido como consequência do desejo masculino de se fazer dominante ao feminino e usar, para isso, de sua “brutalidade e virilidade”, características valorizadas no papel social dos homens. Das mulheres, se espera a submissão ao marido, às cantadas do chefe e, até mesmo o reconhecimento da suposta valorização que justifica as investidas indesejadas. Todo esse cenário ainda é presente para a maioria da população brasileira, influenciando, inclusive, nas interpretações equivocadas, como aponta Rachel Franzan Fukuda (2012, p. 3).

Acreditamos que existe uma dificuldade em caracterizar o crime de assédio por parte das instituições sociais, cujo fundamento está em nosso padrão cultural que legitima comportamentos sexuais predatórios por parte do homem, e termina por não incriminar a conduta do agressor, tratando o assédio como um problema nas relações de trabalho, e não como uma violência contra a mulher.



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

O incômodo passa a ser maior quando as mulheres começam a se questionar sobre a cultura machista em seus ambientes de convívio. O movimento de emancipação feminina cresce durante o século XX, e as mulheres passam a se ver cada vez mais independentes dos homens, financeira e emocionalmente, fator fundamental para a transformação do entendimento dessas atitudes anteriormente consideradas banais.

Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), as mulheres ocupam pouco mais da metade da população brasileira (51,1%) (IBGE, 2021), e suas conquistas ao mercado de trabalho e na academia tornam tão visíveis quanto ocorrentes os casos de assédio no Brasil. Mesmo assim, são muitos os fatores que fazem com que esta luta seja complexa e exaustiva, como a dificuldade de acesso à justiça ou a demora nos processos.

É nesse contexto que surge a necessidade desta pesquisa, elaborando um recorte dentro das universidades. Pouco se fala das violências sexuais fora dos ambientes de trabalho e o meio universitário também envolve as mais diversas relações, profissionais e/ou educacionais. Sendo assim, propício aos mesmos problemas e com soluções ainda mais complexas. Para falar sobre assédio nas universidades, precisaremos fragmentar a análise nas múltiplas possibilidades de casos, e entender a burocracia que envolve os processos de denúncias.

3. Dentro das Universidades

Pioneiros no assunto, o Instituto Avon realizou, entre setembro e outubro de 2015, uma pesquisa, em parceria com o Data Popular, para investigar a percepção de estudantes de graduação e pós-graduação de todo o país a respeito do problema da violência contra as mulheres no meio universitário. Entre a lista apresentada, 67% das mulheres afirmaram terem sido submetidas a algum tipo de violência, incluindo agressões morais, psicológicas, verbais ou sexuais. Por outro lado, apenas 38% dos homens reconhecem terem praticado alguma das violências em questão (DATA POPULAR/INSTITUTO AVON, 2015).



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

Os casos dentro das universidades públicas têm tomado as mídias com mais frequência. Motivadas principalmente pela impunidade e culpabilização, as vítimas usam, atualmente, as redes sociais como forma de protesto, fator que tem contribuído para a impossibilidade, tão recorrente, do abafamento por parte das instituições. Despreparo, burocracias, machismos institucionais, faltam ouvidorias e estudos para se alcançar o suporte necessário aos casos de assédio sexual. Entre as universidades públicas, onde se enquadra a Universidade Federal de Juiz de Fora, o contexto torna-se ainda mais complexo. Silvia da Costa (1995, p. 116) enumera que

[...] as empresas públicas têm menores condições de resolver as questões de assédio sexual [...]. A burocracia, o engessamento das normas [...] e a estabilidade quase vitalícia dos funcionários [...] tornam inexequíveis as medidas preventivas e de combate.

Novamente presentes, as relações de poder ancoram a sensação de impunidade dos agressores. Os silenciamentos das instituições, por sua vez, contribuem para o cenário de situações que potencializam o poder do agressor sobre a vítima e desencorajam as denúncias. A falta de recursos formais, ou mesmo seus processos lentos, também torna o conhecimento dos casos restrito à esfera informal, reforçando toda a atmosfera tendenciosa que cerca o tabu na sociedade.

Uma pesquisa realizada em 2018 pelo Centro de Pesquisas Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora demonstrou que 23% das alunas da graduação do campus de Juiz de Fora relataram já ter sofrido algum tipo de violência dentro da universidade e 77,7% das mesmas declararam já terem sentido medo de sofrer violência no ambiente universitário. Além disso, 78,3% delas já deixaram de circular ou permanecer na instituição devido ao medo da violência. O estudo *Entre salas, corredores e laboratórios: percepções das/dos estudantes sobre violência contra as mulheres no ambiente universitário* também demonstra que, entre os estudantes de cursos presenciais de graduação, 17,9% dos alunos do sexo masculino se sentem inseguros ou muito inseguros dentro da UFJF. Entre as alunas, a taxa sobe para 45,1% delas. Ademais,



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

47,2% dos alunos e alunas da instituição declara já ter denunciado ou conhecer alguém que tenha denunciado uma situação de violência contra a mulher dentro da UFJF².

3.1. Trotes e Festas

Em 2014, a Assembleia Legislativa de São Paulo formou a Comissão Parlamentar de Inquérito³ especializada na investigação de violações aos direitos humanos nas universidades do estado. A famosa *CPI dos Trotes*, tradicional costume das universidades e, em sua maioria, apoiados em práticas de humilhação – uma vez que reforça a relação desigual entre “veteranos” versus “calouros”, fundamentalmente baseada na subordinação – foi motivada por casos públicos de denúncia a estupros, ocorridos na faculdade de medicina da Universidade de São Paulo.

Além disso, trotes universitários já resultaram em diversos tipos de violência, incluindo a morte de um estudante, na mesma instituição da capital paulista, em 1999. A repercussão midiática e o aumento significativo de denúncias, principalmente de cunho sexual, resultaram em proibição por lei em diversos estados brasileiros. A exposição dos casos levou a Universidade Federal de Juiz de Fora a se adequar. Na cidade, a Lei Municipal nº13.028/2014 (JUIZ DE FORA, 2014) instaurou a proibição da prática em locais públicos, com penalidade de multa. A estratégia efetivou a diminuição das práticas de humilhação.

Menos expostos, alcançando o limite municipal, os processos de festas universitárias na instituição de Juiz de Fora também precisaram ser revistos após os boatos de estupros e assaltos serem veiculados nas mídias da região. Com normas mais

² Dados da pesquisa *Entre salas, corredores e laboratórios: percepções das/dos estudantes sobre violência contra as mulheres no ambiente universitário*, apresentados no Seminário *Sororidade e Resistência*, promovido pelo Coletivo Marielle Franco em novembro de 2018, na Universidade Federal de Juiz de Fora.

³ Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 55, de 02/12/2014, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2423, de 2014, do Deputado Adriano Diogo e outros, fundamentada no artigo 13, § 2º, da Constituição Estadual, além do artigo 34, § 2º, e do artigo 34-A, da XIV Consolidação do Regimento Interno, com a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados ‘trotes’, festas e no seu cotidiano acadêmico”.



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

rígidas, a Universidade Federal de Juiz de Fora demonstrou preocupação com os casos de violência de gênero que se tornaram de conhecimento público.

3.2. Assédio entre funcionários

Diferentemente das festas e trotes, em que as notícias tomam proporções maiores, uma das possibilidades de relações de poder inseridas no meio acadêmico se assemelha aos assédios sexuais nas empresas. A vivência e convivência dos mais diversos tipos de empregados em disposições hierárquicas, junto à impunidade e silenciamento das vítimas, propiciam a ocorrência do assédio sexual no ambiente trabalhista. A ausência de ouvidorias específicas e a complexidade das diferentes possibilidades de abuso no meio universitário tornam limitados os debates sobre os casos neste agrupamento. Professoras e técnicas-administrativas, sendo as últimas ainda mais silenciadas, dada a hierarquia profissional dos ambientes trabalhistas. Os assédios, nesses casos, refletem as ideologias da cultura machista em que as mulheres são vistas como inferiores intelectualmente ou dispostas às subserviências perante seus colegas de trabalho.

Em outubro de 2017, dentro da UFJF, as Pró-Reitorias de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil, a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas e as Diretorias de Ações Afirmativas e de Imagem Institucional se reuniram para criar uma série de debates sobre o tema. Em um dos eventos, a palestra focada em assédio no ambiente de trabalho, o convidado foi o professor de psicologia da Universidade de Campinas, José Roberto Heloani, que se atentou na diferenciação entre assédio e discriminações diversas. O evento levou à reflexão e à pontualidade na declaração do técnico-administrativo em educação, Márcio Sá Fortes, em entrevista ao Portal UFJF – Notícias:

A discussão é muito importante para a categoria, principalmente porque ajuda a desmistificar a noção de que não existe assédio no serviço público. A partir do momento em que apresentamos os conceitos, mostramos o que, de fato, é



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

assédio, e, assim, tornamos as políticas institucionais mais qualificadas para debater o assunto (ASSÉDIOS..., 2017, texto eletrônico).

Contudo, ainda hoje pouco se fala sobre esta configuração nas universidades. Os debates se restringem às palestras eventuais direcionadas aos funcionários da instituição, sendo a mais recente a citada, tendo sido exposta apenas nos portais de notícias da própria Universidade Federal de Juiz de Fora.

3.3. Assédio entre alunos e alunas

Muito além dos casos ocorridos em festas universitárias, o assédio sexual entre alunos é passível de existir na rotina estudantil das mulheres e um dos exemplos em que há menor influência das relações de poder típicas das demarcações hierárquicas. Sua análise pode ser interpretada, de forma geral, como os casos pautados na construção social dos papéis de gênero, mantidos na contemporaneidade. No meio acadêmico, as mulheres alcançaram locais antes pautados como tipicamente masculinos, contudo, suas permanências ainda se mantêm com o medo e restrições constantes devido aos casos de violência sexual e moral. Vulneráveis quanto às medidas legais de denúncia, os casos de alunas vítimas de assédio por parte de colegas de classe, geralmente, não são formalizados e desencadeiam um cenário de silenciamento totalmente desfavorável a elas que, muitas vezes, acabam desistindo de seus cursos enquanto os culpados se veem diante da impunidade. No âmbito de pesquisas, não se tornam públicos os acontecimentos desse tipo, tornando complexa a efetivação de punições.

3.4. Assédio entre professores e alunas

Os mais recentes casos noticiados dizem respeito ao assédio entre docentes e discentes, relação tratada como tabu e que demanda uma análise mais profunda. Dentro das universidades, o contato entre professores e alunas atinge uma atmosfera mais densa, comparado ao período de educação básica. De educador à orientador, as



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

informalidades são comuns nessa relação acadêmica e o contato é mais direto. Ainda assim, as questões éticas são fundamentais, bem como direitos e deveres legais de ambos os lados. Mesmo problemáticas, relações afetivas ou sexuais entre professores e alunas não são, de fato, proibidas por lei. Contudo, todo o tabu construído a respeito da possibilidade é fundamental para as complicações na identificação e penalização efetiva dos casos de assédio, especificamente. Importante perceber, em primeiro instante, que em sua maioria, as relações entre professores e alunas são carregadas de contextos sexuais de dominação, geralmente envolvendo docentes homens.

Considerando apenas quando não há consentimento e se efetiva, então, o assédio, percebemos que esta construção cultural reforça os papéis de gênero e cria a complexidade dos casos que, na maioria das vezes, acaba desmoralizando a vítima e acobertando o acusado.

No estudo sobre a percepção dos alunos da UFJF quanto à violência contra a mulher no ambiente universitário, 70,2% das alunas e 59,7% dos alunos consideram os escadões da UFJF como sendo os locais mais inseguros para as mulheres. Em seguida, são ordenados como inseguros os portões de acesso, pontos de ônibus e estacionamentos. Logo após, 57,1% das alunas e 43,9% dos alunos consideram os gabinetes de professores/as como um local inseguro para as mulheres (PESSÔA, 2018).

Nessa categoria e no recorte da pesquisa, a Universidade Federal de Juiz de Fora possui, em âmbito formal, queixas contra assédio moral na Faculdade de Direito do Campus Governador Valadares e em Juiz de Fora, nas Faculdades de Educação Física e Desportos, Engenharia, Educação e Comunicação. Assédios sexuais também foram denunciados formalmente nas Faculdades de Letras e Educação, além do expressivo caso, em 2016, de agressão sexual cometida por um docente à uma aluna, ambos do curso de Odontologia (ARAÚJO, 2016), que será comentado posteriormente.

3.5. Assédio como causa de evasão universitária



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2017, levantamento estatístico realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) anualmente, os recortes de universidades públicas brasileiras e cursos de graduação presenciais registram 1.573.022 matrículas, sendo 52,84% do sexo feminino. Do número total de concluintes (202.804), as mulheres representam 59,01% do grupo. Contudo, dentre todas as matrículas femininas em universidades públicas, apenas 14,40% concluíram seus cursos (INEP, 2017).

Diversos fatores são abordados em estudos sobre a evasão no ensino superior. As discrepâncias dos ensinos superiores e valorização de determinadas áreas são fatores comuns, como mostram reportagens realizadas pelo Jornal do Campus da Universidade de São Paulo e pelo Jornal Digital Nexo. Um estudo de 2012, realizado por Marucia Patta Bardagi e Claudio Simon Hutz, introduziu uma análise sobre a influência das relações acadêmicas com a desistência dos estudantes na continuidade de seus estudos. Os autores apontam que:

Ao falarem sobre a relação estabelecida com colegas e professores, os alunos apontaram que o aspecto do relacionamento interpessoal na universidade foi marcante, tanto como critério para postergar a decisão de saída do curso (quando percebido positivamente) quanto como critério de evasão (quando percebido negativamente). (BARDAGI; HUTZ, 2012, p. 178).

E ainda que:

O mau relacionamento com professores (causado por conflitos, ou desapontamento pela didática, ou relacionamento distante) já havia sido apontado pela literatura como critério de evasão e insatisfação com o curso (CUNHA et al., 2001; QUADROS et al., 2010; SILVA et al., 2006; VELOSO; ALMEIDA, 2001 apud BARDAGI; HUTZ, 2012, p. 181).

Dessa forma, podemos entender o ambiente social e o bem-estar psicológico como possíveis fatores que influenciam na permanência ou desistência dos estudantes nas universidades. Como apontado por Isaac Charam (1997) em transcrição do Manual Preventivo de Assédio Sexual. Questão de Poder, publicado pelo Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

É importante perceber que o Assédio Sexual pode destruir carreiras profissionais [...] pode provocar no indivíduo sérios danos à autoconfiança, enfraquecer a saúde física e mental, além de diminuir a capacidade de trabalho (CHARAM, 1997, p. 158).

As mulheres, enquanto maiores vítimas do assédio sexual, ficam suscetíveis a esse cenário de desgaste psicológico em suas trajetórias acadêmicas. O medo do assédio propriamente dito, o medo das represálias devido aos processos de denúncias e o desamparo institucional, certamente podem influenciar seus desempenhos estudantis e profissionais. Apesar de não termos pesquisas exclusivas sobre a temática no Brasil, recentemente as Academias Nacionais de Ciência, Engenharia e Medicina, dos Estados Unidos publicaram um estudo intitulado *Assédio Sexual Contra as Mulheres: Clima, Cultura e Consequências nas Academias de Ciência, Engenharia e Medicina*, que demonstrou os danos significativos que os casos de assédio sexual trazem às pesquisas e campos acadêmicos. Como conclusões, o estudo reforçou a relação entre a causalidade do assédio com gênero e a influência negativa que os casos acarretam no sucesso profissional e acadêmico das mulheres, além de suas integridades físicas e mentais (VALDÉS, 2018).

4. As Denúncias

As notícias atingiram nível nacional e inauguraram a preocupação pública sobre os casos de violência sexual dentro da UFJF. A aluna de Odontologia, de 23 anos, relatou à diretoria da instituição, na presença da Polícia Militar, os assédios e ameaças que sofreu de um professor de seu curso, de 61 anos. O processo se iniciou em junho de 2016 e se estendeu até fevereiro de 2017. Nesse período, o docente chegou a retomar suas funções após uma licença médica datada até 25 de agosto de 2016 e, após uma mobilização do Diretório Central dos Estudantes, ele foi afastado em novembro, e deu-se continuidade ao processo (ARAÚJO, 2016).



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

As oscilações do caso se prolongaram por cerca de três meses, até a negativa da instituição ao recurso requerido pelo acusado, resultando na demissão do mesmo. Durante o período, as notícias sobre violências sexuais e assédios dentro do campus de Juiz de Fora cresceram, principalmente nas mídias locais, apesar da maioria permanecer sem formalização das denúncias. A exposição desencadeou a agilidade da instituição na criação e aprovação do Conselho Superior de uma Ouvidoria Especializada da Diretoria de Ações Afirmativas, preparada para receber e encaminhar administrativamente os depoimentos sobre violência, discriminação e opressão vivenciados no ambiente universitário (UFJF..., 2017).

Vigente desde 2016, a ouvidoria especializada ainda demonstra falhas e os/as alunos/as seguem com a realização de manifestações dentro do campus exigindo respostas e efetivações dos processos.

Segundo o levantamento da pesquisa *Entre salas, corredores e laboratórios: percepções das/dos estudantes sobre violência contra as mulheres no ambiente universitário*, 11,7% dos alunos que realizaram denúncias de violência procuraram o DCE (Diretório Central dos Estudantes), os centros e diretórios acadêmicos (CAs e DAs) ou os coletivos. Em segundo lugar, 11,2% das denúncias foram feitas às coordenações de curso. A Ouvidoria Geral e a Ouvidoria Especializada da UFJF foram procuradas em apenas 8,7% e 3,2% dos casos, respectivamente. Os dados sugerem, portanto, que a diferenciação entre a proximidade das instâncias em relação aos discentes é um fator que influencia na percepção de a quem as alunas e alunos devem recorrer ao denunciar as violências sofridas ou testemunhadas no ambiente universitário ('NÃO...', 2018).

Recentemente, dois departamentos estão sendo vinculados a casos de assédio: a Faculdade de Letras e a Faculdade de Educação. Formalmente, duas alunas denunciaram um professor por assédio moral e sexual e houve forte mobilização nos Jardins da Faculdade de Educação, motivada pelo longo período de espera para a apuração dos casos. Segundo os estudantes, os protestos se dão como uma alternativa de esperança e possibilidades, uma vez que a exposição do problema em uma abordagem generalista faz



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

com que os processos sigilosos em andamento não sejam esquecidos e as vítimas não continuem silenciadas.

A Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas apresenta em seu relatório público anual os dados sobre os processos formalmente denunciados na UFJF. Em nosso contexto de análise, tornam-se relevantes os seguintes dados: entre 11 de junho de 2016 a 04 de maio de 2017, 100% das denúncias foram feitas por mulheres, sendo 78% dos casos, alunas da graduação, 6% pós-graduandas e o restante distribuído entre técnicas-administrativas e servidoras terceirizadas. Quanto à natureza, 22% das vítimas reportaram assédio moral, sexual e constrangimento por professor, sendo em um deles, segundo o relatório, solicitada a retirada da denúncia mediante justificativa por escrito. Abuso sexual por estranho contra uma servidora terceirizada e abuso sexual por aluno em festa possuem, cada um, 6% dos casos denunciados (UFJF, 2017).

No período de maio a dezembro de 2017, outro relatório foi publicado com as análises das novas demandas. Explicita-se uma nova categorização dos casos, agrupados entre denúncia (25%), reclamação (58%) e solicitação (17%), sendo nesse período, divididos em 67% de demandas femininas e 33% masculinas, compreendidas nos três tipos. A graduação ainda concentra o maior número de casos, com 84%. No novo relatório, percebemos um crescimento das demandas e uma manifestação expressiva masculina, contudo, os dados sobre a natureza das queixas são apresentados de forma generalizada. Não há estatísticas explícitas sobre as queixas de assédio sexual, sendo apenas demonstrado que a maioria dos casos (8%) diz respeito à “conduta de docente em sala de aula” (UFJF, 2018).

Em ambos os relatórios, a Ouvidoria Especializada aponta como ações desenvolvidas o atendimento individual, o encaminhamento das demandas ao reitor, as Pró-Reitorias, setores e unidades acadêmicas para ciência e providência das demandas. No ano de 2017, inclui-se parceria com Ouvidoria Geral e Auditoria da UFJF na realização de reuniões semanais para discussão do planejamento estratégico. Também foram realizados alguns eventos com a participação da Ouvidoria, como por exemplo, as



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

palestras propostas em 2017 com recorte de assédio no ambiente de trabalho, bem como outros eventos e campanhas de conscientização realizadas no mesmo ano.

Segundo reportagem do jornal *Tribuna de Minas*, em março de 2016, a Diretoria de Ações Afirmativas propôs uma programação relacionada à comemoração do Dia Internacional das Mulheres, com eventos e palestras centradas na temática de assédio dentro do campus. De acordo com Carolina Bezerra, diretora do órgão na época, *A Universidade é pública, meu corpo não* teve como proposta o desvelamento dos

[...] casos de assédios e violência que acontecem na UFJF, de forma a acolher estas mulheres e também dar o recado aos agressores. Estamos instituindo um núcleo de atenção psicossocial para atender a estas vítimas, acolhendo-as e dando o suporte, pois entendemos que este tipo de situação influencia no seu desenvolvimento acadêmico. Muitas sentem medo e vergonha de denunciar. Elas não querem ser expostas na cidade e correr o risco de sofrerem algum tipo de represália. (RIOLINO, 2016, texto eletrônico).

Também foi apontado na reportagem que seria desenvolvida a análise de eixos centrais do processo: acolhimento das vítimas, mudanças no regimento interno, visando a melhoria nas formas de punição e a continuidade de campanhas educativas no ambiente acadêmico. Os coletivos feministas também estavam presentes no evento como alternativas de diálogos (RIOLINO, 2016).

Desde a década de 1990, com os estudos de Silvia Generali da Costa (1995) e Isaac Charam (1997), é notável a pouca efetividade dos órgãos responsáveis pelas denúncias, quando existentes. Por pouca abordagem, erros institucionais, culturas machistas reforçadas pelos apuradores, são amplos os fatores que tornam extensos e exaustivos os processos. É nesse ambiente que ganham força as estratégias educacionais de conscientização. As denúncias saem do sigilo e ocupam as redes sociais, a mídia passa a ser uma importante aliada na tensão exercida sobre os responsáveis, bem como as ouvidorias. Ainda na entrevista ao *Tribuna de Minas*, Carolina Bezerra reforça que

[...] estes processos de manifestação e de empoderamento dos alunos é muito rico, pois trazem novas questões para o nosso diálogo. Ainda há muita resistência no assunto, mas o grito não é só das feministas, e sim de todas as



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

mulheres, que querem um basta neste tipo de assédio e violência. (RIOLINO, 2016, texto eletrônico).

5. Coletivos feministas

Diante dos obstáculos institucionais enfrentados pelas vítimas de assédio nas universidades e de todo o contexto cultural machista de silenciamento e culpabilização das mesmas, os grupos de apoio se tornam protagonistas nos debates sobre violência contra a mulher. A omissão das universidades, a lentidão dos processos e as dificuldades nas aplicações das penas, reforçados constantemente pelos valores de desigualdade de gênero, muitas vezes fazem com que as vítimas se sintam inseguras para prosseguirem com as denúncias, e também coagidas a trancarem seus cursos ou manterem os casos em sigilo.

Todos esses fatores propiciam o crescimento do assédio em suas diversas configurações e é contra essa possibilidade que se dá a importância dos coletivos como vetores de informação dentro e fora das universidades. Na Universidade Estadual de Campinas, a UNICAMP, o Coletivo Feminista atua desde 2003 como uma iniciativa de alunas pela luta contra a ausência de debates e os desafios das mulheres universitárias. O grupo se tornou referência não só dentro da instituição, como também na cidade e na região de Campinas, com a organização de oficinas, intervenções, eventos e medidas educacionais em todo o universo temático de direitos das mulheres.

Os escândalos e combate aos trotes em São Paulo, por exemplo, contaram com uma expressiva importância da mobilização do Coletivo Feminista Geni, atuante na Faculdade de Medicina da USP desde 2013 (SOUTO, 2017). Em descrição ao portal HuffPost o coletivo define sua atuação:

Combatemos o machismo no contexto da universidade e da saúde, através de rodas de conversa, palestras, intervenções artísticas, debates sobre filmes, participações em eventos sobre o assunto e manifestações. Recentemente denunciámos publicamente assédios sexuais e a cultura de estupro no ambiente da nossa faculdade, que resultou na CPI sobre Violações de Direitos Humanos na Universidades Paulistas. Mantemos contato próximo com a Frente Feminista da USP e diversos outros coletivos feministas, seguindo uma linha interseccional transinclusiva.

Áskesis, v. 10, nº. 02, p.150-172, Jul-Dez, 2021
ISSN: 2238-3069 / DOI: 10.46269/10221.590



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

A problemática e as mobilizações se espalharam pelo país em uma infinidade de grupos feministas formados em diversidades de características, mas comuns em causa: discriminações enfrentadas pelas mulheres na sociedade e nos meios acadêmicos. O Coletivo ComCiência, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e a Frente Feminista Universitária de São Paulo, que reúne mais de 50 coletivos de universidade públicas ou privadas do estado são exemplos fornecidos pelo recente projeto de mapeamento MAMU – Mapa de coletivo de mulheres. O site do projeto fornece, de forma acessível, as localizações agrupadas por cada estado brasileiro e informações básicas sobre os coletivos cadastrados, com o objetivo de visibilizar e valorizar os movimentos que têm como foco as mulheres, femininos e feminismos, em suas variadas abrangências (MAMU, 2017).

Dentro da Universidade Federal de Juiz de Fora, formou-se recentemente o Coletivo Marielle Franco – Mulheres UFJF. Integrado por professoras, funcionárias técnicas-administrativas e alunas, o grupo reúne mulheres de todas as posições, considerando e reconhecendo os diversos tipos de assédios no meio universitário. Como objetivo, se propõem a orientar, acolher e fortalecer as mulheres vítimas de violências dentro da UFJF. Desde o ambiente de trabalho ao meio acadêmico, analisar os distintos contextos sociais e discutir sobre as causas e complicadores comuns, a cultura do estupro e o machismo, são fundamentais para o debate com as vítimas e toda a comunidade acadêmica. Entre as estratégias do coletivo, busca-se aplicar a pauta em projetos de pesquisa, extensão universitária, disciplinas de graduação e pós-graduação e ações informativas educacionais.

Grupos de pesquisa também se fazem presentes e importantes no debate de assédios, como o Flores Raras – Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos, da UFJF, além dos movimentos da cidade, como o coletivo Maria Maria, Artemísia – IAD, entre outros que se atentam às mobilizações contra os casos de violência de gênero, incluindo os assédios universitários. Em entrevista ao jornal local *Tribuna de Minas*, durante a mobilização de alunos no Jardim da Faculdade de Educação,



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

Laiz Perrut, integrante do coletivo Maria Maria, sintetiza o objetivo geral dos grupos e das manifestações:

Quando uma mulher faz uma denúncia sobre assédio, outras mulheres que passaram pela mesma situação, com o mesmo professor, tomam coragem de denunciar. O intuito não é só dar visibilidade às queixas, mas mostrar a existência do assédio como um todo na universidade. (RIBEIRO, 2018, texto eletrônico).

De maneira geral, observa-se que as denúncias formais crescem com a visibilidade gerada pelos debates propostos, em sua maioria, pelos coletivos feministas atuantes no meio acadêmico. E mesmo sem suportes especializados, como proposto pelas ouvidorias, os grupos de apoio se tornam, ao mesmo tempo, refúgio e motivação às mulheres universitárias com a empatia muitas vezes inédita com a qual são recebidas. Assim como as notícias nos grandes portais de mídia, a voz dos coletivos acaba por exercer uma pressão nas unidades administrativas de apuração. Talita Toschi, presidente do Diretório Acadêmico da Educação, também no evento e em entrevista ao *Tribuna de Minas*, reitera:

Infelizmente, esses casos não são isolados. Como o movimento corre em sigilo, não podíamos expor os envolvidos. Mas aproveitamos esse espaço para nos manifestar contra o assédio. Pretendemos unir as instituições, os movimentos estudantis, diretores e coordenadores, para que levem essa pauta para discussão nos conselhos superiores. (RIBEIRO, 2018, texto eletrônico).

O movimento feminista está em pauta na atualidade. O debate de gênero toma espaços importantes e contribui para um cenário favorável às pesquisas acadêmicas e formação dos coletivos que, por sua vez, são fundamentais para que as informações não sejam escassas e atinjam um maior número de pessoas.

6. Considerações Finais

As pautas de discriminações estão ganhando espaço nas mídias, principalmente pelas crescentes ações de movimentos feministas em busca por segurança e apoio das



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

mulheres entre si. O cenário, de forma geral, é de informalidade. A mobilização de atrizes hollywoodianas em denúncias de assédio sexual entre os anos de 2017 e 2018 causaram um alvoroço em todo o mundo e encorajou mulheres a se organizarem e divulgarem coletivos, grupos de estudos, e manifestações em diversos meios.

No Brasil, desde a *CPI dos Trotes*, problematiza-se o ambiente das universidades como um espaço onde também ocorrem as violências contra as mulheres, mas o tema ainda carece de debate dentro do próprio contexto acadêmico. As ouvidorias foram criadas recentemente nas universidades de maior porte, com a finalidade de formalizar os processos de denúncia, mas são lentas e burocráticas.

O cenário das vítimas permanece um dilema: denunciar demanda psicologicamente e, por vezes, fisicamente, de uma pessoa já fragilizada; a culpabilização e julgamentos são constantes. E por todos esses fatores, os apoios e alternativas informais acabam sendo uma acolhida mais humanizada e horizontal, principalmente dentro do meio acadêmico. Nos casos apresentados, ficou notório que a exposição pública amedronta o acusado, a ouvidoria e a própria instituição.

Falar sobre qualquer tabu sempre foi uma forma efetiva de se repensar sobre as construções culturais, como assim se enquadra o assédio sexual nas universidades. Não se pode aliviar a tensão dos fatos, tampouco insistir no medo da exposição por parte das vítimas, devido aos inúmeros desafios presentes no processo de denúncia. Transformar a abordagem das discussões sobre assédio sexual está diretamente relacionado à ampliação dos estudos de gênero. As lutas das mulheres por seus direitos não são recentes e não se estabilizaram em condições igualitárias até hoje. A percepção feminina sobre seus próprios corpos, em suas autonomias, suas sexualidades e papéis de gênero são pontos iniciais para o entendimento do assédio em suas mais variadas formas e do reconhecimento de suas condições como vítimas. Sendo assim, os coletivos feministas são, de fato, as principais formas de resistência e mobilização, em uma perspectiva de rede de apoio e ação.

É preciso continuar garantindo que as mulheres vítimas de assédio se sintam amparadas o suficiente, mesmo que de forma não institucionalizada, como feito pelos



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

grupos de redes sociais e coletivos femininos, para expor a situação, não só mediante denúncias formais, mas também em rodas de debate que atinjam o conhecimento público de que o assédio sexual é recorrente e precisa de atenção.

O silenciamento dos casos precisa ser ameaçado através da constante abordagem da problemática, buscando trazer também a reflexão sobre a continuidade de valores machistas e de disparidades de gênero que se manifestam de formas tão violentas e são reproduzidas inclusive no meio acadêmico. Como expectativa, parece promissor apostar em uma abordagem conjunta entre a responsabilização das instituições no processo de formalização das denúncias, juntamente com outras ações preventivas e de acolhimento, de forma que o assédio sexual seja compreendido em sua amplitude de ocorrências, evitando, desta forma, maiores desgastes para as vítimas ou resguardo dos acusados.

Referências bibliográficas

ALEMANY, Carme. Assédio sexual. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ H.; SENOTIER, D.; (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ARAÚJO, Marcos. Aluna da UFJF denuncia professor da Odonto por agressão e assédio sexual. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 23 jun. 2016. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/23-06-2016/aluna-da-ufjf-denuncia-professor-da-odonto-por-agressao-e-assedio-sexual.html>. Acesso em: 2 set. 2018.

“ASSÉDIOS crescem com a nossa omissão”, diz professor sobre a prática no ambiente universitário. **UFJF Notícias**, Juiz de Fora, MG, 17 out. 2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/2017/10/17/assedios-crescem-com-a-nossa-omissao-diz-professor-sobre-a-pratica-no-ambiente-universitario/>. Acesso em: 18 out. 2018.

BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Claudio Simon. Rotina acadêmica e relação com colegas e professores: Impacto na evasão universitária. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 43, n. 2, pp. 174-184, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7870/8034>. Acesso em: 18 out. 2018.



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

BRASIL. **Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001.** Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001.

CHARAM, Isaac. **O estupro e Assédio Sexual:** como não ser a próxima vítima. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Silvia Generali da. **Assédio Sexual:** Uma Versão Brasileira. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

DATA POPULAR/INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário.** Instituto Patrícia Galvão, 2015. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contraa-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>. Acesso em: 23 set. 2018.

FUKUDA, Rachel Franzan. Assédio Sexual: Uma releitura a partir das relações de gênero. **Revista Simbiótica**, UFES, v.ún., n.01., jun./2012. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512>. Acesso em: 23 set. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).** Quantidade de homens e mulheres. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,mudando%20quando%20comparamos%20grupos%20et%C3%A1rios>. Acesso em: 2 set. 2018.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2017.** Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-da-educacao-superior-2017>. Acesso em: 2 set. 2018.

JUIZ DE FORA. **Lei 13.028, de 23 de setembro de 2014.** Dispõe sobre a vedação da realização do “trote” em vias e Logradouros Públicos no Município de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG: Diário Oficial Eletrônico, 2014. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=34390. Acesso em: 05 nov. 2018.

MAMU - MAPA DE COLETIVOS DE MULHERES. **Projeto de mapeamento de coletivos e grupos brasileiros que tem como foco a mulher, o feminino, o feminismo, nossos ciclos, ritmos, reivindicações e papéis.** Facebook: MAMU. Disponível em: https://www.facebook.com/mapaMAMU?locale=pt_BR. Acesso em: 14 set. 2018.



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

“NÃO há outra forma de seguirmos se não for juntas”. **UFJF Notícias**, Juiz de Fora, MG, 9 nov. 2018. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2018/11/09/nao-ha-outra-forma-de-seguirmos-se-nao-for-juntas/>. Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

PESSÔA, Júlia. Quase 80% das alunas da UFJF temem violência no campus. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/21-11-2018/quase-80-das-alunas-da-ufjf-temem-violencia-no-campus.html>. Acesso em: 11 jan. 2020.

RIBEIRO, Renan. Estudantes protestam contra assédio na UFJF. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 20 ago. 2018. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/20-08-2018/estudantes-protestam-contr-assedio-na-ufjf.html>. Acesso em: 14 set. 2018.

RIOLINO, Bárbara. A Universidade é pública, meu corpo não. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 03 mar. 2016. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/03-03-2016/mulheres-contr-a-violencia.html>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, ed. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 9 abr. 2019.

SOUTO, Luiza. Coletivos feministas denunciam, online, agressões nas universidades. **O Globo**, 17 mar. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coletivos-feministas-denunciam-online-agressoes-nas-universidades-21075843>. Acesso em: 07 out. de 2018.

UFJF. **Graduação**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/ensino/graduacao/>. Acesso em: 2 set. 2018.

UFJF. **Relatório das Atividades Desenvolvidas - Ano de 2016**. Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas, maio/2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/diaaf/wp-content/uploads/sites/74/2018/07/Relatorio-de-Atividades-OUVIDORIA-ESPECIALIZADA-2016.pdf>. Acesso em: 7 out. 2018.

UFJF. **Relatório das Atividades Desenvolvidas - Ano 2017**. Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas, jul./2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/diaaf//files/2018/07/Relatorio-de-Atividades-OUVIDORIA-ESPECIALIZADA-2017.pdf>. Acesso em: 7 out. 2018.



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

UFJF nega recurso e demite professor acusado de assédio e agressão. **G1 Zona da Mata**, 21 fev. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2017/02/ufjf-nega-recurso-e-demite-professor-acusado-de-assedio-e-agressao.html>. Acesso em: 2 set. 2018.

VALDÉS, Isabel. Maior relatório já feito sobre assédio sexual na ciência dos EUA revela um abuso sistemático. **El País**, 15 jun. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/13/ciencia/1528899877_715296.html. Acesso em: 2 set. 2018.

Texto recebido em 21/10/2020 e aprovado em 14/08/2021

DOI: 10.46269/10221.590



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

University quota system in Brazil: advances?

Ana Paula Pinheiro da Silva¹

Damião Michael Rodrigues de Lima²

Resumo: Este estudo objetivou analisar os dados do Censo do ensino superior em relação ao acesso ao ensino superior através da lei de cotas (nº 12.711/2012) entre os anos de 2012 a 2018, bem como quantificar os perfis dos cotistas no Brasil. Trata-se de pesquisa quanti-quali, com método indutivo, descritivo e *ex-post-facto*. A partir da análise dos dados, infere-se que os perfis dos cotistas (autodeclarados) segundo a cor/raça, gênero e sexualidade em Instituições Federais de Ensino, por ordem de relevância, são: negros, brancos, amarelos, a comunidade de trans e indígenas. Salienta-se que a educação teve inúmeros retrocessos, provavelmente por ser gerida por políticos sem qualquer vínculo com as práticas pedagógicas nem com seus princípios de emancipação, mas que, ainda assim, interferem na matriz curricular.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Sistemas de cotas. Universidades federais. Ensino Superior. Comunidade trans.

Abstract: This study aimed to analyze the data from the Higher Education Census in relation to access to higher education through the quota law (No. 12,711) between the years 2012 to 2018, as well as to quantify the profiles of quota holders in Brazil. This is a quanti-quali research, with an inductive, descriptive and *ex-post-facto* method. From the data analysis, it is inferred that the quota holders' profiles (self-declared) according to color/race; gender and sexuality in Federal Educational Institutions, in order of relevance are: black, white, yellow, the Trans community and indigenous people. It should be noted that education has had numerous setbacks, probably because it is managed by politicians without any connection with pedagogical practices, nor with its principles of emancipation, but that, nevertheless, interfere in the curriculum matrix.

Keywords: Affirmative actions. Quota systems. Federal Universities. University education. Trans community.

¹ Especialista em Docência do Ensino Superior (IFCE), graduada em Educação Física (URCA). Iguatu, Ceará, Brasil. ORCID: 0000-0002-8297-4647. E-mail: ana.paula.pinheiro02@aluno.ifce.edu.br.

² Mestre em Distúrbios do Desenvolvimento (MACKENZIE), professor titular do IFCE e pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino (GIPEA). Iguatu, Ceará, Brasil. ORCID: 0000-0001-6505-2133. E-mail: michael_dmr@hotmail.com.



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

1. Introdução

Para que se compreenda a atual situação da educação superior, é necessário um resgate de sua trajetória. Seu marco inicial é 1808, quando o Príncipe Regente fundou a Escola de Cirurgia, que viria a ser a Academia Médico-Cirúrgica da Bahia, antecessora da atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Contudo, a real motivação para o emergir do ensino superior no país foram as dificuldades encontradas pela classe burguesa em conseguir acesso para cursar as universidades da Europa (SERRÃO, 1983). Desse modo, o ensino superior no país foi primeiramente idealizado num modelo profissionalizante, voltado para a elite, nas áreas das engenharias e da medicina (SOUZA, 2001).

Passadas quase quatro décadas da criação da primeira universidade no país, novas universidades surgiram a partir da iniciativa de grupos políticos, intelectuais e educadores (BORTOLANZA, 2017). Tal ação culminou na gradual expansão do ensino superior, havendo uma lenta transgressão para o desenvolvimento do sistema federal de ensino, em meados da década de 40, em grande parte pela federalização de algumas universidades estaduais criadas nos anos 30 e impulsionadas pelo prisma de que cada Estado da federação possui o direito a pelo menos uma universidade federal (SAMPAIO, 1991).

Entretanto, juntamente com esse processo de expansão, por questões multifatoriais, brotaram inúmeras dificuldades de estruturação do ensino superior, as quais perpassam o final da era colonial até os dias atuais, como por exemplo, a escassez de recursos financeiros e as poucas condições de acessibilidade das classes sociais com menor poder aquisitivo e cultural (SILVA, 2001; BORTOLANZA, 2017).

Em relação à temática, outro enorme abismo que povoa a acessibilidade aos cursos de graduação e pós-graduação, no Brasil, pode estar associado às desigualdades sociais que refletem a disparidade na realidade do ensino básico de educandos oriundos de escolas públicas (BERNSTEIN, 1996). Tais desigualdades acentuam outro elemento bastante presente na cultura brasileira, que é o preconceito e a intolerância à ascensão



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

da classe proletária ao ensino superior, salientando que esta classe é constituída primordialmente por negros³ (SACCO; COUTO; KOLLER, 2016; SILVA; BANDEIRA; FEITOZA, 2019).

Além dos perfis já mencionados no parágrafo acima, outros dilemas provenientes do preconceito circundam também as questões de inflexibilidade à diversidade, sendo a comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais (trans), *queer* = identidade binária/indeciso, intersexuais, assexuais e (+) = presença de outros gêneros agregados à sigla) a sofrer mais dificuldades tanto de acesso quanto de permanência no ensino superior (CAVALCANTE, 2000). Ou seja, as barreiras para obter títulos de graduação e pós-graduação parecem afetar em maior espectro as classes com maior vulnerabilidade social e econômica.

Somente a partir dos anos 2000 foram intensificadas as discussões sobre essas reflexões, e a luta para garantir o direito ao acesso ao ensino superior por parte da classe em questão ganhou notoriedade com a aprovação da Lei das Cotas (nº 12.711), em agosto de 2012. Como política pública de ação afirmativa na educação superior, essa medida legal e obrigatória determina que as Universidades, Institutos e Centros Federais reservem até 50% das suas vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, implicando também na reserva de um percentual especial destinado a estudantes negros (autoidentificados como de cor “parda” ou “preta”) e indígenas (BRASIL, 2012a).

O trabalho se justifica em virtude do persistente quadro de desigualdade remanescente de fenômenos sociais que precisam ser estudados e enfrentados. Destaca-se que a pesquisa sobre as ações afirmativas pode vir a ser uma poderosa ferramenta para a busca de igualdade através de um maior entendimento sobre a realidade do cenário atual do país (IPEA, 2011).

Salienta-se, ainda, que o impacto desta pesquisa poderá promover uma reflexão sobre o pluralismo ideológico que envolve a temática em diversas instituições nacionais. Portanto, diante do exposto, surge a questão norteadora desta pesquisa: o que mudou

³ O termo negro refere-se às categorias de classificação utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denominadas de pardos e pretos.



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

com a implantação da lei de cotas (nº 12.711/2012) em relação ao acesso de indivíduos com vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior?

Desta maneira o objetivo primário desta pesquisa será analisar os dados do Censo do Ensino Superior (CES) em relação ao acesso ao ensino superior através da lei de cotas (nº 12.711/2012) entre os anos de 2012 a 2018. Como objetivos secundários, pretende-se analisar a trajetória acerca das ações afirmativas no Brasil; elaborar um panorama do percentual de instituições de nível superior que aderiram ao sistema de cotas específicas para pessoas trans; e por fim, quantificar os perfis dos cotistas no Brasil segundo a ordem de relevância.

2. Breve epistemologia do ensino superior no Brasil

O termo epistemologia refere-se à natureza das origens e da validade do conhecimento, abordando questões que definem o conhecimento e justificam-no, investigando de que formas foi elaborado e por quais faculdades obteve o conhecimento desejado. Como teoria do conhecimento, a epistemologia estuda origem, estrutura, métodos e validade do conhecimento em questão (CUNHA, 2010). Neste sentido, buscou-se apresentar um panorama objetivo acerca do nascimento e evolução do ensino superior no Brasil, como será discutido nas linhas a seguir.

A chegada da coroa portuguesa, em 1808, favoreceu a criação das primeiras universidades brasileiras e a estruturação do núcleo de ensino superior, ainda que este fosse exclusivamente orientado para a formação profissional (SAMPAIO, 1991). O ensino superior brasileiro teve suas origens nas escolas para formação profissional, bem como nas academias militares, nas quais o ensino era de cunho biologicista.

As primeiras escolas superiores, criadas em 1808, perduraram até 1934 com um modelo de ensino superior voltado para a formação das profissões liberais tradicionais - como direito e medicina - ou para as engenharias (SAMPAIO, 1991). Esse modelo pautado para a elite permitia o acesso aos cursos compreendidos como nobres, que exigiam grande aporte intelectual.



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

O Brasil teve desde a época colonial muitas instituições renomadas e, em grande parte delas, eram aplicados sistemas de ensino científico ou técnico. O surgimento e a regulamentação das universidades - e não mais apenas escolas superiores isoladas - só se efetivou no século XX, pois até então não existia autonomia, pelo contrário, o regime das universidades era de propriedade do Estado (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007).

Este fato pode ser ratificado na carta de Lei de 1810, onde constam as especificações dos livros e tratados nos quais os docentes deveriam se basear para a redação obrigatória de seus compêndios (ADORNO, 1988; SAMPAIO, 1991). O Estado controlava a escolha de reitores das instituições de ensino obedecendo mais a critérios políticos do que acadêmicos (ADORNO, 1988).

Conforme Martins (2002), só a partir de 1980 notou-se uma diminuição considerável da demanda de alunos no ensino superior ocasionada pelo alto índice de evasão de alunos do 2º grau (antigo ensino médio). Enquanto em 1980 cerca de 11% das vagas oferecidas nos cursos superiores não foram preenchidas, em 1990 a proporção passou para 19% e, entre 1985 e 1993, o número de vagas oferecidas no ensino superior manteve-se relativamente estável, em torno de 1.500.000, com declínio relativo da participação do setor privado.

Martins (2002) infere que uma das principais transformações do ensino superior no século XX se deu na transformação sofrida em relação ao perfil dos acadêmicos que costumavam ser da classe nobre e, com tal mudança, o novo perfil se caracterizava por apresentar sujeitos oriundos das classes mais desfavorecidas economicamente.

Nos anos 2000, eclodiram diversas ações do Governo Federal que incidiram no ensino superior, como por exemplo o “grupo executivo de reforma do ensino superior” (2004) que elaborou um documento consolidando princípios e diretrizes da reforma da educação superior. Além disso, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº 10.861, e regulamentado mediante as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado (TONEGUTTI, 2010).



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

No ano de 2006, o Projeto de Lei nº 7.200 discutia a reforma da educação superior e também no mesmo ano discutia-se a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). É de suma importância salientar que as contrarreformas evidenciadas na política de educação superior que estiveram voltadas aos anseios do mercado não apenas atingiram o nível de graduação, mas também as pós-graduações no Brasil (com a Portaria 07/2009), com destaque para a modalidade de mestrados profissionais que foram instituídos como alternativa extra em relação aos mestrados acadêmicos (TONEGUTTI, 2010).

Por fim, entre os anos de 2010 a 2019, dando ainda mais ritmo à engrenagem do processo de alterações no ensino superior brasileiro, despontam o uso das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TICs) que têm sido um grande recurso utilizado por gestores universitários para o processo de expansão e massificação da universidade.

Percebe-se que de 2002 a 2019 pontuou entre 75% e 84% a participação das matrículas em cursos de graduação presenciais privados. Neste mesmo período, em destaque, ganharam força as reflexões acerca das ações afirmativas no cenário das instituições de ensino público (HOFFMANN; NUNES; MULLER, 2019).

3. Ações afirmativas no cenário brasileiro

Ações afirmativas são políticas públicas executadas pelo governo ou pela iniciativa privada com o intuito de sanar as desigualdades presentes na sociedade acumuladas no decorrer das gerações. Sendo assim, uma ação afirmativa objetiva a promoção da igualdade de oportunidades a todos (FERES JÚNIOR; ZONINSEIN, 2005).

O termo “ação afirmativa” foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, na década de 60, fazendo menção às políticas do governo para combater as diferenças entre brancos e negros. Todavia, antes mesmo da expressão, as ações afirmativas já eram pauta de reivindicação do movimento em boa parte do mundo (FERES JÚNIOR; CAMPOS; DAFLON, 2011). No Brasil, as ações afirmativas estão relacionadas em amplo espectro



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

com a tentativa de combate à herança histórica de escravidão, segregação racial e racismo contra a população negra (GRIN, 2003).

Para que se possa compreender a emergência nas entrelinhas de uma ação afirmativa, é preciso, sobretudo, ter a ciência do contexto social vivido por um país e do histórico que precedeu a política pública. Nesse sentido, ao se discutir as cotas para negros nas universidades, por exemplo, é preciso retornar ao Brasil colonial e observar como o processo de escravidão gerou desigualdades sociais que são presentes até hoje, mesmo após 131 anos da abolição da escravidão (GRIN, 2003)

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país, promovendo assim uma condição mais justa para todos (BRASIL, 2012a).

Segundo a Teoria da Justiça de Rawls (1993), é possível que uma sociedade justa apresente desigualdades, porém essas desigualdades só serão aceitáveis se permitirem que os menos favorecidos tenham acesso às vantagens da cooperação social. Os que se configuram como menos favorecidos são aqueles indivíduos que possuem menor poder aquisitivo. Esses têm o direito de usufruir de forma equiparada das liberdades básicas e da equidade de oportunidades.

Nesse sentido, a posição social que as pessoas ocupam numa sociedade não deveria ser julgada como justa nem injusta; para a Teoria da Justiça seria apenas uma questão de sorte. Sendo assim, Rawls (1993) afirma que é bastante lógico que os indivíduos não sejam beneficiados ou, pior, prejudicados pelas circunstâncias naturais e sociais, em detrimento da situação própria do homem.

A partir da premissa supracitada, muitas ações afirmativas já foram e são desenvolvidas no Brasil, com destaque para o aumento da participação dos grupos discriminados em determinadas áreas de emprego ou no acesso à educação por meio de cotas e a concessão de bolsas de estudo subsidiadas legalmente por meio de leis específicas como, por exemplo, a Lei de Cotas no Ensino Superior, a Portaria



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

Normativa nº 18, de 11 de Outubro de 2012, o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 e o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2012c; BRASIL, 2010).

4. A lei das cotas nº 12.711/2012

Planejada com o intuito de maximizar as oportunidades de acesso por parte das classes mais vulneráveis à universidade no Brasil, a lei nº 12.711 foi sancionada em agosto de 2012 e, claramente, como política educacional, vislumbra à democratização dos espaços acadêmicos que comumente estão ocupados apenas por aqueles oriundos de renomadas instituições de ensino privado (MELERO *et al.*, 2018).

Segundo Vieira (2013), há no sistema educacional brasileiro uma elitização que discrimina os menos favorecidos. Nesse contexto, a lei nº 12.711/2012 assegura 50% das vagas em universidades brasileiras a estudantes oriundos de escolas públicas, adotando o critério social e racial para distribuição de vagas.

De acordo com os dados do Ministério da Educação, a cota de negros em universidades foi inferior a 2% até 1997 e, a partir de 2013 (pós aprovação da lei de cotas em 2012), subiu para 8,8% (VIEIRA, 2016). A aplicação da lei no prisma de Lewandowski (BRASIL, 2012a) promoveu maiores possibilidades para negros atuarem em cargos ou funções de destaque em nossa sociedade. Todavia, mesmo os que chegaram a ocupar cargos de elite têm sofrido com atitudes racistas de forma subjacente (MELERO *et al.*, 2018).

Melero *et al.* (2018) promovem uma reflexão sobre o movimento das reivindicações por reconhecimento das minorias étnicas, raciais, sexuais e de gênero. Esta temática tem atraído discussões por parte de sociólogos políticos, que estudam a elaboração de novas concepções de justiça social, tendo o reconhecimento das barreiras vivenciadas pelos perfis acima citados.

5. Cotas universitárias específicas para população trans



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

As cotas estão imersas na política afirmativa que destina vagas específicas em universidades públicas para aqueles que comumente vêm sendo excluídos do acesso ao ensino superior. Ainda no início dos anos 2000, de maneira autônoma, algumas instituições universitárias brasileiras federais e estaduais implantaram cotas raciais para incluir pessoas com menor aporte econômico. Essas intervenções primárias ganharam força na Lei nº 12.711/2012, que determina critérios sociais e raciais para vagas em universidades e institutos federais (CAVALCANTE, 2000).

A marginalização que as pessoas transexuais vêm sofrendo ao longo das gerações, implica não somente na exclusão social desta população nas universidades, mas em diversos setores em nosso país. Para se ter uma ideia, a expectativa de vida deste grupo é em torno de 35 anos, enquanto a média para a população cisgênero⁴ é de 75,5 anos, ressaltando que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2018).

Diante disso, Almeida e Vasconcellos (2018) enfatizam que a educação é uma potência para amenizar as desigualdades sociais. No caso da população trans, as ações afirmativas são voltadas para combater também a exclusão no mercado de trabalho por ausência de qualificação. Em 2019, a quinta edição dos microdados do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação dispostos pela ANDIFES apontou que apenas 0,1% dos universitários eram homens transgêneros⁵ e 0,1%, mulheres transgêneros⁶. Em contrapartida, 48,1% e 40,1% dos graduandos se identificaram, respectivamente, como sendo mulher e homem cisgêneros (VALLE, 2019).

6. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se pela sua natureza descritiva, na qual os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

⁴ Cisgênero – sujeitos com identidade de gênero correlato ao sexo biológico.

⁵ Homem transgênero – sujeito que possui órgão sexual feminino, mas se reconhece como homem.

⁶ Mulher transgênero – sujeito que possui órgão sexual masculino, mas se reconhece como mulher.



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

O artigo em questão trata-se de uma pesquisa quanti-quali, uma vez que se utilizou métodos de investigação que identificam, analisam e interpretam resultados tangíveis, bem como as particularidades do objeto de estudo (GIL, 2017).

Para a realização deste estudo, coletou-se dados dos microdados do Censo da educação superior (CES) no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e, também, de uma segunda base, proveniente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES), para traçar o panorama da realidade encontrada entre os anos de 2012 a 2018 em relação à base de dados de ingressos por meio de ações afirmativas nos bancos das universidades federais.

O procedimento utilizado para uma eficaz compreensão da realidade dos fatos que foram apresentados foi de uma pesquisa *ex-Post-Facto*, “[...] já que investiga e identifica as possíveis variáveis acerca da expressão de determinado valor ou interpretação do valor” (MELEIRO *et al.*, 2018, p.134).

A pesquisa *ex-post-facto* tem por objetivo investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato identificado pelo pesquisador e um fato que ocorre posteriormente. Assim, os dados são coletados após a ocorrência dos eventos (FONSECA, 2002).

7. Resultados e discussão

O presente estudo teve como objetivo primário analisar os dados do Censo do Ensino Superior (CES) em relação ao acesso ao ensino superior através da lei de cotas (nº 12.711/2012), entre os anos de 2012 a 2018. Ressalta-se que a lei mencionada teve sua criação em 2012, destacando-se que a ausência do CES 2019 se deu pelo fato de que o mesmo ainda não foi publicado até a presente data devido às implicações da atual pandemia do Sars-CoV-2 (novo coronavírus). A Tabela 1 apresenta uma comparação da trajetória das ações afirmativas em instituições federais de ensino superior no Brasil.



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

Tabela 1 - Percentual de perfil discente por região e cor/raça, em IFES - 2012/2018

	Brancos e amarelos		Negros e indígenas		Não declarados	
	2012	2018	2012	2018	2012	2018
	IFES	IFES	IFES	IFES	IFES	IFES
Centro-Oeste	32,8%	44,7%	34,6%	52,4%	32,6%	2,9%
Nordeste	30,2%	30,8%	48,9%	66,7%	20,9%	2,5%
Norte	22,3%	21,2%	61,5%	77,2%	16,2%	1,6%
Sudeste	38,7%	52,7%	25,8%	44,3%	35,5%	3%
Sul	56,2%	75,7%	10,0%	22%	33,8%	2,3%

Legenda: IFES = Instituições Federais de Ensino Superior.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Superior (CES) 2012/2018.

De acordo com os achados, nota-se que, desde 2012, brancos e amarelos são a maior população em IFES nas regiões Sudeste e Sul, salientando que, ainda assim, houve um aumento expressivo de negros e indígenas em ambas regiões. A mesma tabela fomenta a constatação da heterogeneidade geográfica como realidade das grandes regiões do país, bem como a trajetória evolutiva dos sujeitos pertencentes aos grupos em cada uma delas (SENKEVICS, 2018).

Como ponto de partida para quantificar os perfis dos cotistas no Brasil, a Tabela 2 apresenta a composição racial, incluindo a não declaração de ingressantes em instituições federais de ensino superior entre os anos de 2012 e 2018.

Tabela 2 - Quantidade/percentual de matrículas em IES federais cor/raça no Brasil, segundo o CES - 2012/2018

Cor/Raça	CES 2012		CES 2018	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual

Áskesis, v. 10, nº. 2, p. 173-191, Jul-Dez, 2021

ISSN: 2238-3069 / DOI: 10.46269/10221.597



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

Amarela	2.570	0,8%	18.324	3%
Branca	71.710	21,5%	500.664	38%
Indígena	712	0,1%	11.619	1%
Negros	66.030	19,8%	606.617	45%
Não declarada	193.190	57,8%	175.067	13%
TOTAL	334.212	100%	1.312.291	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Superior (CES) 2012/2018.

É notório, também, que o perfil discente nas Instituições Federais de Ensino Superior é majoritariamente constituído por negros e indígenas, sendo evidenciado em 2018 um expressivo salto desse grupo em relação aos brancos e amarelos. Essa nova realidade pode estar associada ao fato de que as universidades têm refletido muito mais sobre políticas de permanência dos ingressos ao longo do curso (SENKEVICS, 2018; ANDIFES, 2019).

Na Tabela 3, segue um panorama cronológico que atentou para as questões socioeconômicas dos cotistas ao longo da trajetória das ações afirmativas no Brasil.

Tabela 3 – Percentual dos grupos beneficiários da lei de cotas entre os ingressantes das IFES – Brasil 2012-2018

Ano	Negros e indígenas	Negros e indígenas com renda \leq 1,5 SM
2012	25,8%	48,2%
2013	31,7%	48,6%
2014	38,2%	50,4%
2015	42,5%	52,0%
2016	48,3%	54,8%
2017	49,4%	62,0%
2018	48,3%	61,8%

Legenda: SM = salário-mínimo per capita.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo da Educação Superior (CES) 2012-2018.



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

Pode ser observado na tabela acima que a lei de cotas possibilitou, gradualmente, aos indivíduos com vulnerabilidade socioeconômica o acesso ao ensino superior em IFES. Além de cotas raciais, algumas universidades federais passaram a incluir alunos trans, grupo que ainda tem presença pequena na educação superior, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 4 - nº total de IFES/nº de IFES com oferta de cotas trans - 2017/2018

Ano	Nº total de IFES	Nº de IFES com adesão a cotas trans
2017	63	1
2018	63	12

IFES – quantitativo referente especificamente a cada instituição sede.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ANDIFES 2017/2018.

A inserção de pessoas trans no âmbito acadêmico só começou a ser registrada a partir da segunda metade desta década, de maneira que a Universidade Federal do Sul da Bahia foi a primeira a criar cotas na graduação, em 2017. Ressalta-se que o perfil discente, em 2018, segundo a identidade de gênero⁷ e sexualidade⁸, indica que 78,1% se consideram heterossexuais⁹, 16,7%, pessoas trans, e 5,2% são de não declarados (ANDIFES, 2019). Entretanto, mesmo as universidades tendo autonomia, percebe-se que há uma tendência política, religiosa e ideológica que interfere na emancipação institucional.

O exemplo mais recente da premissa supramencionada ocorreu no Nordeste, precisamente no Ceará, em 2019, onde duas universidades sofreram represálias por parte de políticos conservadores por incluir vagas destinadas à comunidade trans, sendo uma delas a Universidade Regional do Cariri (URCA), que emitiu ofício em resposta às inquietações do senador da República, o qual alegou haver ideologia de gênero em relação a disciplina de “gênero, educação e sexualidade” pertencente a matriz curricular

⁷ Identidade de gênero – auto reconhecimento como homem ou mulher, independente do sexo biológico.

⁸ Sexualidade – diz respeito a orientação sexual de cada ser, independente de gênero ou sexo.

⁹ Heterossexualidade – sujeitos que se relacionam afetivamente com o gênero oposto.



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

do Mestrado em Educação (SANTOS, 2019). A URCA emitiu nota de repúdio e seguiu com a disciplina como parte da matriz curricular.

Já em 2020, a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi obrigada judicialmente a anular seu vestibular específico para candidatos trans (a oferta seria de 150 vagas em 15 cursos). Desta vez foi o Presidente da República Jair Bolsonaro quem solicitou o cancelamento por intervenção do Ministério da Educação (SECITECE, 2020). No mesmo ano, o Ministro da Educação declarou seu desligamento da referida pasta, mas, antes da efetivação de sua demissão, revogou uma portaria de 2016, assinada pelo seu antecessor, que estabelecia a política de cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência em cursos de pós-graduação nas universidades federais. Na ocasião, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, determinou que o advogado-geral da União justificasse tal atitude (não houve qualquer resposta por parte da União). No dia seguinte, após protestos, o MEC comunicou sobre a permanência da lei de cotas em universidades públicas do país (PARTIDOS..., 2020).

8. Considerações finais

A partir da análise dos dados do censo da educação superior, principalmente o mais recente, realizado em 2018, pode-se inferir que o número de negros e indígenas ingressos em instituições federais através da lei de cotas obteve um salto de amplo espectro, sendo esse um marco histórico, principalmente quando reflete-se sobre a luta do movimento negro ao longo dos tempos em relação ao enfrentamento do preconceito enquanto legado da escravidão.

No Brasil, as ações afirmativas tiveram sua primeira manifestação concisa por parte das instituições de ensino superior a partir dos anos 2000, mas somente na década sucessora elas foram materializadas de forma legal, com a criação da lei de cotas nº 12.711/2012, que a princípio era destinada a negros. As inúmeras mudanças no cenário político, econômico e social do país acarretaram transformações na educação, em todas as suas esferas, iniciando uma expansão desta lei que passou a incluir, também, indígenas e pessoas com deficiência.



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

Nessa mesma década, alguns tabus foram tornando-se debates cotidianos que causaram efeitos na sociedade, uma vez que a própria sociedade ou pelo menos uma grande parte dela parecia transcender um prisma conservador para as questões de gênero e sexualidade. Emergia, então, a inclusão das pessoas trans dentro das políticas das ações afirmativas, demonstrando um aumento significativo de 2017 para 2018. Os perfis dos cotistas (autodeclarados) segundo a cor/raça, gênero e sexualidade em instituições federais de ensino superior, de acordo com o CES (2018) e por ordem de relevância são negros, brancos, amarelos, a comunidade trans e indígenas.

Ademais, as problemáticas que circundam as desigualdades sociais existem em nossa sociedade desde tempos remotos. Apesar disso, houve progressão no ingresso de cotistas em IFES, mas ainda há muito a ser conquistado, pois há disparidade de acesso entre as classes sociais. O avanço das ações afirmativas tornou-se evidente quando o grupo com menor poder aquisitivo, constituído em maioria por negros, ocupou pela primeira vez a maior fatia das vagas em IFES, mas, em contrapartida, a lei de cotas é constantemente alvo de tentativas de revogação por líderes políticos, o que implica numa certa fragilidade em sua estruturação.

Referências

ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista direito GV**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 302-333, 2018.

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://ufla.br/images/arquivos/2019/05-maio/pesquisa-socioeconomica2018.pdf>. Acesso em: 24 maio 2020.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. Origens da Universidade Brasileira. **Quím. Nova**, v. 30, n. 7, 2007.



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle.** Vozes: Petrópolis, 1996.

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro – uma busca da origem até a atualidade. In: **Colóquio internacional de gestão universitária**, 2017, Mar del Plata, Argentina. Anais [...]. Mar del Plata: UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017. p.1-16.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 186/DF – Distrito Federal. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. **Pesquisa de Jurisprudência**, Voto, 26 abr. 2012a. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/adpf-186-voto-ministro-ricardo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior: conceitos, definições e classificações.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

CUNHA, Maria Isabel da. A docência como ação complexa. In: CUNHA, Maria Isabel da. **Trajetórias e lugares de formação da docência universitária: da perspectiva individual ao espaço institucional.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 19-34.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste. Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d'O Globo. **Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, p. 61-83, 2011.



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. Introdução: ação afirmativa e desenvolvimento. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p. 9-45.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRIN, Mônica. Retrato do branco quando negro. **Insight/Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 21, p. 44-47, 2003.

HOFFMANN, Ivan Londero; NUNES, Raul Ceretta; MULLER, Felipe Martins. As informações do Censo da Educação Superior na implementação da gestão do conhecimento organizacional sobre evasão. **Gestão & Produção**, v. 26, n. 2, p. 1-14, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA - IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise** nº 19. 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=8586. Acesso em: 20 maio 2020.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras**, São Paulo, v. 17, p. 4-6, 2002.

MELERO, Cássio *et al.* A lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, como política pública que favorece a busca da igualdade material. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, Edição Especial, p. 130-142, 2018.

PARTIDOS contestam revogação de portaria do MEC sobre ações afirmativas na pós-graduação. **Portal STF**, Brasília, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=446023&ori=1>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Emani César de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAWLS, John. **Teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

SACCO, Airi Macia; COUTO, Maria Clara Pinheiro de Paula; KOLLER, Silvia Helena. Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 233-250, 2016.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SANTOS, Juliana. MEC determina a suspensão de vestibular da UNILAB para pessoas trans. **Metro**, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://www.metrojornal.com.br/foco/2019/07/16/mec-determina-suspensao-de-vestibular-da-unilab-para-pessoas-trans.html>. Acesso em: 26 maio 2020.

SECITECE - Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará. **Urca emite esclarecimento sobre Mestrado em Educação, com base na Constituição e LDB**. Ceará, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://www.sct.ce.gov.br/2020/01/23/urca-emite-esclarecimento-sobre-mestrado-em-educacao-com-base-na-constituicao-e-ldb/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

SENKEVICS, Adriano Souza. Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, p. 1-23, 2018.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História das Universidades**. Porto: Lello & Irmão, 1983.

SILVA, Alberto Carvalho da. Alguns problemas do nosso ensino superior. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 269-293, 2001.

SILVA, Ana Paula Pinheiro da; BANDEIRA, Stephanie Martins Ferreira; FEITOZA, Francisco Felipe Gomes. Educação e controle das classes sociais. In: **IV Semana Universitária da Urca**, 2019, Iguatu, Ceará: Anais [...]. Iguatu, 2019. p. 1-4. Disponível em: http://cev.urca.br/siseventos/assets/pdf/sub_trabalhos/116-602-5410-986-vc-2019-10-08-18-51-55.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **LDB e Educação Superior: estrutura e funcionamento**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

TONEGUTTI, Cláudio Antônio. Ensino à distância no Brasil: aspectos da realidade para estudantes e docentes. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 19, n. 45, p. 61-71, 2010.

VALLE, Leonardo. Cotas para transgêneros nas universidades públicas ajudam a reverter exclusão social. **Instituto Claro**, 16 jul. 2019. Disponível em: < <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/cotas-par>



Sistema de cotas universitárias no Brasil: avançamos?

[a-transgeneros-nas-universidades-publicas-ajudam-a-reverter-exclusao-social/#:~:text=Cotas%20para%20transg%C3%AAneros%20nas%20universidades%20p%C3%ABlicas%20ajudam%20a%20reverter%20exclus%C3%A3o%20social,-%E2%80%9CIniciativa%20%C3%A9%20passo&text=As%20cotas%20s%C3%A3o%20um%20tipo,do%20acesso%20ao%20ensino%20superior.>](#). Acesso em: 24 maio 2020.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Direitos Fundamentais**: uma leitura da jurisprudência do STF. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. **Para além das cotas**: contribuições sociológicas para o estudo das ações afirmativas nas universidades brasileiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

Texto recebido em 02/11/2020 e aprovado em 12/03/2021

DOI: 10.46269/10221.597

O meu maior prazer é escrever para este blog: a textualização de si em mídias digitais enquanto um dispositivo de autoajuda para mulheres praticantes de *Dominação Feminina*¹

My greatest pleasure is writing for this blog: the textualization of the self in digital media as a self-help tool for practitioners women of Female Domination

Bruno Henrique Benichio Alves Barbosa²

Resumo: O presente relato de pesquisa tem como finalidade apresentar algumas observações oriundas de uma exploração etnográfica em *blogspots* de *Dominação Feminina*, uma categoria do BDSM. Mediante a contribuição teórica e metodológica de uma série de estudos realizados em contextos digitais, a pesquisa efetuou uma etnografia digital em três *blogspots*, tendo como objetivo compreender quais são os objetivos que as Dominadoras possuem ao se textualizarem em seus *blogs*. Distante de uma dicotomia entre o “virtual” e o “real”, visualizou-se que os *blogspots* aparecem como ferramentas que amplificam contatos com possíveis parceiros sexuais, como mecanismos de legitimação de suas sexualidades e como aparatos de um aprimoramento de si em práticas e relacionamentos de *Dominação Feminina*.

Palavras-Chave: BDSM, Mídias digitais, Etnografia digital, Gênero, Sexualidade.

Abstract: The present research report aims to present some observations from an ethnographic exploration in *Female Domination blogspots*. Through the theoretical and methodological contribution of a series of studies carried out in digital contexts, the research carried out a digital ethnography in three *blogspots*, aiming to understand what are the objectives that the *Dominators* have when they textualize themselves in their blogs. Far from a dichotomy between the “virtual” and the “real”, it was visualized that the *blogspots* appear as tools that amplify contacts with possible sexual partners, as mechanisms of legitimation of their sexualities and as devices for self-improvement in practices and relationships of *Female Domination*.

¹ Este trabalho é fruto de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo 2020/02924-9).

² Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com bolsa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). São Carlos – São Paulo - Brasil. ORCID: orcid.org/0000-0002-2351-3285. E-mail: brunohbab@estudante.ufscar.br.

Keywords: BDSM, Digital media, Digital ethnography, Gender, Sexuality.

1. Como assim nunca pode dizer o “não”? – Uma introdução ao BDSM de verdade, a Dominação Feminina e as suas prescrições de segurança³.

A sigla BDSM representa respectivamente *Bondage*, Disciplina e Dominação, Submissão e Sadismo e Masoquismo. O termo *Bondage* se refere à utilização de objetos eróticos, como cordas, algemas, mordanças, coleiras para prender, amarrar ou restringir sentidos sensoriais e movimentos. As demais palavras aludem às normas hierárquicas e às práticas fetichistas que se estabelecem entre os adeptos. Por esse ângulo, o acrônimo BDSM agrupa no seu âmago um conglomerado de performances fetichistas compostas por jogos de poder consensuais que são efetuados entre duas ou mais pessoas, sendo essas práticas classificadas em categorias singulares de acordo com as experiências específicas que são travadas entre as apreciadoras (FACCHINI, 2008; LEITE JÚNIOR, 2000).

Durante a execução de pesquisas exploratórias em contextos digitais para a confecção de um projeto de pesquisa que originou minha iniciação científica, pude constatar uma presença abundante de categorias de práticas de BDSM, sendo a *Dominação Feminina* uma delas⁴. Brevemente, essa categoria se exprime por meio de mulheres cis ou trans que assumem posições eróticas de poder em contextos de BDSM, operando atos de dominação e disciplinamento daqueles que consensualmente fantasiam se submeter às suas autoridades.

Essas mulheres se denominam mediante algumas nomenclaturas, como Rainha, Domme, Mistress, Dona, Dominadora, dentre outras. Nesse sentido, os sujeitos que se apoderam do polo passivo das práticas são intitulados como *escravos(as)*, *peças*,

³ Todas as palavras e frases grafadas em itálico durante este texto se referem às enunciações do campo de pesquisa.

⁴ A pesquisa se iniciou institucionalmente em dezembro de 2020 após a concessão de uma bolsa de Iniciação Científica (IC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo 2020/02924-9). De qualquer forma, as sondagens embrionárias nesse campo singular de pesquisa se originaram em agosto de 2019.

*brinquedos, submissos(as)*⁵. A posição de submissão pode ser encarnada tanto por homens, quanto por mulheres, sendo as práticas *Dominação Feminina* definidas precisamente através da presença de uma mulher em posição de soberania, independentemente do gênero da pessoa que esteja subjugada ao seu poder.

As práticas de *Dominação Feminina* se configuram por performances que alteram os papéis de gênero e que produzem inflexões nos parâmetros tradicionalistas e normalizadores de sexualidade e gênero, aparecendo como oportunidades novas de experimentação de si e uso dos prazeres para mulheres. De qualquer modo, a operação de tais tensões ocorre ao mesmo tempo em que se destina componentes culturais de um universo de significações considerado como “feminino” aos sujeitos dominados, transferindo para essas pessoas os portes de passividade convencionalmente destinado às mulheres em outros espaços sociais (BARBOSA, 2021).

[...], os ‘mundos’ femininos e masculinos são colocados em lados opostos, sendo o feminino subjugado ao masculino. O masoquismo e a feminização são diretamente relacionados ao fator do ‘psicológico feminino’: a feminização é uma humilhação, mesmo consentida. É um processo que já é humilhante por si só, e a depreciação do feminino, com palavras como os mencionados, efetiva uma dupla humilhação (SILVA, 2015, p. 103-104).

Nesse sentido, a *Dominação Feminina* é um fenômeno social que denota uma posituação da figura da mulher que domina, como se essas práticas representassem uma expansão das possibilidades de se assentar em caracteres de empoderamento feminino e de libertação de si frente às amarras morais e culturais. Simultaneamente, essa mesma “feminilidade” é manuseada simbolicamente para intentos de desqualificação moral e humana do sujeito que ocupa o polo passivo do elo erótico, sendo a incorporação da categoria “mulher” um pretexto de inferiorização, ridicularização e humilhação (SILVA, 2015).

⁵ A palavra Dominadora escrita nos contextos digitais com a primeira letra em maiúsculo e a escravo com o caráter inicial em minúsculo indicam a hierarquia de dominação e submissão existente entre essas pessoas.

Em geral, os adeptos do BDSM se orientam mediante alguns parâmetros rígidos de segurança expressos na tríade São, *Seguro e Consensual* (SSC) que se expressam em orientações regulamentares que devem permear as práticas de dominação e submissão estabelecidas entre duas ou mais pessoas. Essas ferramentas operam na qualidade de promover uma seguridade física e psicológica para os praticantes de uma cena de BDSM, além de atuar como uma narrativa de defesa frente às compreensões sociais que denotam essas experiências como crime e “perversão” (FACCHINI, MACHADO, 2013; SILVA, 2016; ZILLI, 2018).

Em síntese, a palavra São alude ao entendimento de que para realizar práticas de BDSM é necessário que os membros da performance erótica estejam psicologicamente estáveis, ou seja, não é recomendado participar desses cenários se o sujeito possuir algum gênero de instabilidade psicológica expressa, por exemplo, em depressão e síndrome do pânico, uma vez que se considera que essas experiências eróticas podem despertar gatilhos emocionais e engendrar sofrimentos psíquicos para pessoas que portam algumas vulnerabilidades emocionais.

O vocábulo *Seguro* é composto pela noção de que as práticas de BDSM devem impreterivelmente se permear por contextos rodeados de segurança física e psicológica para ambos os *lados do chicote*. Deste modo e em geral, os adeptos instituem imprescindivelmente como prescrição, a efetuação de estudos sobre o universo BDSM, sobre o estilo de vida dos seus apreciadores e das performances que se encontram nesse meio, visando tanto um aprimoramento nas técnicas de dominação e submissão quanto um desenvolvimento de níveis de seguridade física e psicológica para os envolvidos⁶.

A título de exemplo, o *Aftercare* é um preceito que coloca como norma o zelo da pessoa que domina em relação ao sujeito submisso após as práticas de BDSM. Nesse sentido, é recomendado o estabelecimento de um cuidado sobre o escravo posteriormente às cenas de *Dominação Feminina*, constatando se o mesmo se encontra

⁶ Hodiernamente, o acesso à pedagogia do universo BDSM é majoritariamente feito por meio das mídias digitais (MACHADO, 2017).

bem e estável e se comunicando objetivamente com o mesmo para verificar se alguma prática realizada ultrapassou seus limites psicológicos e físicos.

Em uma perspectiva similar, a *safeword* se expressa em um outro mecanismo de segurança para as pessoas que participam de uma cena BDSM. Caracterizando-se por uma palavra ou por um gesto acordado entre o elo erótico anteriormente a efetuação das práticas, essa ferramenta indica a necessidade de cessar o contexto de dominação no momento em que as práticas estiverem extrapolando as limitações do *submisso*.

A palavra *Consensual* diz respeito à compreensão de que todas as práticas de BDSM só podem ser estabelecidas se ambos os praticantes consensualmente aceitarem participar delas, ou seja, qualquer experiência fetichista nesse âmbito deve ser permeada por uma consensualidade robusta firmada entre àqueles que desejam se inserir nos âmbitos eróticos de dominação e submissão. Deste modo, qualquer contexto que esteja fora da tríade SSC é comumente repudiado pelos adeptos ao meio BDSM, sendo prontamente negada por aqueles que advogam a validade do BDSM de verdade, ou seja, aqueles que consideram a relevância e a indispensabilidade do trio São, *Seguro e Consensual* (FACCHINI, MACHADO, 2013; ZILLI, 2018).

2. Das mídias impressas para as digitais: o desenvolvimento da comunidade BDSM no Brasil

No início dos anos 1980, a redemocratização brasileira se estabeleceu conjuntamente ao surgimento de movimentos sociais e identitários brasileiros que contestaram o regime militar, reivindicando suas pautas ligadas à liberdade de expressão e relacionadas aos direitos civis, políticos e sociais. Nesse período, apesar da inexistência de uma comunidade BDSM⁷ geograficamente delimitada, adjunto a essas inquietações

⁷ É importante destacar que “comunidade BDSM” é um termo êmico que não necessariamente alude à um conjunto de praticantes geograficamente delimitados e que igualmente não possui conexões com questões identitárias. Deste modo, essa expressão é utilizada pelas adeptas para sinalizar o segmento de sujeitos que se identificam com práticas não convencionais de prazer e que executam empreendimentos coletivos

políticas, alguns expoentes importantes do meio, como Glauco Mattoso e Wilma Azevedo iniciaram uma produção literária erótica sobre sadomasoquismo, dado a influência de leituras e contatos com grupos fetichistas estrangeiros⁸ (LEITE JÚNIOR, 2000; MACHADO, 2017).

Anteriormente ao advento e expansão comercial da internet no final dos anos 1990, havia uma dificuldade de organização de encontros, trocas de informações sobre práticas e desejos entre os adeptos desse universo fetichista. Em geral, as buscas por pessoas com os mesmos prazeres eram feitas através de anúncios em revistas pornográficas. Nesse período, os saberes sobre as práticas estavam presentes na literatura erótica de Glauco Mattoso e Wilma Azevedo, que são influências na comunidade até hoje (MACHADO, 2017).

No início dos anos 1990, os praticantes de BDSM começaram a se aglutinar em pequenas reuniões e encontros na cidade de São Paulo. Paulatinamente, os primeiros bares e casas noturnas foram criados para viabilizar o encontro dos apreciadores, a realização dos seus desejos e a criação de espaços de compartilhamento e difusão de saberes sobre suas práticas fetichistas⁹ (FACCHINI 2008, LEITE JÚNIOR 2000).

Ainda que com um recorte de classe expresso em lidar com os custos de aparelhos eletrônicos e conexão à internet, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, período de expansão da internet comercial, as mídias digitais passaram a contornar o cotidiano de muitos grupos sociais tradicionalmente deslegitimados por discursos e instituições de poder. Por exemplo, os homossexuais passaram a utilizar as

de auxílios expressos em cuidado, informação e posituação dos seus estilos de vida (FACCHINI, 2008; FACCHINI, MACHADO, 2013; ZILLI, 2018).

⁸ No tocante à relevância do trabalho de Glauco Mattoso para o BDSM e para contestações ao regime militar, consultar Machado (2017).

⁹ Conforme Facchini (2008), os primeiros encontros foram realizados na década de 1990 pelo grupo SoMos. Os sujeitos que administravam essa comunidade foram demasiadamente relevantes para o início da difusão de práticas e saberes do universo BDSM no Brasil.

mídias digitais para possibilitar encontros e estabelecer contatos com outros homens com desejos semelhantes¹⁰ (MISKOLCI, 2017).

Os adeptos do BDSM começaram a fazer parte do universo digital nessa mesma época, compartilhando informações sobre sua comunidade, divulgando os cuidados sobre as práticas e procurando edificar a legitimação de suas subjetividades e comportamentos historicamente condenados pelos discursos de normatização do corpo focados na reprodução heterossexual e monogâmica (FACCHINI, MACHADO, 2013; RUBIN, 2017; ZILLI, 2018).

Sendo assim, a internet possibilita a construção de canais e redes de sociabilidade entre praticantes de BDSM. De qualquer maneira, essas pessoas ainda convivem com os efeitos dos regimes de poder que baseiam a performance social e sexual do corpo, de acordo com parâmetros normativos sobre uma coerência de sexo, gênero e desejo (RUBIN, 2017; ZILLI, 2018).

Ainda que não haja contemporaneamente um consenso da psiquiatria sobre a patologização das práticas de BDSM e nas últimas edições o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) da Associação Americana de Psiquiatria tenha se configurado de maneira distinta no tocante à psiquiatrização integral do BDSM (SILVA, 2016; ZILLI, 2018), os impactos da narrativa médica ainda circundam outras inteligibilidades sociais e culturais sobre o BDSM, fazendo com que os praticantes executem tentativas frequentes de afastamento de suas experiências eróticas da doença e da “perversão”¹¹ (FACCHINI, MACHADO, 2013; ZILLI, 2018).

¹⁰ Miskolci (2017) demonstra que as mídias digitais são estrategicamente utilizadas por homens que fazem sexo com homens dado que elas propiciam uma discricção sobre seus desejos e proporcionam a manutenção de uma vida social heterossexual de fachada para familiares e amigos.

¹¹ As discussões sobre a presença de preconceitos que preterem as práticas eróticas do BDSM são prontamente encontradas em publicações em páginas e fóruns na internet. O maior destaque é destinado a uma defesa em relação ao discurso psiquiátrico. É curioso visualizar que esse empreendimento é historicamente realizado por meio de um debate intenso com a psicologia e a psiquiatria na internet, eventos e workshops em casas noturnas de BDSM. Embora não seja um consenso, frequentemente os praticantes consomem empréstimos da própria linguagem médica, utilizando-a a seu favor e usufruindo do seu caráter de discurso de verdade para (des)identificar suas condutas eróticas em relação a transtornos mentais (FACCHINI, 2008; ZILLI, 2018).

Além disso, a reverberação da complexa linguagem médica ecoa sobre a produção de outros saberes, engendrando a desaprovação do BDSM sobre o prisma de variadas instâncias socioculturais, certificando a perpetuação de impasses à liberdade de expressão desse gênero de prazer e levando essas pessoas às estratégias de anonimato e discrição sobre suas práticas e estilos de vida (FACCHINI, MACHADO, 2013; MACHADO, 2017; RUBIN, 2017). Desta forma, a comunidade BDSM empreende variados esforços para lidar com os efeitos das narrativas de poder, construindo estratégias de inversão dos saberes normativos e fabricando saberes localizados em suas redes de sociabilidade, sobretudo, na internet (FACCHINI, MACHADO, 2013; ZILLI, 2018).

Descrito esse contexto, pode-se constatar que o uso das mídias digitais pelos praticantes de BDSM não se caracteriza por um acontecimento ocasional que desapareceu ao passar das décadas, tendo em vista que esses contextos digitais exibem visível centralidade na vida dos praticantes, como pude visualizar em pesquisas exploratórias feitas no *Facebook*, em outras plataformas *Bloggers*, como *Wordpress* e *Tumblr* e igualmente em um grupo no *Whatsapp* que se intitula como o oficial de BDSM no Brasil e que possui mais de 300 membros.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi o de analisar a *Dominação Feminina* por meio de uma etnografia digital em três *blogspots*, analisando quais são as práticas eróticas que estão conectadas às performances de gênero e sexualidade dessa categoria de BDSM. De qualquer forma, a finalidade deste texto consiste em apresentar algumas constatações gerais oriundas do objetivo específico da pesquisa que se expressou em explorar as finalidades que as praticantes de *Dominação Feminina* empregam sobre os usos de *blogs* para efetuar uma publicização e textualização de si.

3. Materiais e métodos

Para analisar as práticas de *Dominação Feminina*, mobilizei como referencial teórico Butler (2019) e Foucault (2017; 2018) que compreendem que as sexualidades

dissidentes não estão antes ou depois do poder, tampouco fora dele. Deste modo, explorei essa categoria do BDSM através de uma ótica analítica que me permite visualizar simultaneamente o modo como essas sexualidades dissidentes podem promover inflexões sobre sistemas normativos fundamentados em uma coerência entre sexo, gênero e desejo, ao mesmo tempo em que absorvem empréstimos da díade passivo e ativo e de inúmeros outros componentes normalizadores advindos do dispositivo da sexualidade.

Para contemplar o objetivo específico de compreender as finalidades que as praticantes de *Dominação Feminina* procuram na criação e manuseio contínuo de blogspots nos contextos digitais, me baseei teoricamente e metodologicamente em pesquisadoras e pesquisadores como Dutton (2013), Hine (2015), Horst e Miller (2012) e Miller et al. (2019), expoentes que me auxiliaram a engendrar uma etnografia digital que procurou entender: quem são as mulheres que utilizam essas mídias digitais sobre uma perspectiva interseccional dos marcadores sociais da diferença; o porquê da manipulação desses contextos de um modo específico, refletindo-se principalmente sobre discursos de poder no entorno do BDSM e sobre delineamentos culturais, urbanos e morais que circundam as praticantes e os objetivos que implicam o emprego dos *blogs* em suas vidas cotidianas.

Os materiais fundamentais para alcançar os objetivos dessa pesquisa foram três *blogspots*. Dois deles são de autoria de *Dominadoras* e um deles criado e mantido por uma escrava. Esses blogs são repletos de imagens e textos que trazem: informações explícitas sobre as práticas de *Dominação Feminina*, incluindo fotos das sessões e descrição sobre as dinâmicas que estiveram presentes no momento, textos de autoajuda expressos em sugestões e conselhos sobre o universo BDSM para iniciantes nesse meio, além da exposição de cuidados que devem rondar essas práticas e a indispensabilidade da consensualidade para vivenciá-las.

Os *blogs* foram escolhidos considerando a quantidade semanal de postagens e a abundância qualitativa de informações acerca da *Dominação Feminina*. A coleta dos

dados foi feita durante 14 dias de trabalho de campo, nos quais foram colhidas cerca de 70 publicações em cada um dos três blogs e as registrei em um caderno de campo para uma posterior análise baseada nos aparatos teóricos e metodológicos que permeiam a pesquisa. Além disso, foram realizadas algumas entrevistas com as praticantes de *Dominação Feminina* por intermédio de plataformas online de comunicação síncrona, como *Google Hangouts* e *Messenger*.

Ao longo da realização da pesquisa, destaco que foi preciso considerar alguns parâmetros éticos para lidar com os dados das *Dominadoras*. Sendo assim, baseando-se no documento *Internet Research: Ethical Guidelines 3.0*. (ASSOCIATION OF INTERNET RESEARCHERS, 2020), decidi inserir nomes fictícios às colaboradoras de pesquisa, assim como editar textualmente os relatos publicados nos *blogspots* que fossem ser utilizados para textos oriundos da pesquisa, pois, se transcritos diretamente, podem ser encontrados por pessoas más intencionadas em mecanismos de busca *online*, como o da empresa *Google*.

4. Os escravos que brotam, as mulheres empoderadas e a escrita que recupera o tesão: os objetivos que rondam os usos de blogspots de Dominação Feminina

Fundamentando-se nas reflexões teóricas e metodológicas de Miller e Horst (2015) sobre pesquisas em contextos digitais, tive como foco a aplicação de um relativismo etnográfico que insere a perspectiva de que não existe um uso universal e homogêneo da internet e de suas tecnologias, uma vez que de acordo com as regiões geográficas, com as diferenças expressas em classe, gênero, sexualidade, raça, isto é, conforme o grupos de pessoas e os contextos políticos e culturais que as permeiam, se estabelecem usos distintos das mídias digitais (MILLER et al., 2019).

Ademais, esses expoentes igualmente me auxiliaram a refletir sobre a necessidade de se orientar mediante um holismo etnográfico que visa compreender os

fenômenos digitais para além dos seus contextos mediados pela conexão da internet, o que indica que foi necessário refletir sobre uma miríade de fatores que estão para além das mídias digitais e que rondam as praticantes de BDSM, como delineamentos urbanos, moralidades e sistemas normativos.

Destaco que ainda que seja possível estabelecermos padrões de usos nos contextos digitais, tendo em vista que a arquitetura digital induz os nossos manuseios de alguma forma, não é oportuno generalizarmos as formas pelas quais as pessoas se munem dessas tecnologias, dado os usos particulares e os significados subjetivos impressos à essas mídias que podem ser influenciados de acordo com cada país, regiões, cidades, grupos, indivíduos e diferenças (MILLER, et al., 2019; MILLER, SLATER, 2004).

Como exposto anteriormente, a ausência de mecanismos digitais que intensificam e facilitam atualmente o acesso às informações da comunidade BDSM, e a escassa presença de localidades especializadas para a efetuação de práticas, geravam alguns impasses para processos de subjetivação, reconhecimento de si e para o encontro com pessoas compostas por fantasias semelhantes.

Desta maneira, as mídias digitais, sejam elas, *blogspots* ou páginas e perfis em redes sociais como o *Facebook* e o *Instagram*, viabilizam o acesso dessas pessoas aos saberes, aos possíveis parceiros e aos discursos de posituação do BDSM, sobretudo quando refletimos sobre as localizações geográficas em que alguns praticantes se inserem, essas que, por exemplo, interioranas, não possuem casas noturnas voltadas para o público BDSM ou mesmo festas organizadas pelos praticantes locais. Os locais de entretenimento noturno ou festas privadas organizadas pelo público BDSM se encontram em capitais brasileiras ou em cidades de grande porte, sendo escasso espaços físicos viáveis para encontros e estabelecimento de sociabilidades em cidades médias e pequenas do interior do Brasil¹².

¹² Ressalto que ainda que em cidades grandes haja a existência de espaços para praticantes de BDSM, isso não indica automaticamente que as pessoas frequentarão esses âmbitos, considerando-se por exemplo, questões de classe expressas em lidar com os custos de ingressos de entrada em casas noturnas de BDSM.

Ademais, quando ponderamos sobre as diferenças expressas em desigualdades de gênero e sexualidade, vislumbramos que ao veicular possibilidades de anonimato e discrição, as interfaces digitais são estrategicamente utilizadas por essas pessoas, que por estarem muitas vezes inseridas em atmosferas culturais, morais e urbanas que preteririam o BDSM, encontram nas mídias digitais possibilidades de ressignificarem as narrativas deletérias que as permeiam, ampliando o repertório de parceiros sexuais e positivando suas expressões eróticas historicamente repreendidas por discursos de patologização do corpo e da mente.

Considerando-se as localidades urbanas em que se residem ou transitam, duas colaboradoras de pesquisa creditam nos seus *blogs* a possibilidade de encontrar novos parceiros para práticas de *Dominação Feminina*. Nesse sentido, a publicização e a textualização de si nos *blogs* possui como uma das finalidades auferir novos candidatos a escravos, nas palavras da informante: “[...] eu não preciso ir atrás de novos brinquedos, pois com o blog, eles simplesmente brotam” (Relato de entrevista realizada em fevereiro de 2021). Sendo assim, um dos objetivos dos usos de *blogspots* se assentam num horizonte aspiracional de conhecer novas pessoas do meio BDSM em regiões geográficas ausentes de espaços voltados para o público e em territórios culturais que inviabilizam a livre expressão desse desejo em público. Os *blogspots* igualmente são mobilizados como mecanismos estratégicos de negociação com saberes hegemônicos que em algum nível preterem o BDSM. Nessa lógica, ao produzir textos e relatos configurados por uma legitimação dessas práticas, as *Dominadoras* proliferam numerosos aparatos de subjetivação para sujeitos curiosos ou iniciantes no meio BDSM. No relato de uma *Dominadora*: “Eu ofereço muito ao feminismo: mulheres poderosas e empoderadas e homens castos e obedientes” (Publicação coletada e transcrita em janeiro de 2021)¹³.

¹³ Por questões éticas apresentadas no tópico anterior, todos os trechos de relatos publicados digitalmente apresentados neste texto são modificados sem perderem seus sentidos originais, considerando-se a indispensabilidade de manter o anonimato sobre as identidades reais das mulheres que participaram deste trabalho

Nas palavras de uma colaboradora de pesquisa que é uma escrava e que possui um relacionamento com uma Rainha:

[...] tenho o blog para relatar o que estou sentindo e mostrar um pouco do que eu vivo, com isto posso ajudar várias pessoas que são o que um dia eu fui e que sonham e que têm o desejo de ler histórias verdadeiras para se identificarem (Publicação coletada e transcrita em janeiro de 2021).

Como essa informante relata em algumas publicações e também durante uma entrevista, o principal objetivo do seu *blog* é: “[...] mostrar para pessoas com desejos similares aos meus que é possível chegar onde eu cheguei” (Publicação coletada e transcrita em janeiro de 2021). Essa e outras colaboradoras de pesquisa aspiram que mediante suas publicações positivadas sobre as práticas de *Dominação Feminina* e o estilo de vida BDSM, elas podem auxiliar outras pessoas com histórias de vida similares, fazendo-as se reconhecerem e se aceitarem como uma *Dominadora* ou como um escravo.

[...] eu daria a minha vida para ler um blog assim antes de ter minha Dona e ser uma escrava. Com os relatos podemos simplesmente sonhar e ver que é possível, ou viver o que não temos coragem ou não conseguimos por diversos motivos (Publicação coletada e transcrita em janeiro de 2021).

Conforme Facioli e Miskolci (2015), as mídias digitais podem propiciar âmbitos de ressignificações de experiências de subalternidade, engendrando contextos em que se produzem possibilidades de negociação com os discursos de poder, nos quais os sujeitos compartilham suas angústias e dilemas expressos contradições morais e culturais e consequentemente criam substratos de autoajuda¹⁴. Ao refletir sobre os best-sellers e os elementos da cultura da autoajuda que se estabelecem em mídias impressas e digitais, Illouz (2014) constata que:

¹⁴ Tal afirmação não sinaliza que as narrativas presentes nas interfaces digitais estejam ausentes de compreensões sociais generificadas, como demonstram Facioli (2013) e Prado (2015), justamente porque os contextos digitais não são configurações autocontidas em relação aos aspectos culturais e as relações de poder que se estabelecem para além da internet.

A autoajuda não é apenas um segmento do mercado; ela incorpora uma forma de cultura sem precedentes, ou seja, uma nova forma de o indivíduo se conectar com a sociedade. Visto que a modernidade envolve grande incerteza quanto ao valor pessoal e também quanto às normas e critérios morais que devem guiar os relacionamentos, a autoajuda torna-se um dos principais caminhos percorridos para moldar a própria individualidade (2014, p. 101, tradução minha¹⁵).

Illouz (2014) ressalta que vivemos em um cenário contemporâneo permeado de incertezas no campo das emoções e dos relacionamentos afetivos. Por esse ângulo, fundamentando-se no trabalho de Illouz, Gaiad (2019, p. 33) aponta que:

A autonomia individual, portanto, exposta aos diversos riscos que atormentam o indivíduo na sociedade de alta performance, encontra no mercado emocional uma diversidade de ideais sobre saúde mental e bem-estar psíquico, bem como fórmulas para a construção de um eu 'positivo' de elevada autoestima, produtivo e performático.

Os *blogspots* abordados nesta etnografia possuem uma atmosfera de autoajuda uma vez que por meio de numerosas publicações, as mulheres empreendem tentativas de proporcionar aparatos de auxílio emocional para praticantes de *Dominação Feminina* e para adeptos do BDSM em geral, fornecendo sugestões e dicas para se aprimorar nesse meio, e igualmente, nas palavras das colaboradoras para se *empoderar*¹⁶.

Essa dimensão de autoajuda destinada para aqueles que leem o *blog* se estende para as próprias autoras, ao passo que as mesmas relatam que ao escrever e reler as publicações, elas auferem emoções assentadas em liberdade e felicidade. Na narrativa de uma participante da pesquisa, o seu *blog* seria um ambiente no qual ela poderia: “[...], extravasar e desabafar sem filtros morais, pois não é qualquer lugar que dá para falar de

¹⁵ Original: “Le self-help n’est pas seulement un segment du marché; il incarne une modalité inédite de la culture, c’est-à-dire une nouvelle manière pour l’individu de se connecter à la société. Parce que la modernité implique une incertitude considérable à l’égard de sa valeur personnelle comme à l’égard des normes et des critères moraux qui devraient guider les relations, le self-help devient l’une des principales voies que l’on emprunte pour modeler sa propre individualité”.

¹⁶ A perspectiva de empoderamento feminino é empregada tanto para as *Dominadoras*, quanto para as escravas e escravos. Ainda que ser submissa ou submisso denote um cenário de inferioridade, as pessoas que ocupam esse polo frequentemente se relatam como empoderadas.

BDSM” (Relato de entrevista realizada em fevereiro de 2021). De modo similar, outra Dominadora narra que: “[...], o meu maior prazer é escrever para este blog, eu ajudo vocês e também me ajudo (Publicação coletada e transcrita em janeiro de 2021).”

Ademais, em suas narrativas, a escrita e a releitura das publicações para os *blogspots* promovem uma rememoração das experiências eróticas que propicia um tesão ao lembrar das performances de dominação e submissão e que fornece uma possibilidade de se aprimorarem em suas práticas de Dominação Feminina. Nos termos de uma colaboradora: “[...] o *blog* auxilia na correção dos erros do passado, ajuda na visualização das imperfeições e dos acertos para melhorar cada dia mais” (Publicação coletada e transcrita em janeiro de 2021). Tal afirmação corrobora com as observações de Illouz (2011) sobre a textualização de si nas mídias digitais:

Aprisionados na escrita, os sentimentos tornam-se objetos a serem observados e manipulados. A escrita afetiva faz o indivíduo desligar-se do caráter fluido e não reflexivo da experiência e transforma a experiência afetiva em palavras emocionais e num conjunto de entidades observáveis e manipuláveis (p. 51).

Deste modo, as orientações e sugestões pedagógicas dirigidas para os leitores ao longo de suas publicações também atuam como direções estratégicas para suas próprias experiências futuras de *Dominação Feminina*. Nesse sentido:

[...], a autoajuda proporciona prazer porque se situa na interface entre a realidade e a fantasia. Ela contém as instruções implícitas ou não com as quais os leitores podem enfrentar seus dilemas, tornando a leitura um ato performativo e essa performatividade é uma fonte de prazer, porque transpõe a fantasia em realidade. [...]. É essa crença que forma o cerne da cultura de autoajuda. A fantasia que a cultura da autoajuda encena é a de um ego que se autogera e se molda (ILLOUZ, 2014, p. 39, tradução minha¹⁷).

¹⁷ Original: [...], le self-help procure du plaisir parce qu’il se situe à l’interface de la réalité et du fantasme. Il contient des instructions (explicites ou cachées) à l’aide desquelles les lectrices peuvent venir à bout de leurs dilemmes, et fait ainsi de la lecture un acte performatif – et cette performativité est une source de plaisir, car elle transpose le fantasme dans la réalité. [...]. C’est cette croyance qui constitue le coeur de la culture du self-help. Le fantasme que la culture du self-help met en scène est celui d’un moi qui s’auto-génère et qui se façonne lui-même.



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

5. Considerações finais

De modo geral, a pesquisa aponta que as mídias digitais são ferramentas centrais na vida das praticantes *Dominação Feminina*, sendo esses âmbitos fomentadores de uma cultura digital insurgente que busca a promoção da positivação de suas expressões sexuais e estilos de vida. Tais constatações apontam para a existência de discursos de poder assentados em numerosas epistemologias de normatização de corpos e prazeres que permeiam a vida dessas mulheres e que as induzem ao manuseio de mídias digitais para a expansão e para a ressignificação das possibilidades de si.

Referências

ASSOCIATION OF INTERNET RESEARCHERS. **Internet Research: Ethical Guidelines 3.0.**, 2020. Disponível em: <https://aoir.org/reports/ethics3.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BARBOSA, Bruno Henrique Benichio. **Entre o prazer e a dor: uma etnografia em contextos digitais de Dominação Feminina.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Sociologia), São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 2019.

DUTTON, William. Internet Studies: the foundations of a transformative field. In: DUTTON, W. (ed.). **The Oxford Handbook of Internet Studies.** London: Oxford University Press, 2013. Disponível em: <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199589074.001.0001/oxfordhb-9780199589074-e-1>. Acesso em: 17 abr. 2023.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo.** 2008. 323f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2008.



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

FACCHINI, Regina; MACHADO, Sarah Rossetti. Praticamos SM, repudiamos agressão: classificações, redes e organização comunitária em torno do BDSM, no contexto brasileiro. *Revista Sexualidade, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 195-228, 2013.

FACIOLI, Lara Roberta Rodrigues. **Conectadas**: uma análise de práticas de ajuda-mútua feminina na era das Mídias Digitais. Dissertação (Mestrado em Sociologia): São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2013.

FACIOLI, Lara Roberta Rodrigues; MISKOLCI, Richard. **Conectadas**: experiência de subalternidade e ajuda-mútua feminina online entre mulheres de classes populares. *Mediações*, v. 20, n. 2, p. 129-159, jul./dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GAIAD, Maraisa Gardinali. **A sociologia das emoções em Eva Illouz**: o fenômeno da literatura de autoajuda. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Araraquara: Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, 2019.

HINE, Christine. **Ethnography for the internet**: Embedded, Embodied and Everyday. Londres: Bloomsbury Academic Publishing, 2015.

HORST, Heather A.; MILLER, Daniel. **Digital anthropology**. Londres: Berg, 2012.

ILLOUZ, Eva. **Hard romance**: Cinquante nuances de Grey et nous. France: Seuil, 2014.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **A cultura S&M**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, 2000.

MACHADO, Sarah Rossetti. **De transtornos, tormentos e delícias**: atores, redes e disputas de sentidos em torno do sadomasoquismo no Brasil (1980-2014). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Campinas: Universidade Estadual de Cmapinas - UNICAMP, 2017.

MILLER, Daniel; et al. **Como o mundo mudou as mídias sociais**. Londres: UCL Press, 2019.



Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

MILLER, Daniel; HORST, Heather. A. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. **Parágrafo**, v. 2, n. 3, p. 91-111, 2015.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, ano 10, n. 21, p. 41-65, 2004.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais**: Uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. São Paulo: Editora Autêntica, 2017.

PRADO, Juliana do. **Dos consultórios sentimentais à rede**: apoio emocional pelas mídias digitais. Tese (Doutorado em Sociologia), São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2015.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: RUBIN, G. (org.). **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

Texto recebido em 08/11/2021 e aprovado em 23/02/2022

DOI: 10.46269/10221.758



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

Cyberactivism of Black Feminists on social network Instagram

Nadine Matias Bovet¹

Renato Victor Lira Brito²

Karine Danielle da Costa Lira³

Resumo: O presente artigo discute como o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) tem contribuído para a mudança e o consequente fortalecimento de Movimentos Sociais no Brasil como o Feminismo Negro. Argumentamos que isso ocorre pelas seguintes vias: 1) a alta taxa de penetração na Internet dá maior visibilidade para ciberativistas; 2) as redes sociais passaram a ambientar trocas de experiências e apoio mútuo; e 3) as informações dispostas na Internet representam um potencial considerável no que concerne ao didatismo sobre a temática. Metodologicamente, esta pesquisa utiliza a abordagem qualitativa, com enfoque na análise exploratória do assunto, consistindo a sua contribuição em um levantamento bibliográfico e documental acerca do tema, além da análise de páginas na rede social Instagram.

Palavras -Chave: Ciberativismo brasileiro. Feminismo Negro. Internet. Instagram.

Abstract: This article discusses how the advent of Information and Communication Technologies (ICT's) has contributed to the change and consequent strengthening of Social Movements in Brazil such as Black Feminism. We argue that this occurs in the following ways: 1) the high penetration rate on the Internet gives cyber activists greater visibility; 2) social networks began to provide an atmosphere for exchanges of experiences and mutual support; and 3) the information available on the Internet represents considerable potential in terms of didacticism on the subject. Methodologically, this research uses a qualitative approach, focusing on the exploratory analysis of the subject, consisting of its contribution in a bibliographic and documentary

¹ Especialista em Educação, Cultura e Diversidade (UNIASSELVI). Especialista em Políticas e Gestão em Serviço Social (UNIASSELVI). Cabo de Santo Agostinho - Pernambuco - Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9094-0642>. E-mail: nadinebovet@gmail.com.

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife - Pernambuco - Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6012-8469>. E-mail: renato.lirabrito@ufpe.br.

³ Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Paulo Afonso - Bahia - Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8177-1733>. E-mail: karine.lira@ufpe.br.



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

survey on the subject, in addition to the analysis of pages on the social network Instagram.

Keywords: Brazilian cyberactivism. Black Feminism. Internet. Instagram.



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

1. Introdução

A humanidade vive em constantes processos de mudanças, e um dos fatores que possibilitam tal feito é o desenvolvimento de novas tecnologias. Nesse sentido, o presente estudo busca discutir como as ferramentas da Internet e Redes Sociais têm transformado as relações entre os sujeitos, com o exemplo empírico de postagens no Instagram. Enfatizamos, com isso, o debate sobre o ativismo digital nas últimas décadas.

Com este trabalho, objetivamos apresentar um prospecto da relação entre ciberativismo, feminismo negro e as novas formas de relações humanas no Brasil com o advento das redes sociais. Como objetivos específicos, buscamos: a) descrever o contexto da Internet no Brasil; b) debater as problemáticas emergentes no espaço cibernético; c) apresentar a história recente de movimentos sociais no país; d) abordar algumas das principais contribuições da expectativa teórica em relação ao feminismo negro; e e) analisar exemplos empíricos da atuação de ciberativistas.

Metodologicamente, esta pesquisa possui teor qualitativo, estando direcionada para uma análise exploratória do assunto, com o intuito de identificar as principais fronteiras envolvendo o objeto de pesquisa e proporcionar uma síntese interdisciplinar entre temas debatidos nas mais diversas áreas. Inicialmente, apresentamos a discussão a respeito dos expoentes da literatura e discorremos sobre os levantamentos quantitativos realizados por instituições de renome no Brasil. A partir dessa confluência entre expectativa teórica e informações empíricas, estabelecemos o debate específico sobre o ciberativismo do feminismo negro no país e as possibilidades de abordagem da temática. O último recurso metodológico é a aplicação empírica para o estudo de dois casos de postagens de ciberativistas na rede social Instagram.

Na próxima seção, discutiremos brevemente como se originou a Internet no Brasil e como a sua utilização teve um crescimento intensificado nos últimos anos, conforme dados estatísticos divulgados. Descrevemos, em seguida, como os indivíduos vêm utilizando a Internet para comunicação, dando margem para apresentarmos as redes sociais mais utilizadas no país e um exemplo de fator problemático sobre o



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

comportamento em redes sociais, que é o discurso de ódio. Complementamos a seção discorrendo sobre conceitos inerentes à temática do ativismo digital, destacando as categorias apresentadas por Vegh (2003) e a sua origem no Brasil.

Por conseguinte, a segunda parte busca apresentar o que são os denominados “novos movimentos sociais”, historicizando brevemente o percurso do feminismo no país, que teve o seu surgimento associado a uma participação social majoritariamente branca, com um distanciamento das mulheres negras da luta por não serem representadas dentro do grupo. Diante desse contexto, as feministas negras, então, passaram a construir seus próprios espaços dentro do movimento, aparecendo como referências nesse estudo Sueli Carneiro (2011), Lélia Gonzalez (1988) e Kimberlé Crenshaw (2002), que abordaram assuntos como os exemplificados: interseccionalidade e “enegrecer” o feminismo. Dessa maneira, apresentamos essas contribuições indicando a sua importância dentro da construção do ciberativismo no feminismo negro brasileiro.

A síntese da pesquisa ocorre com uma análise do discurso de duas postagens feitas por ativistas digitais e representantes do feminismo negro, aprofundando os debates com os referenciais teóricos que abrangem as temáticas expostas, tais como: racismo recreativo, escravidão, branquitude e a solidão da mulher negra. Por fim, discorreremos sobre os principais resultados e apresentamos as considerações finais.

2. Internet, Redes Sociais e Ciberativismo

A implementação da Internet no Brasil, que teve início na década de 1990, foi direcionada inicialmente ao contexto acadêmico no âmbito das universidades, centros de pesquisa e órgãos governamentais localizados nas principais capitais do país. Apesar da restrição ao seu uso, o poder estatal possuía interesse em investir no seu desenvolvimento para a comercialização no setor de telecomunicações, iniciando uma grande disputa para garantir os direitos de acesso à rede no Brasil.

Embora os avanços tecnológicos e o surgimento da Internet em território brasileiro tenham completado cerca de trinta anos, a utilização desses recursos



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

apresentou um crescimento exponencial nos últimos anos⁴, conforme dados da TIC Domicílios (2020), com o estudo realizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.BR):

Quadro 1 - Usuários de Internet, porcentagem por área

Área/Ano	2018	2019	2020
Urbana	74%	77%	83%
Rural	49%	53%	70%
Total	70%	74%	87%

Fonte: Elaboração dos autores com informações da Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2020.

Segundo o levantamento realizado, representado no Quadro 1, o uso da Internet cresceu consideravelmente no ano de 2020, passando a alcançar 87% (oitenta e sete por cento) da população, o que corresponde a 152 milhões de pessoas conectadas. Vale ressaltar, principalmente, o aumento do número de usuários da área rural entre os anos de 2019 e 2020. Esse fenômeno possui uma relação discreta com a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que demandou o isolamento social e fez com que houvesse a necessidade da maior conectividade para que determinadas atividades, antes presenciais, passassem para a esfera virtual, à distância.

Dentre as atividades realizadas por meio da Internet, a TIC Domicílios (2020) apresentou duas categorias: Informações e Serviços, e Comunicação, sendo a segunda nosso foco para estudo:

Quadro 2 - Atividades realizadas na Internet

⁴ De acordo com o Ministério das Comunicações, em 2021, o Brasil ocupou o 5º lugar no ranking de países com população online, além de ser o terceiro país no mundo a utilizar diariamente a Internet.



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

Tipos de comunicação/Ano	2018	2019	2020
Envio de mensagens instantâneas	92%	92%	93%
Conversas por chamada de voz ou vídeo	70%	73%	80%
Uso de redes sociais	75%	76%	72%

Fonte: Elaboração dos autores com informações da Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2020.

De acordo com a referida pesquisa, a utilização da Internet no âmbito da comunicação se dividiu em: envio de mensagens instantâneas - 93% (noventa e três por cento); conversas através de chamadas de voz e vídeo - 80% (oitenta por cento); e uso de redes sociais, de 2019 para 2020, houve uma redução de 4% (quatro por cento). Apesar da redução em números da população ao tratar das redes sociais, o Brasil, no ano de 2021, ficou em terceiro lugar no ranking mundial dos países que fazem uso das plataformas digitais, com uma média diária de 3 horas e 42 minutos, estando atrás apenas das Filipinas e da Colômbia.

Entre as cinco redes mais utilizadas pelos internautas brasileiros em 2021, exemplificamos:

Quadro 3 - Redes Sociais no Brasil

Rede Social	Posição	Funções	Número de Usuários
Facebook	1º	Conversar, participar de grupos, compartilhar mensagens, links, vídeos e fotografias, divulgar serviços ou produtos para venda.	130 milhões
YouTube	2º	Assistir, carregar e compartilhar vídeos em formato digital.	127 milhões



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

WhatsApp	3°	Realizar chamadas de voz e videochamadas; conversar por mensagens; compartilhar documentos, vídeos, imagens e textos, efetuar pagamentos.	120 milhões
Instagram	4°	Compartilhar fotos e vídeos, conversar por mensagens, comentar/interagir em publicações dos perfis.	110 milhões
Facebook Messenger	5°	Conversar por mensagens de texto; compartilhar fotos, vídeos e mensagens de voz.	77 milhões

Fonte: Elaboração dos autores com informações disponíveis no site Resultados Digitais.

Essas plataformas são alguns dos exemplos de facilitadoras para as conexões entre os sujeitos ou grupos, que possuem a necessidade de se relacionarem uns com os outros, buscando dentro das redes sociais uma identificação das ideias, de modo a se sentirem fazendo parte de algo. Como Ciribeli e Paiva (2011) destacam:

O sucesso das redes sociais na internet dá-se pela liberdade de expressão e realidade dos conteúdos postados. Por não estarem cara a cara, há uma entrega maior dos usuários quanto à exposição de seus sentimentos e opiniões que são postados e discutidos na rede. São muitos os benefícios de se relacionar na internet, porém deve-se ter cuidado com a segurança pessoal. A rede também está repleta de pessoas mal-intencionadas que cometem cyberbullying, ou seja, intimidação pessoal. Comunidades e perfis falsos, blogs anônimos são algumas das formas encontradas pelos agressores virtuais para atacar suas vítimas. Portanto, é essencial buscar saber quem realmente são os amigos antes de adicioná-los na rede de contatos (CIRIBELI; PAIVA, 2011, p. 65).

Vale ressaltar que as redes sociais, relacionadas a outros fenômenos complexos da sociedade, apresentam qualidades positivas e negativas. Integrando essa última categoria, o discurso de ódio, que também inclui o cyberbullying, pode ser entendido como qualquer expressão de intolerância, violência ou estigmatização de grupos/pessoas, podendo ser devido à raça, condição socioeconômica, religião, sexualidade, características físicas, nacionalidade, ideais políticos, entre outros.



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

Nota-se que uma grande maioria dos indivíduos que cometem tal ação se utilizam do termo “liberdade de expressão” na tentativa de justificar os próprios atos. Embora a liberdade de expressão esteja prevista na Constituição Federal de 1988 como direito de cada sujeito, existe um limite no que concerne a perpetuação de ódio e discriminação, o qual diversas vezes são maquiadas e chamadas de “opinião”, causa um ataque diretamente aos Direitos Humanos.

Para Quadrado e Ferreira (2020, p. 422), “este tipo de discurso realiza-se pautado em estereótipos e estigmas sociais como se fosse uma disputa na qual quanto mais odioso o discurso, mais aceito e prestigiado é o emissor por grupos de pessoas que compartilham de suas ideias”. Os discursos de ódio, através de perfis anônimos, são um dos meios mais comuns utilizados para a manutenção desse tipo de violência nas redes sociais, e tendem a passar segurança ou resguardo da identidade do indivíduo, fazendo-o se sentir “protegido” de consequências futuras.

De acordo com os dados da SaferNet⁵, no ano de 2020, o número de denúncias recebidas dobrou em consideração aos anos anteriores, tendo sido notável um aumento de 147,8% (cento e quarenta e sete e oito por cento) em relação aos crimes de racismo e 78,5% (setenta e oito e cinco por cento) voltados à violência ou discriminação contra a mulher.

Desse modo, é perceptível o ponto de interseção entre as lutas de ativistas e movimentos sociais no combate aos ataques das minorias, na busca do enfrentamento das mais variadas formas de desigualdade, violências, entre outras questões, uma vez que todo esse movimento ocorre em um contexto de crescimento exponencial dos ataques que devem ser combatidos. Justamente por esse cenário de transposição dos crimes para o espaço cibernético é que se faz mister o advento do ciberativismo.

2.1 Conceituando o Ciberativismo

⁵ Organização não governamental que atua na defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil.

Áskesis, v. 10, nº. 2, p. 210-235, Jul-Dez, 2021

ISSN: 2238-3069 / DOI: 10.46269/10221.767



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

Embora as práticas do ciberativismo tenham adquirido maior notoriedade e fortalecimento na última década, esse mecanismo de articulação dos movimentos sociais se faz tão antigo quanto a Internet, remontando a sua origem à década de 1980. A utilização dessas novas tecnologias de comunicação e informação representou uma inovação no modo de se pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nas lutas sociais. De acordo com Vegh (2003), existem três categorias analíticas no que diz respeito ao ativismo digital, sendo elas: 1) Conscientização/Apoio; 2) Organização/Mobilização; e 3) Ação/Reação.

A primeira dimensão consiste no reconhecimento da Internet como uma fonte alternativa de informação, ou seja, os indivíduos e organizações independentes buscam divulgar conteúdos em sites, a partir de seus pontos de vista a respeito de uma questão, que anteriormente eram relatados de forma imprópria ou não abordados por meio da mídia de massa. Desse modo, o acesso em sites, fóruns, faz com que as pessoas pertencentes aos mais diferentes espaços entrem em contato com outras realidades, podendo ou não, se sensibilizar com as causas e participar de mobilizações online e offline.

Por conseguinte, a segunda categoria trata de um meio no qual ocorre a convocação de manifestações, o fortalecimento de uma ou várias causas ou até a construção de um público. Vegh (2003), argumenta que a Internet é usada de três maneiras diferentes ao se tratar de mobilizações, estas que destacamos como:

- **Online-Offline:** com a utilização da tecnologia, se realiza o agendamento de ações, como protestos, em locais e horários específicos.
- **Offline-Online:** a realização de uma ação, que normalmente se insere na esfera presencial, mas que virtualmente se torna mais eficiente.
- **Online-Online:** ações que são completamente no espaço virtual, neste caso, podemos mencionar os ataques cibernéticos, como mecanismo de lutas sociais, inclusos na terceira categoria analítica acerca do ativismo digital.

A última dimensão refere-se ao hacktivismo, que é uma ideologia/filosofia na qual há a busca pela liberdade de informação, proporcionando aos sujeitos uma maior



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

transparência com relação àquilo que consomem virtualmente. Alguns exemplos que podem ser elencados são os grupos Anonymous, WikiLeaks e os hackers da Vaza Jato.

No contexto brasileiro, o ciberativismo emergiu por volta da década de 1990, havendo relação direta com os chamados “Novos Movimentos Sociais” que, para Montañó e Duriguetto (2011), são como complementos ou alternativas aos movimentos sociais clássicos, portanto, perpassando a ideia inicial de contestação do poder do capital sobre o trabalho. Desse modo, eles são caracterizados pelas lutas fora da esfera imediata do trabalho e produção, além da postura anti-Estado e anti-partidários, havendo como pautas questões voltadas à: etnia, identidade social, gênero, meio ambiente, violação de direitos, entre outros.

Para Barros (2001):

A dinâmica do ativismo digital é multidirecional e aponta para a ampliação do alcance das iniciativas, na medida em que tanto permite consolidar a atuação de grupos já atuantes fora do cyberspaço como para os que fazem o movimento contrário, ou seja, iniciam no mundo virtual e se ramificam para organizações dotadas de materialidade geográfica (BARROS, 2001, p. 8).

Observamos que as estratégias de mobilização e articulação dos movimentos sociais operam de acordo com os processos de desenvolvimento a nível mundial e/ou nacional, ocasionando conquistas de novos espaços para atuação e reformulação no entorno de cada grupo. A partir do momento em que se inserem novas tecnologias de informação, a ocupação dos espaços virtuais ocorreu de forma acelerada, tendo sido constituído um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado.

3. Novos Movimentos Sociais: Feminismo Negro

Segundo Gohn (2002), os novos movimentos sociais “podem ser considerados como as organizações populares as quais ganham visibilidade pelas novas formas de configuração da participação social, através da construção de identidades coletivas e



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

laços sociais (redes sociais)”, buscando por maiores inserções nos espaços de decisão das políticas públicas. Gohn (2007) acrescenta que o paradigma dos denominados novos movimentos sociais:

Elimina o sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela ‘consciência autêntica’ de uma vanguarda partidária. Ao contrário, o novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não-hierarquizado em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários. Portanto, a nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico, predeterminado, e vê os participantes das ações coletivas como atores sociais (GOHN, 2007, p. 122-123).

Os atores sociais são sujeitos que buscam a politização das demandas estabelecidas por seus grupos, de modo a criar um campo político de força social dentro da sociedade civil. Eles constroem suas identidades por meio do princípio da solidariedade, tendo a construção a partir da base referencial dos valores políticos e culturais partilhados. Aproximando a discussão sobre os movimentos sociais para a atualidade, Santos (2011), observou que os:

Novos movimentos sociais de cunho identitário foram fortalecidos e multiplicados. Esses movimentos lutam pelo reconhecimento de suas particularidades e diferenças, ou seja, por questões específicas, acabam tocando em temáticas muito importantes que afetam a estrutura social e a própria constituição da sociedade. Isso aconteceu, por exemplo, com o movimento feminista, que provocou uma revisão a respeito da hierarquia entre os gêneros e politizou o espaço doméstico (SANTOS, 2011, p. 84).

Com relação ao movimento feminista no Brasil, no período de sua ascensão, ele não era um movimento que abrangia todas as mulheres, tendo em vista a construção das relações sociais dominantes as quais se mantinham na hegemonia da branquitude. Esse fator representou saldos negativos para a subjetividade das sujeitas que não se incluíam nesse grupo predominante de mulheres: brancas, de classe média e intelectuais. A dimensão da violência racial e as particularidades que ela assume em relação às mulheres dos grupos raciais não-hegemônicos passou a despertar análises cuidadosas e



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

possibilitou a recriação de práticas que se mostram capazes de construir outros referenciais.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transformou as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas exclusivamente sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Conforme abordado por Gonzalez (1988):

É inegável que o feminismo, como teoria e prática, desempenhou um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas questões, não apenas estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca por uma nova maneira de ser mulher. Ao centralizar suas análises em torno do conceito de capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), ele revelou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de importância crucial para a direção de nossas lutas como movimento. Ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado, desencadeou um debate público no qual emergiu a tematização de questões completamente novas - sexualidade, violência, direitos reprodutivos etc. (...) Ao propor a discussão sobre sexualidade, o feminismo estimulou a conquista de espaços por homossexuais de ambos os sexos, discriminados por sua orientação sexual. (...) Mas, apesar de suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação com base na orientação sexual, o mesmo não ocorreu diante de outro tipo de discriminação, tão grave quanto a sofrida pela mulher: a de caráter racial (GONZALEZ, 1988, p. 308-309).

Desse modo, por muito tempo as mulheres negras não se sentiram incluídas no movimento feminista, pois suas questões perpassavam o que compusera a categoria mulher, pois, no Brasil, as mulheres negras sofrem pelos estereótipos historicamente e culturalmente produzidos sobre os seus corpos, ocasionando nas desigualdades sociais, não apenas referentes ao gênero, mas principalmente pela raça.

Essa construção social é proveniente da herança escravista brasileira. Como evidenciado por Machado (2018), o país possui “um sistema que favorece a manutenção de formas de discriminação dos indivíduos e, ao mesmo tempo, se vulgarizam teorias



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

raciais que asseguram que o homem e a mulher negra são inferiores e que seus lugares são sob domínio e controle”. Devido a essas questões, Carneiro (2011) pontua que:

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2011, *online*).

A referida autora ainda acrescenta que a inclusão da temática racial nos debates de gênero, denominado de “enegrecer o feminismo”, compõe a trajetória de mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Esse movimento, ao assumir em seus primórdios uma identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, se mostrou insuficiente em termos teóricos e práticos para nossa sociedade, que é constituída de forma multirracial e pluricultural.

Dessa maneira, a luta feminista negra pode ser entendida como um movimento aglutinador, uma vez que agrega de forma singular a discussão sobre as clivagens sociais basilares do País. Nas palavras de Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Nesse sentido, esse movimento pode ser representado como a interseção entre esses três tipos de bandeiras para reivindicações. O feminismo negro interage com as variáveis: feministas, de classe e do movimento negro, ocasionando a interdependência dessas três vertentes, ou seja, para se entender o feminismo, é necessário entender a discussão sobre o feminismo negro e a questão de classe.



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

Na atualidade, é notável a ampliação de discussões acerca da interseccionalidade, uma vez que, com o crescimento do ativismo digital/ciberativismo de mulheres negras, esse espaço potencializa suas capacidades em estabelecer além de um local de fala, a realização de manifestações políticas, valorização da cultura e da estética negra (como instrumentos de empoderamento) e pautas públicas que influenciam nas agendas antirracistas e antissexistas do movimento.

4. Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

De acordo com Lima (2019), a inserção do Movimento Feminista Negro no contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação faz com que:

A escrita e os novos espaços de produção e veiculação de informação fornecidos pela internet se apresentam para as Feministas Negras como uma oportunidade de contestar estereótipos e discursos que deformam e marcam negativamente mulheres, negros, corpos e sexualidades dissonantes. Ao mobilizar reflexões acerca de assuntos como racismo, machismo (além de outros como lesbofobia, transfobia, gordofobia) a partir de experiências pessoais, situações cotidianas, casos midiáticos e tendo por base a produção de acadêmicas negras brasileiras e norte-americanas especialmente, as mulheres negras em atuação na web tem desenvolvido uma produção que confronta as bases epistemológicas de orientação etnocêntrica e que se constitui como contra narrativas ao discurso hegemônico que invisibiliza e silencia a experiência negra e feminina (LIMA, 2019, p. 15).

Destarte, faz-se necessário, para além da apreciação, que as discussões expostas dentro das redes sociais de feministas negras sirvam para uma reflexão mais aprofundada sobre as estruturas da sociedade brasileira. Tendo essa questão em vista, foram selecionadas postagens de duas ativistas do feminismo negro na plataforma digital Instagram.

Nossa escolha de casos para a análise considerou, inicialmente, a necessidade da união entre o papel da militância e a formação acadêmica nas humanidades, de forma que os perfis selecionados representassem um tipo específico de influenciadora digital, focada principalmente na apresentação das pautas em formato didático e inclusivo.



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

Dessa maneira, foram selecionadas profissionais com suas formações dentro das ciências sociais e humanas, ambas atuando como educadoras. Com isso, tivemos a proposta de dar um pouco mais de visibilidade para duas intelectuais que atuam no exercício constante das lutas do movimento negro e de mulheres negras, tanto no espaço físico, quanto no virtual.

As postagens, especificamente, foram coletadas de acordo com o conteúdo debatido, de forma que as escolhidas têm como mote a invisibilização e a estereotipização. Esses dois temas representam uma agenda de pesquisa frutífera para os trabalhos sobre ciberativismo e comportamento político nas redes sociais no século XXI. Como recorte temporal, optamos pelo período de 2021 a 2022, que abarca as postagens utilizadas como exemplos neste estudo.

4.1 Preta, você merece ser assumida: Relacionamentos x Redes Sociais

A primeira ativista chama-se Monique Machado (@moniimachado)⁶, uma mulher preta, do Rio Grande do Sul, escritora, psicóloga, educadora social, colunista do Sozinha Não⁷, uma das fundadoras do Colher das Pretas⁸ e do Projeto (AFRO)rescer⁹. Até o momento desse estudo, a mesma contabilizava 10.700 (dez mil e setecentos) seguidores, tendo como suas linhas de compartilhamento na rede social o autocuidado, amor e saúde para mulheres negras, conforme a postagem selecionada e analisada a seguir:

Quadro 4 - Publicação do Instagram de Monique Machado

⁶ Para mais informações sobre Monique Machado, o link do perfil no Instagram encontra-se nas referências.

⁷ É “uma plataforma experimental, uma metodologia de encontros e um lugar pra gente se sentir menos sozinha. E mais parte” / (@sozinhanao).

⁸ Perfil criado com o objetivo de divulgar bares, restaurantes e empresas no setor da gastronomia, no município de Porto Alegre - RS / @colherdaspretas.

⁹ Sobre “comportamento, sexualidade e saúde das mulheres” / (@projetoafrorescer).

Áskesis, v. 10, n.º. 2, p. 210-235, Jul-Dez, 2021

ISSN: 2238-3069 / DOI: 10.46269/10221.767



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

Título da publicação em imagem	PRETA, VOCÊ MERECE SER ASSUMIDA: Relacionamentos x Redes Sociais
Data de compartilhamento	20 de Dezembro de 2021
Texto da postagem	<p>“Esses dias eu e uma amiga estávamos conversando sobre a importância de mulheres negras serem assumidas em todos os sentidos, isso inclui as redes sociais. Claro que existem pessoas que preferem não expor seus relacionamentos e gostam de manter em total sigilo. Mas é muito importante saber sobre os diferentes significados que esse assumir têm para mulheres negras e mulheres brancas.</p> <p>Quando se tem um envolvimento com uma mulher preta automaticamente vai ser inserido nessa relação uma história imposta socialmente. Essa construção vem desde a época colonial onde essas mulheres sempre foram preteridas e usadas sexualmente. Cabe para mulher negra o papel de “amante” e ser “boa de cama”, rótulos que ainda prevalecem. Quando uma pessoa tanto negra ou branca informa que não quer assumir uma relação naquele momento e ainda não demonstra o interesse em mostrar que está nesse envolvimento automaticamente a mesma está devolvendo para essa mulher o mesmo lugar de sempre, o único lugar aceitável para esse corpo. Para mulheres brancas essa pauta envolve outros gatilhos, até porque nesse corpo branco perpassa outros atravessamentos totalmente diferentes dos objetivos reais das mulheres negras. Então preta reflita e saiba que você merece ter as mãos entrelaçadas num passeio num domingo, ser acariciada de verdade.</p> <p>Preta, você merece o mundo, merece se sentir acolhida e respeitada. Você merece alguém que queira compartilhar momentos, segredos, medos, a vida com você. Que poste fotos contigo, que comente suas postagens e que faça questão sim de colocar nas redes sociais que está num relacionamento sério com você. Que te apresente para família e amigos, e que tenha orgulho da mulher linda que tem do lado. E você que está lendo esse texto se tem um relacionamento com alguma mulher negra tenha responsabilidade nessa relação ou se não</p>



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

	pegue seu banquinho e saia de mansinho. Então vamos refletir!”
--	--

Fonte: Elaboração dos autores com informações divulgadas no perfil de @moniimachado.

A construção da sociedade brasileira foi baseada em um processo de explorações e violências das mais variadas dos sujeitos não-brancos. Os seus corpos não os pertenciam, o mesmo valia para as mulheres negras. Nesse sentido, Hooks (1995) argumenta:

Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradadas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (HOOKS, 1995, p. 469).

Isso significa dizer que, apesar de passados mais de cento e trinta anos desde o fim da escravidão, essas mulheres permanecem, no imaginário, sendo vistas como sujeitas não merecedoras de afeto ou de serem assumidas, haja vista que foi criada uma ideia de que elas são fortes, autossuficientes e não inclusas em um padrão “aceitável” para serem “exibidas” aos familiares ou colegas. Gonzalez (1988) já havia destacado que:

Um dito popular brasileiro sintetiza essa situação ao afirmar: ‘branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar’. Que se atenta aos papéis atribuídos às americanas (preta e mulata); abolida sua humanidade, elas são vistas como corpos animalizados: por um lado são os ‘burros de carga’ (do qual as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, se constata como a socioeconômica se faz aliada à super exploração sexual das mulheres amefricanas (GONZALEZ, 1988, p. 317-318).

Os períodos pré e pós-colonial permaneceram dando espaço para as diferenças no tratamento entre mulheres brancas e mulheres negras, enquanto para as primeiras seus papéis se encontravam voltados ao matrimônio e maternidade, para as mulheres negras recaía a liberação sexual dos homens, reforçando os estereótipos apresentados no texto analisado, de que, de acordo com Nascimento (1976), essas mulheres possuem



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

a “capacidade sexual sobrepuja a das demais mulheres, de que sua cor funciona como atrativo erótico, enfim, de que o fato de pertencer às classes pobres e a uma raça ‘primitiva’”.

Esses fatores são indicadores para “a solidão da mulher negra” e o local no qual essas mulheres se encontram, que a psicóloga Joyce Avelar, para o *Correio Braziliense* (2022), afirma:

São posições em que ela não é objeto de amor, ela cuida do outro, mas não é cuidada. O amor de modo geral é negado para mulheres negras. Quando se pensa no amor romântico, isso se torna ainda mais distante, pois o amor romântico é pensado para mulheres brancas. Só pensar nos filmes, quem são as mocinhas, as princesas, e perceber quem aparece na posição de cuidado e em quem recebe o cuidado e o amor (2022, *online*).

Desse modo, o processo de empoderamento das mulheres negras requer a proximidade de suas experiências, uma característica muito evidente dentro dos discursos no feminismo negro é essa troca, de “elas por elas”, no qual se avalia as estruturas sociais em que Brasil se consolidou por meio do seu lugar, das vivências.

Se reconhecer na outra é uma ferramenta fundamental para a libertação das mesmas. Nas palavras de Barros (1995), o feminismo negro parte de “um - conjunto - de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afroamericanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu e da comunidade e da sociedade, que envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras”.

Para além da importância das vivências, a postagem oferece um exemplo de como sistematicamente as mulheres negras têm sido invisibilizadas, o que pode ser levado para um campo de discussão e mobilização maior dentro do Feminismo Negro. A ideia é debater como as experiências individuais refletem aspectos sociais. Nesse âmbito, o crescimento das interações e discussões *online* representam um contexto propício para a maior visibilidade de temas que nem sempre têm sido vistos como prioritários nesses movimentos, mas que envolvem aspectos da identidade das participantes.

4.2 A mulher preta petulante



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

O segundo perfil escolhido foi o de Nathália Diórgenes (@nathalia.diorgenes)¹⁰, mulher preta, de Pernambuco, feminista, doutora e mestra em Psicologia, assistente social, professora, pesquisadora e fundadora do Coletivo Revoança¹¹. Com aproximadamente 7.075 (sete mil e setenta e cinco) seguidores, seus estudos e compartilhamentos são voltados à raça, gênero e classe.

Quadro 5 - Publicação do Instagram de Nathália Diórgenes

Título da publicação em imagem	A MULHER PRETA PETULANTE
Data de compartilhamento	15 de Fevereiro de 2022
Texto da postagem	<p>“As mulheres negras passam a vida sendo estereotipadas. Desde a primeira hora que respiram, imagens de controle perversas recaem sobre elas e asfixiam suas vidas. Raivosa, petulante, ‘não sabe seu lugar’, ‘boa de cama’, são apenas a ponta do iceberg. Ficar sentada para uma plateia levando balde de água suja é o cotidiano das mulheres negras. Por isso a cena foi tão chocante.</p> <p>Por quantas vezes nos sentimos no lugar de Natália? Sendo depósito das mágoas, desesperos, cansaços e simplesmente da maldade de terceiros? Quantas vezes nos sentimos violentadas, julgadas, humilhadas na frente de todo mundo? Rejeitadas, excluídas e sozinhas?</p> <p>Aqui não se trata se ela fez ou se ela não fez. Não se trata de ela é fascista, ela é contra o debate racial ou ela não tem consciência de raça. Sinceramente nada disso me interessa aqui. O que me interessa é estereótipo racista de petulante, arrogante, raivosa, instável que recae por cima das mulheres negras, em particular para as mulheres retintas todo santo dia.</p>

¹⁰ Para mais informações sobre Nathália Diórgenes, o link do perfil no Instagram encontra-se nas referências.

¹¹ Descrito como “um grupo de mulheres com experiência na docência e pesquisa” / @revoanca.oficial.



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

	<p>A gente precisa parar de jogar a nossa falta de consciência racial em cima das pessoas oprimidas. Negar o debate racial é muitas vezes estratégia de sobrevivência nessa sociedade que tem as veias cheias do sangue da violência racial.</p> <p>O fato de Natália de ter falado no programa coisas que eu tenho profunda discordância não quer dizer que ela não sofra racismo pelo simples fato que o racismo não depende da autorização dela para atuar. E pasmem! Mesmo falando isso, Natália resiste ao racismo cotidianamente, pois do contrário nem tava aqui para levar um balde na cabeça ao vivo em rede nacional.</p> <p>O fato de ter sido uma mulher negra da pele clara que cometeu esse ato nos diz três coisas: 1) a responsabilidade da Globo em promover esse circo para salvar a audiência; como eu já disse em outro momento o racismo como entretenimento gera lucros; 2) a centralidade da mestiçagem no racismo brasileiro já que se utiliza da precária passabilidade das pessoas negras de pele clara pela branquitude, como é o caso de Maria; 3) e a nossa responsabilidade enquanto sociedade de promover um debate racial de qualidade.</p> <p>Quem não viu o racismo ontem, precisa voltar para a casa zero do jogo.”</p>
--	--

Fonte: Elaboração dos autores com informações divulgadas no perfil de @nathalia.diorgenes.

O texto selecionado aborda uma questão específica, porém, com vários contornos sociais, referente a participante Natália Deodato, do reality show Big Brother Brasil. Ela que é uma mulher jovem, negra, de vinte e dois anos, com a doença de pele autoimune chamada Vitiligo.

Apesar da mesma, em seus primeiros dias confinada, tenha expressado alguns posicionamentos problemáticos sobre a questão racial, romantizando as causas da escravidão¹², não significa que a mesma em suas experiências não tenha sofrido racismo,

¹² Ribeiro (2019, p. 7) afirma que “no Brasil, há a ideia de que a escravidão aqui foi mais branda do que em outros lugares, o que nos impede de entender como o sistema escravocrata ainda impacta a forma como a sociedade se organiza”.



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

nesse caso a mesma não reconhece como tal. Os gatilhos emocionais¹³ que Natália possui são diversos, principalmente com relação a rejeição, e a forma de lidar com eles acaba sendo de modo inconsciente, sendo vista como “raivosa”, “petulante”, “hostil”. De acordo com Prado (2021), esse estereótipo se faz por:

Uma figura fantasiosa que reitera a violência provocada pelo racismo, pois simbolicamente abafa as vozes dessas mulheres provocando silenciamento (...) Não permitem que elas sintam raiva, medo, fraqueza e expressem os seus desejos, sem que sejam inseridas nesses dois extremos: super humanas ou subumanas. Essa dualidade ora aloca o corpo da mulher negra para o trabalho, ora para o prazer com ideias superficiais que transitam entre a ‘trabalhadora braçal’ e a ‘doméstica’ ou a ‘mulher quente’ e ‘fogosa’ (PRADO, 2021, *online*).

A negação e o silenciamento do direito das mulheres negras foram construídos a partir dos estigmas criados no período escravista e perpetuados até os dias de hoje, de modo a controlar as mesmas, ocasionando nas mais variadas formas de violência. Para Nascimento (2020):

O papel instituído socialmente para a mulher negra como raivosa e agressiva é uma forma de hierarquizar posicionamentos. É por meio da manutenção dessa imagem que os privilégios são mantidos e os nossos argumentos são desarticulados, vozes deslegitimadas e desacreditadas. Atribuir o sentimento da raiva de forma ‘demonizada’ às mulheres negras é mais uma forma de desumanização. Esse estigma se alinha, na sociedade, ao mito da força. Nós, mulheres negras, somos vistas como indivíduos que não precisam de atenção ou cuidado, pois somos percebidas como pessoas fortes, insensíveis e/ou que conseguem se defender sozinhas e não precisam de ajuda. A esse discurso, ainda se acrescenta o estereótipo da falta de autocontrole, de domínio do emocional sobre o racional, da instabilidade (NASCIMENTO, 2020, *online*).

Discutirmos essa pauta, a partir de um episódio ocorrido em rede nacional, que teve grande repercussão nas redes sociais, também nos faz refletir como a mídia lucra com situações de humilhação dos sujeitos. Segundo Moreira (2019):

A televisão como expressão de um campo representacional levanta debates sobre os sentidos das representações sobre grupos raciais em função de sua relevância para a formação da percepção dos indivíduos nos mais variados

¹³ Dentro da psicologia esse termo é utilizado para uma resposta mental que envolvem “emoções, pensamentos e comportamentos mais específicos, conectados principalmente a experiências passadas. Os gatilhos emocionais podem ser tanto negativos quanto positivos, mas necessariamente remetem a momentos que já aconteceram, no sentido de ‘reviver’ aquilo” (PIMENTA, 2020).



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

contextos. As imagens produzidas nesse meio de comunicação podem ser formas de disseminação de estereótipos descritivos e prescritivos sobre grupos raciais. Essas falsas generalizações não fazem apenas referências à questão racial. O tema da raça aparece associado a diversas outras questões em discursos que procuram referendar medidas de segurança pública, as respostas do governo a demandas de direitos, a valoração moral dos diversos grupos que fazem parte da comunidade política. Assim, mais do que representações específicas da raça, a televisão é um lugar de legitimação de vários outros aspectos responsáveis pela reprodução da hegemonia social das pessoas brancas. Um sistema de opressão como o racismo não opera isoladamente; o domínio de certos segmentos sobre outros também depende da exclusão econômica, da marginalização cultural e da ausência de representação política (MOREIRA, 2019, p. 66).

Essas representações de grupos raciais realizados por emissoras, são denominadas de racismo recreativo, um conceito que não é novo, mas se debruça em micro agressões, de modo mais sutil ou até mesmo agressões mais perceptíveis que surgem nas redes televisivas, através de programas e novelas. As formas nas quais os sujeitos negros são apresentados em sua maioria são estereotipados, sempre sendo postos em espaços representacionais da margem e vulnerabilidade social.

O avanço dos movimentos contra o racismo faz com que essas questões estejam mais espaçadas na sociedade, porém, não extintas, a exemplo do *reality show*, a pressão por meio das redes sociais acerca do episódio causou uma resposta positiva, levando a eliminação da outra participante por agressão física a Natália, que recebeu inúmeros baldes de água suja durante o jogo, em um efeito manada.

Esse tipo de entretenimento serve como micro agressão, que são insultos verbais ou comportamentais, intencionais ou não, que comunicam ofensas raciais hostis, depreciativas ou negativas a uma pessoa ou a um grupo, e o enfrentamento do mesmo precisa ser constantemente.

Dessarte, com a utilização das redes sociais, as ciberativistas negras juntamente as mulheres integram um espaço de construção democrático horizontal e “não hierárquico”. Contribuindo para as transformações de suas próprias realidades, fortalecendo e reforçando suas lutas, além de incentivar a desconstrução de padrões de imagens, aumentando sua representatividade e vozes dentro das mídias alternativas.



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

5. Considerações Finais

Nesta pesquisa, apresentamos uma breve contextualização acerca do ciberativismo, especificamente das novas formas de interação social dentro do feminismo negro no Brasil. Com o advento da Internet e a redemocratização brasileira, o país experienciou um crescimento considerável dos movimentos sociais e a institucionalização de algumas pautas populares, fortalecendo as lutas dos grupos envolvidos.

No espaço cibernético, para além das plataformas políticas formais, as ativistas viram uma forma de mobilização e manifestação. Nesse sentido, a universalização do acesso à Internet proporcionou um salto qualitativo nas formas de ciberativismo. No mundo conectado, os acontecimentos antes invisibilizados passaram a ter canais de divulgação, o que contribuiu para a expansão do debate na sociedade sobre o cotidiano, por exemplo, das mulheres negras que, anteriormente, não se sentiam incluídas nas pautas principais do feminismo majoritariamente branco.

Com a intenção de aprofundar essa discussão, apresentamos uma parcela da literatura da área e os seus principais conceitos, contextualizando-os em relação à realidade do espaço cibernético brasileiro. Além disso, analisamos, por fim, conteúdos de publicações de ciberativistas do feminismo negro e refletimos sobre a contingência dessas postagens e do quanto elas explicam a sociedade em que elas estão inseridas.

Referências

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, ano 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BARROS, Zelinda. Feminismo negro na Internet: cyberfeminismo ou ativismo digital? **Academia.edu** [online], 2009.

BRASIL. ASCOM/Ministério das Comunicações. Brasil está entre os cinco países do mundo que mais usam internet. **Gov.br** [online]. Disponível em:



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

<https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/brasil-esta-entre-os-cinco-paises-do-mundo-que-mais-usam-internet>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CALDAS, Paula da Silva. O Paradigma dos Novos Movimentos Sociais para a defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Revista Sociedade em Debate**, v. 18, p. 69, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés** [online]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

CETIC.br. **TIC Domicílios 2020**: Edição COVID-19 (Metodologia Adaptada). Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2020_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

CIRIBELI, João Paulo; PAIVA, Victor Hugo Pereira. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. **Revista Mediação**, v. 13, n. 12, 2011.

CORREIO BRAZILIENSE. **Solidão da mulher negra**: especialistas explicam significado e origem do termo. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/02/4981960-solidao-da-mulher-negra-especialistas-explicam-significado-e-origem-do-termo.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, v. 1, 2002.

DIÓRGENES, Nathália. **Perfil Oficial no Instagram** [nathalia.diorgenes]. Disponível em: <https://www.instagram.com/nathalia.diorgenes/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

DURIGUETTO; Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2ª Ed. - São Paulo: Cortez, 2011, Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 5.

GLOBO. Denúncias de crimes cometidos pela internet mais que dobram em 2020. **G1 - Economia/Tecnologia** [online], 09 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/02/09/numero-de-denuncias-de-crimes-cometidos-pela-internet-mais-que-dobra-em-2020.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2022.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: Movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6ª Ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzales em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, [1988], 2018. p. 307-320.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 1995.

LIMA, Dulci. Feminismo Negro e Ciberativismo no Brasil. **Entropia**, v. 3, n. 6, 2019, p. 5-21.

MACHADO, Cristiani Vieira; LIMA, Luciana Dias; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Farias; (Orgs). Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e tropeços na construção de um sistema universal. **Caderno de Saúde Pública** [online]. v. 33, n. 2, 2017.

MACHADO, Monique. **Perfil oficial no Instagram** [@moniimachado]. Disponível em: <https://www.instagram.com/moniimachado/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MORAES, Eunice Lea de; SILVA, Lucia Isabel Conceição da. Feminismo Negro e a Interseccionalidade de Gênero, Raça e Classe. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 7, n. 13, 2017.

MOREIRA, Adilson. Racismo Recreativo. 2019. **Feminismos Plurais**. São Paulo, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. (1976). A mulher negra no mercado de trabalho. *In: Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza; Imprensa Oficial: São Paulo, 2006. p. 102-106.

NASCIMENTO, Laís. Os arredores da preta raivosa. **Revista Retruco**. 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www.retruco.com.br/post/os-arredores-da-preta-raivosa>. Acesso em: 17 fev. 2022.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil**. Tese (Doutorado em Psicologia) – São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2010.

PIMENTA, Tatiana. **Gatilhos emocionais: o que são e como lidar com eles?**. São Paulo, 26 ago. 2020. Disponível em:



Ciberativismo de Feministas Negras na rede social Instagram

<https://www.vittude.com/blog/gatilhos-emocionais-o-que-sao-como-lidar/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

PRADO, Monique Rodrigues do. **Mulheres negras**: nem 'super mulheres' e nem 'raivosas', somos humanas. São Paulo, 01 abr. 2021. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/quilombo/mulheres-negras-nem-super-mulheres-e-nem-raivosas-somos-humanas>. Acesso em: 17 fev. 2022.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 419-428, set./dez. 2020.

RESULTADOS DIGITAIS. **As 10 Redes Sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2022, com insights e materiais**. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAFERNET BRASIL. **Site Oficial**. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos Movimentos Sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 9, p. 81-91, 2011.

VEGH, Sandor. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, Martha; AYERS, Michael D. (Ed.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003.

Texto recebido em 02/04/2022 e aprovado em 17/08/2022

DOI: 10.46269/10221.767